

SAULO DE FREITAS ARAUJO

**A FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA DO PROJETO DE UMA PSICOLOGIA
CIENTÍFICA EM WILHELM WUNDT**

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Roberto Monzani.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 17/08/2007.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Roberto Monzani (orientador)

Prof. Dr. Richard Theisen Simanke (membro)

Prof. Dr. José Antônio Damásio Abib (membro)

Prof. Dr. José Miguel Bairrão(membro)

Prof. Dr. Pedro Paulo Garrido Pimenta (membro)

Prof. Dr. Enéias Forlin (suplente)

Prof. Dr. Bento Prado de Almeida Prado Neto (suplente)

Profa. Dra. Débora Cristina Morato Pinto (suplente)

AGOSTO/2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Ar15f Araujo, Saulo de Freitas
A fundamentação filosófica do projeto de uma psicologia científica em Wilhelm Wundt / Saulo de Freitas Araujo. - Campinas, SP : [s. n.], 2007.

Orientador: Luiz Roberto Monzani.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Wundt, Wilhelm Max, 1832-1920. 2. Filosofia.
3. Psicologia. I. Monzani, Luiz Roberto, 1946-. I. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Título em inglês: The philosophical foundations of the project of a scientific psychology in Wilhelm Wundt

Palavras chaves em inglês (keywords) : Philosophy
Psychology

Área de Concentração: Filosofia da Psicologia e da Psicanálise

Titulação: Doutor em Filosofia

Banca examinadora: Prof. Dr. Richard Theisen Simanke
Prof. Dr. José Antonio Damásio Abib
Prof. Dr. José Miguel Bairrão
Prof. Dr. Pedro Paulo Garrido Pimenta
Prof. Dr. Enéias Forlin (Suplente)
Prof. Dr. Bento Prado de Almeida Ferraz Neto (Suplente)
Profa. Dra. Débora Cristina Morato Pinto (Suplente)

Data da defesa: 17-08-2007

Programa de Pós-Graduação: Filosofia

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar a constituição do projeto de uma psicologia científica na obra de Wilhelm Wundt. Tendo em vista as inúmeras falhas e lacunas na literatura secundária, propõe-se uma nova interpretação de seu pensamento, amparada principalmente no exame de fontes primárias, envolvendo tanto suas obras oficiais quanto materiais inéditos do “Espólio-Wundt” da Universidade de Leipzig. A tese central é a de que o projeto wundtiano de uma psicologia científica só pode ser adequadamente compreendido se levarmos em consideração os interesses e os pressupostos filosóficos que o fundamentam. Em outras palavras, demonstra-se que a psicologia de Wundt não pode ser separada de seu projeto filosófico, do qual ela é uma parte essencial. Argumenta-se que somente dentro desta perspectiva é possível compreender a ruptura teórica operada por Wundt em relação ao seu projeto psicológico inicial – ruptura esta que permanece mal explicada, quando não ignorada na literatura secundária –, assim como a evolução e o amadurecimento posterior de seu sistema de psicologia. Finalmente, discutem-se a questão da unidade teórico-conceitual de seu projeto final e os limites do mesmo.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the formation of the project of a scientific psychology in the work of Wilhelm Wundt. Considering the many flaws in contemporary literature a new interpretation of his thought is proposed, which is based essentially on the examination of primary sources, including both his published works and the unpublished material from the “Wundt-Estate” of the Leipzig University. The central thesis claims that the Wundtian project of a scientific psychology can only be properly understood if we take into account the philosophical interests and premisses on which it is based. In other words, it is demonstrated that Wundt’s psychology cannot be separated from his philosophical project, to which it belongs as an essential part. It is argued that only this perspective enable us to comprehend Wundt’s theoretical rupture with his early psychological project – a rupture which still remains unexplained, when not ignored in the literature – as well as the evolution and the later maturation of his psychology system. Finally, the question of the conceptual unity of his final project and its very limits is discussed.

Dedico este trabalho à memória de Bento Prado Júnior (1937-2007),
presença marcante e insubstituível na minha formação.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que colaboraram de alguma forma para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o meu orientador, Prof. Dr. Luiz Roberto Monzani, sobretudo pela confiança que depositou, desde o início, em meu projeto, e também por ter me despertado para a importância do estudo de Kant, sem o qual uma parte significativa desta tese não poderia ter sido escrita. Foi com ele, também, que aprendi a admirar e respeitar a história da filosofia.

Da mesma forma, gostaria de agradecer a Prof. Dr. Dr. Ortrun Riha por ter gentilmente me acolhido, sob sua supervisão, no *Karl-Sudhoff-Institut für Geschichte der Medizin und der Naturwissenschaften* da Universidade de Leipzig, durante os anos de 2005 e 2006, período em que a parte mais importante da pesquisa foi realizada. Ela não só colocou à minha disposição toda a infra-estrutura necessária para o trabalho cotidiano, mas também fez várias sugestões importantes, em nossos inúmeros diálogos, sobre fontes históricas e a pesquisa histórica em geral. Aproveito aqui a oportunidade para estender meus agradecimentos a todos os funcionários, professores e colaboradores do Instituto, que me receberam de forma muito amigável e foram sempre solícitos em me ajudar em várias situações cotidianas: Dr. Natalja Decker (in memoriam), Dr. Sabine Fahrenbach, Christina Feistel, Dagmar Geithner, Prof. Dr. Ingrid Kästner, Dr. Regine Pfrepper, Brigitte Schlag, Sabine Schönau.

No que diz respeito ao tema “Wundt”, sou especialmente grato à Dra. Anneros Meischner-Metge, atualmente responsável pelo *Wundt-Zimmer* do Instituto de Psicologia da Universidade de Leipzig. Em todas as vezes que precisei visitar o acervo que lá se encontra, ela imediatamente se prontificou a atender meu pedido. Uma vez que o *Wundt-Zimmer* só pode ser visitado com data previamente marcada, sua preocupação com a minha pesquisa fez com que ela muitas vezes abdicasse de seus afazeres pessoais para permitir a minha visita. Além disso, tive a

oportunidade de conversar e esclarecer com ela muitos aspectos da história da psicologia na Universidade de Leipzig. Sou também muito grato aos seguintes professores, que gentilmente me receberam para discutir aspectos específicos do meu projeto: Prof. Dr. Georg Eckardt (Jena), Prof. Dr. Horst Gundlach (Passau), Prof. Dr. Gerd Jüttemann (Berlin), Prof. Dr. Klaus Christian Köhnke (Leipzig), Prof. Dr. Lothar Sprung e Dr. Helga Sprung (Berlin), Dr. Holger Steinberg (Leipzig), Dr. Henning Tegtmeier (Leipzig), Dr. Thomas Wendt (Leipzig).

Gostaria de expressar meus agradecimentos também ao diretor e aos funcionários do Arquivo da Universidade de Leipzig, que me auxiliaram cotidianamente na pesquisa das fontes primárias – Dr. Jens Blecher, Petra Hesse, Sandy Mühl, Michael Natto, Dr. Gerald Wiemers –, assim como ao diretor do Arquivo da Universidade de Heidelberg – Dr. Werner Moritz –, que gentilmente me recebeu e facilitou a minha visita ao acervo.

Não poderia deixar de agradecer também o Prof. José Antônio Damásio Abib (São Carlos), que sempre me incentivou a levar adiante meus estudos sobre Wundt, além de três outros colegas brasileiros: o Prof. Galba Di Mambro (Juiz de Fora) – pelas valiosas dicas e sugestões sobre o trabalho em arquivos – e os Professores Luiz Henrique Dreher (Juiz de Fora) e Andrea Faggion (Maringá) pelas conversas sobre Kant e o idealismo alemão, que resultaram em importantes “insights” para este trabalho. No entanto, é toda minha a responsabilidade sobre quaisquer equívocos que eu possa ter cometido.

Last but not least, sou muito grato ao Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) pela concessão de uma bolsa de Doutorado-Sanduíche, sem a qual a realização deste trabalho não teria sido possível. Em especial, agradeço a Sra. Maria Salgado (Bonn), que sempre mostrou enorme paciência e disposição em esclarecer as dúvidas e atender às solicitações. Agradeço igualmente a CAPES pela concessão das passagens aéreas.

“Warum kann der lebendige Geist dem Geist nicht erscheinen!

Spricht die Seele, so spricht ach! schon die *Seele* nicht mehr.”

(Schiller, Votivtafeln)

“Pois é possível que Eu, causa do Mundo,

Quanto mais em mim mesma me aprofundo

Menos interiormente me conheça?!”

(Augusto dos Anjos, Natureza Íntima)

ABREVIATURAS

ARQUIVOS

UAH, PA – Universitätsarchiv Heidelberg, Personalakte

UAL, NW – Universitätsarchiv Leipzig, Nachlass Wundt

ESCRITOS DE WUNDT (em ordem alfabética)

AEP – Die Aufgaben der experimentellen Psychologie. Unsere Zeit, 3: 3-20, 1882

BBA – Berichtigende Bemerkung zu dem Aufsätze des Herrn B. Erdmann – “Zur zeitgenössischen Psychologie in Deutschland”. Vierteljahrsschrift für wissenschaftliche Philosophie, 4: 137-138, 1880

BTS – Beiträge zur Theorie der Sinneswahrnehmung. Leipzig und Heidelberg: C. F. Winter, 1862

CIC – Central innervation and consciousness. Mind, 1(2): 161-168, 1876

DTP – Die Thierpsychologie. In: Essays. Leipzig: Engelmann, 1885 (S. 182-198)

E – Ethik. Eine Untersuchung der Thatsachen und Gesetze des sittlichen Lebens. Stuttgart: Enke, 1886

EB – Eine Berichtigung. Literarisches Zentralblatt, 43: 1079, 1915

EDW – Die Entwicklung des Willens. In: Essays. 2. Aufl. Leipzig: Engelmann, 1906 (S. 318-345)

EE – Erlebtes und Erkanntes. Stuttgart: Alfred Kröner, 1920

EPhi – Einleitung in die Philosophie. 7. Aufl. Leipzig: Kröner, 1918

EPsy – Einführung in die Psychologie. Leipzig: Voigtländer, 1911

- EVP – Elemente der Völkerpsychologie. Grundlinien einer psychologischen Entwicklungsgeschichte der Menschheit. Leipzig: Kröner, 1912
- GDP – Grundriss der Psychologie. Leipzig: Engelmann, 1896
- GPP₁ – Grundzüge der Physiologischen Psychologie. Leipzig: Engelmann, 1874
- GPP₂ – Grundzüge der Physiologischen Psychologie. 2. Aufl. (2 Bände) Leipzig: Engelmann, 1880
- GPP₃ – Grundzüge der Physiologischen Psychologie. 3. Aufl. (2 Bände) Leipzig: Engelmann, 1887
- GPP₄ – Grundzüge der Physiologischen Psychologie. 4. Aufl. (2 Bände) Leipzig: Engelmann, 1893
- GPP₅ – Grundzüge der Physiologischen Psychologie. 5. Aufl. (3 Bände) Leipzig: Engelmann, 1902 (1. und 2. Bd.); 1903 (3. Bd.)
- GPP₆ – Grundzüge der Physiologischen Psychologie. 6. Aufl. (3 Bände) Leipzig: Engelmann, 1908 (1. Bd.); 1910 (2. Bd.); 1911 (3. Bd.)
- GUS – Gehirn und Seele, 1880. In: Essays. 2. Aufl. Leipzig: Engelmann, 1906 (S. 139-186)
- GWL – Gottfried Wilhelm Leibniz. Akademischer Vortrag gehalten in Anwesenheit Seiner Majestät des Königs Georg von Sachsen im November 1902. In: Reden und Aufsätze. Leipzig: Kröner, 1913 (S. 232-253)
- IEP – Das Institut für experimentelle Psychologie. In: Festschrift zur Feier des 500 jährigen Bestehens der Universität Leipzig. Herausgegeben vom Rektor und Senat der Universität Leipzig. Leipzig: Hirzel, 1909 (S. 118-133)
- KNA – Kritische Nachlese zur Ausfragemethode. Archiv für die gesamte Psychologie, 21: 445-459, 1908

- L₁ – Logik. Eine Untersuchung der Principien der Erkenntniss und der Methoden wissenschaftlicher Forschung. (2 Bände) Stuttgart: Enke, 1880-1883
- L₃ – Logik. Eine Untersuchung der Principien der Erkenntniss und der Methoden wissenschaftlicher Forschung. 3. Aufl. (3 Bände) Stuttgart: Enke, 1906
- L₄ – Logik. Eine Untersuchung der Principien der Erkenntniss und der Methoden wissenschaftlicher Forschung. 4. Aufl. 3. Band (Logik der Geisteswissenschaften). Stuttgart: Enke, 1921
- LEI – Leibniz. Zu seinem 200 jährigen Todestag. Leipzig: Kröner, 1917
- LMB – Die Lehre von der Muskelbewegung. Braunschweig: Friedrich Vieweg und Sohn, 1858
- HMP – Handbuch der medicinischen Physik. Erlangen: Enke, 1867
- LPM₁ – Lehrbuch der Physiologie des Menschen. Erlangen: Enke, 1865
- LPM₂ – Lehrbuch der Physiologie des Menschen. 2. Aufl. Erlangen: Enke, 1868
- LPM₃ – Lehrbuch der Physiologie des Menschen. 3. Aufl. Erlangen: Enke, 1873
- NKR₁ – Ueber naiven und kritischen Realismus, Erster Artikel. Philosophische Studien, 12: 307-408, 1896
- NKR₂ – Ueber naiven und kritischen Realismus, Zweiter Artikel. Philosophische Studien, 13: 1-105, 1898
- NKR₃ – Ueber naiven und kritischen Realismus, Dritter Artikel. Philosophische Studien, 13: 323-433, 1898
- NLG – Neuere Leistungen auf dem Gebiete der physiologischen Psychologie. Vierteljahrschrift für Psychologie, Psychiatrie und gerichtliche Medicin, 1: 23-56, 1867
- NWP₁ – Naturwissenschaft und Psychologie. Sonderausgabe der Schlussbetrachtungen zur fünften Auflage der physiologischen Psychologie. Leipzig: Engelmann, 1903

- NWP₂ – Naturwissenschaft und Psychologie. Sonderausgabe des Schlussabschnittes zur sechsten Auflage der physiologischen Psychologie. Leipzig: Engelmann, 1911
- PAC – Die Physikalischen Axiome und Ihre Beziehung zum Causalprincip. Erlangen: Enke, 1866
- PIG – Philosophy in Germany. Mind, 2: 493-518, 1877
- PMN – Die Prinzipien der mechanischen Naturlehre. Stuttgart: Enke, 1910
- RCor – Rezension von Cornelius' Grundzüge einer Molecularphysik. Kritische Blätter für wissenschaftliche und praktische Medizin, 42: 377-378, 1866
- RGer – Rezension von Gerbers Die Sprache und das Erkennen. Literarisches Centralblatt für Deutschland, 8: 254-255, 1886
- RHae – Rezension von Haeckels Generelle Morphologie der Organismen. Kritische Blätter für wissenschaftliche und praktische Medizin, 2: 13-17 + 5: 41-45, 1867
- RHar – Rezension von Harms' Philosophische Einleitung in die Encyclopädie der Physik, 1. Band. Philosophische Monatshefte, 5: 253-259, 1870
- RHel – Rezension von Helmholtz' Handbuch der physiologischen Optik. Deutsche Klinik, 19: 326-328, 1867
- RHer – Rezension von Hermanns Die Sprachwissenschaft nach ihrem Zusammenhang mit Logik, menschlicher Geistesbildung und Philosophie. Literarisches Centralblatt für Deutschland, 31: 1003, 1876
- RSpe₁ – Rezension von Spencers Grundlagen der Philosophie. Jenaer Literaturzeitung, 2: 893-894, 1875
- RSpe₂ – Rezension von Spencers Einleitung in das Studium der Sociologie. Jenaer Literaturzeitung, 3: 295-296, 1876

- RSpe₃ – Rezension von Spencers System der synthetischen Philosophie, II: Die Principien der Biologie, Band 1. Jenaer Literaturzeitung, 4: 250-251, 1877
- RSpe₄ – Rezension von Spencers System der synthetischen Philosophie, II: Die Principien der Biologie, Band 2. Jenaer Literaturzeitung, 5: 35-36, 1878
- SUD – Die Sprache und das Denken, 1885. In: Essays. 2. Aufl. Leipzig: Engelmann, 1906 (S. 269-317)
- SDS – Das Sittliche in der Sprache. Deutsche Rundschau, 12: 70-92, 1886
- SGS – Sprachgeschichte und Sprachpsychologie, mit Rücksicht auf B. Delbrücks „Grundfragen der Sprachforschung“. Leipzig: Engelmann, 1901
- SIW – Selbstbeobachtung und innere Wahrnehmung. Philosophische Studien, 4: 292-309, 1888
- SP₁ – System der Philosophie. Leipzig: Engelmann, 1889
- SP₂ – System der Philosophie. 2. Aufl. Leipzig: Engelmann, 1897
- SP₄ – System der Philosophie. 4. Aufl. (2 Bände) Leipzig: Engelmann, 1919
- SÜW – Sinnliche und Übersinnliche Welt. Leipzig: Kröner, 1914
- UAE – Über Ausfrageexperimente und über die Methoden zur Psychologie des Denkens. Psychologische Studien, 8: 301-360, 1907
- UAP – Ueber die Aufgabe der Philosophie in der Gegenwart. Rede gehalten zum Antritt des öffentlichen Lehramtes der Philosophie an der Hochschule in Zürich am 31. Oktober 1874. Leipzig: Engelmann, 1874
- UBG – Ueber den Begriff des Gesetzes, mit Rücksicht auf die Frage der Ausnahmslosigkeit der Lautgesetze. Philosophische Studien, 3: 195-215, 1886
- UDP – Über die Definition der Psychologie. Philosophische Studien, 12: 1-66, 1896
- UEG – Über die Entstehung räumlicher Gesichtswahrnehmungen. Philosophische Monatshefte, 3: 225-247, 1869

- UEP – Über den Einfluss der Philosophie auf die Erfahrungswissenschaften. Akademische Antrittsrede in Leipzig. Leipzig: Engelmann, 1875
- UEW – Ueber die Eintheilung der Wissenschaften. Philosophische Studien, 5: 1-55, 1889
- UHK – Ueber Dr. Hering's Kritik meiner Theorie des binocularen Sehens. Annalen der Physik und Chemie, 120: 172-176, 1863
- UPA – Über die physikalischen Axiome. Festschrift des historisch-philosophischen Vereins in Heidelberg zum Universitätsjubiläum, S. 87-99, 1886
- UPC – Ueber psychische Causalität und das Princip des psychophysischen Parallelismus. Philosophische Studien, 10: 1-124, 1894
- UPK – Über psychische Kausalität, 1910. In: Kleine Schriften, Bd. II. Leipzig: Engelmann, 1911 (S. 1-112)
- UPM – Über psychologische Methoden. Philosophische Studien, 1: 1-38, 1883
- UVE – Über das Verhältnis des Einzelnen zur Gemeinschaft, 1891. In: Reden und Aufsätze. Leipzig: Kröner, 1913
- UZW – Ueber Ziele und Wege der Völkerpsychologie. Philosophische Studien, 4: 1-27, 1888
- VEP – Völkerpsychologie und Entwicklungspsychologie. Psychologische Studien, 10: 189-238, 1916
- VMT₁ – Vorlesungen über die Menschen- und Thierseele. 2 Bände. Leipzig: Voß, 1863
- VMT₂ – Vorlesungen über die Menschen- und Thierseele. 2. Aufl. Hamburg/Leipzig: Voss, 1892
- VP1 – Völkerpsychologie – Eine Untersuchung der Entwicklungsgesetze von Sprache, Mythos und Sitte. Erster Band: Die Sprache. Leipzig: Engelmann, 1900
- WSK – Was soll uns Kant nicht sein? Philosophische Studien, 7: 1-49, 1892
- ZFL – Zur Frage der Localisation der Grosshirnfunctionen. Philosophische Studien, 6: 1-25, 1891
- ZKS – Zur Kritik des Seelenbegriffs. Philosophische Studien, 2: 483-494, 1885

ZWV – Ziele und Wege der Völkerpsychologie. In: Probleme der Völkerpsychologie. Leipzig:
Wiegandt, 1911 (S. 1-35)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL.....	25
1- A REFORMA METODOLÓGICA E A TEORIA LÓGICA DA MENTE: O PROJETO INICIAL DE WUNDT.....	41
1.1. A necessidade de uma reforma.....	42
1.2. O programa de uma psicologia científica.....	47
1.3. A teoria lógica da mente e a hipótese das inferências inconscientes.....	56
1.4. As <i>Vorlesungen</i> como realização do projeto inicial de Wundt.....	64
1.5. A relação entre psicologia e filosofia.....	76
1.6. A questão das raízes intelectuais do jovem Wundt.....	83
2- OS <i>GRUNDZÜGE</i> E O ABANDONO DA TEORIA LÓGICA DA MENTE.....	99
2.1. Enfraquecimento e abandono da tese do panlogismo mental.....	102
2.2. Os <i>Grundzüge</i> e a recusa da concepção anterior de inconsciente.....	108
2.3. Os “Axiomas da Física” e o desenvolvimento filosófico de Wundt.....	117
2.4. Uma nova teoria da consciência.....	126
2.5. Influências no desenvolvimento filosófico de Wundt.....	133
3- A IDÉIA DE UMA TEORIA DO CONHECIMENTO COMO DISCIPLINA FUNDAMENTAL.....	151
3.1. Definição e objetivo da filosofia.....	152
3.2. A idéia de uma lógica e uma teoria geral do conhecimento.....	162

3.3. Do pensar (<i>Denken</i>) ao conhecer (<i>Erkennen</i>): a evolução lógica do processo de conhecimento.....	166
3.4. Conceitos e princípios fundamentais do conhecimento.....	178
3.5. Wundt entre Kant, o Neokantismo e o Positivismo.....	194
4- O PROJETO FINAL DE UMA PSICOLOGIA CIENTÍFICA.....	209
4.1. A psicologia entre as <i>Naturwissenschaften</i> e as <i>Geisteswissenschaften</i>	210
4.2. As áreas de investigação psicológica.....	215
4.3. Os princípios teóricos fundamentais da psicologia.....	237
CONCLUSÃO.....	257
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	267

INTRODUÇÃO GERAL

As inúmeras manifestações críticas de psicólogos sobre as frágeis e/ou equivocadas tentativas de fundamentação filosófica de seu próprio campo epistêmico (Eberlein e Pieper, 1976; Hartmann, 1998; Gummersbach, 1985; Holzkamp, 1973 Jüttemann, 1992; Koch, 1981; Revers, 1979; Robinson, 1992; Tolman, 2001) – que sustentam a idéia de que a psicologia sofre uma crise em seus fundamentos básicos, colocando em questão a legitimidade de sua pretensão em se constituir como campo autônomo de investigação científica – de forma alguma constituem um episódio recente em sua história (Giorgi, 1992; Westmeyer, 1994).¹ Desde o início do século XX já vinha sendo discutida, ainda que sob perspectivas bem distintas, a existência de uma grave crise teórico-conceitual, envolvendo aspectos tanto epistemológicos quanto metodológicos (Braunshausen, 1911; Bühler, 1929; Driesch, 1929; Zubiri, 1935). Essa discussão, por sua vez, remonta à última década do século XIX, que em decorrência do desenvolvimento e da consolidação da psicologia experimental testemunhou o surgimento de várias polêmicas acerca da natureza da psicologia (Dilthey, 1894; Ebbinghaus, 1895; Gutberlet, 1898a; Willy, 1897). A história, contudo, não termina aqui. Se recuarmos até a primeira metade deste mesmo século XIX – quando começaram a surgir os primeiros e diversificados projetos de uma ciência psicológica (Beneke, 1820, 1833; Carus, 1831; Drobisch, 1842; Exner, 1842-1844; Herbart, 1850a; Rosenkranz, 1837) –, veremos que na própria origem dessa idéia encontra-se o mesmo problema,

¹ Ao longo de todo o trabalho, vamos adotar a importante distinção conceitual sugerida por Gundlach (2004a, 2004b) para a historiografia da psicologia, segundo a qual o termo ‘psicologia’ pode referir-se tanto a um campo ou área de conhecimento (*Gebiet, Wissenschaft*) quanto a uma disciplina no sentido estrito, ou seja, uma matéria institucionalizada de ensino obrigatório para a formação de um profissional (*Fach, Disziplin*). A psicologia, no primeiro sentido, é muito mais antiga do que no segundo, embora ambas as significações se entrecruzem a partir do século XIX – especialmente na Alemanha, devido às várias reformas que foram introduzidas no sistema educacional –, determinando de formas específicas o desenvolvimento da mesma. Nesse sentido, é importante estar claro que é somente em sua primeira acepção que estamos falando de uma história da psicologia.

na medida em que há pouco ou nenhum consenso entre esses “psicólogos” sobre como deve ser caracterizado o seu objeto de estudo ou sobre a própria concepção de ciência.

A conclusão mais óbvia que podemos extrair dessa situação é a de que, dada a dispersão teórico-conceitual da psicologia contemporânea, não fizemos qualquer progresso em relação às suas questões básicas – no sentido de ao menos caminhar em direção a um consenso mínimo sobre seus fundamentos filosóficos –, apesar de ter havido um notável desenvolvimento técnico e metodológico. Sendo assim, não deve causar surpresa alguma o fato de estarmos repetindo as mesmas discussões fundamentais do início do século passado (Tweney e Budzynski, 2000).

Diante dessa situação, cabe uma pergunta: estaria a psicologia condenada a girar eternamente em torno das mesmas questões fundamentais, independentemente de seu sucesso no campo da técnica? Em caso afirmativo, qual seria a razão última desse fardo, que parece estar intimamente relacionado ao que Gréco chamou de “a desgraça do psicólogo”, de acordo com a qual ele nunca está seguro de que faz ciência e, quando o faz, nunca está certo de que isso seja psicologia (Gréco, 1967)? Além disso, seria essa espécie de eterno retorno uma justificativa suficiente para a separação radical entre a psicologia e a filosofia, que há muito vem sendo comemorada por muitos psicólogos como sinal de maturidade e autonomia epistemológica (Schmidt, 1995)?

Qualquer tentativa de responder a essas questões exige uma profunda reflexão acerca dos próprios fundamentos filosóficos das idéias psicológicas – ao contrário do distanciamento cada vez maior que parte significativa psicólogos parece tomar como guia para a resolução do problema – e só pode ser realizada através de uma série de estudos paralelos, que retomem o próprio desenvolvimento histórico do projeto de uma psicologia científica. Em outras palavras, a própria compreensão da situação atual é impensável sem uma consciência histórica de seus fatores determinantes.

É necessário, antes de mais nada, perguntar pelo próprio sentido da expressão ‘psicologia científica’ no contexto de seu surgimento, o que nos leva obrigatoriamente ao famoso veredicto do filósofo I. Kant (1724-1804), segundo o qual a psicologia jamais poderia ser uma ciência no mesmo sentido da física ou da química, uma vez que, entre outras coisas, seu objeto de estudo (a experiência interna) não podia ser investigado através do método experimental (Kant, 1786). Esse parecer negativo de Kant foi um dos fatores determinantes no desenvolvimento de toda a psicologia do século XIX, sobretudo no que diz respeito às várias tentativas de contradizê-lo, provando a possibilidade de uma psicologia verdadeiramente científica (Kaiser-El-Safti, 2001a; Leary, 1982). Além disso, trata-se de uma questão que permanece atual, na medida em que ao longo de todo o século XX até o início deste século a pergunta pela possibilidade mesma de uma ciência psicológica tem sido freqüentemente refeita sob várias perspectivas diferentes (Ehrenberg, 1910; Koch, 1981, 1993; Möbius, 1907; Taumarkin, 1921; Tolman, 2001;).

É nesse contexto de uma busca de maior consciência histórica acerca dos problemas fundamentais da psicologia que a obra de Wilhelm Wundt (1832-1920) adquire extrema relevância. Wundt foi, na segunda metade do século XIX, o que J. F. Herbart (1776-1841) tinha sido na primeira: a principal referência em torno da qual a idéia de uma psicologia científica estava associada. Foi ele, mais do que qualquer outro, que lutou para estabelecer um novo modelo de psicologia, guiado primeiramente por uma reforma metodológica radical, que buscava romper os laços tradicionais com a especulação metafísica, visando a uma aproximação com as ciências naturais. Influenciado pelos estudos experimentais de E. H. Weber (1795-1878) e G. T. Fechner (1801-1887), Wundt concebeu o mais amplo projeto de uma ciência da mente até então em vigor, abrangendo desde os processos psíquicos elementares até os mais altos níveis da vida mental.

Para que possamos formar uma idéia mais exata de sua importância na constituição da psicologia como campo autônomo de investigação científica, basta lembrarmos aqui dois fatos que marcaram todo o seu desenvolvimento posterior: 1) a publicação, em 1874, dos *Grundzüge der physiologischen Psychologie* (Elementos de Psicologia Fisiológica), que se tornou o manual básico de referência da nova psicologia; 2) a fundação, em 1879, do Laboratório de Psicologia na Universidade de Leipzig, posteriormente transformado em Instituto de Psicologia. Leipzig se transformou no primeiro centro mundial de formação de psicólogos, atraindo pessoas de países tão diversos quanto Bélgica, Bulgária, Canadá, Estados Unidos, Inglaterra e Japão, entre outros. Foi esse o modelo de psicologia em que, no retorno aos seus países de origem, grande parte dos alunos de Wundt se baseou para implantar novos laboratórios e institutos psicológicos, ainda que muitas vezes suas teorias tenham sido abandonadas ou então adaptadas às necessidades locais específicas, sobretudo no que se refere aos Estados Unidos (Blumenthal, 1980a; Hillix e Broyles, 1980; Popplestone e McPherson, 1980; Rieber, 2001). Resulta daí, portanto, que a psicologia wundtiana foi responsável pela formação direta de toda uma geração mundial de psicólogos, além de promover a internacionalização da disciplina na primeira metade do século XX (Bejat, 1980; Hillix, 1980; Marshall, 1980; Misiak, 1980; Miyakawa, 1980; Piriyov, 1980; Shu e Li, 1983; Sinha, 1983). Por outro lado, isso não significa nem que os seus discípulos tenham compreendido todas as dimensões de seu sistema psicológico e nem que este tenha sido o único a influenciar o desenvolvimento da psicologia a partir do final do século XIX. A prova disso está no fato de que a psicologia wundtiana nunca chegou a se constituir como uma verdadeira escola de psicologia, pelo menos no sentido que este termo veio mais tarde adquirir na historiografia da psicologia (Heidbreder, 1933; Klemm, 1922). No entanto, mesmo as concepções rivais de psicologia que surgiram inicialmente na própria tradição experimental alemã – ligadas a C. Stumpf (1848-1936), H. Ebbinghaus (1850-1909), G. E. Müller (1850-1934), O. Külpe (1862-1915) e Karl Bühler

(1879-1963), entre outros – jamais puderam ignorar o projeto wundtiano, uma vez que se estabeleceram em competição direta com ele (Ash, 1998; Benetka, 2002; Danziger, 1979; Haupt, 2001; Pongratz, 1997; Sprung e Sprung, 2006).

Em que pese, porém, a incontestável relevância de Wundt para o desenvolvimento da psicologia, a falta de contato com a sua obra é um aspecto marcante na formação dos psicólogos contemporâneos. Nos próprios livros de história da psicologia, publicados a partir da segunda metade do século XX, raramente encontramos uma apresentação de suas idéias psicológicas que não oscile entre a caricatura e o absurdo. Se Wundt foi, em vida, uma autoridade intelectual muito respeitada e uma referência obrigatória em muitas disputas intelectuais de seu tempo – tendo sido chamado por um de seus contemporâneos de “o Leibniz do século XIX” (Eisler, 1902, p. 21) e freqüentemente consultado acerca de nomeações para a ocupação de cátedras em várias universidades alemãs, além do fato de seus livros terem sido resenhados e discutidos em praticamente todos os periódicos científicos e filosóficos da época –, ele praticamente caiu no esquecimento após a sua morte em 1920. E muito embora seja hoje amplamente saudado como o fundador da psicologia científica, esse sinal de reconhecimento vem geralmente acompanhado de um conhecimento muito superficial do seu pensamento.²

As primeiras tentativas de se resgatar a importância de sua obra psicológica ocorreram somente a partir da década de 1970, com a proximidade do centenário de fundação do Laboratório de Leipzig, que serviu como motivo para a realização nesta mesma cidade, em 1980, do XXII Congresso Internacional de Psicologia. Essa onda de retomada do pensamento de Wundt

² É curioso notar que não foi apenas na psicologia que Wundt parece ter sido esquecido. Tendo sido um polímata, seria de se esperar que ele ganhasse ao menos um reconhecimento histórico em duas outras áreas em que alcançou notoriedade em sua época, a saber, na filosofia e na lingüística, especialmente no que se convencionou a chamar posteriormente de psicolingüística (Blumenthal, 1970). Entretanto, esse não parece de forma alguma ser o caso. Em muitos trabalhos contemporâneos de história geral da filosofia alemã no século XIX, o nome de Wundt aparece, quando muito, como um apêndice ao desenvolvimento da mesma (Fellmann, 1996; Hogrebe, 1987; Löwit, 1950; Schnädelbach, 1983). E no que diz respeito à lingüística, há evidências não só de esquecimento (Blumenthal, 1970), mas ainda de um verdadeiro repúdio (Nerlich e Clarke, 1998).

ocorreu tanto nos Estados Unidos quanto na antiga Alemanha Oriental (DDR), que abrigava a famosa Universidade de Leipzig. No primeiro caso, os pioneiros trabalhos de Blumenthal (1970, 1975, 1979) e Danziger (1979, 1980a, 1980b, 1983) – complementados posteriormente por uma série de trabalhos conjuntos sobre o pensamento psicológico de Wundt (Bringmann e Scheerer, 1980; Bringmann e Tweney, 1980; Rieber, 1980) – tinham como objetivo primário apontar e corrigir as apresentações caricaturais e mitológicas da psicologia wundtiana nos manuais de história da psicologia dentro da tradição norte-americana, fazendo apelo a uma reavaliação de seu pensamento. De acordo com esses autores, entre as principais origens do problema estaria o clássico e influente livro de Boring (1950) – que por sua vez tinha se apoiado nas interpretações de E. B. Titchener (1867-1927), ex-aluno de Wundt e seu primeiro intérprete americano – e que serviu como fonte de formação para toda uma geração de psicólogos norte-americanos, além de inspirar vários historiadores da psicologia, que apenas repetiram as mesmas informações, sem jamais consultar as fontes originais (Blumenthal, 1980b; Danziger, 1980a; Rieber, 1980b; Tweney e Yachanin, 1980). Brock (1992) resumiu acertadamente a situação ao afirmar que os equívocos parecem ter surgido não de uma má leitura da obra de Wundt, mas sim da completa falta de leitura da mesma.

A eclosão desses novos estudos sobre a obra de Wundt deve, pelo simples fato de resgatar a importância do projeto wundtiano de uma psicologia científica, ser louvada. Além disso, ela representa uma grande contribuição para a historiografia da psicologia, na medida em que corrige algumas distorções perpetuadas nos manuais que tratam de sua história. Contudo, não podemos deixar de notar flagrantes deficiências em tais estudos – como, p.ex., uma ênfase desmedida na psicologia experimental em contraposição à ausência de análises e discussões sobre a *Völkerpsychologie* – que acabam gerando novas distorções do pensamento de Wundt. Como bem

notou Koch (1992), alguns desses estudos parecem tão superficiais e suas análises tão simplistas quanto as fontes que eles pretendem corrigir.³

Tendo também em vista o centenário de fundação do Laboratório de Leipzig, desenvolvia-se simultaneamente na antiga Alemanha Oriental, no início da década de 1970, uma ação conjunta entre a Sociedade de Psicologia da DDR e as Universidades de Leipzig, Berlin e Jena, visando à implementação de grupos interdisciplinares de estudos sobre história da psicologia, com ênfase inicial na obra e no legado de Wundt (Eckardt e Fensch, 1977). Como consequência deste impulso à pesquisa histórica em psicologia, originou-se em Leipzig o “Wundt-Arbeitskreis” – coordenado pelo já falecido Professor Wolfram Meischner (1932-1997) –, que gerou a publicação de uma série de cadernos especiais sobre o pensamento wundtiano.⁴ Posteriormente, surgiram também algumas publicações sobre Wundt no bloco ocidental da Alemanha, geralmente associadas à Universidade de Heidelberg, onde ele tinha estudado e trabalhado nos primeiros anos de sua carreira docente (Gundlach, 1983; Ungerer, 1978, 1979, 1980; Woodward, 1982).

No que diz respeito a muitas dessas investigações realizadas na antiga DDR, toda a compreensão do pensamento de Wundt foi enormemente prejudicada pela submissão dos trabalhos científicos a interesses político-ideológicos, na medida em que se tratava primeiramente de impor os princípios do marxismo-leninismo à interpretação sua obra (Meischner, 1975, 1977). Sob a influência direta das linhas traçadas por V. I. Lênin (1870-1924) em seu “Materialismo e Empiriocriticismo” – que havia rotulado Wundt como defensor de um “confuso ponto de vista idealista”, sem jamais discutir sua obra (Lenin, 1909, p. 55) –, a idéia fundamental era separar radicalmente todo o mundo intelectual entre representantes do materialismo (progressistas e

³ Ao longo do presente trabalho, iremos analisar detalhadamente várias questões sugeridas nesses novos estudos, procurando sempre apontar em que medida elas representariam um equívoco na interpretação da obra wundtiana.

⁴ Até a realização do referido XXII Congresso Internacional de Psicologia, os volumes publicados foram os seguintes: Beiträge zur Wundt-Forschung (1975), Beiträge zur Wundt-Forschung II (1977), Probleme und Ergebnisse der Wundt-Forschung (1979), Probleme und Ergebnisse der Wundt-Forschung II (1980), Wilhelm Wundt – Progressives Erbe, Wissenschaftsentwicklung und Gegenwart (1980).

amigos do povo), de um lado, e do idealismo (reacionários e inimigos do povo), de outro. Assim, toda a obra de Wundt foi vista como um conjunto de elementos contraditórios, classificados como progressistas ou reacionários, de acordo com o que os intérpretes consideravam ser uma tendência mais materialista ou idealista, respectivamente. Não é de se estranhar, portanto, que muitos autores tenham chegado a conclusões semelhantes sobre a obra de Wundt, que podem assim ser resumidas: Wundt oscilou entre o materialismo e o idealismo, mas seus fortes pressupostos idealistas jamais o permitiram superar as contradições de suas duas psicologias. Era preciso então salvar o Wundt progressista do Wundt reacionário (Echsler, 1975; Fritsche, 1980; Hiebsch, 1980; Kossakowski, 1966; Meischner, 1975, 1977; Sprung, 1979)!

O grande problema em toda essa interpretação marxista-leninista da obra de Wundt é o seu comprometimento com a ideologia política dominante, que leva a uma acentuada distorção na compreensão de seu pensamento, tornando ineficaz o valioso trabalho por eles realizado com as fontes primárias. Podemos aqui falar em uma espécie de panglossianismo ideológico: assim como o Doutor Pangloss só tinha olhos para o Bem, os marxistas enxergavam sinais de idealismo burguês e reacionário por todos os lados. Nesse contexto, é desnecessário ressaltar que o termo 'idealismo' ocupa uma função meramente retórica, no sentido único de identificar inimigos de classe. Como veremos ao longo do trabalho, uma análise propriamente filosófica da relação entre Wundt e as várias formas de idealismo, fora dos rígidos esquemas pré-estabelecidos de interpretação ideológica, ainda está por vir.

Com base nessa breve análise das tendências gerais da literatura secundária contemporânea, podemos concluir que ainda há muitas lacunas a serem preenchidas na interpretação da obra de Wundt. Dentre todas, há uma, porém, que nos parece aqui mais urgente, tendo em vista a discussão da possibilidade de uma psicologia científica: a falta de uma resposta para a questão da unidade do seu pensamento psicológico, que por sua vez se relaciona com o

problema da continuidade ou ruptura. Teria Wundt elaborado um projeto coerente e unificado de psicologia? Em caso afirmativo, teria sido ele o fundamento implícito no posterior desenvolvimento da mesma?

As opiniões encontram-se aqui em completo desacordo. Partindo-se do lado negativo, encontra-se a clássica crítica de W. James (1840-1910), segundo a qual não haveria uma idéia central na obra wundtiana:

“Enquanto uma de suas posições é feita em miúdos pela crítica, ele está escrevendo um livro sobre um assunto inteiramente diferente. Corte-o como uma minhoca, e cada fragmento se arrastará. Não há um *noeud vital* na sua medula mental, de forma que você não pode matá-lo de uma só vez”. (James, 1887 – ênfase no original)

Certa semelhança em relação a esse veredicto de James revela a posição de muitos autores do “Wundt-Arbeitskreis”, que, como ressaltamos anteriormente, vêem no projeto wundtiano um conjunto de elementos contraditórios, sem qualquer possibilidade de unificação. Por outro lado, existem avaliações situadas no pólo oposto à crítica de James, que defendem a existência de uma ou mais idéias centrais no pensamento wundtiano (Hoorn e Verhave, 1980; Rappard, 1979, 1980; Richards, 1980a).

Diretamente relacionada à questão da unidade está a da continuidade ou ruptura de seu pensamento. Nesse sentido, a primeira formulação foi a do biólogo E. Haeckel (1834-1919), que criticou o abandono por parte de Wundt de seu ponto de vista inicialmente monista em direção a uma posição puramente dualista, introduzindo, assim, uma clara ruptura em seu pensamento. Tal ruptura estaria, segundo Haeckel, expressa na segunda edição das *Vorlesungen über die Menschen- und Thierseele* (Haeckel, 1918). Em continuidade com essa linha interpretativa estão duas outras posições: a de Graumann (1980) – que propõe a existência de dois programas

wundtianos de psicologia, a saber, o Programa de Heidelberg (1857-1874) e o Programa de Leipzig (1875-1920) – e a de Richards (1980), que localiza na primeira edição dos *Grundzüge* uma virada crítica em sua teoria psicológica. Por outro lado, outros autores defendem a existência de uma continuidade ao longo de toda a obra, afirmando não ser possível detectar uma mudança radical de princípios (Flugel, 1964; Oelze, 1991).

Com base nessas discussões contemporâneas na literatura secundária, o presente trabalho tem como objetivo propor uma nova interpretação do pensamento de Wundt, especialmente no que diz respeito à constituição do seu projeto de uma psicologia científica. A idéia central, que fundamenta todo o nosso empreendimento, é a de que seu projeto só pode ser adequadamente compreendido, se levarmos em consideração o desenvolvimento e o amadurecimento de suas reflexões e de seus pressupostos filosóficos, até a sua consolidação final com a publicação do *System der Philosophie*, em 1889. Em outras palavras, defendemos a tese de que seu projeto psicológico está logicamente fundamentado em seus pressupostos filosóficos, mais especificamente no que se refere à sua teoria do conhecimento. Nesse sentido, a psicologia wundtiana, embora epistemologicamente autônoma em relação às outras ciências particulares (física, química, biologia), deve ser entendida como parte de um projeto maior, cujo objetivo último é a elaboração de uma nova *Weltanschauung*.

Para demonstrar a plausibilidade de nossa tese geral, iremos inicialmente aplicá-la em um contexto específico da obra wundtiana, a fim de esclarecer uma questão que, além de não ter despertado a devida atenção na literatura secundária, ainda permanece obscura: por que Wundt abandonou a noção de inconsciente? Embora essa mudança tenha sido percebida e apontada por alguns autores (Boring, 1950; Flugel, 1964; Graumann, 1980; Nitsche, 1990; Richards, 1980a), até hoje ela não foi satisfatoriamente explicada. Sendo assim, se nossa hipótese estiver correta, essa alteração só pode ser compreendida se levarmos em consideração os intensos estudos de

filosofia que Wundt vinha realizando desde meados da década de 1860 – incluindo aí a influência decisiva do criticismo kantiano –, que o levaram a rever os pressupostos fundamentais de seu projeto psicológico inicial, representado principalmente pela publicação, em 1863, das *Vorlesungen*. Ora, como a noção de inconsciente é parte de uma teoria psicológica mais abrangente – que chamaremos de “teoria lógica da mente” – o abandono de toda essa teoria, que servia de fundamento para esse projeto inicial, vai representar uma verdadeira ruptura em seu sistema. Foi, portanto, uma reorientação de natureza filosófica que ocasionou uma mudança drástica de direção na psicologia wundtiana.

Nossa interpretação, porém, não termina aqui. Essa ruptura, por sua vez, fará com que Wundt busque um novo fundamento para seu projeto psicológico, que só vai ser definitivamente estabelecido após a consolidação de seu sistema de filosofia. Desta forma, procuraremos mostrar que o desenvolvimento de sua teoria do conhecimento teve um papel decisivo nessa nova fundamentação, fornecendo os principais elementos para os novos princípios da psicologia wundtiana. É também sob a luz dessa relação com a filosofia que vamos considerar o problema da unidade e da evolução de sua obra, sugerindo uma nova resposta para ela. Na verdade, antes de ser psicólogo, Wundt foi filósofo, sendo que o desenvolvimento de uma ciência psicológica é parte integrante de seu projeto filosófico, que extrapola sobremaneira as questões particulares da psicologia. Ao fim, esperamos fornecer uma nova perspectiva para a compreensão do pensamento de Wundt e, por conseguinte, para a compreensão das origens e do desenvolvimento da idéia de uma psicologia científica no século XIX.

Breves considerações metodológicas

O objetivo principal do presente trabalho é analisar a fundamentação filosófica do projeto wundtiano de uma psicologia científica. Assim, deve estar claro desde já que a perspectiva

adotada em nossa análise é essencialmente interna. Em outras palavras, o que nos interessa primeiramente é desvendar a trama conceitual e a lógica interna dos argumentos envolvidos na constituição de tal projeto. Isso não significa, porém, uma exclusão total dos fatores contextuais. Em vários momentos do texto, procuramos ressaltar certos aspectos sócio-culturais específicos do contexto alemão no século XIX, que consideramos de extrema relevância para a compreensão do pensamento wundtiano. Desta forma, o leitor encontrará, por exemplo, menções explícitas à querela do materialismo (*Materialismusstreit*), ao surgimento do neokantismo e também a eventos particulares, como a famosa conferência de E. Zeller (1814-1908) sobre Kant, em 1862. Em momento algum devemos nos esquecer de que Wundt foi um verdadeiro *Gelehrter* e, certamente, um dos últimos mandarins alemães (Ringer, 2000). Esperamos, assim, estar contribuindo para preencher uma lacuna na interpretação de sua obra, no sentido de relacioná-la à cultura específica em que foi criada (Danziger, 2001b). Como bem advertiu Robinson (1982, p. 128), deixar de conhecer isso é deixar de conhecer o próprio Wundt.

No que diz respeito à análise do pensamento wundtiano propriamente dito, utilizamos a abordagem genética ou cronológica de seus textos. Wundt introduziu várias alterações em edições subsequentes de uma mesma obra, como é o caso, por exemplo, dos *Grundzüge*. Assim, uma análise que se baseie somente em uma única edição de uma dessas obras, mesmo que ela seja central em seu sistema, pode apresentar um retrato muito parcial de suas idéias. Devemos, pois, estar atentos para essas modificações, sob pena de comprometermos todo o nosso empreendimento. Acreditamos ser esta a única forma de determinar satisfatoriamente a evolução de seu pensamento e solucionar o problema de sua unidade ou ruptura. Estaremos, assim, evitando uma das principais armadilhas na interpretação de sua obra, que é tomar a parte pelo todo (Blumenthal, 2001; Danziger, 2001a).

De acordo com essa perspectiva, pudemos descobrir textos fundamentais para a compreensão do pensamento wundtiano, que até aqui foram completamente ignorados na literatura secundária. Assim, por exemplo, apresentamos pela primeira vez uma análise detalhada do livro *Die physikalischen Axiome und ihre Beziehung zum Causalprinzip*, publicado em 1866, mostrando sua íntima relação com o posterior abandono da noção de inconsciente na psicologia wundtiana. Talvez seja exatamente este o motivo pelo qual esse aspecto da obra de Wundt permaneça sem explicação. Sem as reflexões filosóficas presentes neste livro, a passagem das *Vorlesungen* aos *Grundzüge* torna-se, de fato, incompreensível.

Uma outra lacuna importante que procuramos preencher com o presente trabalho refere-se também às fontes primárias utilizadas. A maior parte dos estudos até aqui publicados têm praticamente se restringido aos livros oficialmente publicados por Wundt, deixando de lado fontes importantíssimas como a sua correspondência com outros intelectuais de seu tempo, seus manuscritos e documentos pessoais, assim como outros documentos ligados à sua vida profissional. Além disso, nas poucas vezes em que parte desse material aparece publicada (p.ex., Bringmann e Ungerer, 1980; Steinberg, 2002), os interesses dos respectivos autores divergem significativamente dos nossos, o que torna esses estudos pouco relevantes para a resolução de nosso problema de pesquisa. Decidimos, então, incluir em nosso estudo uma segunda fase, paralela à análise dos textos oficiais, dedicada à investigação minuciosa dessas fontes primárias, no intuito de enriquecer e complementar o trabalho. Utilizamos, assim, os dois acervos mais relevantes em se tratando de Wundt: os Arquivos da Universidade de Heidelberg (*Universitätsarchiv Heidelberg*) e o “Espólio Wundt” (*Nachlass Wundt*), que pertence à Universidade de Leipzig e se encontra dividido entre os Arquivos da Universidade (*Universitätsarchiv Leipzig*) e a “Sala-Wundt” (*Wundt-Zimmer*), localizada no Instituto de Psicologia desta mesma universidade. De todo esse material, a parte que se revelou mais

relevante para a nossa pesquisa foi a sua correspondência, além de algumas resenhas e materiais da época. Foi também no *Wundt-Zimmer* que pudemos consultar as várias edições de uma mesma obra de Wundt, o que seria praticamente impossível de outra forma.

Ainda no que diz respeito às fontes, utilizamos também, como contraponto à bibliografia secundária mais recente, os principais intérpretes de Wundt do início do século XX (Eisler, 1902; Heussner, 1920; König, 1909; Paßkönig, 1912; Petersen, 1925). Apesar de alguns exageros característicos da relação mestre-discípulo, essas primeiras exposições gerais do pensamento de Wundt evitam alguns equívocos das interpretações atuais, na medida em que estão inseridos no mesmo contexto cultural.

Em relação à composição geral do texto, optamos por separar do corpo normal todos os comentários e discussões mais detalhadas da literatura secundária sobre Wundt, transferindo-os para as notas de rodapé. Com isso, quisemos evitar que tais discussões interrompessem o encadeamento geral dos argumentos que fundamentam nossa interpretação.

Finalmente, vale ressaltar que todas as traduções presentes no texto são de minha inteira responsabilidade. No caso de duas obras de Kant, tomamos como base suas respectivas traduções portuguesas (*Crítica da Razão Pura* – trad. de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, 3. ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1994; e *Crítica da Faculdade do Juízo*, trad. de Antônio Marques e Valério Rohden, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998), introduzindo algumas alterações quando julgamos necessário.

Com base nos objetivos anteriormente fixados, o trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos. No primeiro, será apresentado e discutido o primeiro projeto wundtiano de uma psicologia científica. Vamos mostrar como a teoria lógica da mente – que inclui a hipótese das inferências inconscientes – constitui o fundamento de todo esse projeto, e como ela está enraizada em pressupostos filosóficos, ainda que nem sempre explícitos.

No segundo capítulo, o ponto central é a ruptura introduzida por Wundt em seu projeto psicológico inicial, ao abandonar a teoria lógica da mente. Iremos analisar as origens e a consolidação desta ruptura, relacionando-a às profundas reflexões filosóficas de Wundt sobre a relação entre pensamento e realidade, que influenciarão decisivamente todo o seu projeto posterior. Nesse contexto, será ressaltada a decisiva influência de Kant.

No terceiro capítulo, serão apresentados e discutidos tanto a sua concepção geral de filosofia quanto os elementos centrais de sua teoria do conhecimento, que vai fundamentar todo o seu empreendimento filosófico e, por conseguinte, sua psicologia. Assim, vamos procurar mostrar o papel central que a crítica à noção de substância desempenha em sua proposta, assim como o seu embate com o neokantismo e o positivismo alemão.

No quarto capítulo, serão analisadas as bases teóricas de seu projeto maduro de psicologia. Nosso principal objetivo é mostrar a sua dependência em relação aos pressupostos gnosiológicos apresentados no capítulo anterior. Além disso, discutiremos a relação entre a psicologia experimental e a *Völkerpsychologie*.

Finalmente, à guisa de conclusão, vamos retomar a questão da unidade da obra de Wundt – enfatizando a existência de uma única ruptura fundamental – e indicar alguns problemas teórico-conceituais de sua psicologia madura. Vamos sugerir também um novo quadro de referência para a interpretação de seu pensamento psicológico, além de apontar sua relevância para as discussões atuais sobre a autonomia da psicologia.

CAPÍTULO 1- A REFORMA METODOLÓGICA E A TEORIA LÓGICA

DA MENTE: O PROJETO INICIAL DE WUNDT

Para demonstrar a plausibilidade de nossa tese central enunciada na introdução – de que o desenvolvimento do projeto psicológico de Wundt está diretamente associado ao amadurecimento de suas concepções filosóficas –, o primeiro passo a ser empreendido é uma análise de seu primeiro programa de psicologia, que compreende o período situado entre os anos de 1858 e 1863 – quando ainda era assistente de H. von Helmholtz (1821-1894) no Instituto de Fisiologia da Universidade de Heidelberg.⁵ Os trabalhos relevantes para nossa investigação encontram-se reunidos principalmente em dois livros: *Beiträge zur Theorie der Sinneswahrnehmung* (Contribuições à Teoria da Percepção Sensorial) e *Vorlesungen über die Menschen- und Thierseele* (Preleções Sobre a Mente Humana e Animal), publicados em 1862 e 1863, respectivamente.

Nosso objetivo aqui é mostrar como Wundt articula seu programa inicial de uma psicologia científica em torno tanto de uma reforma metodológica quanto de uma concepção unificada dos processos mentais, a saber, a teoria lógica da mente, da qual a hipótese das

⁵ Se seguirmos o depoimento do próprio Wundt (EB, 1079), as atividades desenvolvidas como assistente de Helmholtz, que tinham se iniciado em 1858, foram encerradas em 1863, informação esta que, com a exceção de Bringmann e Balance (1975) e Nitsche (1990), quase todos os seus biógrafos têm ou reproduzido (Gundlach, 1999; Lamberti, 1995; Meischner & Eschler, 1979; Schlotte, 1956; Ungerer, 1979) ou então postulado por sua própria conta uma data alternativa (Diamond, 1980; Flugel, 1964; Sprung, 2001; Titchener, 1921). Entretanto, o próprio Helmholtz nos oferece uma outra versão dos fatos. No final de 1863, ele escreve uma carta de recomendação à promoção de Wundt para Professor Extraordinário, na qual ele sugere a possibilidade de Wundt acumular os dois cargos, o que indica que este ainda não havia se demitido (Helmholtz, 1863). Além disso, em uma correspondência com E. Du Bois-Reymond (1818-1896), em fevereiro de 1865, Helmholtz lhe informa sobre o desejo de saída de Wundt e lhe pede ajuda para achar um substituto (Helmholtz, 1865). Ou seja, pelo relato de Helmholtz, Wundt ainda era seu assistente até o início de 1865. Bringmann, Bringmann & Cottrell (1976) levantaram algumas hipóteses para explicar esse conflito de informações, favorecendo a versão de Helmholtz. No entanto, ainda deixaram a questão indefinida. Como procurei mostrar alhures (Araujo, 2007), não só estão as cartas de Helmholtz muito mais próximas do evento em questão do que a versão apresentada por Wundt em 1915 – o que as torna, portanto, muito mais confiáveis –, mas há outras fontes primárias que comprovam definitivamente a versão de Helmholtz. Dada a seletividade e a vulnerabilidade da memória humana, esse caso deve servir também de alerta para que não depositemos uma confiança excessiva nos tardios relatos autobiográficos de Wundt, como já tinham sugerido Bringmann, Brauns e Bringmann (2003).

inferências inconscientes é parte fundamental. Só então será possível entender adequadamente em que termos esse projeto inicial vai ser posteriormente abandonado – não exatamente em termos metodológicos, mas antes no que se refere às considerações teóricas sobre a vida psíquica – e em que medida Wundt vai conseguir reencontrar uma unidade teórico-conceitual em seu sistema psicológico maduro.⁶

1.1- A necessidade de uma reforma

O ponto de partida de nossa análise é o primeiro livro estritamente psicológico de Wundt – *Beiträge zur Theorie der Sinneswahrnehmung* (Contribuições à Teoria da Percepção Sensorial) – publicado em 1862. Trata-se, na verdade, de uma coletânea de artigos já publicados anteriormente no periódico *Zeitschrift für rationelle Medizin* – entre os anos de 1852 e 1862 –, que testemunham principalmente os resultados experimentais de seus primeiros trabalhos psicológicos como *Privatdozent* e assistente de Helmholtz no Instituto de Fisiologia da Universidade de Heidelberg. Como introdução à obra, Wundt acrescenta um texto inédito – intitulado “Sobre os Métodos na Psicologia” –, no qual afirma a necessidade de uma reforma radical na psicologia e esboça, pela primeira vez, um programa de uma psicologia científica. Daí sua importância imediata para o presente trabalho.

O elemento principal deste primeiro texto teórico de Wundt é o caráter preponderantemente metodológico da proclamada reforma da psicologia. Tomando sempre como base a história das ciências da natureza, Wundt vê tanto seu progresso quanto seu enorme

⁶ Embora existam trabalhos biográficos detalhados sobre diferentes aspectos deste período em Heidelberg (Bringmann, Bringmann & Cottrell, 1976; Diamond, 1980; Ungerer, 1978, 1979, 1980), há uma carência de análises teórico-conceituais de seu projeto inicial de psicologia. As poucas tentativas feitas até aqui, apesar de levantarem questões importantes para a compreensão da obra wundtiana, apresentam interpretações unilaterais, por vezes contraditórias, e consideram apenas superficialmente a questão da continuidade com os escritos posteriores de Wundt (Graumann, 1980; Hoorn & Verhave, 1980; Richards, 1980a; Schmidgen, 2003; Schneider, 1990). Ou então se restringem aos aspectos relativos à *Völkerpsychologie* (Eckardt, 1997; Oelze, 1991). Mesmo a extensa e valiosa contribuição de Nitsche (1990) revela-se em alguns pontos problemática, como teremos a oportunidade de ver ao longo deste capítulo.

sucesso como resultado de uma revolução nos métodos de investigação. A psicologia, contudo, vinha se mantendo até então alheia a todo esse processo revolucionário ocorrido na ciência natural:

“Se se considera a psicologia como uma ciência natural, deve ficar totalmente claro que aquelas grandes revoluções que reconfiguraram completamente as ciências físicas desde a época de Bacon e Galileu não tiveram sobre ela qualquer efeito. Pois da psicologia pode-se dizer ainda com mais razão o que Kant observou uma vez sobre a lógica: que ela não teria avançado um passo sequer desde Aristóteles.” (BTS, xi)

Mas qual seria a razão subjacente a este atraso da psicologia? O que explicaria essa trágica diferença em relação às ciências naturais? A grande vilã da história, segundo Wundt, é a metafísica. Não a metafísica em si, deve-se ressaltar, mas mais precisamente a confusão entre problemas metafísicos e psicológicos. A psicologia não deve se ocupar de questões acerca da natureza e da origem da alma, tampouco como a física se preocupa com a natureza última da matéria. São assuntos que não podem ser tratados cientificamente, cujas respostas nos levam a girar continuamente em círculo e, portanto, à estagnação. O modelo de referência permanece sendo a ciência natural:

“Aqueles questões, porém, na maior parte não pertencem à psicologia científica, mas sim à metafísica, pois, como esta não é uma ciência natural, também não tem podido tirar qualquer proveito dos aperfeiçoamentos metodológicos das ciências naturais. Ainda que se possa conceder certo direito à discussão dos problemas metafísicos que estão por trás da psicologia, é preciso, contudo, insistir no fato de que até aqui, assim como na física não se tolera considerações sobre o fundamento último das coisas, aqueles problemas tampouco pertencem à psicologia científica.” (BTS, xii)

A crítica à metafísica tem ainda um segundo momento, que se refere à formulação de hipóteses científicas e está diretamente relacionado ao momento anterior. Embora reconheça certo progresso já em andamento até mesmo dentro da própria filosofia – na medida em que essa vai se aproximando cada vez mais da experiência e exigindo-a como fundamentação da própria atividade filosófica – Wundt vê nas análises psicológicas daí oriundas dois equívocos fundamentais: 1) a construção de hipóteses metafísicas fantasiosas como guias a priori para a investigação dos fenômenos psíquicos; 2) uma análise limitada aos fatos superficiais da consciência (BTS, xiii-xiv). O alvo de suas críticas é, no primeiro caso, a psicologia racional; no segundo, a psicologia empírica.⁷

A psicologia racional ou metafísica, segundo Wundt, caracteriza-se principalmente por seu procedimento dedutivo a partir de conceitos e/ou hipóteses metafísicas. Deste modo, toda a psicologia seria uma grandiosa, porém quimérica construção racional, em que os fatos da vida psíquica seriam distorcidos para acomodarem-se ao esquema conceitual específico de cada sistema filosófico. Nesse sentido, todos os sistemas idealistas enquadrar-se-iam nesta classificação, especialmente o de G. W. F. Hegel (1770-1831) e seus discípulos (BTS, xx). Entretanto, Wundt considera também como exemplo de psicologia metafísica a psicologia matemática de J. F. Herbart (1776-1841), que, embora deva ser considerada uma vertente mais realista do que idealista, compartilha o mesmo erro fundamental de todas as abordagens metafísicas: o princípio, a partir do qual todas as deduções são derivadas – o da simplicidade da

⁷ Wundt retoma aqui a clássica distinção sugerida por C. Wolff (1679-1754) entre psicologia racional e psicologia empírica (Wolff, 1754, §§ 191-539 e §§ 727-927; Richards, 1980b). Mas o que lhe interessa nessa distinção é sobretudo a diferença metodológica que as separam e que serve, assim, como ponto de apoio para a sua pretendida reforma. Como veremos na próxima seção, trata-se de uma recusa total da primeira e um aperfeiçoamento da segunda.

alma –, não surgiu da própria ciência em questão (a psicologia), mas sim de uma ciência que lhe é estranha (a metafísica), de forma que os fatos foram acomodados àquele princípio (BTS, xxii).⁸

Neste segundo momento de sua crítica à metafísica em geral – em que a crítica a Herbart aparece como caso específico – torna-se ainda mais evidente que o problema não é a metafísica em si (toda e qualquer metafísica), mas sim o método utilizado na sua elaboração. De acordo com Wundt, os fatos devem anteceder as hipóteses, e não o inverso. A metafísica, portanto, não pode servir de fundamentação à psicologia (enquanto uma ciência empírica), mas, ao contrário, deve tomá-la como seu fundamento (BTS, xviii-xix).⁹

No que concerne à psicologia empírica, esta procede indutivamente através da utilização da auto-observação (*Selbstbeobachtung*) ou introspecção, que é um recurso indispensável à psicologia, mas que, todavia, mostra-se assaz insuficiente, na medida em que só pode alcançar os fenômenos que se apresentam à consciência e, deste modo, nunca chega à causa dos mesmos, que se situa fora dela.¹⁰ Assim, a psicologia se vê diante de um amontoado de fatos desordenados, o que acaba levando-a a uma série de classificações artificiais, como, p.ex., a idéia de faculdades mentais (*Seelenvermögen*). A consciência, afirma Wundt, é um fenômeno complexo, cujos

⁸ O próprio Herbart admite explicitamente que a psicologia é uma subdivisão da metafísica e que se encontra, portanto, a ela subordinada (Herbart, 1850b, §§ 14-15). Embora Wundt reconheça os méritos de Herbart por ter concebido a mente como uma unidade, ele aprofunda ainda mais sua crítica à psicologia herbartiana, ao condenar como ilusória sua proposta de espacialização e mecanização das representações (juntamente com seu tratamento matemático) e afirmar a possibilidade de se refutar empiricamente aquele axioma que sustenta todo seu sistema psicológico, a saber, a tese da simplicidade da alma. Devido a essas críticas, Wundt foi duramente atacado por M. Drobisch (1802-1896) – discípulo de Herbart –, que publicou uma resenha das *Beiträge*, acusando Wundt de extrema superficialidade em seu conhecimento psicológico (Drobisch, 1864).

⁹ É importante observarmos que, desde o início, Wundt admite explicitamente a possibilidade de uma metafísica, embora sua formulação ainda esteja em estado embrionário. No capítulo 3, veremos os termos segundo os quais ele irá fundamentar a necessidade de um conhecimento metafísico.

¹⁰ Podemos especular aqui que essa consciência inicial das limitações metodológicas da introspecção clássica desempenha um papel importante no desenvolvimento metodológico da psicologia individual de Wundt. Muitos anos mais tarde, ele vai estabelecer uma diferença crucial entre auto-observação (*Selbstbeobachtung*) e percepção interna (*innere Wahrnehmung*), recusando completamente a possibilidade da primeira (SIW). Essa diferença permanece em grande parte ignorada na literatura secundária, de forma que alguns autores insistem em classificar Wundt como um defensor da auto-observação ou introspecção tradicional (Boring, 1950, 1953; Marx e Hillix, 1995). E mesmo entre aqueles que reconheceram a importância dessa diferença, encontramos interpretações divergentes sobre a real posição de Wundt (Blumenthal, 1985; Danziger, 1980b). Na seção 4.2 essa questão será tratada mais detalhadamente.

elementos que a compõem encontram-se inicialmente ocultos à observação casual. Assim como na investigação dos fenômenos da natureza em geral, é preciso também no domínio psíquico empreender uma análise que parta do complexo para alcançar o simples. Nesse caso, o simples significaria os elementos primordiais da vida mental.¹¹

“Assim como a anatomia somente adentrou seu estágio científico a partir do momento em que a análise microscópica e a pesquisa embriológica nos mostraram as origens das formas, nas quais as leis da formação dos tecidos e do organismo podem ser investigadas, talvez a psicologia também só venha a se libertar do ornamento das hipóteses metafísicas, que ainda hoje a cercam, e ficar no terreno de suas próprias leis, quando for possível apreender os fenômenos mentais no início de seu aparecimento e torná-los acessíveis à análise.” (BTS, xiv)¹²

Tendo traçado o objetivo geral a ser seguido (a descoberta dos elementos e das leis que regem a vida mental), falta indicar ainda o caminho para sua realização. Entretanto, antes de mostrar concretamente como Wundt pretende tirar o conhecimento psicológico de seu estado de estagnação, é preciso entender seu programa de uma psicologia científica, uma vez que é no interior deste programa que a reforma metodológica ganha seu verdadeiro sentido.

¹¹ Já está implícita aqui a primeira consideração positiva feita por Wundt acerca do objeto da psicologia. Segundo ele, a vida psíquica é muito mais abrangente do que a consciência, uma vez que envolve vários fenômenos inacessíveis à nossa observação imediata. Como ficará mais claro na seção 1.3, a preponderância da vida inconsciente sobre a consciência constitui o elemento essencial de sua teoria psicológica inicial. Podemos dizer, portanto, que associada ao projeto de reforma metodológica já há uma concepção acerca da natureza do objeto da psicologia, ainda que de forma não muito elaborada.

¹² Essa mesma estratégia reaparece, um ano mais tarde, no prefácio das *Vorlesungen*: a estagnação da psicologia e a necessidade de uma reforma metodológica, cujo objetivo básico é superar as limitações da introspecção através da análise dos fenômenos complexos em termos de seus elementos subjacentes e, assim, descobrir as leis gerais da vida mental (VMT₁, I, iii-v).

1.2- O programa de uma psicologia científica

Após esse diagnóstico inicial, cujo objetivo primordial era identificar os fatores responsáveis pela estagnação da psicologia, Wundt apresenta enfim sua proposta para o progresso do conhecimento psicológico. A psicologia geral, segundo ele, necessita do auxílio de duas disciplinas científicas: a) a história do desenvolvimento da mente (*Entwicklungsgeschichte der Seele*),¹³ que se ocupa com a formação gradual da vida mental no homem; b) a psicologia comparada (*vergleichende Psychologie*), cujo objetivo é investigar as diferenças desta mesma vida mental entre os animais (psicologia animal) e também entre os diferentes povos e culturas que constituem o gênero humano (*Völkerpsychologie*) (BTS, xiv).¹⁴

Essa passagem do texto de Wundt merece uma atenção especial, não só por se tratar de sua primeira formulação de um amplo programa de psicologia, mas também pela necessidade de uma adequada interpretação dos conceitos aí utilizados, que têm causado uma divergência de interpretações na literatura secundária. Nesse período inicial, Wundt ainda não tinha amadurecido

¹³ Na filosofia alemã, o conceito ‘Seele’ tem uma variedade muito grande de sentidos, dependendo sempre do contexto e do autor em questão. Dada sua marcante inserção na tradição religiosa ocidental, uma primeira aproximação seria traduzi-lo por ‘alma’, termo que conserva essa dimensão religiosa. Entretanto, como a partir do século XIX, ao longo do processo de emancipação epistemológica e metodológica da psicologia, o termo aparece frequentemente ligado às discussões sobre a caracterização de seu objeto próprio de estudo – mais distante, portanto, de suas conotações religiosas –, o substantivo ‘alma’ pareceu-nos aqui inadequado para indicar esse aspecto específico do debate psicológico. No caso específico de Wundt, como ficará mais claro adiante, ‘Seele’ é apenas um termo lógico utilizado para designar a totalidade dos fenômenos psicológicos e, assim, definir de forma unificada o objeto geral da psicologia. Assim, optamos por traduzi-lo ao longo de todo o texto por ‘mente’, pois, além de ser um termo mais neutro em relação à tradição religiosa, revela-se mais adequado para designar a discussão específica em torno do objeto da psicologia. Estamos conscientes, contudo, das possíveis limitações desta escolha.

¹⁴ Uma possível tradução para ‘Völkerpsychologie’ seria ‘psicologia dos povos’, já que o substantivo português ‘povo’ parece traduzir adequadamente o substantivo alemão ‘Volk’. No entanto, dada a especificidade do conceito de ‘Volk’ na tradição alemã – que sobretudo a partir do século XIX adquire uma dimensão ao mesmo tempo política, étnica, cultural e social (Brandt, 2001) – não encontramos nenhum termo na língua portuguesa que pudesse expressar com fidelidade a amplitude semântica da expressão original. Uma outra alternativa seria ‘psicologia cultural’, mas que também seria extremamente problemática, na medida em que enfatiza apenas uma dimensão do conceito original. Ainda mais inadequada seria a tradução por ‘psicologia social’. Não porque o elemento social não esteja presente na proposta de Wundt, mas sim por causa das inúmeras confusões conceituais que poderiam surgir, tendo em vista o desenvolvimento de várias psicologias sociais diferentes ao longo do século XX e sua completa dessemelhança com os objetivos wundtianos. Essa dificuldade de tradução, no entanto, de forma alguma é exclusiva da língua portuguesa. Tanto Danziger (1983) quanto Gundlach (1983), p.ex., indicaram as problemáticas e, em alguns casos, desastrosas tentativas de tradução da *Völkerpsychologie* de Wundt para a língua inglesa (‘social psychology’, ‘ethnic psychology’, ‘racial psychology’, ‘folk psychology’), que comprometem sensivelmente a compreensão da idéia original. Para evitar todos esses problemas, utilizaremos ao longo de todo o texto o termo original, acrescentando, sempre que possível e necessário, esclarecimentos relativos ao contexto de sua inserção.

seus conceitos centrais e, por isso, utiliza termos e expressões ainda de forma pouco precisa. Acreditamos, todavia, que uma solução satisfatória para esse problema pode ser encontrada a partir de uma análise interna do próprio texto, atentando para suas articulações conceituais com os outros capítulos e também com as *Vorlesungen*. A primeira questão que se impõe é: o que Wundt entende aqui por psicologia geral e que tipo de relação ela mantém com suas disciplinas auxiliares? Além disso, o que significa exatamente uma “história do desenvolvimento da mente”?

O termo ‘psicologia geral’ quer dizer, em primeiro lugar, que a psicologia, ao buscar os primórdios da vida mental, ocupa-se não apenas de alguns seres particulares, mas de todo o domínio das criaturas dotadas de mente (*der ganzen Stufenleiter der beseelten Geschöpfe*), extrapolando assim tanto a esfera individual quanto a humana.¹⁵ Em segundo lugar, o que Wundt pretende aqui é antes de tudo estabelecer as leis gerais que regem essa vida mental (BTS, xiv). Como essas leis, porém, só podem surgir de investigações empíricas particulares, justifica-se, deste modo, a divisão de tarefas proposta por Wundt.

No que concerne à “história do desenvolvimento da mente”, esta tem sido interpretada ou como uma psicologia do desenvolvimento infantil (Nitsche, 1990; Titchener, 1921) ou como uma psicologia evolucionária nos moldes darwinistas (Graumann, 1980). Ambas as interpretações nos parecem, contudo, equivocadas. Que não se trata aqui do desenvolvimento infantil torna-se claro a partir da própria prescrição metodológica de Wundt, segundo a qual as investigações devem ser realizadas com indivíduos já desenvolvidos (adultos), e não com indivíduos em desenvolvimento (crianças). E como momentos fundamentais deste desenvolvimento ele cita o surgimento da sensação e da percepção, sendo esta última o tema central de todos os trabalhos reunidos nas *Beiträge* (BTS, xv), onde não há qualquer referência a estudos realizados com crianças. E mesmo

¹⁵ Não é por acaso que a psicologia animal ocupa, pelo menos no plano teórico, um lugar importante no projeto wundtiano. Como a unidade da mente extrapola a dimensão humana, a psicologia não pode se restringir à investigação do ser humano. É importante termos sempre presente que o objetivo de Wundt é, desde o início, apreender a totalidade da vida psíquica (VMT₁, I, 23-24).

nas *Vorlesungen*, onde o desenvolvimento infantil aparece algumas vezes nas discussões, ele desempenha apenas uma função ilustrativa, como exemplos da vida cotidiana, sem qualquer caráter sistemático.

Por outro lado, a idéia de uma “psicologia evolucionária” nos parece muito distante do projeto wundtiano. Wundt tomou contato com Darwin a partir da primeira tradução alemã da *Origem das Espécies*, que apareceu em 1860 (VMT₁, II, 459), época em que ele já tinha formulado a sua teoria dos processos lógicos inconscientes e muito provavelmente já tinha se convencido da universalidade das atividades lógicas da mente. Além disso, a discussão e a utilização das idéias de Darwin para a psicologia estão restritas a um único capítulo das *Vorlesungen* (Conferência 52), em que Wundt vê a necessidade de sair da esfera da existência individual e admite a possibilidade de alguns gestos (*mimische Bewegungen*) básicos serem herdados coletivamente. Esses gestos, que não devem ser confundidos com os reflexos, seriam adquiridos ao longo da evolução humana e serviriam para expressar certas excitações internas do organismo, formando deste modo a base para o desenvolvimento de toda a vida afetiva. Mas esse reconhecimento por parte de Wundt não deve ser exagerado. Ele vê no princípio da seleção natural, juntamente com a noção de variabilidade e hereditariedade, apenas uma metáfora útil para preencher uma lacuna explicativa em seu sistema psicológico e, portanto, reforçar a sua própria concepção do desenvolvimento psíquico (VMT₁, II, 352-363). Mas de modo algum podemos falar em uma “psicologia evolucionária”, que tem a seleção natural como princípio explicativo fundamental das características psicológicas. Nesse projeto psicológico de Wundt, a filogênese é sempre secundária em relação à ontogênese.

O aspecto que consideramos fundamental nessa discussão e que parece ter escapado a esses autores é a preponderância da dimensão lógica nessa noção inicial de desenvolvimento psíquico apresentada por Wundt. Se considerarmos tanto a sua definição de mente (*Seele*) – “um

ser que se desenvolve e age a partir de si mesmo segundo leis lógicas” (BTS, 451) – quanto a lei que ele toma como fundamento de sua psicologia – a “lei do desenvolvimento lógico da mente” (BTS, xxi) –, não restam dúvidas de que esse desenvolvimento deve ser entendido primeiro num sentido puramente lógico, como uma espécie de desdobramento formal. No entanto, esse desdobramento vai simultaneamente ocorrer no tempo, uma vez que os fenômenos psíquicos só podem existir em seres concretos, o que nos permite falar de um desenvolvimento tanto individual quanto coletivo. Mas a primazia aqui é da dimensão lógica sobre a temporal, mesmo sendo esta última o ponto de partida para compreendermos a primeira. Nesse sentido, o que interessa primariamente a Wundt é a forma lógica da manifestação de todos os fenômenos mentais, cuja universalidade vai servir como garantia da unificação dos mais variados conteúdos, incluindo aí o reino animal. Assim, as mais distintas expressões de mentalidade (tanto animal quanto humana, tanto individual quanto coletiva) só são objeto de análise psicológica enquanto revelam algo desta universalidade.

Finalmente, devemos ainda rejeitar uma terceira possibilidade de interpretação da expressão ‘história do desenvolvimento da mente’. Também não se trata de um relato psicológico de determinados períodos históricos ao longo do desenvolvimento da humanidade – algo como uma psicologia histórica ou história das mentalidades na linguagem atual (Ariés, 1978; Duby, 1961; Raulff, 1986). Todas as vezes que Wundt analisa certos períodos históricos particulares, o que ele tem em vista é o papel que tais períodos desempenham no desenvolvimento lógico da mente, cujas leis cabe à psicologia revelar. E mesmo nesse caso, em que ele reconhece a necessidade de uma análise supra-individual, isso já não pertence mais à “história do desenvolvimento da mente”, mas sim a uma outra disciplina auxiliar da psicologia, a saber, a *Völkerpsychologie* (ver seção 1.4).

Tudo isso nos leva a crer que o desenvolvimento ao qual Wundt está se referindo, quando fala em uma “história do desenvolvimento da mente”, é o desdobramento formal dos processos mentais que se concretiza em cada indivíduo (sensação, percepção, representação, consciência, etc.) e que a psicologia deve investigar, sobretudo através do método experimental. Em outras palavras, encontramos aqui, mesmo que Wundt ainda não utilize qualquer uma dessas expressões, uma primeira formulação do que mais tarde veio a se constituir como o campo específico da ‘psicologia individual, fisiológica ou experimental’.

Tendo esclarecido então o significado geral do programa psicológico de Wundt, podemos agora retornar à questão do método. Como dissemos anteriormente, é dentro deste programa que a reforma metodológica adquire seu sentido. Wundt reconhece que, em ambas as direções da psicologia geral – a história do desenvolvimento da mente e a psicologia comparada –, já há alguns resultados iniciais positivos, mas que o caminho correto ainda não foi encontrado. No caso da psicologia comparada, p.ex., a psicologia animal ainda precisa se libertar de um velho preconceito, a saber, a atribuição de um instinto a todos os fenômenos psíquicos dos animais. E a *Völkerpsychologie*, apesar da importante iniciativa de M. Lazarus (1824-1903) e H. Steinthal (1823-1899),¹⁶ ainda tem que descobrir o significado psicológico do material já disponível nos estudos da linguagem, da história da cultura e dos costumes. Quanto à história do desenvolvimento da mente, existem também valiosos trabalhos fisiológicos no domínio da

¹⁶ Wundt refere-se aqui à fundação do periódico *Zeitschrift für Völkerpsychologie und Sprachwissenschaft*, que traz em seu primeiro número um longo artigo introdutório de ambos os autores, em que eles definem o programa e as diretrizes gerais de sua *Völkerpsychologie* (Lazarus e Steinthal, 1860). Na verdade, porém, a idéia original cabe a Lazarus, que em um texto anterior (Lazarus, 1851) – quase totalmente incorporado à introdução de 1860 – já havia apresentado o conceito de uma *Völkerpsychologie*. A relação entre este projeto e o de Wundt será esclarecida nas seções 1.4 e 4.2. Vale aqui também ressaltar a influência do projeto antropológico de T. Waitz (1821-1864) nas reflexões de Wundt sobre os temas da *Völkerpsychologie* (Waitz, 1859). Embora Wundt cite apenas de passagem o trabalho de Waitz (VMT₁, II, 451), sua presença pode ser notada em várias passagens deste segundo volume das *Vorlesungen*. No entanto, essa influência não será conservada no seu projeto futuro.

sensação e da percepção.¹⁷ No entanto, devido a confusões conceituais e aos limites da auto-observação, ainda não foi possível chegar a uma teoria acabada dos processos perceptivos (BTS, xiv-xvi).

Mas que caminho correto é este, que a psicologia ainda precisa encontrar? É necessário aqui retomarmos a distinção metodológica apresentada na seção anterior entre psicologia empírica e racional. Esta procede dedutivamente, a partir de hipóteses e/ou conceitos metafísicos, enquanto que aquela utiliza um procedimento indutivo, porém muito limitado (auto-observação). Com base neste diagnóstico, Wundt vê apenas uma solução possível: trata-se de rejeitar completamente o método dedutivo e seguir exclusivamente o caminho da indução, expandindo seu alcance e suas possibilidades de utilização nas investigações psicológicas.¹⁸ Isso significa uma dupla e complementar operação: ampliação dos métodos observacionais até aqui utilizados e introdução do método experimental nas investigações (BTS, xxiv). É esta ênfase de Wundt na indução, seguida de seu entusiasmo com o método experimental, que marca o caráter preponderantemente metodológico de sua reforma psicológica.

Mas é preciso ainda estabelecer a exata relação entre essa dupla operação metodológica e o programa psicológico apresentado anteriormente. De fato, ela é simples e direta: a psicologia comparada deve ampliar seus métodos de observação e a história do desenvolvimento da mente

¹⁷ No prefácio das *Vorlesungen*, Wundt explicita quais são essas influências positivas: os trabalhos pioneiros de H. Lotze (1817-1881), E. H. Weber (1795-1878), G. T. Fechner (1801-1887) e H. von Helmholtz (1821-1894) (VMT₁, I, vii-viii). Isso reforça nossa interpretação de que a “história do desenvolvimento da mente” apresenta uma grande semelhança com o domínio que será futuramente classificado por Wundt como psicologia individual, fisiológica ou experimental.

¹⁸ Como procurei mostrar anteriormente (Araujo, 2003a), essa ênfase inicial de Wundt no método indutivo, assim como sua postura antimetafísica, coloca em dificuldade a interpretação feita por alguns historiadores contemporâneos da psicologia, segundo a qual Wundt seria antipositivista e antiindutivista (Danziger, 1979, 1980b; Leahey, 1981). Como veremos no capítulo 3 (seção 3.4), Wundt foi de fato, em sua fase madura, um severo crítico de várias formas de positivismo. No entanto, não deixou de compartilhar certa admiração e também algumas idéias com os positivistas. O problema aqui é que os autores em questão, além de concentrarem-se apenas nessa fase madura da psicologia de Wundt, sem se preocupar com a fase inicial, também não deram atenção às eventuais semelhanças. Portanto, mesmo sendo correto dizer que Wundt não foi um positivista, essa afirmação só ganha seu sentido pleno no contexto de seu confronto direto com o positivismo alemão, especialmente o empiriocriticismo. No que diz respeito ao indutivismo, sua inclusão no rol dos antiindutivistas soa absurda em função de sua defesa explícita e incansável do método indutivo, incluindo aí sua idéia de uma metafísica indutiva.

precisa introduzir o experimento como recurso metodológico. Vejamos cada um desses momentos em particular.

Na ampliação dos métodos de observação, prescrita para a psicologia comparada, Wundt coloca todo o peso na utilização da estatística para investigar os fatos da vida social.¹⁹ O que ele pretende aqui é romper com a tradição de se tentar entender a vida coletiva das sociedades através da observação de um pequeno número de casos individuais isolados. Nesse sentido, a estatística poderia oferecer à psicologia, através da apreensão de um grande número de fatos, um rico material para análise, que traria consigo, ao invés de suposições vagas, conclusões com certeza matemática. Como exemplos, Wundt cita aqui a consolidação da economia nacional (*Nationalökonomie*)²⁰ como campo autônomo de investigação de fatos sociais e as correlações estatísticas entre o suicídio e suas múltiplas causas (BTS, xxiv-xxv).

Wundt mostra-se de fato otimista em relação às possíveis contribuições da estatística para o conhecimento psicológico, chegando até mesmo a afirmar que “se pode aprender mais psicologia com as pesquisas estatísticas do que com todos os filósofos, excetuando-se Aristóteles” (BTS, xxv). Por outro lado, ele reconhece claramente seus limites. Os fatos estatísticos são relevantes somente para a psicologia prática (*praktische Psychologie*),²¹ mas não

¹⁹ É curioso o fato de Wundt, em nenhum momento desta prescrição metodológica, referir-se à psicologia animal. Todos os exemplos restringem-se a fatos relacionados à *Völkerpsychologie*. Embora reconhecesse a importância da psicologia animal para garantir a unidade de seu projeto psicológico, ele não dedicou muito espaço a ela na sua obra inicial. Das 57 preleções presentes nas *Vorlesungen*, apenas duas são dedicadas exclusivamente ao reino animal – a saber, as de número 29 e 37, que tratam da inteligência e da vida social, respectivamente. Esse problema reaparecerá no seu projeto final, como veremos adiante (seção 4.2, especialmente a nota 161).

²⁰ A partir do início do século XIX, a expressão ‘Nationalökonomie’ aparece diretamente ligada à recepção alemã da obra de Adam Smith (principalmente “A Riqueza das Nações”) e de sua teoria econômica. No entanto, ao longo do século, o termo foi adquirindo novos significados, até ganhar uma conotação mais sócio-histórica do que econômica (Rabe, 1984; Winkel, 1977). É nesse sentido de uma teoria social (*Gesellschaftslehre*) estatisticamente fundamentada – um novo e autônomo campo de investigação da sociedade – que Wundt entende a *Nationalökonomie* e suas possíveis contribuições para a psicologia.

²¹ O termo ‘psicologia prática’ não deve ser aqui entendido no seu sentido atual, que se refere a uma aplicação profissional de um suposto conhecimento teórico-psicológico. Com essa expressão, Wundt designa apenas fatos psicológicos da vida cotidiana em sociedade, como no caso do suicídio. Essa ressalva serve para indicar que os fatos estatísticos em si mesmo, embora úteis, não podem nos fornecer as leis gerais da vida mental, que é o objetivo último da psicologia geral. Em outras palavras, já está implícito aqui a primazia do experimento para a elaboração teórica, como veremos logo adiante.

para a atividade teórica fundamental da psicologia, embora possam servir como ponto de partida para esta última. Além disso, nas *Vorlesungen*, quando trata da vontade, ele admite que os fatos estatísticos revelem apenas que as influências sociais pertencem às causas da vontade, mas jamais podem provar que não existam outras (VMT₁, II, p. 412).

A importância da estatística como método de observação psicológica revela-se ainda em um segundo momento, que diz respeito à investigação histórica. Wundt critica duramente o modelo personalista da historiografia do século XIX, que procura explicar os eventos históricos através da influência de indivíduos extraordinários. No lugar desta história tradicional (*Geschichte*), é preciso introduzir a história natural (*Naturgeschichte*) como instrumento de observação psicológica.²² Trata-se de uma ciência nova, que faz amplo uso de ferramentas estatísticas, e que inaugura uma nova perspectiva de compreensão dos fenômenos histórico-culturais.

“A humanidade ou certos complexos de pessoas como um todo levam uma existência histórico-natural, que em todos os seus fenômenos depende do estado de toda a sociedade. Por toda a parte, onde o material para as observações é suficiente, faz-se valer a lei dos grandes números – isto é, desvios isolados, que nós atribuímos ao acaso ou ao arbítrio individual, anulam-se e a lei histórico-natural encontra sua expressão clara e completa.” (BTS, xxvi).

Passemos agora à segunda forma proposta por Wundt para aperfeiçoar e estender a indução, que está diretamente relacionada à história do desenvolvimento da mente. Wundt

²² Wundt insiste aqui na oposição conceitual entre *Geschichte* e *Naturgeschichte* com o intuito de contrapor ao aspecto negativo da primeira o caráter positivo da segunda. Entretanto, quando essa distinção é retomada nas *Vorlesungen*, a *Geschichte* é tratada de uma forma menos negativa e mais complementar, embora o peso maior continue sendo dado à *Naturgeschichte*. Neste mesmo trecho das *Vorlesungen*, fica mais evidente que o que está em jogo é a tradicional diferença entre as perspectivas sincrônica (*Naturgeschichte*) e diacrônica (*Geschichte*) (VMT₁, II, 120). É importante que estejamos sempre atentos para os diferentes sentidos que Wundt dá ao termo ‘história’ ao longo de sua obra.

prescreve aqui a utilização em larga escala do método experimental, tomado de empréstimo da fisiologia. Contudo, segundo ele, é preciso primeiro se livrar do preconceito reinante na psicologia, segundo o qual o experimento só poderia ser utilizado no campo da sensação e da percepção – por causa de sua íntima relação com os fatores fisiológicos – e nunca no domínio das atividades psíquicas superiores. Como prova da inadequação desse preconceito ele cita seus próprios experimentos sobre a velocidade do curso das representações, que se distanciariam do domínio psicofísico e caracterizar-se-iam como investigações puramente psicológicas (BTS, xxvii-xxviii).

Superado o preconceito, o próximo passo é demarcar a especificidade do experimento psicológico. Por um lado, Wundt enfatiza que, embora os estímulos sensoriais sejam aqui indispensáveis, eles são apenas recursos experimentais, cuja manipulação nos serve de acesso às leis da vida mental, mas que de modo algum representa o ponto essencial da investigação, que é puramente psicológico. Ao mesmo tempo, ele insiste na desvinculação entre psicologia experimental e psicofísica. Apesar de reconhecer a importância da lei de Fechner para o domínio psíquico, faz questão de ressaltar que o objetivo da psicologia experimental é outro, a saber, a gênese ou o desenvolvimento dos processos psíquicos (BTS, xxviii-xxxi).²³ Essa gênese, que nas *Beiträge* se limita à percepção, vai ser estendida a todos os processos psíquicos nas *Vorlesungen*, como veremos na seção 1.4.

Dois pontos merecem aqui destaque. Primeiro, Wundt deixa entrever, ao longo desta sua introdução às *Beiträge* – sendo que já no prefácio ele havia insinuado que, a partir de então, a psicologia experimental deixaria de ser apenas um nome (BTS, vi) –, que ele se considera de fato

²³ Schneider, ao ver na psicofísica um dos fundamentos do pensamento inicial de Wundt, parece não ter atentado para essa diferença crucial (Schneider, 1990, p. 57). De fato, essa associação entre experimento, sensação e percepção não só revela a peculiaridade da proposta de Wundt em relação a Fechner, como torna ainda mais clara a semelhança entre a ‘história do desenvolvimento da mente’ e a futura ‘psicologia individual, fisiológica ou experimental’.

o fundador dessa nova psicologia, concebida dentro dos moldes metodológicos da ciência natural. Embora reconheça a relevância dos trabalhos de seus predecessores (Weber, Fechner, etc.), tem para si que nenhum deles logrou estabelecer uma verdadeira psicologia científica, na medida em que se mantiveram restritos ao estudo da sensação. Sendo assim, Wundt deveria ser considerado o pai da psicologia científica, se é que ele merece tal reputação, não por causa da fundação do Instituto Psicológico da Universidade de Leipzig, fato esse que só ocorreria quase duas décadas depois, mas acima de tudo porque ele foi o primeiro a propor um amplo programa de psicologia científica, que levasse em conta todos os domínios e toda a complexidade da vida mental, quando ainda era um jovem docente na Universidade de Heidelberg.

O segundo ponto que cabe aqui ressaltar é o entusiasmo inicial de Wundt em relação ao método experimental. De fato, ele defende nas *Beiträge* sua utilização total, incluindo aí as atividades psíquicas superiores. Contudo, já nas *Vorlesungen*, ele reconhece a impossibilidade da investigação experimental no domínio dos sentimentos e de todos os fenômenos relacionados à *Völkerpsychologie* (VMT₁, II, iii-iv), embora o experimento continue preponderando em relação aos outros recursos metodológicos (VMT₁, I, 23). Afinal, segundo o próprio Wundt, é o método experimental que marca o caráter inovador de sua psicologia, pois só através dele seria possível alcançar os fenômenos inconscientes e descobrir as leis naturais que regem a vida psíquica (VMT₁, I, v-vii).

1.3- A teoria lógica da mente e a hipótese das inferências inconscientes

O próximo passo de Wundt é estender a perspectiva genética utilizada no estudo da percepção para todo o conjunto dos fenômenos mentais. No entanto, para que possamos compreender adequadamente o que lhe permite consolidar esse projeto inicial, é necessário

incluir em nossa análise uma nova dimensão – a saber, ontológica²⁴ – como complemento às considerações preponderantemente metodológicas até aqui dominantes. Mas qual é a justificativa para introduzirmos essa nova dimensão em nossa análise? Ora, uma vez que o método experimental vai sofrer aqui pela primeira vez uma restrição de fato,²⁵ torna-se evidente que a unidade da psicologia não vai poder sustentar-se metodologicamente. Surge, então, a necessidade de ancorar essa unidade em outro lugar. É nesse ponto que as considerações sobre a natureza da vida mental, incluindo aí a hipótese das inferências inconscientes, passam a ocupar um papel central em seu projeto psicológico. Acompanhemos então o surgimento e a consolidação dessa perspectiva teórica.

Em seu artigo “Sobre o Tato, Considerando-se Especialmente Suas Percepções Espaciais”, publicado em 1858 no *Zeitschrift für rationelle Medizin* e incluído como primeiro capítulo das *Beiträge*, Wundt anuncia pela primeira vez uma hipótese para explicar suas próprias investigações e observações sobre a percepção tátil, fenômeno ao qual ele já vinha se dedicando há algum tempo.²⁶ Insatisfeito com as hipóteses preponderantemente anatômicas e/ou fisiológicas

²⁴ O termo ‘ontologia’ refere-se aqui ao conjunto de objetos designados por uma teoria, assim como à natureza dos mesmos. Deve estar claro, portanto, que não se trata aqui do que Heidegger (1927, §4) chamou de ontologia fundamental, mas tão somente de uma ontologia regional da psicologia.

²⁵ Embora já tivesse anunciado na introdução das *Beiträge* a ampliação dos meios de observação, sobretudo através da estatística, como passo complementar à introdução do experimento na reforma da psicologia, as investigações apresentadas por Wundt nos capítulos seguintes estão concretamente restritas ao campo da percepção sensorial e, portanto, ao método experimental.

²⁶ A partir do segundo semestre de 1855, logo após terminar sua graduação em medicina, Wundt trabalhou até o início de 1856 como assistente do patologista E. Hasse (1810-1902) na Clínica Médica de Heidelberg, onde teve contato com pacientes que apresentavam distúrbios sensoriais táteis devido a paralisias musculares. De acordo com ele próprio, foram essas primeiras experiências no campo da percepção tátil – em que se deparou com as limitações da teoria de E. Weber –, que o levaram da fisiologia ao estudo da psicologia, através do qual tomou contato com as principais idéias psicológicas daquela época (EE, 100-101). No entanto, não podemos deixar de considerar uma outra fonte importante, jamais mencionada por Wundt em seus relatos autobiográficos, que foram os experimentos psicofisiológicos de seu tio e professor de fisiologia em Heidelberg, F. Arnold (1803-1890), realizados no Instituto de Fisiologia antes da chegada de Helmholtz (Gundlach, 1986). De qualquer forma, é importante salientar que todos os autores citados por Wundt (Lotze, Forlage, George, Volkmann) eram antes filósofos que psicólogos, na medida em que suas concepções de psicologia estavam subordinadas aos seus respectivos sistemas metafísicos.

que estavam em voga (Weber, Lotze,²⁷ etc.) – que já consideravam o elemento espacial como dado imediatamente na sensação – ele afirma a necessidade de se introduzir um processo puramente psíquico na explicação da percepção tátil, estabelecendo, assim, uma separação entre sensação e percepção propriamente dita. Esse processo teria o caráter de uma inferência inconsciente e estaria presente em todo e qualquer ato perceptivo:

“A análise das percepções locais e espaciais por meio da pele nos mostram que elas não são dadas imediatamente com a sensação, mas sim que entre a sensação e a sua percepção existe ainda um processo psíquico no meio. ... O processo psíquico que tem lugar nesta percepção sensorial é, assim, sempre um único e mesmo, independente da percepção ser simples, como no caso de uma pura percepção de lugar, ou composta, como a percepção espacial da superfície. Acontece que aqui, o mesmo processo, que lá entrou em curso uma única vez e gerou a percepção, repete-se várias vezes em seguida. Este processo é inconsciente e sua existência só pode ser concluída a partir dos aspectos que aparecem na consciência. Entretanto, quando nós, completando aqueles elementos desconhecidos, traduzimo-lo na consciência, ele assume a forma da *inferência*. A *inferência inconsciente* é o processo que se alinha à sensação e, de acordo com o seu curso simples ou mais freqüente, transforma-a então em percepção.” (BTS, 65 – ênfase no original)

Um ano mais tarde (1859), Wundt estende sua hipótese também ao domínio da percepção visual. No artigo “Sobre a Visão Monocular” – publicado naquele mesmo periódico e também como terceiro capítulo das *Beiträge* – ele utiliza a mesma estratégia anterior para estabelecer a necessidade de se introduzir também na explicação do surgimento do campo visual uma variável eminentemente psicológica:²⁸

²⁷ No caso de Lotze, Wundt reconhece sua importância por ter introduzido o ponto de vista psicológico na análise da percepção sensorial. No entanto, com a sua teoria dos sinais locais (*Lokalzeichen*), segundo Wundt, ele acabou retornando a uma explicação preponderantemente fisiológica (BTS, 12-19).

²⁸ Não podemos nos esquecer aqui do importante papel que os movimentos reflexos desempenham na teoria da percepção de Wundt. Ele é o elemento primário, a partir do qual os processos perceptivos e, por conseguinte, todos

“Se vemos então que um fator *psíquico* pelo menos co-determina a diferenciação das mínimas distâncias espaciais, teremos que esperar também que a formação da representação de todo o campo visual enquanto espacialmente extenso não está já dada com a disposição anatômica específica dos elementos da sensação, mas sim que também aqui há ainda um processo psíquico envolvido. Este processo, de acordo com o resultado da análise lógica de todo ato de percepção, só pode ser um processo inferencial, a saber, um processo inferencial *inconsciente*, já que dele não possuímos nenhum conhecimento imediato.” (BTS, 149 – ênfase no original)

Ainda no campo da percepção visual, Wundt dá um outro passo importante na consolidação da sua hipótese das inferências inconscientes. No quinto capítulo de suas *Beiträge* (“Sobre Alguns Fenômenos Especiais da Visão Binocular”) – publicado também em 1862, naquele mesmo periódico médico – ele a utiliza para explicar também a visão binocular como um todo, dando-lhe um caráter ainda mais geral:

“A primeira conclusão é que a visão binocular não deve ser considerada como uma mera soma das impressões de ambos os olhos, que o campo visual em comum não se forma através da mistura direta das excitações de pontos correspondentes da retina. Pelo contrário, cada olho realiza isoladamente sua percepção, ambas as percepções atuam separadamente sobre a mente e somente através da combinação *psíquica* é que surge, a partir delas, a percepção visual binocular completa. Assim como a formação da percepção do olho individual consiste em uma série de processos psíquicos de natureza inconsciente, também a formação da percepção binocular não é outra coisa que um processo inferencial inconsciente.” (BTS, 373)

É no último capítulo das *Beiträge*, porém, que essa idéia deixa de ser uma mera hipótese localizada e passa a assumir o caráter de uma teoria geral da percepção, a única segundo Wundt,

os outros processos psíquicos tornam-se possíveis (BTS, 426). No entanto, como não é o reflexo que marca o caráter psicológico do projeto wundtiano, não vamos aqui nos deter em maiores considerações.

que explicaria todos os fatos até então observados (BTS, 437). Mais do que isso, Wundt define aqui, pela primeira vez, a natureza exata das inferências inconscientes, identificando-as aos procedimentos lógicos da indução:

“Ora, se nós adentrarmos a análise dos processos lógicos que formam a percepção, eles revelam imediatamente, apesar da diferença entre eles, uma grande concordância, e essa concordância está fundamentada no fato de que cada processo perceptivo é, na verdade, um ato em si, mas que, por sua vez, é apenas parte de um ato mais abrangente. Deste modo, se partimos dos processos particulares até chegar às totalidades com as quais eles se relacionam e, a partir dessas, até os complexos mais abrangentes, todos os processos perceptivos particulares se apresentam finalmente para nós como ramificações de um todo uniforme, como membros de um único grande processo, que contém o particular como seu elemento. Se considerarmos esse processo uniforme da percepção, ele se apresenta para nós, considerado no todo, como um grande processo *indutivo*, cujas ramificações particulares repetem essa forma em uma escala menor.” (BTS, 439 – ênfase no original)²⁹

Além de definir as inferências inconscientes como inferências indutivas, Wundt aponta também suas três formas específicas de manifestação. Segundo ele, todo o processo perceptivo pode ser reduzido a três atos básicos: coligação (*Colligation*), síntese (*Synthese*) e analogia (*Analogie*). A coligação pode ser definida como a ligação ou associação interna de diversas séries de sensações, segundo uma determinação externa, a saber, a frequência com que aparecem na realidade combinadas. Trata-se do mais simples processo indutivo, que possui um caráter apenas

²⁹ Wundt entende aqui por indução uma generalização a partir da experiência. No entanto, enfatiza que essa experiência não se limita apenas a uma única série de fatos da mesma espécie, que vai servir de base para uma indução em pequena escala. Em outras palavras, ele defende que o conceito de indução deve ser ampliado para designar também a simultaneidade de vários processos indutivos de tipos diferentes, que juntos vão constituir uma totalidade complexa, como acontece na percepção humana. Por isso, critica Kant por ter trabalhado com uma noção muito estreita de indução e por não ter levado em conta a possibilidade dessa ocorrência simultânea de múltiplos processos indutivos distintos (BTS, 440-441).

preparatório, em que a percepção ainda não está dada.³⁰ A síntese consiste na fusão das associações estabelecidas pela coligação, formando um todo unitário. Essa fusão tem como característica principal a produção de um elemento novo, que não estava contido nas sensações coligadas e nem pode, a partir delas, ser deduzido, ou seja, ela é o elemento não só produtivo, mas principalmente *construtivo* da percepção.³¹ A analogia caracteriza-se sobretudo pela passagem de uma percepção já construída a outra. Por exemplo, quando em um momento *Y* são encontradas algumas semelhanças a um momento anterior *X*, ela estende a semelhança para todos os aspectos de *Y*. Todavia, ela é o ato menos importante de todo o processo perceptivo, pois ela necessita de percepções já construídas pela síntese e nunca pode por si só gerar algo novo (BTS, 442-445).

Como último passo nas suas considerações ontológicas, Wundt discute a questão da unidade da mente. Agora, a natureza lógica dos processos psíquicos vale tanto para o domínio do inconsciente quanto para a consciência, assegurando assim a continuidade e a unidade entre todos os processos psíquicos. A unidade do organismo serve aqui como metáfora:

“Assim como temos que conceber o organismo físico, apesar da infinita multiplicidade de seus fenômenos, como um todo uniforme que se manifesta na história do desenvolvimento celular, a totalidade das expressões mentais se nos apresenta como nada mais que uma contínua aplicação mais simples ou mais complexa de um pequeno número de leis fundamentais, que estão invariavelmente encadeadas entre si, de forma que uma é necessariamente dada com a outra. Essas leis elementares, que servem de base para toda vida mental, são as leis fundamentais da lógica. Operando na inconsciência, elas configuram a percepção com base em sensações que surgem em

³⁰ Wundt recorre aqui a F. Bacon (1561-1626), fazendo uma analogia entre a coligação e a indução por enumeração simples.

³¹ É interessante notar aqui o fato de que Wundt já defendia, muito antes do surgimento da chamada Psicologia da Gestalt, o princípio fundamental através do qual ela se tornou célebre: “O todo é maior do que a soma das partes”. Vale ressaltar, no entanto, que seus fundadores – M. Wertheimer (1880-1943), W. Köhler (1887-1967) e K. Koffka (1886-1941) – jamais afirmaram exatamente tal princípio, como bem demonstrou Ash (1998).

seqüência regular, desenvolvem a consciência a partir de uma série de percepções, dominam o mundo das representações, das representações formam conceitos e, finalmente, a partir de conceitos, constroem idéias e sistemas.” (BTS, 450)

Antes de prosseguirmos nossa análise e entrarmos de fato nas *Vorlesungen*, é necessário ainda esclarecer os aspectos centrais dessas considerações teóricas de Wundt, para que possamos compreender adequadamente as modificações posteriores que ele vai introduzir em sua obra. De um lado, destaca-se a aceitação da existência de uma vida mental inconsciente, que antecede e determina a formação da consciência. De outro, a identificação entre processos lógicos e processos psíquicos (panlogismo mental). Ambas as teses vão constituir o que chamamos aqui de teoria lógica da mente, que subjaz a todo o empreendimento das *Vorlesungen*, sendo posteriormente abandonada (ver capítulo 2). Analisemos cada um desses pontos separadamente.

A concepção de inconsciente que Wundt apresenta nessa fase inicial de sua obra está diretamente associada à própria noção de consciência. Em outras palavras, a consciência é o modelo de referência a partir do qual Wundt concebe o inconsciente (através da analogia e do princípio de continuidade). São as formas do raciocínio lógico indutivo enquanto fato observável de nossa própria consciência que servem de guia para a caracterização positiva dos processos inconscientes.³² Nesse sentido, poderíamos dizer que o inconsciente wundtiano é um inconsciente primariamente cognitivo.³³ No entanto, como essa caracterização positiva não é exclusiva da

³² Na Preleção 49, porém, quando apresenta sua teoria da indução, Wundt estabelece uma importante diferença entre a indução inconsciente (que constitui a percepção sensorial, p.ex.) e a indução consciente (método indutivo propriamente dito). Seu objetivo é mostrar que, embora o princípio ou axioma da uniformidade da natureza fundamente nosso conhecimento empírico, isso não significa que ele seja *a priori* ou inato. Uma vez reconhecida sua construção empírica no inconsciente, torna-se imediatamente compreensível que ele possa sempre anteceder a consciência, mas não todo e qualquer ato psíquico (VMT₁, II, 310-321). Segundo Wundt, a grande falha dos lógicos britânicos foi ter cuidado somente do método indutivo, ignorando completamente o processo psicológico da indução que está na sua origem (VMT₁, II, 455).

³³ É importante ressaltar que, mesmo que as dimensões motivacional-afetiva e volitiva não estejam ausentes do sistema wundtiano, elas são em si mesmas uma derivação daquela função lógica primária. É interessante notar também que essa noção de uma atividade cognitiva inconsciente, que remonta à tradição leibniz-wollfiana (Kaiser-

dimensão inconsciente – na medida em que é retirada dos fatos da própria consciência – ela não é suficiente para demarcar uma nítida fronteira entre ambos os domínios. Wundt não só reconhece essa dificuldade – devido aos diferentes graus de clareza que os conteúdos conscientes podem apresentar (BTS, 446) – como afirma a impossibilidade de superá-la, optando ao fim por uma definição apenas da consciência, a saber, o processo através do qual ocorre uma separação entre sujeito e objeto, que também é uma inferência lógica (BTS, 438). Assim, o inconsciente ganharia aqui apenas uma caracterização negativa, indicando somente uma série de fenômenos que não aparecem na consciência. Podemos afirmar, pois, que a noção wundtiana de inconsciente é também relativa, isto é, não se trata aqui de postular um inconsciente absoluto – seja no sentido metafísico (Carus, 1860; Schelling, 1800; Schopenhauer, 1854b; von Hartmann, 1869) seja no sentido psicológico (Freud, 1900) – que demarque uma ruptura fundamental em relação à consciência. Afinal, não é por acaso que o pressuposto da continuidade entre ambos é um elemento essencial no projeto de Wundt.

A identidade entre processos lógicos e processos psíquicos não só constitui a unidade da mente, mas também acarreta outras implicações importantes para a psicologia. Em primeiro lugar, a sensação, a percepção e a representação (entendida aqui como chegada da percepção na consciência) são concebidas como atos psíquicos (atos lógicos) e, portanto, indicam a natureza ativa e criadora da mente. Ela não só associa e ordena, mas também produz, através da síntese, novos e irreduzíveis conteúdos. Isso marca desde já um distanciamento de Wundt em relação à tradição associacionista britânica, que concebe a associação como o processo psíquico por excelência, cuja característica fundamental é antes a reprodução que a criação.³⁴ Na psicologia

El-Safti, 2001b; Pongratz, 1967), ainda conserva uma presença marcante na psicologia cognitiva contemporânea (Froufe, 1997; Hassin, Uleman e Bargh, 2005).

³⁴ Mesmo no caso de Stuart Mill (1806-1873), que admite duas formas distintas de associação de conteúdos mentais (mecânica e química) e, com isso, também a criação de novos e irreduzíveis conteúdos (Mill, 1843, Livro 4, cap. 4), trata-se antes de algo secundário do que propriamente essencial. Como bem advertiu Danziger (1980c), não devemos exagerar a influência da tradição britânica sobre Wundt.

wundtiana, a associação ocupa um papel importante na constituição da vida psíquica, mas de modo algum é o processo fundamental.³⁵ Em segundo lugar, a natureza lógica da mente vai assegurar também a unidade do projeto psicológico de Wundt, na medida em que serve de base para sua própria missão futura: a aplicação das leis lógicas em todo o curso da vida mental. Como dissemos acima, não é o método, mas sim a unidade do objeto que garante a unidade da psicologia wundtiana. Segundo o próprio Wundt, é essa unidade, derivada da própria natureza unitária de seu objeto de estudo, que a psicologia ainda não tinha alcançado e que ele irá perseguir no futuro (BTS, 450-451).³⁶

1.4- As *Vorlesungen* como realização do projeto inicial de Wundt

As *Vorlesungen über die Menschen- und Thierseele* (1863) devem ser entendidas como a realização plena do programa esboçado nas *Beiträge*. Em um total de 57 capítulos, divididos em dois volumes, Wundt não só retoma e discute mais detalhadamente todos os temas tratados anteriormente, como também inclui os outros grandes tópicos presentes na tradição psicológica (sentimento, desejo, instinto, vontade, etc.).

Grande parte do primeiro volume consiste apenas em uma reafirmação dos pontos centrais apresentados na introdução às *Beiträge* e em um maior detalhamento das questões relativas à percepção sensorial. Contudo, já aqui Wundt introduz a primeira grande novidade das *Vorlesungen*, a saber, uma discussão detalhada sobre a natureza e a origem dos conceitos. Embora já tivesse defendido nas *Beiträge* a procedência empírica de todos os conceitos, é aqui que ele vai empreender, pela primeira vez, uma análise mais profunda. Nessa análise, Wundt

³⁵ Isso ficará ainda mais evidente no capítulo 4, quando discutirmos os princípios fundamentais da psicologia wundtiana.

³⁶ Essa distinção entre os planos ontológico e metodológico é crucial para a interpretação do projeto psicológico de Wundt. Em primeiro lugar, ela nos permite compreender que, mesmo sendo o método o guia da sua reforma na psicologia, esta última está ancorada em uma abrangente teoria acerca da natureza última do objeto a ser estudado. Em segundo lugar, ela serve como critério de comparação para nossa análise da evolução do pensamento wundtiano, permitindo-nos estabelecer eventuais alterações e rupturas em relação ao projeto inicial.

inaugura simultaneamente uma ruptura metodológica em relação ao experimento, que ele já havia anunciado no Prefácio: “Onde o experimento proposital termina, a história fez o experimento para o psicólogo” (VMT₁, I, ix). Em outras palavras, o recurso metodológico agora são observações históricas.³⁷

A discussão sobre os conceitos aparece inicialmente no quarto capítulo, em que Wundt procura determinar as características internas do próprio pensamento. Seu objetivo aqui é duplo: 1) refutar a concepção tradicional de que na origem do pensamento estão os conceitos; 2) estabelecer a essência e a unidade do pensamento. Partindo da tradicional distinção entre conceitos (*Begriffe*), juízos (*Urteile*) e raciocínios (*Schlüsse*), Wundt argumenta que o pensamento não pode começar com juízos porque o juízo de experiência mais simples (a percepção sensorial) já é o resultado de um raciocínio (uma inferência inconsciente) e, portanto, o pressupõe (VMT₁, I, 52-53). No que diz respeito aos conceitos, eles resultam de uma ligação de vários juízos que lhes são anteriores através de uma inferência indutiva e também não podem, pois, ser originários, o que nos leva novamente à primazia do raciocínio (VMT₁, I, 54-55), como fica claro nesta passagem:

“Estamos agora convencidos de que a verdadeira seqüência dos atos de pensamento é totalmente diferente da que usualmente se tem aceitado. Nós não começamos com conceitos, para, a partir daí, formar juízos e de juízos raciocínios, mas, ao contrário, o nosso pensamento começa sempre com o *raciocínio*, através do raciocínio chegamos ao juízo e alguns juízos compõem o conceito. ... Juízos e conceitos, porém, são o resultado acabado do pensamento. O pensamento mesmo não pode consistir nesses *resultados* da atividade de pensar. O *raciocínio* é o trabalho que cria juízos e conceitos, nele

³⁷ Como advertimos na nota 18, o papel positivo que a história ocupa nas *Vorlesungen* contrasta com a dura crítica que ela recebeu nas *Beiträge*. Isso pode ser facilmente explicado pelos diferentes contextos em que o termo aparece. Nas *Beiträge*, Wundt estava utilizando o termo em um sentido bem restrito, para designar apenas aquela concepção personalista dos eventos históricos que ele estava atacando. Agora, nessa análise específica da formação dos conceitos, o que está em jogo é a história da ciência (especialmente a física) que vai ser uma importante fonte de observação para Wundt (VMT₁, I, 416-426). Como bem notou Jahnke (1996), o recurso à história tanto da ciência quanto da filosofia ocupa um lugar importante na obra de Wundt.

encontramos o pensamento a caminho de seus resultados. *Por isso, o pensamento consiste unicamente na atividade de raciocinar.*” (VMT₁, I, 55-56 – ênfase no original).

Ao recusar a primazia do conceito em relação ao raciocínio, Wundt se vê então obrigado a explicar a sua formação, que ele considera como apenas mais uma etapa no desenvolvimento da mente, obedecendo, pois, às mesmas leis lógicas que regem os outros processos. Nesse caso, trata-se de uma inferência do particular para o geral, que envolve três fases distintas. Inicialmente, forma-se, a partir de um grande número de representações singulares, uma representação geral, que consiste na reunião das características essenciais de um objeto. Como essas representações se modificam ao longo de nossa experiência, é possível que surjam várias representações gerais do mesmo objeto. Por isso, é necessário que, em um segundo momento, essas representações gerais sejam logicamente unificadas em um todo unitário, após a comparação de suas diferenças e concordâncias, gerando, assim, o conceito empírico (árvore, cavalo, homem, etc.). Por fim, como última etapa no desenvolvimento conceitual, aparece o conceito abstrato, que ultrapassa completamente o domínio da experiência e impossibilita, portanto, a referência a um objeto observável que lhe corresponda (qualidade, ser, necessidade, causa, etc.). O que acontece, segundo Wundt, é que tais conceitos abrangem um número tão grande de experiências, de forma que não podem mais ser situados dentro das fronteiras da intuição. Na verdade, porém, sua diferença em relação aos conceitos empíricos é apenas uma questão de grau (VMT₁, I, 394-403).

É no segundo volume, contudo, que estão concentradas as grandes novidades das *Vorlesungen* em relação às *Beiträge*. Aqui aparece, pela primeira vez, a análise dos sentimentos e de todos os processos daí derivados, incluindo suas considerações sobre a *Völkerpsychologie*.

Wundt reconhece a novidade desses fenômenos em sua análise, ao afirmar que a vida mental não se esgota nos processos psíquicos que ele até então investigara (sensação, percepção,

representação, conceito), cujo desenvolvimento tinha como meta final a constituição do conhecimento objetivo. Segundo ele, existe toda uma gama de fenômenos mentais, cuja finalidade primária não é gnosiologia e que pode ser dividida em duas classes distintas: o sentir (*das Fühlen*) e o desejar (*das Begehren*).³⁸ Além disso, ele renuncia novamente ao método experimental, com base na alegação de que as causas responsáveis por esses fenômenos estão em grande parte inacessíveis a uma comprovação objetiva. Ou seja, é preciso então proceder indiretamente, o que envolve duas estratégias conjuntas: 1) admitir como pressuposto central a existência daqueles processos mentais inconscientes anteriormente analisados; 2) recorrer, no lugar do experimento, à auto-observação e às investigações etnológicas (VMT₁, II, iii-iv).

Desde o início de suas considerações, torna-se evidente o papel central que o sentimento (*das Gefühl*) ocupa nessa segunda fase de sua análise, já que Wundt afirma categoricamente que o desejo desenvolve-se a partir do sentimento. Podemos dizer, portanto, que ele é o fenômeno que serve de base para todos os processos psíquicos tratados no segundo volume, assim como a sensação o foi para o primeiro. Mas o que é, afinal, um sentimento? Todos os sentimentos, segundo Wundt, têm uma característica em comum: eles referem-se a um estado do ser que sente, a uma passividade ou atividade do Eu, em contraposição à sensação, que está relacionada a um objeto. Mas nesse ponto, segundo Wundt, devemos ter muito cuidado, uma vez que nossa

³⁸ Wundt parece aqui aceitar a clássica tripartição formal da mente (pensamento/representação, sentimento e vontade) estabelecida primeiramente na filosofia alemã do século XVIII por M. Mendelssohn (1729-1786) e J. N. Tetens (1736-1807) (Mendelssohn, 1776; Tetens, 1777, I, cap. X), e que serviu também como fundamento psicológico para a trilogia crítica de Kant (Meyer, 1870, sec. III). Mesmo sendo concebida diferentemente no interior de cada sistema em que foi empregada, seu elemento básico é a aceitação de que a alma ou mente (*Seele*) possui três faculdades (*Vermögen*) distintas. Essa idéia, que posteriormente ficou conhecida como “psicologia das faculdades” (*Vermögenspsychologie*), tem tido uma presença marcante ao longo de todo o desenvolvimento das teorias psicológicas (Boring, 1950; Dessoir, 1902; Hilgard, 1980; Klemm, 1911; Pongratz, 1967; Robinson, 1976; Sommer, 1892). Nesse sentido, poderíamos dizer que a própria divisão das *Vorlesungen* ganha um novo sentido: enquanto o primeiro volume trata dos processos relacionados à representação e ao pensamento, o segundo refere-se exclusivamente aos fenômenos relativos aos sentimentos e aos desejos, incluindo aí a vontade. Contudo, deve-se fazer a ressalva de que isso de modo algum significa uma adesão por parte de Wundt à psicologia das faculdades, da qual ele foi, ao lado de Herbart, um dos mais severos críticos.

linguagem tradicional está carregada de ambigüidades e equívocos.³⁹ A fome, por exemplo, pode ser tanto uma sensação quanto um sentimento, dependendo do aspecto a partir do qual ela é considerada (objetivo ou subjetivo).⁴⁰

Essa definição geral dos sentimentos tem uma consequência teórica importante para o projeto psicológico de Wundt. Ora, se o que caracteriza exclusivamente o sentimento é a sua relação com o sujeito, isso significa que ele pressupõe a formação da consciência – que foi definida anteriormente como a separação entre o Eu (sujeito) e o mundo externo (objeto) (ver seção 1.3) –, o que implica a impossibilidade de ele ser um estado mental originário e, portanto, a necessidade de uma determinação inconsciente. Além disso, tendo Wundt definido o sentimento como contraparte da sensação, ele funda definitivamente a base da vida mental, a partir da qual todos os outros processos se desenvolvem. Todo o desenvolvimento psíquico vai girar então em torno desses dois pólos (subjetivo e objetivo), de acordo com a sua referência à experiência interna (afetos, sentimentos abstratos, desejos) ou externa (percepção, representação, conceito).

Nesse ponto, contudo, deparamo-nos com um problema. Não havia Wundt definido nas *Beiträge* a sensação como o primeiro ato psíquico, que funda a própria percepção e antecede, pois, a separação sujeito/objeto (BTS, 423)? Como conciliar essa definição com a nova afirmação de que sensação e sentimento dependem da formação da consciência? Haveria uma ruptura entre a teoria psicológica das *Beiträge* e a das *Vorlesungen*?

Para resolvermos essa aparente contradição, temos que, antes de mais nada, entender a diferença fundamental entre essas duas obras de Wundt. Enquanto que essa última apresenta uma

³⁹ Wundt se mostra aqui extremamente consciente das dificuldades conceituais que a psicologia enfrenta a partir de um intercâmbio irrefletido com o senso comum, problema esse que até hoje tem prejudicado o seu desenvolvimento teórico (Araujo, 2001).

⁴⁰ É importante aqui frisar que a classificação de Wundt é bem abrangente, incluindo desde os sentimentos inferiores, que ele denomina sentimentos sensoriais (*sinnliche Gefühle*), até os abstratos ou superiores (estéticos, morais, intelectuais e religiosos). Contudo, não vamos entrar aqui nos detalhes relativos a cada um deles, uma vez que isso fugiria do nosso objetivo central, que é apresentar e discutir a fundamentação teórica do projeto wundtiano de psicologia.

teoria e uma análise da mente em todos os seus aspectos, trata-se, na primeira, sobretudo de estabelecer uma teoria da percepção sensorial. Por isso, só há lugar para a sensação como um marco lógico no processo de desenvolvimento da percepção, mas não da sensação em si mesma, como reconhece o próprio Wundt:

“Essa dedução será a tarefa de uma teoria futura da sensação, aqui no domínio da percepção não temos que nos ocupar com ela, aqui temos que considerar a sensação apenas como o elemento que não pode mais ser decomposto, que antecede a percepção e a condiciona.” (BTS, 424)

É somente nas *Vorlesungen*, pois, que vamos encontrar uma teoria da sensação. Sendo assim, consideremos então a Preleção 8, no primeiro volume, em que Wundt se depara com o problema das sensações inconscientes e da relação entre estímulo e sensação. Com base no pressuposto da continuidade dos eventos mentais, ele se vê obrigado a aceitar que os fenômenos conscientes só podem surgir a partir do desenvolvimento gradual de fenômenos inconscientes. Nesse contexto, Wundt admite utilizar o termo ‘sensação’ (*Empfindung*) em dois sentidos distintos, como ele esclarece na passagem a seguir:

“Não nos resta outra saída a não ser utilizar a palavra *sensação*, aqui e na seqüência, não apenas para as sensações que podem ser apreendidas pela nossa consciência, mas também para aquelas sensações e diferenças sensoriais, que permanecem para nós sempre inconscientes. Por sensação, portanto, entendemos apenas a sensação em si, independentemente de nossa concepção.” (VMT₁, I, 113; ênfase no original)

Embora Wundt não retome essa diferenciação na discussão dos sentimentos, ele reconhece novamente a falta de um termo adequado para designar o processo originário da sensação e acaba introduzindo novamente uma duplicidade semântica na utilização do termo:

“Torna-se aqui novamente visível, como acontece sempre na psicologia, a falta de uma caracterização satisfatória. Para aquele estado originário da mente que antecede a separação entre sensação e sentimento não temos nenhum nome, pois, assim que damos um nome ao estado, aquela separação já está presente. A sensação em si é apenas uma modificação de nosso estado. Entretanto, é um erro acreditar que concebemos a sensação também originariamente como tal modificação de nosso estado. No início, nós não diferenciamos nosso próprio estado e tampouco uma impressão externa. Ambos desenvolvem-se e realizam-se necessariamente ao mesmo tempo: a partir do momento em que sensações podem ser sentidas como modificações de nosso Eu, também é possível relacionar sensações à natureza de uma impressão externa. Ambas pressupõem igualmente a consciência.” (VMT₁, II, 5).

Com isso, desfaz-se a aparente contradição. Quando Wundt fala da sensação como processo inconsciente, ela tem um caráter hipotético e seu objetivo é somente indicar uma alteração inicial do organismo antes que ela seja considerada pelo próprio organismo dentro de uma das duas perspectivas possíveis (subjéctiva ou objectiva). Ou então para indicar um estágio também hipotético no desenvolvimento do indivíduo, anterior à formação da sua consciência, em que a sensação “pura” é o ponto de partida para diferenciação Eu-mundo.⁴¹ Por outro lado, quando ele se refere a ela como algo relacionado à consciência, trata-se já de um resultado que depende da actividade consciente e que se confunde conceitualmente com a percepção e com a representação. Finalmente, compreende-se também o facto de Wundt não ter estabelecido antes essa identidade entre sensação e sentimento, já que no primeiro volume das *Vorlesungen* toda a discussão estava centrada em torno do pólo objectivo.

Podemos retornar agora à caracterização dos processos afectivos. Como último passo teórico importante, Wundt se vê na obrigação de explicar também a origem do sentimento, uma

⁴¹ Uma vez mais se trata de uma abstracção, uma necessidade lógica oriunda dos pressupostos antiinatistas de Wundt, já que não há experiência possível que demonstre o surgimento da consciência no indivíduo.

vez que por princípio ele não pode aceitar nenhum conteúdo mental que não seja dado pela experiência. Mesmo que o sentimento seja a base para todos os processos afetivos mais complexos, ele também deve ser fruto de um desenvolvimento psíquico específico. Nesse ponto, encontramos uma vez mais a unidade do projeto wundtiano, na medida em que ele recorre àqueles mesmos processos lógicos inconscientes como fator explicativo. “Sendo assim, teremos que esperar que as leis que regem a formação dos sentimentos estão de acordo com as leis da gênese da representação e do conceito.” (VMT₁, II, 310)

Em toda essa análise dos sentimentos, há ainda um ponto muito importante para nossa investigação. É a partir da Preleção 38 – relacionada aos sentimentos morais (*sittliche Gefühle*) – que Wundt introduz oficialmente a sua *Völkerpsychologie* (VMT₁, II, 449). É preciso, pois, dada sua importância teórico-conceitual no sistema psicológico de Wundt, analisar não só o contexto específico em que ela surge, mas também a sua relação com a psicologia individual. Vejamos então cada uma dessas questões.

O ponto de partida de Wundt é a insuficiência da análise filosófica da ação moral, que está indissociavelmente ligada ao sentimento moral. Segundo ele, Kant afastou da filosofia toda a questão da origem do sentimento moral, ao postular o imperativo categórico como o princípio a priori de todo agir moral. Com isso, a filosofia mais uma vez se limitou à auto-observação e aos fatos da consciência (aplicação de máximas morais a casos particulares da experiência), que são apenas resultados já acabados de processos inconscientes, e não ousou ir até a origem última dos mesmos. É necessário, assim, investigar o evento objetivo que produz o sentimento moral, reintroduzindo a análise psicológica no debate (VMT₁, II, 100-103). Mas se não podemos nos apoiar na auto-observação, uma vez que ela só nos fornece a lei moral como resultado já acabado na consciência, que recurso metodológico estaria então disponível? De acordo com Wundt, a investigação psicológica tem que ultrapassar a consciência individual e chegar à esfera coletiva,

ao desenvolvimento cultural dos povos e culturas ao longo do tempo, a fim de compreender o surgimento e as transformações da vida moral até seu estágio atual. Para isso, temos que recorrer à história (*Geschichte*) e à história natural (*Naturgeschichte*), que operam diacrônica e sincronicamente, complementando-se mutuamente (VMT₁, II, 118-121).

Isso nos leva ao segundo aspecto que nos interessa nessa primeira *Völkerpsychologie* de Wundt, a saber, sua relação com a psicologia individual. Nesse sentido, podemos dizer que ela apresenta um caráter essencialmente individualista. As considerações históricas e etnológicas aqui presentes estão subordinadas às hipóteses e idéias estabelecidas no primeiro volume das *Vorlesungen*, ou seja, na sua psicologia individual. A precedência é sempre do indivíduo: “Pois o indivíduo está lá antes da sociedade” (VMT₁, II, 124). Compreende-se, assim, porque ele acrescenta no final do livro, como apêndice à Preleção 38, uma crítica tanto a Herbart quanto à concepção de Lazarus, que ele faz questão de diferenciar da sua própria. Embora reconheça o mérito sobretudo deste último, o problema central é exatamente a autonomia da *Völkerpsychologie* em relação à psicologia individual, que Wundt se recusa a admitir.⁴² A seguinte passagem é esclarecedora:

“Na presente obra, não adentramos o terreno da *Völkerpsychologie* no sentido em que essa ciência foi primeiramente concebida por Herbart e depois mais especificamente determinada por seus seguidores. Ao contrário, nossa base é a psicologia *individual* ou, melhor dizendo, *geral*. Por isso, nosso objetivo é investigar as leis gerais do evento psíquico, das quais a *Völkerpsychologie* também oferecerá apenas aplicações especiais. Para tanto, detemo-nos inicialmente na consciência individual e procuramos daí extrair o que for possível, sempre com a ajuda da observação e do experimento.

Em contraposição, existe uma série de fenômenos, sobre cujo desenvolvimento a consciência não

⁴² É extremamente importante enfatizar essa dependência da *Völkerpsychologie* em relação à psicologia individual nesse período inicial do projeto de Wundt. Na medida em que este é o único aspecto teórico discutido explicitamente por Wundt, ele servirá como ponto de referência para nossa análise de sua *Völkerpsychologie* amadurecida, que será realizada no capítulo 4 (seção 4.2).

nos fornece nem sequer uma idéia – apesar deles desempenharem também aí um papel importante – e que, por conta disso, temos que recorrer à investigação etnológica como um recurso indispensável.” (VMT₁, II, 452)

O último tema que Wundt vai tratar nas *Vorlesungen* é a vontade (*der Wille*), que mais tarde vai servir de base para ilustrar a unidade de seu sistema psicológico (L₃, III, 158-162). Por isso, é importante compreendermos aqui o lugar que ela ocupa nesse seu projeto inicial, para que posteriormente possamos comparar as eventuais diferenças.

A discussão da vontade aparece nos capítulos 56 e 57 das *Vorlesungen*, ou seja, os dois últimos capítulos que antecedem a conclusão final do livro. O objetivo perseguido por Wundt aqui é desfazer algumas confusões conceituais relacionadas à questão da vontade e resolver o problema da determinação das ações voluntárias individuais, que se contrapõem às ações instintivas, baseadas nos processos afetivos inconscientes (VMT₁, II, 340-351).⁴³ Nesse contexto, ele ilustra uma vez mais sua proposta de complementaridade metodológica, ao utilizar a estatística para discutir as condições externas das manifestações individuais.

Ao invés de começar pela definição do que entende pelo termo ‘vontade’, Wundt o analisa em relação a dois outros conceitos problemáticos: instinto e liberdade. A primeira diferença que ele então estabelece é entre ação instintiva e ação voluntária. Enquanto a primeira é o resultado

⁴³ É importante esclarecer aqui que Wundt utiliza o termo ‘instinto’ apenas para designar uma determinada classe de eventos psíquicos, que se caracterizam pela exteriorização inconsciente de sentimentos e desejos em uma ação. O instinto é, portanto, uma atividade mental inconsciente, cujo resultado se apresenta sob a forma de ações instintivas (VMT₁, II, 340-351). Trata-se, pois, de uma acepção puramente psicológica, sem qualquer vínculo com as conotações fortemente biológicas que o termo adquiriu ao longo do século XIX (Rohden, 1976). Richards (1980a) parece não ter percebido essa peculiaridade da terminologia wundtiana, uma vez que a interpreta no contexto da discussão em torno de Darwin, sem estabelecer a importante diferença que os separam (ver seção 1.2). Toda a preocupação de Wundt com o instinto é exatamente no sentido de recusar sua acepção biológica, o que vai lhe permitir também superar o principal obstáculo da psicologia animal, que ele havia diagnosticado na introdução das *Beiträge*, a saber, livrá-la da noção de instinto. Não é por acaso que na Preleção 29, em que ele discute o desenvolvimento psíquico dos animais, ele reconhece aí os mesmos processos lógicos que governam o desenvolvimento humano. Trata-se, segundo ele, apenas uma diferença de grau, mas não de essência (VMT₁, I, 443-460). Isso significa que o princípio de continuidade se aplica não só à escala intra-específica, mas também à interespecífica, o que dá à continuidade um caráter mais psicológico do que biológico.

de motivos inconscientes, em que o Eu obedece cega e mecanicamente a impulsos que não pode controlar, a segunda é uma expressão do poder de autodeterminação consciente do Eu, que subjuga assim todos os impulsos contrários à realização de seus fins (VMT₁, II, 398). Como ‘Eu’ e ‘consciência’, para Wundt, são dois termos intercambiáveis, que designam um resultado tardio no desenvolvimento da mente, podemos dizer que a primeira característica da vontade em seu sistema psicológico inicial é sua restrição à esfera consciente. Em outras palavras, ela é apenas um entre os demais fenômenos da consciência.

Ora, se as ações voluntárias são expressões de uma determinação consciente e se, de acordo com Wundt, tudo o que aparece na consciência já é o resultado tardio de nossa evolução mental através de um processamento inconsciente que lhe é anterior, surge inevitavelmente a questão da determinação da vontade. Teria ela então uma causa?

Antes de responder a essa questão, Wundt analisa a relação entre os termos ‘vontade’ e ‘liberdade’, com o intuito de desfazer malentendidos. Segundo ele, o conceito de vontade se ligou indissociavelmente ao de liberdade pelo fato da posse da vontade permitir ao Eu que este reconheça sua independência. Mas é preciso separá-los, a fim de evitar confusões conceituais. Na verdade, afirma Wundt, o termo ‘liberdade’, fora de um contexto mitológico ou fantasioso, significa apenas a consciência de que somos livres. Entretanto, essa consciência de liberdade que carregamos conosco nos diz apenas que somos capazes de agir sem que alguma obrigação interna ou externa nos seja consciente, mas de forma alguma ela nos diz que agimos sem causa. Por isso, não tem sentido perguntar se a vontade é livre, pois só a palavra ‘liberdade’ já é prova mais do que suficiente de que somos livres. A questão que se deve colocar é se a vontade depende de causas alheias ou se ela própria é a causa de si mesma (VMT₁, II, 400-401).

Mas como decidir a questão? Se essas causas de fato existem, elas só podem, por princípio, ser inconscientes. Wundt encontra aqui mais uma vez o elo de ligação de todo o seu

sistema psicológico. Ora, se foi possível descobrir a origem inconsciente dos outros processos psíquicos analisados, podemos supor, por analogia, que o mesmo vale para a vontade, salvo, é claro, se quisermos romper com a idéia da continuidade do desenvolvimento da mente, que não é o caso de Wundt. No entanto, feita a aposta, falta ainda a decisão metodológica. Nesse caso, tanto a auto-observação quanto o experimento estão descartados devido a suas limitações, o que leva Wundt a recorrer à história e à estatística moral ou social de certas populações (suicídios, casamentos, crimes, etc.), através das quais ele conclui a influência das condições externas ou sociais sobre a vontade dos indivíduos (VMT₁, II, 406-411).

Embora bastante útil, a estatística também apresenta, no entanto, sérias limitações. Segundo Wundt, ela só pode provar que a influência da situação social pertence às causas que determinam a vontade, mas nunca que ela seja a única causa e nem que não possa existir um número indeterminado de outras causas. Ela nos fornece apenas as causas externas da ação voluntária, mas nada nos diz sobre as causas internas, que estão relacionadas ao fator pessoal. Esse componente individual desafia toda e qualquer estatística, obrigando-nos, pois, a abandoná-la nesse momento. Além disso, Wundt estabelece aqui uma distinção entre causa e motivo (“uma causa conduz necessariamente ao seu efeito, um motivo não”), que lhe permite classificar os fatores externos como motivos da ação voluntária, mas não como causas (VMT₁, II, 412-413).

Após constatar a insuficiência desses fatores externos como explicação dos atos voluntários, Wundt chega finalmente à sua determinação última. O caráter, afirma ele, é a única causa imediata da vontade. Mas o que é o caráter? Nós só o conhecemos indiretamente, através de seus efeitos. Assim como a “coisa-em-si” kantiana, diz Wundt, a sua natureza íntima nos é inacessível. Deparamo-nos aqui com os limites intrínsecos do próprio pensamento, para além dos quais não é mais possível qualquer determinação. Se o caráter, por sua vez, também está submetido à causalidade, é algo que não pode ser decidido com base na experiência. Sua origem,

na medida em que se situa para além da consciência e também da vida individual, permanece para nós absolutamente inconsciente.⁴⁴ Trata-se de uma lacuna insuperável de nosso conhecimento (VMT₁, II, 415-419).

1.5- A relação entre psicologia e filosofia

Tanto nas *Beiträge* quanto nas *Vorlesungen*, encontramos uma série de considerações filosóficas por parte de Wundt, que apontam sempre para algo que ultrapassa a experiência e, portanto, a própria atividade científica. Isso significa, antes de mais nada, que já há desde o início uma íntima relação entre psicologia e filosofia, o que serve como primeiro apoio para uma de nossas teses enunciadas na introdução, a saber, de que nunca houve um Wundt psicólogo dissociado de um Wundt filósofo. No entanto, é preciso ainda esclarecer os parâmetros desta relação. Poderíamos falar aqui em uma fundamentação filosófica da psicologia wundtiana?

Ao longo desta análise, é importante termos em mente que a filosofia de Wundt ainda se encontra pouco desenvolvida e amadurecida, de forma que muitos aspectos estão apenas implícitos. Não há sequer uma definição explícita do que seja a própria filosofia. Só é possível encontrar, por exemplo, uma única passagem nessas quase 1500 páginas que compõem sua obra psicológica inicial, em que Wundt afirma algo sobre a sua natureza. Ao defender a unidade de todas as ciências, ele ressalta sua relevância como ciência geral, que fornece o sentido para cada domínio particular de investigação científica (VMT₁, I, ix-x).

Essa breve afirmação já é suficiente, porém, para revelar um primeiro significado desta relação. Ora, se a atividade científica só ganha seu sentido próprio a partir da filosofia, é óbvio que a psicologia, enquanto ciência empírica, vai também sofrer influência de pressupostos

⁴⁴ Wundt aponta aqui para a possibilidade de uma múltipla determinação, que envolve ao mesmo tempo fatores biológicos – principalmente filogenéticos – e culturais. O apelo a uma determinação deste tipo aparece novamente quando ele se depara com uma lacuna em sua análise, o que reforça nossa observação anterior sobre o papel secundário dos fatores biológicos na explicação psicológica propriamente dita (ver seção 1.2).

filosóficos. Aliás, não é outra coisa que Wundt quer dizer, quando afirma que o raciocínio por analogia (a passagem de casos conhecidos para desconhecidos) é a única metafísica aceitável na investigação científica (BTS, 423). Ora, sendo a analogia um tipo de indução, podemos afirmar que o indutivismo é o fio condutor de todo o projeto inicial de Wundt, guiando o experimento, a construção de hipóteses e o estabelecimento de teorias científicas, seja na física seja na psicologia. Ou seja, se aceitarmos o indutivismo como uma filosofia ou teoria da ciência, é lícito falar, portanto, em uma explícita fundamentação tanto epistemológica quanto metodológica da psicologia.

No que diz respeito à demarcação do domínio psicológico, Wundt afirma que “o objeto das investigações psicológicas é a experiência *interna*” (VMT₁, I, 1 – ênfase no original), o que revela seu comprometimento com a tradição kantiana e sua clássica separação entre sentido interno e sentido externo. Se somarmos a isso uma declaração posterior – “O mundo como objeto de experiência é o mundo como nós o representamos” (VMT₁, I, 390) –, que nos remete diretamente a Schopenhauer (1819, 1859³, §1), fica ainda mais clara a influência de pressupostos idealistas no projeto wundtiano.⁴⁵

Essa influência da filosofia sobre a psicologia revela, porém, um outro aspecto, menos explícito, que se evidencia quando analisamos as considerações teóricas desenvolvidas por Wundt. Ora, é a partir de uma analogia com os processos lógicos da consciência que ele infere toda a dinâmica dos processos inconscientes que determinam a percepção (BTS, 438), chegando, desta forma, à formulação da hipótese das inferências inconscientes (ver seção 1.3). De que se trata aqui apenas de uma hipótese, uma vez que esta fundamentação lógica da percepção não pode ser observada, Wundt se mostra plenamente consciente (BTS, 437). Aliás, uma hipótese que

⁴⁵ Retomaremos essa questão na seção seguinte, em que discutiremos a questão das influências intelectuais sobre o jovem Wundt, e também no terceiro capítulo (seção 3.1), em que sugeriremos parâmetros para se estabelecerem as relações entre a filosofia de Wundt e o idealismo alemão.

depende ainda de um outro pressuposto, a saber, o da continuidade dos fenômenos mentais entre os pólos da consciência e do inconsciente (BTS, 438), que também é uma analogia e, portanto, um raciocínio indutivo.

Mas há ainda um terceiro e decisivo momento de seu projeto psicológico, em que é possível detectar a presença de pressupostos filosóficos: a afirmação da identidade entre lógica e psicologia ou, mais precisamente, a tese de que todos os fenômenos psíquicos, tanto inconscientes quanto conscientes, são processos lógicos, tese esta que só vai se concretizar nas *Vorlesungen*, embora já estivesse prefigurada nas *Beiträge*. Como vimos anteriormente, não só a percepção e a representação, mas também os sentimentos e a própria vontade vão ser concebidos como resultados de inferências lógicas, de forma que a unidade dos eventos mentais está fundamentada na sua natureza lógica. Deste modo, a mente nada mais seria do que uma grande máquina inferencial, o que nos permite falar aqui de uma “logicização da psicologia”. Em outros termos, Wundt estabelece aqui uma identidade entre os planos lógico e ontológico, que também revela a influência de pressupostos metafísicos na própria construção de sua teoria psicológica (a teoria lógica da mente).

Nossa análise estaria, contudo, incompleta e poderia, pois, ser acusada da mesma unilateralidade que estamos procurando corrigir, caso não atentássemos para um outro ponto desta obra inicial de Wundt, que contém uma chave importante para compreendermos a relação entre filosofia e psicologia. Trata-se de sua ainda embrionária teoria do conhecimento humano, que representa para ele o último estágio de nosso desenvolvimento mental (VMT₁, I, 391). Ao buscar um meio termo entre racionalismo e empirismo, declara Wundt:

“Nesse sentido, eu posso escrever, sobre as investigações a seguir, o princípio do sensualista Locke com o complemento que o idealista Leibniz lhe acrescentou: *Nihil est in intellectu quod non fuerit*

in sensu – nisi intellectus ipse. Com este intellectus, porém, eu estou bem distante de colocar outra vez na mente, assim como Leibniz o fez, todo um mundo de idéias inatas. Ao contrário, eu entendo por intellectus somente aquele fato do desenvolvimento lógico, que a experiência nos ensina, no qual está dado não o próprio conhecimento, mas apenas a possibilidade de se obtê-lo.“ (BTS, xxxii)

Essa passagem revela dois aspectos importantes para nossa análise. Primeiro, fica aqui evidente que todo o aparato lógico que possibilita o desenvolvimento mental é o mesmo que está na base de todo e qualquer conhecimento humano. Afinal, a capacidade de abstrair ou as leis do pensamento são as formas potenciais inatas que viabilizam o ato de conhecer (VMT₁, I, 13-14; VMT₁,II, 316). Em outras palavras, a concepção lógica mais uma vez se mostra como pressuposto fundamental. No entanto, essa mesma passagem aponta imediatamente para um outro sentido da relação entre filosofia e psicologia, a saber, a influência desta última sobre a primeira. Ora, na medida em que todo o conteúdo de nosso conhecimento é empírico, torna-se necessário analisar detalhadamente o curso de seu desenvolvimento, no intuito de compreender suas vicissitudes e, por fim, chegar à solução de velhos problemas filosóficos. E como esta é a tarefa por excelência da psicologia, temos aqui o primeiro sinal de que Wundt vê na investigação psicológica o caminho para uma futura fundamentação da filosofia. Não é por acaso que ele vai dedicar longas páginas à questão da origem empírica da percepção espacial, da formação dos conceitos, etc.. Em outras palavras, é possível ver aqui os primórdios de um psicologismo, ao qual retornaremos logo adiante.

Vale a pena ressaltar também, ainda dentro de sua teoria do conhecimento pouco amadurecida, a curiosa posição de Wundt sobre o problema da causalidade. Após admitir que a capacidade de abstrair ou pensar seja inata, ele exclui a causalidade desse domínio, conferindo a ela uma origem puramente empírica. Segundo ele, a lei causal é apenas uma exigência de nosso próprio pensamento, que é abstraída das experiências mais simples e das leis particulares que

descobrimos para fenômenos de certo domínio empírico. Assim, o pensamento seria posteriormente impulsionado a buscar um nexos causal geral para todos os eventos, que passaria então a servir como ideal regulador de toda a pesquisa científica. Para sustentar sua tese, Wundt recorre aqui uma vez mais à história da ciência e argumenta que essa exigência de um nexos causal geral para todos os fenômenos é um fato tardio de nossa evolução intelectual (VMT₁, I, 396-399).

Voltando à questão da influência da psicologia sobre a filosofia, poderíamos citar aqui também toda a busca de uma fundamentação psicológica para a estética e a ética, que pode ser vista, p.ex., nos capítulos 33 e 37 das *Vorlesungen*. Mas há ainda um outro momento dessa relação que, a nosso ver, merece uma atenção especial, uma vez que está diretamente relacionada à própria fundamentação do projeto psicológico de Wundt, a saber, a maneira como Wundt procura resolver o problema mente-corpo. No último capítulo de suas *Vorlesungen*, Wundt adota como princípio metafísico uma unidade entre o mental e o físico, que ele define nos seguintes termos:

“Tal princípio, segundo a nossa exposição, é o princípio da identidade entre o evento físico e o psíquico. Para aquele vale as leis da mecânica, para este as leis da lógica, e pode-se comprovar que ambas as leis são em si idênticas, que a experiência interna concebe como necessidade lógica aquilo que a experiência externa vê como necessidade mecânica. Entretanto, não tivemos condições de ir além desta prova. Foi-nos completamente impossível dizer em que consiste aquela unidade que subjaz ao dualismo externo, e *tinha* que ser impossível, já que só podemos conhecer as coisas na forma da experiência externa ou interna. Exatamente por isso aquela unidade foi e permaneceu um pressuposto *metafísico*.” (VMT₁, II, 437-438)

Mas o que significa exatamente essa misteriosa identidade postulada por Wundt e como ele a legitima? Não estaria ele se contradizendo, ao admitir também uma hipótese metafísica?

Todas essas questões podem ser satisfatoriamente respondidas se acompanharmos atentamente o percurso das *Vorlesungen*.

Em primeiro lugar, a grande diferença que ele aponta em relação à sua tese é que ela, ao contrário das suas rivais, estaria empiricamente fundamentada, a saber, em seus estudos experimentais sobre o surgimento da sensação (VMT₁, II, 437-438). De fato, no capítulo 13 das *Vorlesungen*, Wundt a enuncia pela primeira vez como explicação para a aparente contradição entre a definição da sensação como processo simultaneamente material e psíquico:

“A sensação é a identidade de ambas as formas, ela é, de acordo com seu conteúdo, um processo uniforme, que só externamente, em relação aos métodos de investigação, separa-se em duas formas. Os métodos de investigação baseiam-se nas formas de nosso conhecimento: a investigação física começa com o lado sensorial dos fenômenos, a psicológica inicia-se com a análise lógica de sua relação.” (VMT₁, I, 199)

E o que vale para a sensação deve valer também (por analogia) para a representação (VMT₁, I, 388-389), e assim por diante. É, pois, a irreduzível dualidade da sensação que legitima a identidade entre o físico e o mental.

A partir daí, podemos compreender em que consiste essa identidade postulada por Wundt. Trata-se de uma identidade que fundamenta a dualidade empírica, mas que nunca pode ser em si mesma objeto de nossa experiência e, por isso, só pode adquirir o caráter de um princípio metafísico. Sua função é apontar para algo que transcende a experiência e que, por princípio, não pode ser objeto de conhecimento. Em outras palavras, Wundt defende aqui, ainda que de forma pouco desenvolvida, um dualismo epistemológico e um monismo ontológico, que cumpre um triplo objetivo teórico. Primeiro, garante a irreduzibilidade de nossa experiência cotidiana, na medida em que reconhece a autonomia de suas duas formas de manifestação (interna e externa).

Segundo, supera tanto o dualismo de substâncias quanto o materialismo e o espiritualismo enquanto teses metafísicas concorrentes. Finalmente, mostra a relevância da psicologia para as discussões filosóficas, principalmente no que diz respeito à metafísica.⁴⁶

Estamos agora em condições de delimitar a extensão do psicologismo de Wundt. Se acrescentarmos a todos os aspectos acima expostos a sua declaração de que a psicologia deve servir de fundamento para todas as *Geisteswissenschaften* (VMT₁, II, 311), não restam dúvidas de que isso pode ser entendido como um psicologismo no seu sentido mais amplo, que inclui não apenas a fundamentação da lógica formal, mas também da teoria do conhecimento, da ética, da estética e, por fim, da metafísica. Entretanto, como ficará mais claro adiante (ver cap. 3), isso não significa de modo algum uma substituição da filosofia pela psicologia, mas apenas uma tentativa de estabelecer limites para a especulação filosófica, a partir dos dados revelados pela investigação psicológica.⁴⁷

Em resumo, podemos definir assim a relação entre filosofia e psicologia nesta obra inicial de Wundt. Por um lado, há uma fundamentação filosófica da psicologia, na medida em que tanto a noção de objeto quanto a de método da investigação psicológica são definidas a partir de pressupostos filosóficos. Por outro lado, há também uma fundamentação psicológica da filosofia, uma vez que é a própria psicologia que deve servir de base para a resolução de problemas

⁴⁶ Embora Wundt ainda não utilize aqui um nome para sua posição, podemos constatar que já estão prefiguradas aqui as idéias centrais de seu paralelismo psicofísico, que ele vai posteriormente desenvolver e melhor fundamentar (ver cap. 4).

⁴⁷ O termo ‘psicologismo’ denota uma variedade tão grande de significados e está ligado a um conjunto de estratégias argumentativas tão distintas, que sua simples utilização só adquire algum valor semântico quando indicar o contexto específico de aplicação (Kusch, 1995, cap. 4). Em um belo trabalho sobre o contexto dessa disputa entre filosofia e psicologia na Alemanha do século XIX, Rath (1994) apresenta uma classificação do psicologismo, na qual Wundt é considerado apenas em sua fase madura. No entanto, caso o autor tivesse levado em consideração o primeiro projeto wundtiano de uma psicologia científica, ele certamente teria visto que Wundt já defendia, muito antes de T. Lipps (1851-1914), a proposta de construção de uma nova filosofia alicerçada nas ciências empíricas. Se essa proposta deve, porém, ser entendida como uma forma de psicologismo, como defende Rath (*Psychologismus als Konstruktion*), é algo com que nós não queremos nos comprometer antes de uma investigação mais detalhada, que infelizmente não podemos aqui oferecer. De qualquer forma, é importante termos sempre em mente que Wundt nunca pretendeu reduzir a filosofia como um todo à psicologia, o que impede, portanto, a sua inclusão entre os representantes do psicologismo na acepção mais geral do termo (Janssen, 1989).

filosóficos. De qualquer forma, independente do ângulo a partir do qual essa relação venha a ser analisada, o que nos interessa aqui é apenas deixar indicados, de modo inequívoco, os seus parâmetros, para que possamos posteriormente julgar os possíveis desvios ou alterações introduzidos por Wundt na sua concepção de psicologia.

1.6- A questão das raízes intelectuais do jovem Wundt

Nessa análise da psicologia inicial de Wundt, falta ainda um passo importante. Dada a divergência de interpretações na literatura secundária sobre as fontes e o significado filosófico das idéias iniciais de Wundt, não basta apenas apresentá-las no contexto de sua obra inicial. É preciso aqui operar uma outra demarcação, no sentido de definir sua origem e os contornos específicos que elas assumem em relação a outros pensadores. Nesse sentido, nossa análise se concentrará em torno das três questões filosóficas fundamentais que permeiam o projeto psicológico do jovem Wundt: 1) a relação entre ciência e filosofia; 2) a hipótese das inferências inconscientes; 3) a identidade mente-corpo ou espírito-natureza.

A principal dificuldade envolvida nessa tarefa é a ausência formal de uma formação filosófica por parte de Wundt. Com exceção de um curso de estética oferecido por F. T. Vischer (1807-1887), quando ainda estava em Tübingen (EE, p. 67), não há registros de que ele tenha tido qualquer outro contato formal com a filosofia durante seus estudos de Medicina. Mesmo o seu valioso espólio, que se encontra na Universidade de Leipzig, incluindo aí sua correspondência, contém muito poucos documentos relativos a essa fase inicial de sua vida profissional. Assim, na ausência de outras fontes, somos obrigados a recorrer à sua autobiografia, que revela, por sua vez, muitas lacunas e imprecisões.

Em que pese todas as dificuldades, porém, acreditamos ser possível, com o auxílio de fontes complementares (textos e/ou documentos relacionados ao desenvolvimento da filosofia e

da psicologia alemã no século XIX), estabelecer alguns limites para a interpretação desse projeto inicial de Wundt, corrigindo, assim, a unilateralidade de algumas exposições presentes na literatura secundária. É importante frisar aqui, contudo, que a interpretação que vamos oferecer de modo algum pretende ser completa ou definitiva.

Um primeiro aspecto ressaltado por muitos intérpretes diz respeito à influência de Stuart Mill sobre o jovem Wundt (Boring, 1950; Graumann, 1980; Richards, 1980a; Schmidgen, 2003; Titchener, 1921). De fato, a “Lógica” de Mill, introduzida na Alemanha em 1849 através da tradução ainda incompleta de J. Schiel (1813-1889), foi um elemento presente na formação de Wundt, como ele mesmo reconhece em sua autobiografia (EE, 223). No entanto, a influência de Mill não deve ser exagerada. Em primeiro lugar, tanto nas *Beiträge* quanto nas *Vorlesungen*, as referências explícitas a Mill – que confirmam a utilização por parte de Wundt dessa primeira edição alemã – vêm sempre acompanhadas de severas críticas à sua teoria geral da indução, que apontam para diferenças significativas entre os dois autores (BTS, 441; VMT₁, I, 471-472; VMT₁, II, 454). Sendo assim, o indutivismo inicial de Wundt não pode ser considerado como uma mera reprodução das idéias de Mill, embora ele sempre reconheça os méritos deste último em relação ao método indutivo.

No que diz respeito ao entusiasmo inicial de Wundt com o método experimental, também é importante não exagerar a influência de Mill. Foi primeiramente o químico R. Bunsen (1811-1899) quem despertou o interesse do jovem Wundt para o experimento, levando-o a conduzir sua primeira investigação experimental, que gerou seu primeiro trabalho publicado (EE, 74-78). Ora, tudo isso ocorreu durante o semestre de inverno de 1852/1853, em um período que Wundt ainda não havia se dedicado à “Lógica” de Mill.⁴⁸ Vale relembrar aqui também outro fato importante, já

⁴⁸ Na sua autobiografia, Wundt relata que, logo após sua leitura da “Lógica” de Mill, debateu-a pessoalmente com seu primeiro tradutor alemão (J. Schiel), então docente na Faculdade de Medicina em Heidelberg (EE, 223). Esses debates só podem ter ocorrido entre os anos de 1859 e 1861, único período em que Schiel, após seu retorno de uma

mencionado anteriormente, que foi a influência de seu tio e professor de fisiologia em Heidelberg – F. Arnold (1803-1890) – que tinha no seu repertório didático vários experimentos psicofisiológicos (Gundlach, 1986). Além disso, deve-se ressaltar a influência positiva do espírito científico de J. Müller (1801-1858) e E. du Bois-Reymond (1818-1896), durante sua estadia em Berlin no semestre de verão de 1856, como ele próprio reconheceu (UAL, NW, Brief 1621; EE, 112-114). Tanto Müller quanto du Bois-Reymond foram figuras centrais na introdução do experimento na fisiologia, sem que isso tenha qualquer relação direta com a obra de Mill. Ou seja, há todo um movimento intelectual na Alemanha do século XIX, cujo entusiasmo em relação às ciências naturais e ao método experimental está primeiramente relacionado a um clima de insatisfação com a filosofia idealista e seu método especulativo, até então dominantes na vida intelectual alemã. Nesse sentido, podemos falar de um contexto geral de revalorização da experiência em detrimento da especulação transcendente (Köhnke, 1986; Schnädelbach, 1983). Deve estar claro, portanto, que a formação intelectual de Wundt se dá em um período de grande efervescência cultural na Alemanha, que envolve muitos mais fatores do que a influência de Mill.

Um segundo aspecto a ser considerado nessa discussão, sem dúvida o mais polêmico entre todos, diz respeito à relação entre Wundt e Helmholtz. No entanto, vamos nos deter aqui apenas na questão da influência intelectual, dada sua relevância para o presente trabalho. Nesse sentido, um número considerável de autores defende a idéia de que Wundt teria ou plagiado ou tomado de empréstimo de Helmholtz sua noção de “inferência inconsciente” (Boring, 1950; Diamond, 1980; Drobisch, 1864; Erdmann, 1879; Graumann, 1980; Nitsche, 1990).⁴⁹ Essa afirmação nos parece

longa estadia nos EUA, lecionou ao lado de Wundt em Heidelberg, antes de se mudar para Frankfurt (Munday, 1998). Tudo isso se encaixa com as observações de Fuchs sobre a recepção do positivismo na Alemanha (Fuchs, 1994, p. 260-334), segundo as quais só se pode falar de uma verdadeira penetração da “Lógica” de Mill entre os cientistas alemães a partir do final da década de 1850 e do início da década de 1860.

⁴⁹ Hatfield parece ser aqui a única exceção. Em um belo trabalho de reconstituição do desenvolvimento da teoria helmholtziana da percepção espacial, ele mostra não só a familiaridade, mas também o apreço por parte de Helmholtz em relação aos trabalhos experimentais de Wundt sobre a percepção sensorial, o que o leva a defender a influência deste último sobre o primeiro (Hatfield, 1990, p. 195-208).

bastante problemática, tendo em vista a existência de outros fatores concorrentes e igualmente plausíveis.

Inicialmente, é importante lembrar que Helmholtz utilizou pela primeira vez o termo ‘inferência inconsciente’ (*unbewusster Schluss*) na segunda parte de seu *Handbuch der physiologischen Optik*, publicado em 1860 (ver Drobisch, 1864; Hatfield, 1990), dois anos após Wundt o ter empregado oficialmente para explicar a percepção tátil (ver seção 1.3). Isso significa que pelo menos o emprego da expressão por parte de Wundt é anterior ao de Helmholtz.

Isso não é suficiente, contudo, para eliminar a possível influência de Helmholtz, uma vez que este já havia publicado um trabalho anterior sobre a visão, em que a idéia do ato perceptivo como uma inferência inconsciente está explícita, ainda que a expressão não apareça (Helmholtz, 1855, 70-73). Mas é exatamente nesse ponto que a unilateralidade da interpretação tradicional se torna mais visível. Ora, Helmholtz não foi de modo algum o primeiro a sugerir o modelo da percepção como um ato lógico e inconsciente, como parecem acreditar os autores acima mencionados. Ao longo de toda a história da filosofia, é possível encontrar idéias semelhantes em representantes de diversas tradições filosóficas (Graumann e Sommer, 1983), das quais Wundt se mostra plenamente consciente em sua análise histórica sobre as teorias da percepção, publicada originalmente em 1859 (BTS, 66-104). Para ficar apenas no século XIX, basta lembrarmos aqui de A. Schopenhauer (1788-1860) – um dos filósofos que mais claramente formulou a noção da percepção visual como uma inferência inconsciente – para que a suposta paternidade de Helmholtz seja descartada.

Já na sua dissertação inaugural – *A Quádrupla Raiz do Princípio de Razão Suficiente* (1813, 1847²) – e também posteriormente no seu tratado “*Sobre a Visão e as Cores*” (1816, 1854²), Schopenhauer afirma a natureza intelectual de todo ato perceptivo. É somente através do intelecto (*Verstand*), segundo ele, que a sensação subjetiva pode se transformar em percepção

objetiva. Entretanto, essa operação do intelecto é totalmente intuitiva e imediata, em contraposição às suas atividades mediadas pela reflexão e pelos conceitos (Schopenhauer, 1847, p. 69-70; 1854a, p. 204-205). Em outro momento, após ter detalhado os primeiros passos envolvidos na construção da percepção, ele especifica sua natureza inconsciente: “Esta operação do entendimento, assim como as precedentes, também é realizada de forma tão rápida e imediata, que nada mais, além de seu resultado, chega à consciência.” (1847, p. 82).⁵⁰ Sendo assim, não poderia Wundt ter se inspirado antes em Schopenhauer que em Helmholtz ?

Mas não é só na tradição filosófica que encontramos, nessa primeira metade do século XIX, a idéia da percepção como inferência inconsciente. Na própria fisiologia há formulações bem semelhantes. Müller, p.ex., não só diferencia sensação e representação, como afirma que a percepção da terceira dimensão é fruto de um juízo (Müller, 1826). Seguindo nesta mesma linha, E. H. Weber (1795-1878) aponta em seu famoso artigo – “Tato e Sentimento Geral” (1846) – a necessidade de distinguirmos, em todas as sensações, entre a sensação pura e a nossa interpretação delas (Weber, 1846, p. 482). E mais adiante, na tentativa de esclarecer em que consistiria essa interpretação, afirma ele:

“A maneira pela qual procedemos na interpretação de nossas sensações não depende inteiramente de nossa livre autodeterminação, pois somos forçados por uma causa desconhecida a representar as sensações segundo as categorias do espaço, do tempo e do número, e ordená-las em um todo coerente... Essas representações não são, pois, o resultado da experiência, pois a própria experiência só se torna possível através da nossa faculdade de interpretar as sensações de acordo com as categorias do espaço, do tempo e do número... Se se conceber o conceito de instinto de uma forma

⁵⁰ Uma leitura atenta desses textos de Schopenhauer e de Helmholtz revela uma curiosa semelhança entre os dois autores – sobretudo no que se refere à adoção da causalidade como princípio *a priori* –, como bem observou Zöllner (1872). Essa semelhança seguramente serviu de base para as acusações de plágio que Helmholtz sofreu em relação a Schopenhauer (Hörz, 1994; Hörz e Wollgast, 1971). Embora tal acusação não nos pareça procedente, esse caso serve bem para ilustrar como não é difícil acusar um autor de plágio, tomando como base apenas em algumas semelhanças entre sua obra e a de um terceiro.

mais geral do que normalmente acontece, se se quiser chamar de instinto a causa desconhecida de toda atividade útil inata, para a qual a alma não se autodetermina – esteja ela relacionada à formação de representações ou à produção de movimentos –, então se pode caracterizar também aquela disposição mental como um instinto intelectual” (ibid, p. 486-487)⁵¹

Diante dessas evidências, não deveríamos considerar uma possível influência de Müller, durante o semestre de verão em que Wundt esteve em Berlin e teve a oportunidade de discutir pessoalmente com ele? E por que descartar a influência de Weber, se foi exatamente através do estudo de seus trabalhos sobre o tato que Wundt se interessou pela psicologia? Além disso, não devemos nos esquecer de que foi no campo da percepção tátil que ele primeiro formulou sua hipótese das inferências inconscientes.⁵²

Ainda no que diz respeito ao inconsciente, cabe ressaltar também as profundas e importantes diferenças que a referida hipótese apresenta em Wundt e Helmholtz (Graumann e Sommer, 1983). Os intérpretes de Wundt acima mencionados, que crêem na origem helmholtziana da idéia, parecem não ter percebido suas distintas implicações gnosiológicas e ontológicas no interior de cada uma das teorias. Em primeiro lugar, no texto de 1855 – o único dos trabalhos de Helmholtz sobre a percepção que antecede o artigo de Wundt sobre o tato (1858) – a tese de que a percepção depende de processos inconscientes está subordinada à aceitação da causalidade como princípio *a priori* (entendido como inato) e revela, portanto, os compromissos

⁵¹ Também no texto de Weber há um tom nitidamente kantiano, na medida em que essa passagem da sensação à percepção pressupõe categorias *a priori*. Assim, podemos notar que uma parte significativa dos representantes da “nova fisiologia” que se formava na primeira metade do século XIX estava buscando uma interpretação kantiana dos fatos fisiológicos, o que confirma a observação de Wundt e de alguns de seus contemporâneos (BTS, 91-97; Liebert, 1915; Riehl, 1904). Essa atmosfera kantiana também não deve ser negligenciada como fonte filosófica na formação intelectual do jovem Wundt (ver seção 2.5), o que apenas reforça a tese de que suas inclinações filosóficas não são de forma alguma um produto tardio em seu desenvolvimento.

⁵² Com exceção de Graumann & Sommer (1983) e Meischner (2000), a possível influência weberiana sobre a hipótese de Wundt não tem sido levada em conta na literatura.

kantianos de Helmholtz nessa sua fase inicial (Riehl, 1904, Hatfield, 1990).⁵³ No caso de Wundt, o seu pressuposto gnosiológico básico é exatamente o antiapriorismo (entendido como a rejeição de qualquer tipo de conteúdo inato), o que o opõe a Helmholtz e dá à hipótese um outro sentido teórico. Em segundo lugar, Helmholtz não está interessado em elaborar uma teoria da mente, na qual a percepção constituiria apenas uma etapa. Trata-se, para ele, apenas de uma hipótese localizada, sem maiores pretensões ou compromissos psicológicos. Já em Wundt, a hipótese das inferências inconscientes é o ponto de partida para uma concepção global dos processos mentais, que é a sua teoria lógica da mente. Ou seja, a noção de inferência é aqui o fundamento de toda a vida psíquica. E por fim, como consequência dessas diferenças apontadas, surgem as distintas implicações ontológicas. De acordo com Helmholtz, os processos inconscientes em si mesmos não são inferências lógicas, nós é que os consideramos analogicamente como se fossem, a fim de torná-los inteligíveis. Wundt, ao contrário, embora estivesse consciente de se tratar de uma hipótese, acabou por apostar na realidade não só das inferências inconscientes, mas do caráter inferencial da mente como um todo.

Com base no que foi acima exposto, estamos agora em condições de sugerir uma avaliação menos unilateral da questão Wundt-Helmholtz. Não se trata de modo algum de rejeitar toda e qualquer possível influência de Helmholtz na formação do jovem Wundt, mas sobretudo de mostrar a impossibilidade de uma determinação única da origem da noção wundtiana de ‘inferência inconsciente’. Dada a ausência de uma confissão do próprio Wundt, qualquer tentativa de estabelecer uma origem fixa para suas idéias nos parece arbitrária e perniciosa para a interpretação de sua obra. Considerando sua vasta erudição e sua característica pessoal de trabalhar sempre de forma independente – ambas reconhecidas pelo próprio Helmholtz (1863,

⁵³ Não é por acaso que o texto de Helmholtz é a reprodução de uma conferência que ele proferiu em Königsberg em homenagem a Kant.

1872) – parece-nos mais adequado falar de uma apropriação e reelaboração de idéias oriundas das mais variadas tradições de pensamento, como parece ser o caso de sua teoria lógica da mente.

Como terceiro e último aspecto de nossa discussão, gostaríamos aqui de retomar a questão da identidade metafísica postulada por Wundt (ver seção 1.5), na tentativa de precisar o seu significado filosófico. Nesse sentido, é primeiramente necessário realizar uma análise cuidadosa da hipótese levantada por Nitsche (1990), tendo em vista suas conseqüências para a interpretação da obra de Wundt, sobretudo no que diz respeito ao problema de sua continuidade ou ruptura. Nitsche vê no jovem Wundt uma adesão ao chamado “materialismo vulgar” e indica paralelos entre algumas passagens das *Vorlesungen* e da clássica obra *Kraft und Stoff* (Força e Matéria) de Büchner (1855).⁵⁴ Segundo ele, esses paralelos mostram “que a visão de mundo do jovem Wundt é idêntica à visão de mundo que os materialistas dos anos 50 propagavam” (Nitsche, 1990, p. 36).

A interpretação de Nitsche apresenta inicialmente o mesmo problema das interpretações que discutimos anteriormente, a saber, a unilateralidade e a falta de atenção para a pluralidade das influências intelectuais sobre Wundt. No entanto, o principal motivo para rejeitá-la repousa na abundância de evidências diretas, presentes em afirmações do próprio Wundt, que a contrariam. Isso não significa que as semelhanças apontadas por Nitsche sejam inventadas, mas sim que elas adquirem outro significado quando são emparelhadas com as diferenças que o autor não levou em consideração. Em outras palavras, o indutivismo e o antiinatismo de Wundt, p.ex., devem ser vistos antes como elementos gerais de uma época orientada metodologicamente contra a filosofia especulativa do que como princípios exclusivos de certa visão de mundo – p.ex., o materialismo

⁵⁴ O chamado materialismo vulgar ou mecânico foi um movimento intelectual que se estabeleceu em meados do século XIX na Alemanha, cujo objetivo principal era defender uma visão de mundo mecanicista, baseada no progresso empírico das ciências naturais. No domínio da psicologia, afirmava a identidade material entre mente e cérebro, atacando duramente qualquer forma de espiritualismo que negasse essa materialidade da mente. Seus principais representantes foram K. Vogt (1817-1895), J. Moleschott (1822-1893) e L. Büchner (1824-1899), que, através de obras dirigidas principalmente para o público em geral (Büchner, 1855; Moleschott, 1852; Vogt, 1847, 1855), tiveram um papel bastante influente no contexto intelectual alemão da segunda metade do século XIX (Gregory, 1977; Klimke, 1909; Lange, 1866; Nieke, 1980).

vulgar.⁵⁵ Afinal, como vimos anteriormente, o pensamento de Wundt revela também aspectos nitidamente idealistas.⁵⁶

O importante aqui, contudo, são as diferenças, e é nelas que vamos nos concentrar. Nesse sentido, o objetivo é mostrar que Wundt se opõe claramente às duas idéias centrais que caracterizam essa corrente materialista: 1) a aceitação irrestrita do mecanicismo como princípio básico de explicação de todos os fenômenos do universo; 2) a afirmação da identidade material entre cérebro e mente.⁵⁷

No que diz respeito ao mecanicismo, Wundt reconhece, já no seu primeiro livro de fisiologia – *Die Lehre von der Muskelbewegung* (A Teoria do Movimento Muscular) –, os limites, ainda que possivelmente temporários, de sua completa aplicação aos fenômenos orgânicos, ao se deparar com as dificuldades de sua redução a movimentos atômicos (LMB, 9-11). E quando introduz na sua psicologia o “Princípio da Conservação de Energia” e outros instrumentos teóricos da mecânica de seu tempo, isso de modo algum representa uma aceitação

⁵⁵ Um bom exemplo de como é possível compartilhar uma mesma perspectiva metodológica sem que isso implique um acordo em questões metafísicas pode ser visto entre Müller e du Bois-Reymond, que trabalharam conjuntamente durante anos em Berlin. Embora ambos compartilhassem o entusiasmo pelo método experimental e a fé no progresso da fisiologia como ciência empírica, apresentavam posições metafísicas bastante distintas (du Bois-Reymond, 1848; Liebert, 1915; Wenig, 1988). Isso para não falar nas diferenças e contradições dentro do próprio materialismo (Cornill, 1858; Flügel, 1902).

⁵⁶ O próprio Wundt reconheceu a influência de Fichte e Hegel em aspectos de sua teoria psicológica inicial (GPP₁, 702). Não foi por acaso também que W. Tobias (1834-1905), ao se deparar com as *Vorlesungen*, viu nelas a manifestação de um “destemido neo-hegelianismo” (Tobias, 1875, p. 37). Curiosamente, essa rotulação de Tobias acaba adquirindo importância histórica: aparentemente a primeira vez em que a expressão ‘neo-hegelianismo’ foi oficialmente empregada no século XIX, sem que isso signifique qualquer vinculação de Wundt ao surgimento do movimento neo-hegeliano propriamente dito (Kleiner, 1984). Embora a semelhança entre Wundt e Hegel tenha sido apontada na literatura secundária (p.ex., Arnold, 1980; Robinson, 1982), ainda não há uma análise mais profunda dessa relação.

⁵⁷ Estamos cientes aqui tanto das pequenas diferenças existentes entre os defensores do materialismo vulgar quanto das contradições que qualquer forma radical de materialismo acaba engendrando. O próprio Büchner, p.ex., oscila entre uma identidade, um epifenomenalismo e um dualismo de propriedades (Büchner, 1855). No entanto, como Nitsche só se referiu à questão da identidade, vamos nos restringir aqui a ela. Se em algum momento essa noção de identidade apresenta semelhanças com a de Wundt, isso indica antes seu afastamento em relação aos princípios básicos do materialismo vulgar do que a adesão de Wundt à visão de mundo materialista. Aliás, como procurei demonstrar alhures, a recusa do materialismo como perspectiva metafísica foi uma constante em sua obra (Araujo, 2006).

irrestrita do mecanicismo, pois ele só vale para os fenômenos físicos subjacentes ao psiquismo, já que os processos mentais pertencem ao domínio da lógica, como vimos anteriormente.

Quanto à identidade metafísica postulada por Wundt, ela também difere daquela defendida pelos materialistas vulgares. Ora, que não se trata aqui de uma defesa do materialismo torna-se evidente a partir de uma leitura mais atenta de outras declarações de Wundt, espalhadas ao longo das *Vorlesungen*. No segundo capítulo, p.ex., ele apresenta não só uma longa crítica (VMT₁, I, 15-20) à famosa tese materialista do pensamento como função do cérebro (p.ex., Vogt, 1853, Büchner, 1855), mas também uma recusa da identidade entre ambos em termos físico-químicos, que é exatamente um ponto central da posição adotada pelos materialistas em questão:

“O pensamento escapa à nossa percepção sensorial: nós podemos ouvir a palavra que o expressa, podemos ver o homem que o formulou, podemos analisar o cérebro que o pensou, mas a palavra, o homem, o cérebro não são o pensamento. E também o sangue que se move no cérebro, a transformação química das substâncias que nele ocorre, o calor e a eletricidade que são aí liberadas – nada disso é o pensamento.” (VMT₁, I, 17)

Além disso, Wundt indica claramente, nessa mesma passagem, que o alvo de suas críticas são os autores envolvidos no *Materialismusstreit*.⁵⁸ Não é por acaso, portanto, que, para ele, tanto os materialistas quanto os idealistas ou espiritualistas cometem o mesmo erro: partem de hipóteses metafísicas sobre a natureza da mente ao invés de partir dos próprios fatos da experiência interna (VMT₁, I, 19). Em outras palavras, a identidade à qual Wundt está se referindo é metafísica porque extrapola o campo de nossa experiência possível – e por isso não pode ser definida nem em termos físicos nem psíquicos – mas, ao mesmo tempo, está baseada nos fatos empíricos (a

⁵⁸ Na década de 50 do século XIX, desenvolveu-se na Alemanha uma forte disputa intelectual, que ficou conhecida como *der Materialismusstreit* (a querela do materialismo). O que estava aí em jogo era a oposição “materialismo x idealismo” enquanto visões de mundo (*Weltanschauungen*) distintas, em que o problema da alma/mente e de sua relação com o corpo ocupava um lugar central nas discussões (Cornill, 1858; Flügel, 1902; Klimke, 1909; Meschede, 1980; Meyer, 1856).

dualidade do fenômeno perceptivo). Tudo isso impossibilita, a nosso ver, qualquer aproximação entre seu ponto de vista e o materialismo mecânico ou vulgar de Vogt, Moleschott e Büchner.⁵⁹

Ao rejeitarmos, pois, a hipótese de Nitsche, temos que reintroduzir a pergunta pela origem dessa identidade defendida por Wundt. Dada a multiplicidade de propostas de superação de qualquer forma de dualismo na primeira metade do século XIX, é lícito aqui apontar pelo menos duas alternativas divergentes. Estaria ele se aproximando da posição defendida por F. W. J. Schelling (1775-1854) em sua filosofia da identidade, segundo a qual existiria um ponto de indiferenciação absoluta em que a contraposição entre o sujeito e o objeto se anula (Schelling, 1801)? Ou estaríamos aqui talvez diante de uma forma mais sofisticada de materialismo, tal como elaborada por L. Feuerbach (1804-1872), que vê a unidade entre o mental e o físico na própria atividade do organismo, sem recorrer a qualquer espécie de absoluto (Feuerbach, 1846)? Para responder a essa questão, queremos introduzir aqui uma importante fonte de influência na formação intelectual do jovem Wundt – o filósofo Adolph Cornill (1822-1903)⁶⁰ – que até hoje não mereceu a devida atenção na literatura secundária.⁶¹ Em uma única passagem de sua autobiografia, Wundt revela seu convívio quase diário com Cornill, que parece suficiente para justificar uma investigação mais cuidadosa desta relação:

“Ainda mais próximo eu estava do casal Cornill, e algumas vezes em contato quase diário. Adolph

Cornill, que tinha se tornado conhecido através de vários trabalhos filosóficos, especialmente com o

⁵⁹ Nitsche argumenta ainda que a forma em que as *Vorlesungen* foram publicadas seria mais uma confirmação dos vínculos existentes entre Wundt e o materialismo vulgar, uma vez que esse também era o tipo de publicação favorito dos materialistas. Ora, esse fenômeno parece ser antes uma característica geral do século XIX do que uma peculiaridade do movimento materialista. A publicação de livros em forma de *Vorlesungen* pode ser vista, p.ex., entre antípodas do materialismo (Carus, 1831). E mesmo autores mais neutros em relação à disputa "materialismo x idealismo" também aderiram a esse tipo de publicação (Meyer, 1856).

⁶⁰ Sobre a vida de Cornill há muito poucas informações disponíveis. Sabe-se que ele foi docente de filosofia em Marburg e que se mudou posteriormente para Heidelberg, onde viveu de 1853 a 1862 como *Privatgelehrter*. Em seguida, mudou-se para Frankfurt a.M., onde permaneceu até os últimos dias de sua vida.

⁶¹ O único a notar a importância de Cornill foi Ungerer (1980). Contudo, além de considerar apenas de modo superficial suas idéias, ele só percebeu aí alguns aspectos ligados à idéia wundtiana de uma psicologia fisiológica, deixando de lado as fontes e os elementos centrais da filosofia de Cornill.

escrito sobre o materialismo, vivia naquela época como Privatgelehrter em Heidelberg. Eu li ou discuti com ele algumas obras filosóficas que eram de nosso interesse comum, particularmente Hegel – com quem ele se ocupava zelosamente – e os cientistas naturais de inclinação filosófica daquela época.” (EE, 236)

Além disso, sua correspondência com o casal Cornill, embora não comprove diretamente qualquer discussão filosófica, revela de fato um convívio muito íntimo (UAL, NW, Briefe 111-131), o que reforça ainda mais nossa suspeita de sua importância.

O ponto de partida do projeto filosófico de Cornill, como ele mesmo explicita em um de seus primeiros trabalhos, é uma tentativa de refutação da filosofia especulativa e da sua noção de absoluto – em especial a de Hegel – para, a partir daí, estabelecer um novo princípio filosófico e também uma nova visão de mundo (Cornill, 1848). Ao mesmo tempo, ele vê seu próprio trabalho como parte de uma reorientação geral já em andamento na filosofia: “O caminho que eu criticamente percorri nessas investigações parece-me ser o mesmo que a filosofia adotou em seu mais recente desenvolvimento histórico.” (p. 3) Esse novo estágio, como fica explícito mais adiante, pode ser resumido como a passagem do idealismo ao realismo (p. 16). E embora Cornill ainda não especifique exatamente o que significa esse novo realismo, o filósofo que toma como referência, tanto no plano antropológico quanto no cosmológico, é Feuerbach:

“Esta é a realização incontestavelmente esplêndida do genial Feuerbach. Ele aniquilou a especulação, ele procurou conceber o homem em sua constituição natural.” (p. 9).

“Feuerbach, no entanto, de modo algum para por aí. Feuerbach quer não apenas antropologia, mas também cosmologia. Ele diz de forma tão engenhosa: nós possuímos não só os sentidos egoístas e altamente materialistas do paladar e do olfato, mas também os idealistas do olho e do ouvido, com os quais nos é permitido penetrar *a posteriori* cada vez mais fundo na natureza das coisas, para que

possa ressurgir *a priori* em nosso espírito. Mas as relações externas dos processos serão sempre para nós os juízes das idéias internas.” (p. 42 – ênfase no original)

Três anos mais tarde, Cornill se revela mais crítico em relação a Feuerbach e publica uma análise de sua filosofia, em que, apesar de manter a admiração pelo filósofo, identifica e explica as falhas e limitações de sua antropologia (Cornill, 1851). Assim, no intuito de preencher as lacunas deixadas por Feuerbach, Cornill aponta o caminho futuro a ser trilhado:

“E com *Beneke* deve-se certamente reconhecer como as duas exigências centrais da nova psicologia, que o conteúdo do pensamento seja reduzido à experiência interna e externa, e que as idéias devam ser vistas apenas como funções de um organismo mental. ... Com suas exigências estão de acordo também os resultados dos fisiologistas, como *Joh. Müller, Henle, Wagner* etc., que vêem o conhecimento como determinado por nossa essência subjetiva e procuram explicar a mente a partir da química de nossas substâncias. ... E assim também a filosofia deve fornecer à estática e à mecânica de *Herbart* uma química ou fisiologia da mente como problema para um futuro próximo.”
(303-304 – ênfase no original)

Mas há ainda um outro filósofo que, segundo Cornill, ilustra de modo exemplar essa fase de transição da filosofia, a saber, Schopenhauer. Cornill vê em Schopenhauer um pensamento que se movimenta entre os extremos do idealismo e do materialismo, mas que, apesar da correta tentativa de uma fundamentação indutiva, não consegue superar suas contradições (Cornill, 1856). Nesse sentido, ao defender a tese de que Schopenhauer não conseguiu alcançar o verdadeiro realismo pelo fato de ainda estar preso, assim como Feuerbach, a pressupostos idealistas, Cornill se vê então obrigado a explicitar o que entende por essa perspectiva realista que pretende alcançar. Ele reserva então o termo ‘realismo’ apenas para indicar uma posição metafísica que concebe o espírito não como princípio ideal, mas sim como fenômeno ou um

conjunto de fenômenos de uma substância em si mesma e real (p. 3). Com isso, podemos agora entender o tipo de unidade que está buscando:

“Somente quando uma filosofia conseguir, através da construção teórica e ética, alcançar o desenvolvimento do ser individual e mostrar como a substância absoluta obtém sua eterna autoformação e estruturação no desenvolvimento de suas modificações, dos seres finitos, só então me parece possível falar de uma unidade mais alta no princípio teórico e de uma maior alegria para a sensação prática e para a necessidade da ética. E tal conclusão verdadeiramente idealista de um sistema filosófico é a exigência de toda visão de mundo verdadeiramente realista, cujo objetivo é compensar os extremos do espiritualismo e do materialismo.” (p. 151)

É essa superação dos extremos que Cornill vai tematizar em sua obra principal, em que considera a crise tanto do materialismo quanto do idealismo também como evidência de uma época em transição (Cornill, 1858). Nesse sentido, o alvo de sua crítica é exatamente a querela do materialismo (*Materialismusstreit*), cujas soluções unilaterais devem ser rejeitadas em favor de uma unidade superior – o realismo enquanto visão de mundo. O único caminho, segundo Cornill, que pode nos conduzir a essa unidade é a adoção de uma outra concepção de ciência e, conseqüentemente, de filosofia. Assim, ele afirma que

“O ponto de vista de uma teoria indutiva da ciência é adequado para compensar os princípios opostos do sensualismo e da especulação, e uma visão de mundo realista nela fundamentada também é adequada para conciliar os princípios metafísicos contrários do idealismo e do materialismo.” (p. vii)

Podemos então constatar que, no projeto de Cornill, a atividade filosófica por excelência é a elaboração de uma nova visão de mundo, que tome como fundamento as investigações das

ciências particulares e constitua, pois, uma filosofia positiva (p. 13). Nesse projeto, a psicologia ocupa um papel fundamental, na medida em que seu objetivo é investigar, nos moldes das ciências naturais, a experiência interna (p. 12). Ao mesmo tempo, Cornill reconhece a autonomia da psicologia e considera um erro qualquer tentativa de reduzir a experiência interna em termos da externa ou vice-versa (p. 16). Trata-se de duas perspectivas distintas, que apontam para uma unidade superior que as condiciona.

“Exatamente através de nossa posição acima indicada, segundo a qual nossas duas fontes de conhecimento permitem que seus objetos – natureza e espírito – sejam concebidos apenas como fenômenos, mas não em sua verdadeira natureza, estamos também convencidos de que natureza e espírito não estão um para o outro como pólos opostos completamente incompatíveis, mas sim que, de uma maneira para nós certamente inexplorada, são homogeneamente condicionados em seu fundamento último e podem ser dissolvidos em uma unidade real mais elevada.” (p. 20)

Tendo apresentado então os aspectos centrais do projeto filosófico de Cornill, é preciso retornar à questão de origem, a saber, a formação intelectual do Wundt. As semelhanças (indutivismo, antiapriorismo, crítica ao método especulativo, psicologia como ciência natural, etc.) são mais do que evidentes e nos convidam, portanto, a uma reflexão. Dado o convívio quase diário entre os dois e sendo Cornill, senão a única, pelo menos a principal fonte filosófica para as elaborações teóricas do jovem Wundt, não deveríamos repensar o significado filosófico de suas considerações teóricas apresentadas nas *Beiträge* e nas *Vorlesungen*? Não deveríamos considerar também a possibilidade de que Cornill, muito mais que Mill e Helmholtz – ainda mais agora com a evidência de que Wundt já tinha, através de Cornill, contato com a obra de Schopenhauer e que poderia ter extraído daí sua noção de inconsciente –, seja a grande influência filosófica inicial de Wundt? Não estamos com isso querendo sugerir que Wundt tenha integral e passivamente

adotado qualquer perspectiva filosófica de terceiros – seja a de Feuerbach, a de Schopenhauer ou a do próprio Cornill. Como afirmamos anteriormente, não pretendemos de modo algum aqui corrigir a unilateralidade das interpretações que criticamos introduzindo uma nova interpretação unilateral. Nosso único objetivo é mostrar que a formação intelectual de Wundt envolve elementos diversos e que, na ausência de seu próprio testemunho, é impossível estabelecer uma única fonte para suas idéias. Seu projeto se caracteriza muito mais pela tentativa de compatibilizar tradições de pensamento heterogêneas do que pela filiação a uma corrente intelectual específica. Isso ficará ainda mais claro quando passarmos a considerar seu amadurecimento filosófico, o que faremos a partir do próximo capítulo.

CAPÍTULO 2- OS *GRUNDZÜGE* E O ABANDONO DA TEORIA LÓGICA DA MENTE

Ainda antes de deixar Heidelberg, Wundt publica, em 1874, a obra que iria em breve torná-lo célebre em todo o mundo intelectual – *Grundzüge der physiologischen Psychologie* (Elementos de Psicologia Fisiológica). Como ele próprio anuncia no prefácio, trata-se de demarcar um novo domínio científico, a saber, o da psicologia fisiológica ou experimental (GPP₁, iii). Na verdade, em um texto anterior, publicado em 1867, Wundt já havia utilizado a expressão ‘psicologia fisiológica’ para demarcar a especificidade de sua psicologia em relação à velha psicologia especulativa (NLG, 23-25). No entanto, os *Grundzüge* revelam, já nas primeiras páginas, um tom dissonante em relação à sua obra anterior: trata-se de apresentar uma teoria mais profunda da percepção sensorial (que concilie tanto o nativismo quanto o empirismo) e de mostrar as implicações dos estudos sobre a representação para uma concepção da consciência e da atenção (GPP₁, iv-vi).

A primeira questão que naturalmente se impõe é a seguinte: não tinha Wundt, já nas *Vorlesungen*, tratado detalhadamente os temas da percepção sensorial e, em certa medida, também da consciência? É exatamente nesse ponto que encontramos a singularidade dos *Grundzüge*: essa obra não só representa a primeira sistematização de seu projeto psicológico desde as *Vorlesungen* (1863), mas anuncia – e esse é o ponto que merece aqui nossa atenção – uma rejeição explícita de sua concepção teórica central, a saber, a teoria lógica da mente e sua hipótese das inferências inconscientes (seção. 1.3). Ou seja, o que percebemos, ao adentrar a

obra, é que Wundt opera uma mudança significativa no seu projeto de psicologia, ao demolir as bases de sustentação tanto das *Beiträge* quanto das *Vorlesungen*.⁶²

Isso nos leva imediatamente a um conjunto de questões: como explicar essa alteração? O que teria levado Wundt a buscar uma nova fundamentação para o seu projeto de psicologia? Poderíamos de fato falar em uma ruptura? Ou seria antes uma acomodação aos fatos novos trazidos pelas investigações empíricas? E por último, mas não menos importante, em que medida ele consegue restabelecer a unidade de seu projeto psicológico?

Antes, porém, de buscarmos uma resposta a esse conjunto de questões, devemos estar cientes dos obstáculos metodológicos que se nos apresentam, especialmente a falta de fontes primárias e/ou secundárias relativas a esse período da vida profissional de Wundt. Tanto seu espólio em Leipzig (*Wundt-Nachlass*) quanto os documentos que se encontram nos Arquivos da Universidade de Heidelberg (*Personalakten Wundts* – UAH, PA 2478 und *Akten der medizinischen Fakultät* – UAH, H-III-111) não oferecem grande ajuda. Além disso, as duas únicas biografias até hoje disponíveis (Meischner e Eschler, 1979; Lamberti, 1995) e os poucos artigos biográficos que englobam o período em questão (p.ex., Bringmann e Balance, 1975; Schlotte, 1956; Ungerer, 1978, 1979, 1980) concentram-se quase que exclusivamente na sua atividade política como deputado estadual (1866-1869), sem sequer mencionar a existência do problema.⁶³ Assim, ficamos praticamente restritos à autobiografia de Wundt, que apresenta um relato sobre esse período, mas que, por outro lado, coloca-nos novamente diante de certos limites

⁶² Essa ruptura vai ser explicitamente admitida, quase 30 anos depois, na segunda edição das *Vorlesungen*, em cujo prefácio Wundt afirma ter abandonado várias das idéias presentes na primeira edição, frutos de um “pecado de juventude” (VMT₂, v-vi).

⁶³ Mesmo o trabalho de Diamond (1980), que revela aspectos importantes sobre esse período da produção acadêmica de Wundt – apesar de suas hipóteses insuficientemente fundamentadas sobre o significado psicológico das atitudes do jovem Wundt – não traz qualquer discussão sobre essa alteração teórica no interior da psicologia wundtiana. E o trabalho de Nitsche (1990), o único a tratar detalhadamente os aspectos filosóficos da obra inicial de Wundt, também apresenta aqui uma lacuna.

de interpretação, dadas as possíveis distorções decorrentes da distância cronológica que a separa dos fatos originais.

Em que pese toda essa dificuldade, porém, acreditamos ser aqui também possível apontar alguns caminhos para uma eventual solução do problema em questão e, portanto, para uma adequada compreensão da evolução do pensamento de Wundt. Na falta de fontes mais específicas, vamos adotar aqui uma dupla estratégia: vamos recorrer, de um lado, às suas publicações fisiológicas desse período e, de outro, ao seu primeiro tratado puramente filosófico, publicado em 1866, que discute a questão dos axiomas da mecânica clássica (PAC). Além disso, nossa análise incluirá também algumas resenhas que ele publicou neste período de transição, em que desenvolve algumas considerações teóricas, ainda que de forma não sistemática.

De acordo com a nossa hipótese, que se baseia na análise de todo esse material acima mencionado e serve, por sua vez, de sustentação para a tese central do presente trabalho, a grande alteração introduzida por Wundt em sua psicologia só pode ser razoavelmente explicada se considerarmos o seu amadurecimento filosófico, que o leva a rejeitar seus dois pressupostos teóricos básicos iniciais e a operar então a ruptura anunciada nos *Grundzüge*. Mas essa ruptura deve ser entendida como um processo gradual, que envolve duas fases distintas: em primeiro lugar, o enfraquecimento da concepção lógica da mente e, posteriormente, o abandono do inconsciente como noção explicativa dos fenômenos psíquicos.⁶⁴

Para demonstrar a plausibilidade de nossa hipótese, vamos proceder da seguinte forma. Inicialmente, vamos mostrar como Wundt vai lentamente abandonando a teoria lógica dos processos mentais, de acordo com as sucessivas reelaborações da teoria da percepção que ele

⁶⁴ É importante aqui lembrar que a teoria lógica da mente, que sustenta todo o sistema psicológico das *Vorlesungen*, envolve duas teses independentes, embora intimamente relacionadas: 1) a de que todos os processos psíquicos são inferências lógicas (panlogismo mental); 2) a de que existem processos psíquicos inconscientes que determinam estados conscientes e devem, portanto, fazer parte da análise psicológica. A hipótese das inferências inconscientes é apenas uma consequência necessária das teses 1 e 2. O não reconhecimento desta independência acarreta prejuízos para a interpretação da evolução do pensamento de Wundt, como veremos adiante.

introduz tanto nas distintas edições de seu manual de fisiologia quanto em alguns artigos específicos. Em seguida, vamos apresentar a recusa da noção de inconsciente, juntamente com a justificativa apresentada por ele nos *Grundzüge*, relacionando-a a uma nova teoria da consciência. Finalmente, discutiremos as raízes filosóficas que possivelmente motivaram Wundt a operar essa ruptura conceitual no interior de seu projeto de uma psicologia científica.

2.1 – Enfraquecimento e abandono da tese do panlogismo mental

Em 1865, Wundt publica o *Lehrbuch der Physiologie des Menschen* (Manual de Fisiologia Humana), cujo objetivo era não só o de servir como manual introdutório para os estudantes, mas também o de apresentar uma visão geral e sistemática da fisiologia de sua época. Embora se trate de uma obra eminentemente fisiológica, há um capítulo específico sobre as sensações, em que o autor estabelece uma clara diferença entre a classificação fisiológica e a classificação psicológica da sensação, além de explicar o processo de formação de nossas percepções e representações – fato este que nos obriga a analisar o conteúdo de tais considerações.⁶⁵

É nesse capítulo sobre as sensações que Wundt introduz, pela primeira vez, uma modificação em sua teoria psicológica. Após analisar a relação ente estímulo e sensação, ressaltando aí o significado psicológico da lei de Fechner, Wundt especifica a natureza psíquica da percepção e da representação. No primeiro caso, trata-se de uma síntese de sensações, enquanto, no segundo, de uma análise de percepções:

“Essas duas atividades, a síntese das sensações e a análise das percepções, são evidentemente processos *mentais*, que têm a particularidade de não virem à consciência durante sua evolução, mas

⁶⁵ É preciso considerar também o fato do *Lehrbuch* ser a única publicação científica de Wundt entre os anos de 1864 e 1865 (E. Wundt, 1927).

sim que somente seus resultados aparecem na mesma. Entretanto, se se pensam esses processos traduzidos em termos da consciência, eles assumem a forma de inferências. Pode-se, portanto, caracterizá-los também como *processos inferenciais inconscientes*.” (LPM₁, 477-478 – ênfase no original)

Seria possível argumentar que não há aqui alteração alguma, uma vez que Wundt já havia afirmado inicialmente que os processos lógicos inconscientes eram apenas uma hipótese. No entanto, como procuramos mostrar anteriormente (seção 1.3), uma análise detalhada tanto das *Beiträge* quanto das *Vorlesungen* revela que ele acabou se convencendo da identidade entre os planos lógico e ontológico, ou seja, de que todos os processos psíquicos eram realmente processos lógicos. Devemos considerar essa primeira edição do *Lehrbuch*, portanto, como uma primeira modificação, ainda que sutil, de sua teoria psicológica inicial.⁶⁶

Que se trata aqui apenas de uma modificação sutil, que de modo algum implica a rejeição de sua teoria inicial, torna-se mais evidente um pouco mais adiante, onde Wundt procura defender-se das seguintes objeções à sua teoria: 1) nós nada sabemos sobre tais processos inconscientes para que possamos afirmar sua natureza lógica; 2) processos lógicos só são possíveis na consciência. De acordo com ele:

“A primeira objeção não atinge nossa teoria, uma vez que esta apenas afirma que aqueles processos assumiriam uma forma lógica, assim que os traduzíssemos na consciência; a segunda objeção é uma proposição que, embora freqüentemente afirmada, nunca foi comprovada.” (p. 478).

⁶⁶ Tanto Petersen (1925) quanto Graumann e Sommer (1983) não perceberam essa modificação. Petersen vê sinais de alteração apenas na segunda edição do *Lehrbuch*, em 1868 (LPM₂). Para Graumann e Sommer, esse caráter apenas hipotético (“como se”) dos processos lógicos inconsciente só viria a aparecer em 1869, em um artigo dedicado exclusivamente à questão da percepção espacial (UEG). Em todas essas análises, contudo, os autores não levam em consideração certas sutilezas da teoria inicial de Wundt, o que prejudica sobremaneira suas interpretações.

Ora, essa passagem mostra claramente a independência das duas teses fundamentais da teoria wundtiana, à qual nos referimos anteriormente. Ao enfraquecer sua teoria lógica da mente, Wundt está de fato indicando o caráter apenas hipotético da tese de que os processos mentais inconscientes são processos lógicos – o que significa também que ele ainda não está totalmente convencido do contrário – mas isso de forma alguma afeta a tese de que existem processos psíquicos inconscientes que determinam estados conscientes. Daí a importância de considerarmos as duas teses separadamente. Como veremos adiante, somente a rejeição da realidade psíquica do inconsciente em geral – e não apenas sua versão lógica – é que vai configurar definitivamente o abandono de sua teoria inicial e inaugurar a fase madura de seu pensamento.

Dois anos mais tarde, em uma resenha sobre a primeira edição completa do *Handbuch der physiologischen Optik* (Manual de Óptica Fisiológica) de Helmholtz, Wundt volta a defender sua teoria das inferências inconscientes, mostrando-se totalmente consciente da independência das duas teses acima mencionadas.⁶⁷

“Decerto não é possível comprovar a existência de tais processos inferenciais inconscientes com a mesma segurança com que nós nos certificamos da existência de nossos juízos e inferências conscientes. ... Entretanto, ao estabelecer que existem processos psíquicos inconscientes, a suposição mais simples que podemos fazer acerca deles é que são da mesma natureza dos processos em nossa consciência. E quando, então, for percebido no todo que os fatos da percepção podem ser deduzidos deste pressuposto com satisfatória completude, a legitimidade de nossa teoria não poderá mais continuar a ser contestada.” (RHel, 327)

Nessa mesma resenha, logo adiante, Wundt se reporta às suas *Beiträge*, no intuito de mostrar uma diferença importante entre a sua concepção e a de Helmholtz. Embora ambos façam

⁶⁷ Nesse mesmo ano de 1867, Wundt publica ainda um artigo dedicado exclusivamente à questão da percepção visual, em que também defende explicitamente a hipótese das inferências inconscientes (NLG, 45).

referência a processos inferenciais inconscientes, Helmholtz considerava-os como sendo raciocínios por analogia (*Analogieschlüsse*), enquanto que para Wundt haveria outros processos lógicos envolvidos. Ele explica assim a diferença:

“O resenhista já aludiu, em seu escrito acima mencionado (*Beiträge – acréscimo meu*), ao importante papel que os raciocínios por analogia desempenham nas percepções sensoriais. Mas ele tentou ali igualmente demonstrar que é necessário supor outros atos psíquicos como sendo os propriamente construtivos, em relação aos quais a analogia sempre assume um papel apenas secundário.” (ibid.)

Essa passagem revela-se de suma importância para nossa análise, na medida em que nos permite compreender um aspecto essencial na gradual alteração da teoria wundtiana das inferências inconscientes e, além disso, mostrar um equívoco na interpretação tanto de Petersen (1925) quanto de Graumann e Sommer (1983). O ponto de partida de ambas as análises é a seguinte passagem da segunda edição do *Lehrbuch*, publicada por Wundt em 1868:

“Mas enquanto a teoria empirista denomina toda formação de representações uma indução a partir da experiência ou um raciocínio por analogia inconsciente – o que é completamente conseqüente e, na medida em que se trata da explicação coerente de uma região sensorial específica, também completamente satisfatório – eu acreditava poder atribuir ao último apenas um significado inferior e complementar, e dever escolher para a parte mais importante e propriamente construtiva das percepções a imagem daqueles processos lógicos envolvidos no desenvolvimento dos *conceitos* ...” (LPM₂, 509 – ênfase no original).

Petersen (1925, p. 110) vê nesse papel secundário e complementar que Wundt atribui ao raciocínio por analogia um abalo na sua teoria lógica da mente, sem perceber que o que está aqui

em questão é apenas uma repetição daquela mesma diferenciação em relação à concepção de Helmholtz (teoria empirista), que ele já havia estabelecido na sua resenha. Graumann e Sommer (1983, p. 65), por outro lado, interpretam essa passagem como uma mudança na posição de Wundt em direção a uma visão mais próxima da de Helmholtz, o que, dado o contexto em questão, soa absurdo. Ora, não há aqui mudança alguma por parte de Wundt. Isso fica claro quando Wundt reafirma, logo adiante, que a percepção é uma síntese de sensações e a representação, uma análise de percepções (LPM₂, 509), ou seja, exatamente as mesmas definições que ele já havia utilizado na primeira edição do *Lehrbuch* (LPM₁, 477), que nenhum dos intérpretes levou em consideração. A única novidade introduzida de fato por Wundt foi essa diferença entre dois tipos de teoria psicológica da percepção, que ele utilizou para marcar sua divergência em relação a Helmholtz. Mas o seu ponto de vista é praticamente o mesmo de 1865, apresentado acima, quando admitiu o caráter hipotético da natureza lógica dos processos inconscientes.

Há, contudo, nesse mesmo texto de 1868, analisado pelos intérpretes, um trecho anterior ao que foi tomado como referência pelos autores em questão, onde Wundt parece enfraquecer ainda mais a hipótese da natureza lógica dos processos inconscientes, ao tratá-la como uma simples analogia:

“Na realidade, a psicologia se vê ainda na necessidade, ao que tudo indica, de produzir analogias ao invés de explicações reais dos fenômenos, uma vez que ela, com a ajuda de um fenômeno claramente conhecido – mas ele próprio ainda em necessidade de explicação –, ilustra um outro fenômeno. Para essas percepções sensoriais o domínio dos *processos lógicos* tem se mostrado, a nosso ver, ainda mais útil do que a associação das representações para ilustrar os processos em questão.” (LPM₂, 509 – ênfase no original)

Wundt parece aqui não mais considerar a hipótese das inferências inconscientes como uma explicação real, possibilidade esta que ele havia deixado em aberto no texto de 1865 e também na resenha de Helmholtz. Assim, a hipótese perde seu caráter explicativo e ganha um sentido apenas metafórico, como se Wundt já estivesse renunciando seu abandono.

O golpe definitivo na concepção lógica acontece já ano seguinte, em um artigo que Wundt dedica exclusivamente à percepção visual. Aqui, embora Wundt ainda admita a teoria das inferências inconscientes como um possível ponto de vista, ele descarta explicitamente a possibilidade dessa ficção teórica constituir a base de seu projeto psicológico:

“A teoria lógica, ao analisar os processos inconscientes nas percepções como se fossem um ato consciente – ainda que ela reconheça completamente a ficção produzida –, coloca-se como que na perspectiva de um cientista natural – para o qual aquelas coligações de nossas sensações fossem dadas como fenômenos – que desejasse explicar tais fenômenos. Ele iria então tratar o sistema espacial como uma hipótese útil, mas não poderia afirmar, pelo menos por razões puramente lógicas, que ele é o único sistema explicativo útil. Com isso, a teoria lógica não deve ter o seu valor negado, apenas seus limites devem ser precisamente estabelecidos. Esta teoria é apropriada para retratar os processos perceptivos a partir de um único ponto de vista. ... **No entanto, não queremos por isso considerá-la como o fundamento de toda a psicologia.**” (UEG, 232-233 – ênfase minha)

Vemos aqui, pois, pela primeira vez, uma menção de Wundt sobre a relação entre o abandono da concepção lógica e a fundamentação do seu projeto de psicologia. No entanto, antes de explorarmos suas conseqüências, é preciso estabelecer mais precisamente os termos dessa ruptura.

2.2 – Os Grundzüge e a recusa da concepção anterior de inconsciente

Como afirmamos anteriormente, a teoria psicológica inicial de Wundt tem dois componentes básicos independentes, porém intimamente relacionados, a saber, a tese do panlogismo mental e a tese da determinação da consciência pelo inconsciente. O que deve aqui ficar claro é que o abandono da hipótese das inferências inconscientes decorre da recusa da primeira, deixando a segunda temporariamente em aberto, já que o que está sendo descartado é apenas a natureza lógica (inferencial) do inconsciente, mas não a sua existência. Por outro lado, não podemos deixar de observar que esse abandono vai obrigar Wundt a rever o estatuto do inconsciente no seu projeto psicológico e a buscar uma outra solução para o problema. Para que possamos, pois, compreender os motivos subjacentes à rejeição por parte de Wundt de sua teoria psicológica inicial como um todo, é preciso determinar com precisão o contexto de seu aparecimento.

O primeiro aspecto a ser ressaltado é que o abandono da noção de inconsciente também envolve um período de maturação, que culmina na formulação explícita de sua inutilidade para a psicologia. Mais precisamente, é apenas em 1874, com o lançamento dos *Grundzüge*, que Wundt coloca sob suspeita, pela primeira vez, a importância da noção de inconsciente para a psicologia propriamente dita.⁶⁸ No capítulo 10, que trata dos sentimentos sensoriais como atributos reais da sensação, ele afirma:

“Podemos utilizar a expressão ‘sensações inconscientes’ sob certas condições, para caracterizar o efeito de uma sensação consciente ou um estado que as preceda, cuja existência deve ser inferida a partir de alguns elementos que aparecem na consciência. Entretanto, como um estado determinado segundo a qualidade e a quantidade, a sensação é dada apenas na consciência. Na realidade,

⁶⁸ É curioso notar que, na terceira edição do *Lehrbuch*, publicado em 1873, Wundt ainda defende a teoria das inferências inconscientes como uma ferramenta útil, apesar de reconhecer que ela não descreve o processo psíquico em si mesmo (LPM₃, 555).

portanto, ela existe sempre e apenas na sua relação com a mesma. Essa relação nós chamamos de *sentimento sensorial ...*” (GPP₁, 426 – ênfase no original)

Com base no que foi apresentado no capítulo anterior (seções 1.3 e 1.4), é possível perceber aqui uma importante alteração na estratégia de Wundt. Até aqui, havia uma necessidade teórica de se defender a existência de sensações inconscientes. Mesmo estando Wundt ciente de seu caráter hipotético, elas desempenhavam um papel fundamental na dinâmica psíquica inconsciente que determinava a formação da consciência. Agora, a ênfase desloca-se para a realidade consciente, onde unicamente se pode falar da sensação como processo psíquico real. O termo ‘sensação pura’ (*reine Empfindungen*) transforma-se, pois, em uma abstração sem realidade psicológica imediata.⁶⁹

Uma modificação ainda mais importante ocorre no campo dos fenômenos perceptivos. Trata-se, na verdade, de uma dupla alteração. Em primeiro lugar, a distinção conceitual estabelecida anteriormente por Wundt (ver seção 1.3) entre sensação (*Empfindung*), percepção (*Wahrnehmung*) e representação (*Vorstellung*) desaparece nesta primeira edição dos *Grundzüge*. Wundt mantém aqui diferença entre sensação e representação, definindo esta última como a união de uma pluralidade de sensações (GPP₁, 465). No entanto, o domínio perceptivo perde sua autonomia e passa a ser inteiramente englobado pela noção de ‘representação’. A percepção passa a ser definida agora como uma representação que se refere a um objeto real (p. 464). Em segundo lugar, no capítulo 12, ao explicar o surgimento das representações táteis – a primeira classe de representações discutida no livro – Wundt emprega somente a noção de síntese psíquica, sem qualquer menção a processos inconscientes:

⁶⁹ Logo adiante, retornaremos a esse ponto, mostrando a mudança fundamental envolvida.

“A ligação peculiar de sensações periféricas e sentimentos centrais de inervação, que a ordenação espacial das primeiras produz, queremos designar como uma *síntese psíquica*. Pois os significados tradicionais do conceito de síntese contêm, na maior parte das vezes, a referência a novas propriedades de um produto, que não estavam presentes em seus elementos” (p. 484 – ênfase no original)

O mesmo acontece no capítulo 14, dedicado às representações visuais. Wundt recorre novamente à síntese psíquica, sem tocar na questão do inconsciente:

“A representação visual é assim reduzida essencialmente ao mesmo processo que produz a ordenação espacial das sensações táteis. Os sinais locais de sensações periféricas – sensações táteis e da retina – fundem-se com sentimentos de inervação ordenados intensivamente para formar complexos inseparáveis. ... Esse processo pode ser designado, assim como no caso das representações táteis, como uma *síntese*, pois o produto que daí resulta apresenta características que não estavam presentes no material sensorial utilizado na sua formação.” (p. 627 – ênfase no original)

Cabe agora perguntar pelo sentido dessas modificações introduzidas por Wundt nos *Grundzüge*. Em que medida elas contribuiriam para a compreensão da questão do abandono do ‘inconsciente’ na psicologia wundtiana? Seria possível manter a noção de síntese sem a hipótese do inconsciente?

A primeira das modificações revela claramente um primeiro sentido da nova direção que Wundt pretende imprimir à sua psicologia. Ora, se anteriormente a percepção era vista como um processo inconsciente – um meio termo entre a sensação e a representação – sendo a representação definida como a chegada da percepção na consciência (ver seção 1.3),⁷⁰ a redefinição da percepção como representação vai imediatamente abolir a possibilidade de se falar

⁷⁰ Wundt manteve essa distinção conceitual até a segunda edição do *Lehrbuch*, publicada em 1868 (LPM₂, 507). Na terceira (1873) e na quarta (1878), ela desaparece.

em percepções inconscientes, uma vez que Wundt mantém, como veremos logo adiante, o pressuposto de que toda representação é consciente, ainda que este grau de consciência possa variar. Em outras palavras, essa mudança conceitual traz consigo uma recusa implícita de uma parte significativa de sua concepção anterior de inconsciente.

No que diz respeito à síntese psíquica, sabemos que de forma alguma ela constitui em si mesma uma novidade na psicologia wundtiana (ver seção 1.3). O que nos interessa aqui, contudo, é somente a sua desvinculação da noção de inconsciente, que nada mais é do que um outro aspecto daquela recusa conceitual que acabamos de analisar. Wundt torna-a explícita no capítulo 18 dos *Grundzüge*, em que apresenta a sua nova concepção de consciência. Ao discutir a natureza específica da síntese, afirma ele:

“A sensação *pura* é uma abstração que nunca está presente em nossa consciência. Esta possui apenas representações: as sensações encontram-se nela ordenadas segundo as formas gerais das intuições – do espaço e do tempo. Não obstante, somos obrigados ... a pressupor, devido a um número arrebatador de fatos psicológicos, a existência da sensação pura, e a aceitar que as representações são sempre construídas através de uma síntese psicológica das sensações. Por outro lado, nada justificaria localizar já em uma existência inconsciente da mente não apenas o processo daquela síntese, mas também o seu produto – a ordenação na forma do espaço e do tempo. Chegamos, assim, ao resultado de que a consciência das representações consiste exatamente naquele ato de síntese, que arranja as sensações na forma espaço-temporal.” (p. 711-712 – ênfase no original)

Agora podemos compreender o motivo pelo qual Wundt havia defendido tanto no capítulo do tato quanto no da visão a síntese psíquica, sem relacioná-la ao inconsciente. É que agora a síntese – anteriormente relacionada com a percepção e, portanto, com o inconsciente – passa a ser definida como um ato da consciência, de forma que não faz mais sentido falar em síntese

inconsciente, assim como também não se pode mais falar em percepção inconsciente. Deparamo-nos, pois, com uma restrição significativa do recurso à dimensão inconsciente para explicar a vida mental.⁷¹

Nessa mesma passagem, porém, um ponto permanece obscuro e de difícil interpretação. Wundt diz que a sensação pura (*reine Empfindung*) é uma abstração – na medida em que nunca é dada na consciência – ao mesmo tempo em que afirma a necessidade de reconhecermos sua existência factual. Ora, isso não significaria aceitar então sua existência inconsciente – já que, por princípio, ela não pode ser consciente – contradizendo explicitamente o que afirmamos no início dessa seção, a saber, que a sensação pura deixa de ter realidade psicológica para Wundt?

É preciso admitir, em primeiro lugar, que essa questão não é aqui satisfatoriamente esclarecida por Wundt, o que revela o caráter ainda de transição dessa primeira edição dos *Grundzüge*. De fato, o abandono do pilar central de sustentação das *Vorlesungen* deixa algumas lacunas em aberto, que ele só vai resolvendo aos poucos, na medida em que seu amadurecimento filosófico vai se consolidando. Entretanto, é possível já aqui encontrar pistas que sugerem o caminho para a solução. Naquele mesmo capítulo sobre o tato, em que fala pela primeira vez sobre a síntese de sensações, Wundt reconhece que a análise psicológica dos elementos que compõem a representação vai necessariamente levar a antecedentes fisiológicos: “a análise psicológica, ao descobrir os referidos elementos, conduz simultaneamente a certas condições *fisiológicas* que antecedem o processo sintético.” (485 – ênfase no original). De acordo com nossa interpretação, essa referência à fisiologia aponta para o início de uma tendência por parte de Wundt, ainda incipiente, de considerar o inconsciente exclusivamente em termos fisiológicos e, com isso, recusar sua importância para a análise psicológica propriamente dita.

⁷¹ Teremos a oportunidade de ver, na seção 2.4, como Wundt amplia a esfera da consciência, o que vai lhe permitir falar de uma síntese consciente.

Um exame mais detalhado dessa primeira edição dos *Grundzüge* revela uma única passagem em que Wundt expressa claramente essa tendência, ao tratar das representações inconscientes como disposições fisiológicas. Embora não estejamos mais no domínio específico das sensações, acreditamos que o trecho abaixo reforça nossa interpretação. Após admitir a existência de distintos graus de consciência, afirma Wundt:

“Enquanto uma representação anterior não vier a ser reproduzida e permaneça, portanto, inconsciente, ela estará presente como uma disposição para representar, que consiste em uma disposição fisiológica nas partes centrais para renovar, sob certas circunstâncias, processos excitatórios anteriormente ocorridos. Atribuir às representações inconscientes já prontas para a reprodução uma existência interna real, para além daquela disposição fisiológica, não é de modo algum necessário e também não tem a menor probabilidade, dado o enorme número de representações justapostas que seria preciso supor em *uma* mente e em *um* órgão central.” (p. 712 – ênfase no original)

É possível argumentar, porém, que as considerações de Wundt sobre a representação não poderiam ser automaticamente aplicadas ao caso da sensação porque tanto nas *Beiträge* quanto nas *Vorlesungen* as representações nunca tiveram o estatuto de processos psíquicos inconscientes, não havendo, pois, alteração alguma nos *Grundzüge*. Entretanto, embora essa continuidade no que diz respeito à representação – enquanto fenômeno por excelência da consciência – seja um fato indiscutível, o tratamento das representações inconscientes em termos fisiológicos é um elemento teórico novo, que só pode ser adequadamente explicado pela ruptura com a teoria lógica da mente e pela necessidade de resolver as lacunas que daí surgiram.

Como apoio adicional à nossa interpretação, parece-nos oportuno recorrer ainda a uma passagem da quarta e última edição do *Lehrbuch*, publicada em 1878. Em contraste com as edições anteriores, Wundt contrapõe às concepções tanto empirista quanto lógica a sua teoria da

percepção – que ele denomina genética – e refere-se novamente à análise fisiológica como complementar à análise psicológica dos fenômenos da consciência:

“Esta teoria está de acordo tanto com a empirista quanto com a lógica, uma vez que ela vê na percepção sensorial um produto do *desenvolvimento psicológico*. No entanto, ela dissocia-se da primeira, ao considerar que esse desenvolvimento precede a experiência e que somente através dele esta se torna possível; dissocia-se igualmente da segunda, ao tratar os processos do desenvolvimento psicológico não como inferências inconscientes, mas sim como sínteses das sensações e associações das representações, cuja natureza exata deve ser revelada em cada caso individual pela análise fisiológica e psicológica.” (LPM₃, 593-594 – ênfase no original)

É importante estarmos atentos para o fato de que é esse deslocamento da dimensão inconsciente para o domínio fisiológico que vai caracterizar a ruptura definitiva com a concepção anterior de inconsciente e, portanto, o abandono da teoria lógica da mente como um todo.⁷² É certo que nesta primeira edição dos *Grundzüge* ainda não se possa falar de um novo sistema psicológico – uma vez que Wundt encontra-se aqui em um período de transição, que só vai sendo superado à medida que ele vai desenvolvendo e consolidando seu sistema de filosofia – e que, portanto, há pontos insuficientemente explicitados e algumas vezes ambíguos. Contudo, é inegável que Wundt opera já aqui não só um enfraquecimento significativo do papel do inconsciente na explicação psicológica, mas também sinaliza a sua recusa na análise psicológica, na medida em que vai progressivamente tornando a psicologia cada vez mais autônoma em relação aos outros campos de investigação científica. Assim, não causa surpresa a sua afirmação – presente na segunda edição dos *Grundzüge*, que representa de fato a primeira tentativa de

⁷² Embora não tenha investigado o progressivo enfraquecimento da concepção inicial de Wundt, von Hartmann (1842-1906) parece ter sido o primeiro entre os contemporâneos de Wundt a perceber nos *Grundzüge* uma recusa de sua hipótese anterior sobre o inconsciente, embora veja nela apenas uma restrição por parte de Wundt (von Hartmann, 1890, I, p. 365). Somente mais tarde é que ele vai compreender que o deslocamento para o nível fisiológico implica uma verdadeira ruptura com a noção de inconsciente (von Hartmann, 1901, p. 93).

sistematização de sua nova psicologia – de que as discussões sobre as condições psicofísicas, embora estejam próximas da psicologia fisiológica, têm um interesse mais metafísico do que propriamente psicológico (GPP₂, II, 454).⁷³

É nessa mesma segunda edição dos *Grundzüge*, porém, que Wundt vai finalmente explicitar sua nova posição em relação ao problema do inconsciente, que ele havia apenas esboçado na primeira edição. Afirma ele:

“O paralelismo entre processos psíquicos e físicos tem se afirmado em domínios tão vastos da experiência interna que podemos também aqui supor, com a maior probabilidade, que o estado psicológico das representações no inconsciente relaciona-se com a sua existência consciente de modo semelhante ao comportamento dos processos ou estados fisiológicos subjacentes entre si.”
(GPP₂, II, 204)

Esse apelo à fisiologia estaria justificado, segundo Wundt, pelo fato de as representações também serem funções (processos) que podem ser facilitadas e fortalecidas pelo exercício. Assim, poderíamos também nesse domínio falar de um efeito, “que consiste não na permanência da função mesma, mas sim na facilitação de seu retorno” (p. 205). Ou seja, as representações que desaparecem da consciência só podem ser pensadas como disposições, jamais como processos psíquicos reais, como fica claro na seguinte passagem:

“Se traduzirmos esse ponto de vista do físico para o psíquico, somente as representações conscientes deverão ser reconhecidas como representações reais. Aquelas que desaparecem da consciência serão consideradas como *disposições psíquicas*, de tipo desconhecido, para sua renovação. A diferença essencial entre os domínios físicos e psíquicos consiste apenas no fato de que, do lado físico, nós

⁷³ Seguindo a lógica interna do texto, esse ponto só vai ser devidamente esclarecido nos dois próximos capítulos, quando apresentarmos a teoria do conhecimento proposta por Wundt e introduzirmos o princípio da causalidade psíquica.

podemos esperar ir gradualmente conhecendo a natureza daquelas modificações mais permanentes que caracterizamos como disposições, enquanto que, do lado psíquico, devemos abandonar essa esperança para sempre, uma vez que os limites da consciência designam simultaneamente os limites de nossa experiência interna.” (ibid.)

Poder-se-ia ver nessa passagem uma alteração significativa em relação à primeira edição, uma vez que Wundt introduz agora a expressão ‘disposição psíquica’ no lugar da antiga ‘disposição fisiológica’. Entretanto, devemos ver nessa oscilação antes uma falta de precisão conceitual por parte do próprio Wundt do que uma alteração de sua posição fundamental.⁷⁴ E mesmo que posteriormente, no seu sistema de filosofia, ele classifique os eventos psíquicos anteriores à síntese da consciência (p.ex., a sensação pura, as associações elementares, etc.) como processos inconscientes hipotéticos (SP₁, 556-557) – o que aparentemente poderia significar uma incompatibilidade com a sua estratégia fisiológica – isso não acarreta qualquer consequência para a psicologia propriamente dita, já que ele continuará afirmando que esses processos só podem ser abordados fisiologicamente (L₁, II, 505).

Em resumo, podemos dizer que o abandono da dimensão inconsciente no desenvolvimento da psicologia wundtiana envolve duas operações simultâneas: 1) a redefinição e ampliação da própria concepção de consciência, que passa a abranger a parte mais significativa dos processos anteriormente considerados inconscientes (a síntese perceptiva); 2) o tratamento de tudo o que está fora da consciência em termos fisiológicos, ainda que inicialmente essa caracterização não seja suficientemente discutida, mas apenas indicada. O importante aqui é

⁷⁴ Essa tendência a ver as representações não mais presentes na consciência como ‘disposições psíquicas’ vai ser preservada nas edições subsequentes dos *Grundzüge* (GPP₃, II, 235; GPP₄, II, 265). No entanto, já em 1889, no seu sistema de filosofia, ele introduz uma terceira denominação, a saber, ‘disposição psicofísica’ (SP₁, 556-557). Isso não vai impedir, contudo, que algumas vezes ele volte a utilizar inadvertidamente o termo ‘disposição psíquica’ (GDP, 247). Seja como for, o importante é que o sentido permanece inalterado.

enfraquecer significativamente o papel do inconsciente na determinação da vida mental, tornando-o, deste modo, irrelevante para a psicologia.

Através desta dupla operação, Wundt estabelece de fato uma outra direção para a sua psicologia, que vai posteriormente se consolidar como seu segundo e definitivo sistema psicológico, a partir do qual não há mais mudanças nos seus fundamentos básicos, mas apenas ajustes menores em decorrência dos novos resultados empíricos. No entanto, para que possamos compreender essa consolidação, temos que entender primeiro os motivos que determinaram a ruptura com o seu sistema antigo.

2.3 – Os “Axiomas da Física” e o desenvolvimento filosófico de Wundt

Até aqui, estivemos preocupados apenas em descrever e situar as alterações empreendidas por Wundt nos fundamentos de seu projeto psicológico. Agora, trata-se de explicá-las, o que nos leva imediatamente ao seu desenvolvimento filosófico, em especial aos seus estudos de lógica e filosofia da ciência. De acordo com nossa interpretação, é esse desenvolvimento filosófico que vai determinar a nova direção do pensamento psicológico de Wundt.

É bem verdade que, se olharmos a produção acadêmica de Wundt neste período de 1864 a 1874, veremos uma forte predominância de trabalhos médico-fisiológicos, destacando-se aí as três edições do *Lehrbuch der Physiologie* (LPM₁, LPM₂, LPM₃) e o seu *Handbuch der medicinischen Physik* (Manual de Física Médica), publicado em 1867 (HMP). No entanto, a alteração teórica introduzida em seu sistema é de natureza filosófica e psicológica, não tendo nenhuma relação com qualquer teoria ou fato fisiológico, o que nos leva a buscar a solução alhures.

A primeira evidência de que Wundt – apesar de estar sobrecarregado com suas atividades acadêmicas relacionadas à fisiologia – de modo algum havia abandonado seus interesses

filosóficos iniciais (ver seção 1.5) está na sua própria autobiografia. Após deixar o cargo de assistente no laboratório de Helmholtz – o que só ocorreu no início de 1865 (UAH, X-ZSb 35) – ele parece ter intensificado ainda mais seus estudos filosóficos, de acordo com seu próprio relato:

“A época que se seguiu ao meu afastamento do instituto fisiológico de Heidelberg foi de um tranqüilo recolhimento. Uma época em que eu me dediquei sobretudo aos estudos de lógica e de filosofia da natureza.” (EE, 226)⁷⁵

Uma outra fonte de informação importante é o catálogo de toda a obra de Wundt, que contém o registro completo de suas publicações e também de seus cursos oficialmente oferecidos nas universidades em que lecionou. Analisando-o, podemos notar que no Semestre de Inverno de 1864/65, Wundt oferece pela primeira vez um curso sobre a lógica da ciência natural e, um pouco mais tarde, no Semestre de Verão de 1868, um outro sobre os resultados filosóficos da ciência natural (E. Wundt, 1927, p. 67). Embora não existam registros sobre o conteúdo de tais cursos, seu caráter filosófico é indubitável. No que diz respeito às publicações, existem também evidências, entre as inúmeras resenhas publicadas por Wundt, de que ele estava se ocupando com questões gerais de filosofia da ciência. Especialmente em três delas, ele discute com alguns detalhes problemas relacionados à fundamentação da ciência natural (RCor, RHae, RHar).

Há ainda, embora totalmente desprezado pelos intérpretes de Wundt, um quarto e definitivo testemunho de seus estudos e do seu profundo interesse filosófico nesse período – o livro *Die physikalischen Axiome und ihre Beziehung zum Causalprincip* (Os Axiomas da Física e Sua Relação com o Princípio de Causalidade), publicado em 1866. Até hoje, não há na literatura secundária uma única análise sobre a importância e a relação desse texto com o desenvolvimento

⁷⁵ No intuito de evitar mal entendidos oriundos da distância temporal e cultural que nos separa do século XIX, é oportuno aqui esclarecer o que Wundt quer dizer quando se refere aos seus estudos de lógica e filosofia da natureza (*logische und naturphilosophische Studien*). Nas suas próprias palavras, trata-se de “história da física e da mecânica, e da filosofia presente em ambas.” (EE, 226)

do pensamento wundtiano.⁷⁶ Trata-se do primeiro tratado filosófico de Wundt, em que ele procura elucidar os fundamentos do conhecimento físico. Como tentaremos mostrar a seguir, esse texto contém a chave para elucidarmos a questão do abandono da teoria lógica da mente, muito embora não apresente nenhuma consideração direta sobre a situação da psicologia.⁷⁷

Antes, porém, de mostrar a relação entre o texto e a ruptura teórica que por ora investigamos, convém apresentar um panorama geral das idéias ali presentes.⁷⁸ O objetivo central de Wundt nessa obra é elucidar a fundamentação dos axiomas da física (PAC, 5).⁷⁹ Seu ponto de partida é a constatação de que a ciência física como um todo, se comparada à geometria, ainda estava longe de poder ser considerada um verdadeiro sistema dedutivo, ou seja, um conhecimento derivado de axiomas e definições iniciais (p. 2). Embora já tivesse encontrado seus axiomas, faltava-lhe um conjunto de definições precisas e adequadas – ainda que provisórias – sem as quais não poderia progredir rumo ao ideal euclidiano (p. 3-4). Mas mesmo em relação aos axiomas já encontrados, havia o problema fundamental de explicar sua universalidade e o grau de

⁷⁶ O único até aqui a sugerir uma possível influência desta obra no desenvolvimento teórico de Wundt foi Petersen (1925). Entretanto, ele mesmo não explicitou os termos dessa possível relação e tampouco realizou qualquer investigação sistemática para sustentar sua hipótese, contentando-se apenas em deixar essa possibilidade indicada. Os demais livros que tratam do sistema filosófico de Wundt (Arnold, 1980; Eisler, 1902; Heussner, 1920; König, 1909; Nef, 1923) chegam, no máximo, a mencionar a existência desse texto. E mesmo na época em que foi publicado, ele parece ter recebido pouca atenção, como o próprio Wundt posteriormente reconheceu (PMN, v). As únicas discussões mais detalhadas que encontramos foram a de Cornelius (1867) e a de Bergmann (1867), ambas tendo como ponto principal a dedução dos axiomas, que é irrelevante no presente contexto. No caso de Bergmann, há ainda, apesar das críticas dirigidas a Wundt, um elogio aos méritos acadêmicos da obra.

⁷⁷ Todas essas evidências do acentuado interesse filosófico de Wundt nessa época, juntamente com seus ideais filosóficos já presentes anteriormente, parecem refutar a tese fortemente externalista de Ben-David e Collins (1966), segundo a qual a transição de Wundt para a filosofia ocorreu somente após 1871, em decorrência da impossibilidade de ocupar a cadeira de fisiologia em Heidelberg, após a saída de Helmholtz. Ainda que os autores tenham razão em apontar a influência de certos fatores sócio-institucionais no desenvolvimento de toda ciência, isso deixa intocada a questão particular de Wundt que estamos investigando, que só pode ser explicada pela evolução interna de seu próprio pensamento.

⁷⁸ Não vamos discutir aqui a adequação lógica ou empírica da investigação empreendida por Wundt – como fizeram Cornelius (1867) e Bergmann (1867) – na medida em que isso, além de fugir totalmente dos propósitos do presente trabalho, não possui qualquer relevância para o argumento que estamos defendendo. Nosso único interesse é mostrar como essa investigação vai desempenhar um papel fundamental na modificação teórica que Wundt introduziu em sua psicologia.

⁷⁹ De acordo com a sua definição, os axiomas são “um conjunto de verdades gerais, que não podem mais ser derivados de outros princípios pertencentes à mesma ciência”. (PAC, 1). Posteriormente, ao tratar novamente desse assunto, Wundt vai rejeitar o conceito de axioma como ultrapassado, substituindo-o pelo de hipótese (UPA; PMN, 3), sem que isso implique uma modificação radical na sua idéia central, que era mostrar o fundamento gnosiológico dos princípios gerais da física.

certeza a eles associado, além de mostrar a possibilidade de inter-relacioná-los, formando um nexo dedutivo (p. 4-5).

Tendo esse objetivo em vista, Wundt define como primeiro passo de sua investigação uma reconstituição histórica do surgimento de cada um dos axiomas (p. 6-78).⁸⁰ Assim, analisando suas particularidades, Wundt encontra um fator comum presente na constituição de todos eles, a saber, **a transposição de formas lógicas de nosso pensamento à realidade física**, que gera um conjunto de afirmações ontológicas. Por exemplo, o segundo axioma exigiria a aplicação da relação de fundamento (*Grund*) e conseqüência (*Folge*), que é uma separação lógica, à relação de causa (*Ursache*) e efeito (*Wirkung*), que se refere a uma conexão entre fenômenos físicos (p. 21-34). Assim, de uma separação puramente conceitual deduziríamos uma separação espaço-temporal entre os fenômenos. Em outras palavras, somente transpondo para o nível ontológico aquela separação lógica entre uma condição antecedente e sua conseqüência é que poderíamos afirmar que a causa do movimento de um corpo situa-se fora dele. Da mesma forma, conceitos básicos da física, como ‘matéria’, p.ex., seriam derivados de operações puramente lógicas. Segundo Wundt, a matéria seria concebida como algo permanente porque em todas as modificações é preciso haver algo que se altera, ou seja, os predicados apontam sempre para um sujeito (p. 77). De forma geral, ele resume assim sua posição:

“Não se trata aqui de uma separação nos objetos, mas apenas de uma separação de nossos conceitos.

Transferimos nossos conceitos para o mundo exterior. A partir de conceitos hipostasiados compomos as coisas.” (p. 78)

⁸⁰ Os seis axiomas que, segundo ele, fundamentam todo o edifício da física são os seguintes: 1) todas as causas na natureza são causas de movimento; 2) toda causa de movimento situa-se fora daquilo que é movido; 3) todas as causas de movimento agem na direção de uma linha reta que liga seu ponto de partida a seu ponto de chegada; 4) o efeito de toda causa permanece; 5) para toda ação há uma reação, que lhe é idêntica; 6) todo efeito equivale à sua causa (p. 6).

Wundt vê nessa transposição de formas de pensamento à realidade, contudo, um grande problema: é possível desenvolver outras operações lógicas e conceituais, que contradizem a experiência e procuram provar exatamente o contrário daquilo que os axiomas expressam. Deste modo, somos levados ao que ele chamou de “antinomias ontológicas”, isto é, uma série de teses e antíteses sobre a realidade física,⁸¹ que acabam constituindo uma intensa disputa dialética, em que ambas as partes procuram inutilmente impor seus argumentos como unicamente verdadeiros (p. 79).⁸² Está claro, pois, que a fundamentação dos axiomas buscada por Wundt não pode ser encontrada aqui, como expressa bem a seguinte passagem:

“Todas as teses têm em comum o fato de transformarem a separação de ambos os conceitos – causa e efeito – em uma separação no fenômeno, enquanto que as antíteses fazem corresponder à inseparabilidade desses mesmos conceitos uma confluência dos fenômenos. *É comum, portanto, tanto às teses quanto às antíteses o fato de que elas transpõem para os fenômenos aquilo que é apreendido no conceito.* Assim, ambas as séries de provas acabam em uma *sofística vazia*, que em relação à realidade do evento nada prova.” (p. 85 – ênfase no original)

Para solucionar o problema das antinomias, é preciso primeiro compreender sua origem. Segundo Wundt, o surgimento dessa disputa dialética está primeira e diretamente relacionado a uma utilização equivocada do princípio de causalidade (*Kausalprinzip*)⁸³ por ambos os lados (p. 87). Enquanto a tese afirma que a causa – entendida como a ação de uma substância permanente – deve preceder o efeito (resultado da ação), a antítese postula que tanto a causa quanto o efeito,

⁸¹ Cada antítese afirma o contrário de cada um dos axiomas. Assim, tomando novamente o segundo axioma como exemplo, temos a seguinte antítese: “toda causa de movimento situa-se no interior do que é movido” (p. 80-81).

⁸² O termo ‘dialética’ tem aqui uma conotação apenas pejorativa, indicando uma ilusão, uma falsa disputa, que por princípio não pode ser decidida em favor de nenhum dos lados adversários. Nesse sentido, Wundt parece seguir de perto o sentido estabelecido por Kant na Dialética Transcendental (Kant, 1787, B 85-88).

⁸³ O princípio de causalidade tem para Wundt um duplo significado nas ciências naturais. Ele pode ser entendido como a lei geral de todos os eventos (“tudo o que ocorre tem uma causa”) ou então como princípio regulador da pesquisa científica (“tudo o que ocorre deve ser reduzido a uma causa que seja suficiente para explicá-lo”) (PAC, 88). Por enquanto, só está em discussão o primeiro sentido.

que só podem ser pensados juntos, também não podem aparecer separados nos fenômenos. Essas duas afirmações contrárias serviriam, por sua vez, como base para as provas e contraprovas que encontramos nos seis axiomas da física (p. 96).

Wundt vê a solução para as “antinomias ontológicas” na separação radical entre o conceito de causalidade (*Kausalbegriff*) e a lei da causalidade (*Kausalgesetz*). O primeiro não contém nada referente à simultaneidade ou à seqüência temporal. Na verdade, tanto a tese quanto a antítese possuem, pois, o mesmo direito, já que os eventos podem acontecer tanto em seqüência quanto simultaneamente. A questão é que não devemos confundir conceitos com fenômenos:

“O *conceito* de causalidade não afirma nada sobre a *lei* da causalidade. Todo esforço de derivar esta última a partir do primeiro leva a uma afirmação ontológica. A lei causal é uma *lei fenomenológica*, é a lei mais geral do *nexo dos fenômenos*. É útil, portanto, afastar já de sua expressão toda relação que remonte a conceitos e não a fenômenos. ... Expressa em sua forma puramente fenomenológica, a lei causal deverá dizer o seguinte: ‘*Todo evento está invariavelmente ligado a um outro evento.*’ ... Queremos indicar, em primeiro lugar, que em nossa lei não apenas o efeito, mas também a causa é transformada em um *evento*.” (p. 96-97 –ênfase no original)

Wundt afirma, por fim, que os conceitos ‘causa’ e ‘efeito’ só podem ser proveitosamente estendidos à experiência se respeitarmos as condições de nossa intuição empírica ligadas aos fenômenos. Toda vez que extrapolarmos essas condições, cairemos inevitavelmente em afirmações ontológicas (p. 99-100).

Resta, porém, uma questão fundamental: por que atribuímos às ligações causais entre os fenômenos o caráter de necessidade? Por que o ser humano não se contenta com a simples regularidade da seqüência temporal dos fenômenos? Em primeiro lugar, diz Wundt, temos que considerar aquela confusão, já referida anteriormente, entre causa-efeito e fundamento-conseqüência. Essa confusão indica uma subordinação do domínio fenomenológico ao domínio

lógico, o que aparentemente nos traz de volta ao abuso da transposição de nossas formas de pensamento aos objetos (p. 102). Mas cabe aqui então perguntar o que diferenciaria essa utilização do princípio de causalidade daqueles inúmeros casos de afirmações ontológicas, que descartamos como ilusórios? Isso nos leva, segundo Wundt, a compreender a raiz última do conhecimento humano. Em termos de origem, só há uma única e mesma fonte que fundamenta *a priori* todas as nossas pretensões gnosiológicas. É a atitude diante da experiência, portanto, que vai determinar o abuso ontológico, como fica claro na seguinte passagem:

“O mesmo princípio que se tornou, através daqueles sofismas que falseiam e contrariam a experiência, a fonte de tantos erros fatídicos para a ciência é, ao mesmo tempo, enquanto raiz do princípio de causalidade, a origem de todos os nossos conhecimentos. Pois é este princípio – *todas as nossas percepções devem ser subsumidas às formas do pensamento a priori que estão em nós* – que torna possível um conhecimento em geral. *Conhecimento chama-se nexos das experiências*. Mas como seria possível tal nexos sem um princípio formal que o anteceda? As formas do pensamento estão a priori em nós. Todas as experiências são elaboradas através destas formas. Portanto, nós não transferimos propriamente o nexos formal de nosso pensamento às experiências externas. São essas últimas que aparecem neste nexos diante de nossa consciência.” (p. 106-107 – ênfase no original)⁸⁴

Nos últimos capítulos, Wundt retoma – a partir da discussão do princípio de causalidade enquanto princípio regulador da pesquisa científica, que ele denomina “princípio de razão suficiente” (ver nota 83) – o problema dos axiomas e empreende a sua dedução, mostrando também, ao final, o nexos que os envolve. No entanto, como já observamos anteriormente, devido ao fato de essa parte da obra não ser relevante para os nossos propósitos, vamos aqui deixá-la de lado.

⁸⁴ Já está implícita nessa discussão que Wundt faz sobre os equívocos ontológicos a distinção entre “boa” e “má” ontologia, que será posteriormente apresentada no contexto de sua teoria do conhecimento (ver seção 3.3, especialmente a nota 124).

Encerrada, pois, a apresentação geral dos *physikalischen Axiome*, podemos agora retomar nossa análise. A primeira pergunta que se impõe é: qual é a relação entre essa investigação sobre os axiomas da física, que nada têm a ver com a psicologia, e o abandono da teoria lógica da mente?

A descrição apresentada anteriormente sobre o processo que vai do enfraquecimento ao abandono da tese do panlogismo mental (seção 2.1) revela um cuidado extremo e, posteriormente, uma recusa por parte de Wundt em relação às suas afirmações ontológicas presentes nas *Beiträge* e nas *Vorlesungen*. A partir de 1865, como vimos, ele começa a insistir no fato de que a caracterização dos processos subjacentes à percepção como inferências inconscientes é apenas uma “tradução” desses mesmos processos nas formas lógicas da consciência, sem que isso signifique que eles tenham em si mesmos essa natureza lógica (LPM₁, 477-478). E mesmo que tenha continuado a aceitar temporariamente a existência de processos psíquicos inconscientes, agora apenas como uma suposição (RHel, 327), sua natureza lógica já está completamente fora de questão, de forma que o que anteriormente era uma teoria assume apenas o caráter de uma ficção ou expressão figurada, que não pode ser considerada uma explicação dos processos em questão (LPM₂, 509). Finalmente, recusa a hipótese das inferências inconscientes como fundamento de toda a psicologia, rebaixando-a à categoria de um ponto de vista útil, porém limitado ao campo da percepção sensorial (UEG, 232-233). Em outras palavras, Wundt suspende temporariamente todas as afirmações ontológicas sobre a natureza do inconsciente, até vir a eliminá-lo completamente de sua psicologia. Ora, essa crítica de Wundt a teses ontológicas na psicologia só pode ser explicada pelo desenvolvimento e consolidação de seus novos pressupostos filosóficos, resultado dos seus intensos estudos lógicos e epistemológicos iniciados a partir de 1865, cujo fruto imediato foi seu primeiro tratado filosófico, em 1866. Não causa surpresa, pois, que Wundt tenha confrontado a tese gnosiológica central de

seu livro sobre os axiomas – a de que a transposição de nossas formas lógicas de pensamento à realidade gera equívocos ontológicos – com sua teoria psicológica das *Vorlesungen*, vendo-se obrigado a modificá-la, restringi-la e, posteriormente, a abandoná-la.

A primeira evidência concreta em favor da plausibilidade de nossa interpretação está em seu discurso inaugural na Universidade de Leipzig, proferido em 1875 – ano seguinte à publicação da primeira edição dos *Grundzüge*, em que já havia abandonado a hipótese das inferências inconscientes. Wundt reconhece aí explicitamente, pela primeira vez, as implicações de sua crítica ontológica desenvolvida nos *physikalischen Axiome* para a teorização em psicologia:

“Aquela hipótese lógica sobre o surgimento de nossa percepção sensorial nada mais é, na verdade, do que uma transposição de nossa reflexão sobre o processo para o próprio processo. Ela não fornece uma explicação dos processos psicológicos reais, pois, ao invés de concebê-los objetivamente, ela coloca em primeiro plano a perspectiva subjetiva do observador que reflete.”

(UEP, 11)

Na segunda edição dos *Grundzüge*, contudo, essa mesma posição aparece de forma ainda mais clara e melhor elaborada, representando a solução definitiva de Wundt para a questão do inconsciente.

“A tendência dos psicólogos de atribuir às representações uma existência eterna na mente inconsciente surgiu da circunstância mencionada no início, de que nós nunca podemos pensar uma representação desaparecida da consciência de outra forma que não seja com as características que ela possui na consciência. Esse modo de conceber as representações, derivado das limitações necessárias de nossa consciência, é transferido para as próprias representações. Desta forma, elas são hipostasiadas como seres, que apenas através de uma espécie de milagre poderiam desaparecer.

A conclusão evidentemente correta é a de que nós não estamos em condições de afirmar nada imediatamente sobre a natureza psíquica de representações desaparecidas em geral. Não obstante, não ficamos totalmente sem resposta para a questão de como elas devem ser pensadas.” (GPP₂, II, 204)

Em resumo, podemos dizer que a aplicação da crítica ontológica ao seu próprio projeto de psicologia levou Wundt a estabelecer limites para o conhecimento empírico da vida psíquica, provocando por fim a exclusão da dimensão do inconsciente como objeto de discurso psicológico e o surgimento de uma nova teoria da consciência, que passamos agora a analisar.

2.4 – Uma nova teoria da consciência

Vimos que os *physikalischen Axiome* são de fato a chave para entendermos o abandono da tese do panlogismo mental e, conseqüentemente, da hipótese das inferências inconscientes enquanto fundamento da psicologia wundtiana. Entretanto, como já ressaltamos, a teoria lógica da mente não se esgota aí, restando ainda a tese da existência e do papel da dimensão psíquica inconsciente na determinação da consciência, embora essa tese esteja agora desvinculada de uma especificação ontológica precisa. Cabe perguntar, portanto, se o livro sobre os axiomas poderia também explicar o passo seguinte de Wundt, que vai configurar a ruptura definitiva com a teoria lógica da mente: a recusa da noção de inconsciente enquanto processo psíquico real.

A resposta para tal questão de modo algum é fácil. Dada a complexidade de elementos envolvidos na questão, precisamos proceder por partes. Tomando como guia de investigação nossa afirmação anterior (seção 2.2) de que essa ruptura definitiva envolve dois momentos distintos, embora relacionados – uma nova teoria da consciência e o deslocamento do inconsciente para o domínio fisiológico –, vamos então examinar primeiramente a formação da

nova teoria da consciência. Seria também essa nova teoria uma consequência e um desenvolvimento da crítica ontológica dos *physikalischen Axiome*?

Vimos na seção 2.2 que a grande novidade presente nos *Grundzüge* é redefinição da síntese psíquica como ato consciente, o que amplia a esfera da consciência e elimina a referência ao inconsciente na explicação da percepção sensorial. No entanto, essa redefinição só se torna compreensível se levarmos em conta a nova teoria geral da consciência apresentada por Wundt, pela primeira vez, no capítulo 18. Seu ponto de partida é uma recusa explícita em apresentar qualquer definição essencialista do que seja a consciência:

“Uma vez que a própria consciência é a condição de toda experiência interna, sua essência não pode ser conhecida imediatamente a partir desta última. Todas as tentativas deste tipo conduzem, portanto, ou a perífrases tautológicas ou a determinações das atividades percebidas na consciência, que exatamente por isso não são a consciência, mas sim a pressupõem.” (GPP₁, 707)

Ora, essa recusa significa nada menos do que a rejeição de sua própria concepção anterior de consciência – uma atividade que contrapõe sujeito (Eu) e objeto (mundo externo) (ver seção 1.3). Em outras palavras, a diferenciação entre Eu e Não-Eu é apenas uma das atividades pertencentes à consciência. Sendo assim, ela já pressupõe a mesma, não podendo, pois, constituir a sua própria essência. O grande erro dessa perspectiva adotada tanto nas *Beiträge* quanto nas *Vorlesungen*, segundo o próprio Wundt, foi a confusão entre consciência (*Bewusstsein*) e autoconsciência (*Selbstbewusstsein*), da qual ele pretende agora se libertar (ebenda).⁸⁵

Livrando-se, pois, desse erro fundamental, Wundt dá início à apresentação de sua nova teoria da consciência. Segundo ele, devemos partir da afirmação mínima de que a consciência consiste apenas no fato de que encontramos em nós mesmos estados e processos em geral. E

⁸⁵ A diferença entre essas duas formas de consciência será estabelecida logo adiante, onde estaremos apresentando a nova teoria de Wundt.

embora não sejamos capazes de resolver o problema da sua essência, é possível investigar as condições básicas relativas ao seu surgimento, seu conteúdo e sua abrangência (p. 707-708).⁸⁶

O aspecto que aqui nos interessa, na medida em que responde à questão acima formulada – se há uma relação entre os *physikalischen Axiome* e a nova teoria da consciência –, é a distinção estabelecida por Wundt entre consciência originária ou primitiva e consciência desenvolvida. A seguinte passagem, embora longa, apresenta de forma condensada o argumento geral de Wundt e merece, portanto, ser aqui reproduzida:

“Não se pode ignorar, contudo, que na consciência desenvolvida o hábito de pensar por meio dos signos conceituais da linguagem tem produzido uma maior semelhança dos processos psicológicos com as normas lógicas. Na medida em que pensamos falando, servimo-nos completamente das formas do juízo e do raciocínio. ... Originalmente os processos psicológicos conscientes são compostos única e exclusivamente pelas representações e suas ligações provocadas por causas externas e internas. ... No que os conceitos, enquanto postulados do pensamento que nunca podem ser concretizados através de uma representação particular, são formados e as expressões da linguagem transformadas essencialmente em sinais para esses conceitos, tornam-se necessárias, para a expressão de experiências concretas, ligações entre os conceitos e seus sinais, ligações estas que, reduzidas à sua forma abstrata, seguem as normas lógicas do juízo e do raciocínio. Vemos, então, que essas últimas surgem somente a partir das configurações particulares da consciência desenvolvida, dotada de expressão lingüística e conceitos abstratos. Não se pode jamais pensar, portanto, no que diz respeito à atividade originária da formação e reprodução das representações, em falar de um julgar e inferir no sentido propriamente dito, assim como tampouco se pode reduzir a essência da própria consciência às leis lógicas.” (p. 710-711)

⁸⁶ Pode-se perceber, desde o início, que a estratégia de Wundt é eliminar da esfera da psicologia todas as questões metafísicas ligadas à discussão da consciência, estabelecendo para ela uma agenda de investigação voltada apenas para problemas empíricos.

É importante ressaltar aqui que essa passagem está diretamente relacionada às investigações realizadas nos capítulos precedentes dos *Grunzüge* – sobretudo do capítulo 16, em que Wundt analisa a formação dos conceitos (empíricos e abstratos) a partir das representações. O que está aqui em jogo é a tese de que os processos mentais só adquirem uma forma lógica na consciência desenvolvida, quando entra em cena a linguagem e os conceitos abstratos. Antes disso, há uma consciência formada apenas de representações e ligações de representações, sem qualquer abstração das experiências concretas do indivíduo.⁸⁷ A consciência, portanto, não pode ser entendida apenas em termos lógicos.

O que Wundt nos apresenta na passagem acima é um novo modelo de desenvolvimento da consciência, em que a noção de inconsciente não desempenha mais qualquer papel relevante, visto que a síntese agora é ela mesma concebida como um ato consciente. Além disso, deve-se ressaltar o fato, especialmente relevante para nossa interpretação, de que ele, já havendo anteriormente abandonado a idéia de que os processos inconscientes eram lógicos, restringe agora ainda mais a aplicação da lógica à vida mental, ao excluí-la também de uma parte significativa da esfera consciente. De agora em diante, os processos lógicos conscientes pertencem apenas a uma fase tardia do desenvolvimento da consciência. O equívoco ontológico, portanto, pode ser explicado como fruto natural de nossa consciência desenvolvida, isto é, o hábito de transferir para

⁸⁷ É importante compreender aqui a diferença entre representação e conceito na teoria de Wundt. Segundo ele, uma representação (simples, complexa ou geral) é sempre um conteúdo psicológico concreto. Por outro lado, todos os conceitos (tanto empíricos quanto abstratos) são apenas postulados do pensamento, ou seja, são exigências lógicas impostas a um grupo de representações (conceitos empíricos) ou a relações entre representações (conceitos abstratos), para que se conformem a certa ordenação. Como na consciência só há representações e tais postulados extrapolam qualquer possibilidade de experiência concreta, eles nunca poderão ser concretizados (representados) psicologicamente. Por isso, um conceito não tem a mesma realidade psicológica de uma representação e, para ser concretizar na consciência, é preciso que ele se reduza toda vez a uma representação particular, perdendo, desta forma, seu caráter geral (GPP₁, cap. 16).

os processos psíquicos primitivos as mesmas características de nossas formas lógico-lingüísticas atuais.⁸⁸

Mas há ainda um outro aspecto fundamental nessa nova teoria da consciência, que também nos oferece indícios para respondermos à questão que estamos investigando. Aqui abandonamos a perspectiva genética no tratamento da consciência em favor do ponto de vista estrutural.⁸⁹ Trata-se da distinção entre campo visual (*Blickfeld*) e ponto focal (*Blickpunkt*) – uma expressão figurada oriunda da comparação entre a consciência e o olho humano – que vai servir de fundamento à ampliação da esfera consciente efetuada por Wundt:

“No que a consciência, na síntese das sensações e na associação das representações, apreende-se a si mesma como uma consciência ativa, surge aquela sua expressão que chamamos de *atenção*. ... Se dissermos das representações presentes em um dado momento, que elas se encontram no campo visual da consciência, pode-se então caracterizar aquela parte deste último, para o qual a atenção está voltada, como o *ponto focal* interno. A entrada de uma representação no campo visual interno queremos denominar *percepção*, e sua entrada no ponto focal, *apercepção*.” (p. 717-718 – ênfase no original)

Vemos aqui como essa distinção entre campo visual e ponto focal permite-nos compreender a inclusão da síntese psíquica na dimensão consciente. Ora, a introdução da atenção como um processo limitado, que se move irregularmente por todo o “campo”, torna compreensível a impossibilidade de se identificar a percepção e a consciência. Em outras palavras, não há contradição alguma em dizer que, embora uma representação não esteja no ponto focal –

⁸⁸ Entretanto, Wundt vai continuar mantendo como válida, para fins populares, a estratégia de se apresentarem os processos mentais em forma lógica, dada a sua fácil assimilação pelo senso comum (p. 709; BBA, 137-138).

⁸⁹ Essa alternância entre as perspectivas genética e sistemática é uma constante na obra de Wundt. Mesmo que, com o amadurecimento de seu novo projeto de psicologia, ele tenha passado a enfatizar cada vez mais que seu objetivo era descrever e explicar a gênese dos processos mentais, ele nunca abandonou a estratégia sistemática. A falta de atenção em relação a essa diferença nos níveis de análise prejudica sobremaneira a compreensão de algumas passagens de sua obra Wundt.

isto é, não esteja sendo apercebida –, ela permanece, ainda que com um grau menor, na esfera consciente (campo visual) e pode, a qualquer momento, entrar no foco da atenção. Com isso, não há mais sentido em postular uma síntese ou percepção inconsciente.

Por fim, esses novos conceitos introduzidos por Wundt também estão na base de sua concepção de autoconsciência (*Selbstbewusstsein*). Assim como não devemos confundir a consciência com a apercepção, também não podemos ver nessa última um sinônimo da autoconsciência, sob o risco de perdermos as características próprias que a constituem. Ou seja, a autoconsciência (formação da noção de “Eu”), embora tenha como condição o processo aperceptivo, é um conceito, e não uma representação, o que impede a identificação de ambos:⁹⁰

“As sensações de movimento e o sentimento geral formam talvez o principal fundamento da mesma (da autoconsciência – acréscimo meu). ... A eles se liga então, no início provavelmente apenas de forma muito confusa, aquela representação dos eventos internos que forma o ponto central de toda consciência no desenvolvimento humano superior, e nos leva a supor uma *mente* como ser, do qual esses eventos internos são próprios, e a contrapor nosso *Eu* ao mundo exterior. A representação de nosso próprio representar, na qual a autoconsciência enraíza-se, não é, na verdade, uma representação propriamente dita, mas sim um conceito. A impressão total dos eventos internos não pode nunca ser expressa em uma representação que lhe seja correspondente.” (716 – ênfase no original)

Esse conceito de autoconsciência é importante também para compreendermos um outro aspecto da influência das reflexões desenvolvidas no livro dos axiomas e a nova teoria da

⁹⁰ Wundt toma de empréstimo a G.W. Leibniz (1646-1717) o conceito de apercepção, mas modifica-o conscientemente para atender às suas próprias necessidades teóricas. Em Leibniz, a apercepção significa a entrada da percepção na autoconsciência, concepção essa que Wundt considerava essencialmente restrita. Daí a necessidade de ampliá-la para abranger também o simples enfoque de uma representação pela atenção. Segundo o próprio Wundt, toda autoconsciência é uma apreensão pela atenção, mas nem toda atividade da atenção remete necessariamente à autoconsciência (GPP₁, 718). Para uma discussão mais detalhada da noção de apercepção em Wundt, ver, p.ex., Lietzmann (1904), Nieden (1888), Szczurat (1903), Staude (1883) e Weser (1913).

consciência. Embora essa relação não esteja explícita nos *Grundzüge*, Wundt vai revelá-la em seu discurso inaugural na Universidade de Leipzig, um ano mais tarde. A autoconsciência é, no caso da psicologia, a própria fonte do equívoco ontológico:

“Regularidades psicológicas só assumem, pois, a forma de juízos lógicos quando eu represento para mim mesmo os fenômenos psicológicos como ações mentais espontâneas próprias do meu Eu. Ora, se considerarmos como a confusão entre nosso ser interno e nossa autoconsciência é um processo que se realiza constantemente no pensamento habitual, podemos facilmente compreender a tendência a aplicar o ponto de vista lógico exatamente à experiência psicológica.” (UEP, 15)

Com base na análise acima apresentada – onde explicitamos as modificações fundamentais introduzidas por Wundt na sua teoria da consciência – estamos em condições agora de responder parcialmente à questão que formulamos no início desta seção: qual a relação entre os *physikalischen Axiome* e o abandono da noção de inconsciente na explicação psicológica? Podemos concluir que, de fato, os *physikalischen Axiome* tiveram um papel também decisivo no abandono da noção anterior de inconsciente, sobretudo por terem levado Wundt a desenvolver uma nova teoria da consciência, que ele apresentou pela primeira vez nos *Grundzüge*. De acordo com a nossa interpretação, três momentos devem ser aí diferenciados: 1) a identificação de que o mesmo equívoco ontológico geral da física estava presente na sua teoria psicológica inicial obrigou-o a abandonar dois de seus pressupostos teóricos centrais – o de que todos os processos psíquicos são processos lógicos (tese do panlogismo mental) e a hipótese das inferências inconscientes; 2) a busca de uma explicação para esse mesmo equívoco levou-o a formular uma nova teoria da consciência, na medida em que o reconhecimento de que as formas lógicas do pensamento são transferidas para os próprios objetos suscita a questão de saber como essas mesmas formas desenvolvem-se primeiramente; 3) nessa nova formulação, a esfera da

consciência é ampliada de forma a abarcar grande parte dos processos que anteriormente eram considerados inconscientes (síntese psíquica) e as formas lógicas são deslocadas para um nível desenvolvido de consciência, que não deve ser confundido com a consciência originária, composta apenas de representações.

Um ponto, porém, permanece sem solução. Se foi possível mostrar uma relação direta entre a nova teoria da consciência e as reflexões teóricas presentes nos *physikalischen Axiome*, não podemos responder aqui à segunda parte da questão principal: por que Wundt deslocou o inconsciente para o nível fisiológico, a fim de bani-lo da psicologia? A procura de uma solução satisfatória para essa pergunta nos leva a um outro tipo de análise: as possíveis influências externas sobre Wundt.

2.5- Influências no desenvolvimento filosófico de Wundt

Assim como fizemos no capítulo anterior, em que discutimos as possíveis raízes intelectuais do jovem Wundt, parece-nos oportuno aqui também apontar algumas influências externas sobre o curso de seu pensamento. Dada a brusca ruptura que operou na sua teoria psicológica e o longo período de transição transcorrido entre a publicação das *Vorlesungen* e dos *Grundzüge*, não seria surpresa encontrar em alguns autores ou eventos uma possível contribuição para a consolidação dos novos pilares da psicologia wundtiana.

A questão fundamental, que deve aqui ser levantada, é a seguinte: haveria alguém responsável por despertar Wundt de seu sono dogmático?⁹¹ Em outras palavras, o que fez com que Wundt começasse a colocar em dúvida a base de sustentação de toda a sua psicologia apresentada nas *Vorlesungen*?

⁹¹ Assim como Kant (1783), Wundt vai reconhecer seu pensamento anterior como dogmático, por fazer afirmações ontológicas sem levar em consideração os limites de nossa capacidade de conhecer. Ao contrário de Kant, contudo, ele não identifica seu “Hume”.

A recepção das *Beiträge* e das *Vorlesungen* parece aqui fornecer uma primeira pista. Embora essa obra psicológica inicial de Wundt não tenha tido uma repercussão comparável com a dos *Grundzüge*, é possível encontrar alguns poucos comentários e discussões por ela suscitados na literatura da época. O biólogo E. Haeckel (1834-1919), por exemplo, dedicou algumas linhas de sua célebre *Generelle Morphologie der Organismen* à nova psicologia que começava a surgir, elogiando as *Vorlesungen* de Wundt como um das poucas tentativas sérias de se fundar uma psicologia monista (Haeckel, 1866, p. 437). Há também manifestações mais neutras, como a recensão anônima das *Vorlesungen* publicada no periódico *Lieterarisches Zentralblatt Deutschland*, que se preocupa mais em apresentar a composição geral da obra do que defender um ponto de vista contrário ao de Wundt (Anonym, 1864). Entretanto, há um evento extremamente relevante para nossa investigação, que parece realmente indicar uma relação com o desenvolvimento teórico de Wundt, a saber, a já mencionada resenha de M. Drobisch (1802-1896) (ver seção 1.1), em que ele critica severamente o projeto wundtiano das *Beiträge* e das *Vorlesungen* (Drobisch, 1864).⁹² Embora seu objetivo principal fosse o de defender uma perspectiva herbartiana para a psicologia e livrá-la das objeções levantadas por Wundt – muitas vezes equivocadas e feitas de forma superficial – Drobisch percebeu o logicismo explícito do projeto psicológico de Wundt, criticando-o pelo seu dogmatismo ontológico. Após ver em Helmholtz as origens da concepção wundtiana das inferências conscientes – o que nos parece equivocado, como argumentamos anteriormente (ver seção 1.6) – afirma Drobisch:

⁹² Além de Drobisch, o único a se voltar enfaticamente contra as concepções psicológicas iniciais de Wundt foi o fisiologista E. Hering (1834-1918). Entre 1863 e 1864, os dois foram protagonistas de uma grande polêmica sobre a percepção visual (Hering, 1863, 1864; Wundt, UHK). No entanto, embora Hering refira-se a contradições, problemas metodológicos e cálculos matemáticos equivocados, em nenhum momento ele toca na questão teórica fundamental que sustenta a teoria da percepção de Wundt, a saber, a sustentabilidade ou não da hipótese das inferências inconscientes – o que nos leva a descartar uma possível influência direta deste debate sobre o desenvolvimento teórico posterior de Wundt.

“É de grande importância o fato de Helmholtz derivar a percepção sensorial a partir de atividades *psíquicas*. ... Mas deve-se reconhecer também o grande cuidado com o qual ele se expressa sobre aquelas atividades psíquicas. Pois ele diz apenas que as percepções se dão da forma como elas deveriam se dar, caso elas fossem formadas através de inferências conscientes. Até aqui estamos inteiramente de acordo. Ir mais além e explicar o misterioso processo de uma inferência inconsciente não era o objetivo dos fisiologistas. Seria talvez possível exigir isso do Sr. Wundt enquanto psicólogo. Mas este, não compartilhando de modo algum a cautela de seu mestre, fala do ‘pensamento inconsciente’ de forma tão tranqüila e dogmática, como se fosse um fato conhecido e natural, que não necessitasse de uma investigação mais detalhada.” (Drobisch, 1864, p. 334-335)

É de fato bem provável que essa crítica de Drobisch tenha tido o efeito de chamar a atenção de Wundt para o caráter problemático de suas afirmações ontológicas (sem falar na necessidade de estudar mais aprofundadamente a obra de Herbart), já que na sua primeira publicação após essa resenha de Drobisch (LPM₁) ele começou a repensar sua posição. Também o impulso para aprofundar seus estudos de lógica pode ter sido fortalecido pelo comentário irônico de Drobisch, segundo o qual as afirmações de Wundt sobre a natureza da lógica tinham como base apenas o que ele havia aprendido no ginásio (Drobisch, 1864, p. 337). Entretanto, esses dois fatores são por si só insuficientes para explicar a ruptura como um todo, na medida em que a direção tomada por Wundt envolve outros elementos muito diferentes do pensamento de Drobisch, como ficará mais claro adiante.

Uma outra possibilidade seriam as inúmeras atividades extra-acadêmicas desenvolvidas por Wundt nesse período. No entanto, de acordo com as escassas informações até aqui disponíveis sobre esse período de sua vida (Ungerer, 1978, 1979, 1980), suas atividades sociais – sobretudo a atuação na Associação Educativa dos Trabalhadores (*Arbeiterbildungsverein*), juntamente com o mandato de deputado estadual no Parlamento de Baden (1866-1868) – tampouco nos oferecem qualquer motivo para vermos aí uma influência externa na sua evolução

teórica. O único fruto que Wundt reconhece ter colhido dessas atividades para sua futura vida acadêmica foi o fato de ter conhecido, em uma assembléia regional realizada em 1863, o filósofo F. A. Lange (1828-1875), que supostamente o teria indicado para substituí-lo na Universidade de Zürich, gerando sua posterior contratação em 1874 (EE, 18-19). Mas não há indícios aí de uma influência também intelectual. Além de Wundt nunca mais ter se encontrado com Lange, o livro que o consagrou em toda a Europa – sua monumental “História do Materialismo” (Lange, 1866) – foi publicado no mesmo ano dos *physikalischen Axiome*, o que elimina a possibilidade de Wundt tê-lo lido antes de escrever seu primeiro tratado filosófico. E mesmo após 1866, no período em que Wundt inicia a ruptura com a teoria lógica da mente e começa a desenvolver sua nova teoria da consciência, não há evidências de uma influência direta do pensamento de Lange.

A resposta mais provável para a questão acima formulada está contida em uma declaração que Wundt fez no prefácio da primeira edição dos *Grundzüge*, em que afirma ter sido Kant o maior responsável pela formação de suas posições filosóficas.

“Finalmente, eu não posso deixar aqui de acrescentar às polêmicas exposições contra Herbart o pedido de que se possa ao mesmo tempo avaliar, após as mesmas, o significado que eu atribuo aos trabalhos psicológicos desse filósofo, a quem eu mais agradeço, depois de Kant, pela formação de minhas posições filosóficas próprias.” (GPP₁, vi)

Essa confissão de Wundt, que parece não ter despertado a devida atenção de seus intérpretes,⁹³ parece-nos aqui relevante por três motivos. Primeiro, os *Grundzüge* são a primeira

⁹³ Com exceção de Petersen (1925, p. 112-113), que faz uma breve referência à filosofia kantiana como pano de fundo dos *physikalischen Axiome*, mas também não apresenta qualquer evidência para sustentar sua afirmação. Na verdade, esse tema ainda não foi devidamente investigado e mereceria, pois, um tratamento mais extenso do que aqui podemos oferecer. Até o momento só foram publicados dois pequenos estudos dedicados exclusivamente à relação entre Wundt e Kant (Lehmann, 1915; Nef, 1913). Embora ambos discutam aspectos centrais da teoria do conhecimento de Wundt, em nenhum momento é mencionada a influência de Kant na evolução de seu pensamento. O motivo dessa lacuna está no fato de eles terem analisado apenas a obra já madura de Wundt, sem se preocupar com a questão da sua formação. Nas apresentações gerais da filosofia wundtiana (Arnold, 1980; Eisler, 1902; Heussner,

manifestação completa dos efeitos oriundos das reflexões gnosiológicas iniciadas nos *physikalischen Axiome*, e servem, como o próprio Wundt reconheceu posteriormente, como marco inicial do abandono da hipótese das inferências inconscientes (EE, 224). Segundo, na época em que ele escrevia esse prefácio, o processo de ruptura ainda estava em andamento, o que significa que a menção a Kant é um reflexo do próprio momento de elaboração teórica que ele estava atravessando e que, portanto, deve ser seriamente levada em consideração. Por último, é a única vez, em toda a vida de Wundt, que ele admite a influência decisiva e positiva de Kant na formação de suas próprias idéias.⁹⁴

Mas não deveríamos, seguindo essa linha de raciocínio, considerar também a menção a Herbart, dado o reconhecimento explícito de sua influência? De fato, Wundt dedicou-se com afinco à obra de Herbart e não é difícil notar marcas de sua psicologia nos *Grundzüge*, tanto no que diz respeito à terminologia adotada⁹⁵ quanto em algumas idéias mais específicas ali defendidas.⁹⁶ Em que pese, porém, esse aspecto positivo, é preciso estabelecer aqui uma diferença crucial entre Herbart e Kant. O que estamos querendo explicar aqui é a origem da atitude antiontológica de Wundt, que vai se tornar um princípio fundamental de sua teoria do conhecimento e, assim, influenciar decisivamente sua psicologia. Nesse sentido, Herbart deve ser considerado um antípoda de Wundt – na medida em que defende não só a idéia de mente (*Seele*) como substância real subjacente a todos os fenômenos psíquicos, mas também uma série de outras teses psicológicas derivadas de sua metafísica realista (Herbart, 1837, § 153), claramente

1920; König, 1909; Nef, 1923) não faltam comparações entre Wundt e Kant. No entanto, isso ocorre de forma fragmentada e, muitas vezes, superficial.

⁹⁴ Essa declaração de Wundt não deve de modo algum ser interpretada como uma adoção dos princípios básicos da teoria kantiana do conhecimento. Como veremos no capítulo seguinte, não só o sistema de Wundt difere sensivelmente do de Kant, como também ele passou a adotar uma postura mais negativa em relação a este último, provavelmente para marcar sua diferença em relação aos neokantianos que começavam a dominar a filosofia acadêmica alemã (Köhnke, 1986; Schneider, 1999). No entanto, para que possamos compreender essa contraposição, temos que primeiro estabelecer os termos da influência positiva.

⁹⁵ O termo ‘*Verschmelzung*’ (fusão), p.ex., é utilizado por Herbart para designar um dos tipos fundamentais de relação entre representações (Herbart, 1850a, § 22).

⁹⁶ A idéia de que os conceitos não são representações, no sentido psicológico do termo, mas sim postulados ou ideais lógicos, também está presente na psicologia herbartiana (§78, §§ 179-193).

em contraste com a posição antiontológica que Wundt elege como ponto de partida – e não pode, pois, ter tido influência sobre o desenvolvimento desse aspecto de seu pensamento, o que nos obriga a descartá-lo nessa investigação.⁹⁷

Isso nos leva de volta a Kant. Embora Wundt não nos ofereça na referida passagem nenhum esclarecimento sobre o sentido em que essa influência se exerceu, temos pelo menos um ponto de partida seguro: o critério que excluiu Herbart. Em outras palavras, devemos partir da crítica à ontologia – que é o eixo em torno do qual gira não só a solução do problema dos axiomas da física, mas também a alteração teórica em sua psicologia – para chegar à resposta que estamos buscando.

A afirmação da influência kantiana nos *physikalischen Axiome* pode inicialmente soar estranha, pois ao longo de todo o tratado só há três referências explícitas ao filósofo de Königsberg, sendo que a única relevante entre elas tem um caráter negativo.⁹⁸ Se essa fosse, de fato, a única ligação entre Wundt e Kant presente no texto, poderíamos certamente descartar qualquer possibilidade de uma influência do tipo que estamos procurando.⁹⁹ Mas se não há uma referência sistemática a Kant, como estabelecer então a influência?

Uma análise mais atenta dos argumentos apresentados por Wundt, contudo, revela uma outra dimensão da presença kantiana no texto. O que está aí apenas implícito é uma apropriação bem particular da “Crítica da Razão Pura”, através da qual ele vai adaptar para seus propósitos

⁹⁷ Não podemos oferecer aqui uma comparação mais detalhada entre as posições filosóficas e psicológicas de Wundt e Herbart, uma vez que isso fugiria totalmente aos propósitos do presente trabalho.

⁹⁸ De acordo com Wundt, Kant teria incorrido no mesmo erro de Hume, ao confundir o nexos causal com a sucessão temporal, reforçando assim a tendência àquela confusão conceitual acima mencionada (seção 2.3) entre causa-efeito e fundamento-conseqüência (PAC, 101).

⁹⁹ Se fôssemos basear aí nossa análise, só nos restaria como alternativa afirmar a influência de Aristóteles, já que é de longe o autor mais citado do livro. No entanto, uma consideração mais atenta do texto revela que o Estagirita, assim como uma boa parte dos autores referidos, aparece como exemplo daquilo que Wundt supõe ser o erro fundamental no desenvolvimento da física.

noções gerais tanto da Analítica quanto da Dialética Transcendental, sem assumir qualquer compromisso de fidelidade ao idealismo transcendental, como veremos a seguir.¹⁰⁰

Já no primeiro capítulo, ao definir o alvo de sua investigação como sendo a questão da fundamentação última dos axiomas da física, Wundt deixa entrever seu débito, ainda que de forma indireta, à tradição kantiana, na medida em que o que está em discussão é o velho problema da origem *a priori* ou *a posteriori* do conhecimento – nesse caso específico, o conhecimento físico.

Mas é nos dois capítulos seguintes que observamos a influência direta de Kant. Após constatar, ao longo do segundo capítulo, que todos os axiomas da física têm sua origem numa transposição inadequada de nossas formas lógicas ao mundo externo (PAC, 6-78), Wundt toma aqui de empréstimo a idéia geral da Dialética Transcendental, que é desmascarar um erro natural da razão humana, a saber, o de atribuir valor objetivo a princípios puramente subjetivos. De acordo com o próprio Kant:

“A causa disto é que em nossa razão (considerada subjetivamente como uma faculdade humana de conhecimento) há regras fundamentais e máximas relativas ao seu uso, que possuem inteiramente o aspecto de princípios objetivos, através do que a necessidade subjetiva de certa ligação dos nossos conceitos, em favor do entendimento, é tomada como uma necessidade objetiva da determinação das coisas em si. ... A dialética transcendental contentar-se-á, pois, em descobrir a aparência de juízos transcendentais e simultaneamente evitar que ela nos engane. Mas ela nunca conseguirá fazer com que essa aparência venha a desaparecer (como a aparência lógica) e deixe de ser uma aparência. Pois trata-se de uma *ilusão natural* e inevitável, que se baseia em princípios subjetivos, tomando-os como objetivos ...” (Kant, 1787, B 353-354)

¹⁰⁰ É importante deixar bem claro que não se trata aqui de apresentar uma discussão detalhada nem da Analítica nem da Dialética Transcendental, mas tão somente o modo pelo qual Wundt interpretou e se apropriou do pensamento de Kant.

Mas isso é só o começo. Logo em seguida, no terceiro capítulo – intitulado “Antinomias Ontológicas” – Wundt utiliza exatamente a mesma estrutura discursiva que Kant utilizou na apresentação das “Antinomias Cosmológicas” (B 454-489). Trata-se de colocar lado a lado tese e antítese, como Kant fez, para posteriormente mostrar em ambas o mesmo erro: uma aplicação inadequada de nossa razão. É novamente Kant quem afirma:

“Quando, no uso dos princípios do entendimento, não nos limitamos a aplicar a nossa razão aos objetos da experiência, mas ousamos estendê-la para além dos limites desta última, surgem teses *sofísticas*, que da experiência não podem nem esperar confirmação nem temer refutação, sendo que cada uma delas não somente não encerra contradição em si mesma, mas que encontra na própria natureza da razão condições da sua necessidade. Só que, infelizmente, a proposição contrária também tem a seu favor razões igualmente válidas e necessárias para a afirmação.” (B 448-449 – ênfase no original)

É bem verdade que, quando Wundt anuncia, ao final do terceiro capítulo, que a origem de todas as antinomias deve-se a distintas concepções do princípio de causalidade, ele está se distanciando completamente da solução kantiana, que vê na origem das antinomias cosmológicas a objetivação (ontologização) do absoluto ou incondicionado, que é apenas uma criação racional, mas que nunca pode ser objeto de experiência (B 593-594). Mas mesmo nesse momento, podemos afirmar que ele permanece fiel à estratégia geral kantiana, pois, como podemos constatar no quarto capítulo – em que ele analisa a origem da má utilização do princípio de causalidade que gera as antinomias ontológicas – o problema está novamente na confusão entre os planos lógico e fenomenológico, entre fundamento-conseqüência e causa-efeito (PAC, 102). Em outras palavras, as antinomias surgem, de acordo com Wundt, devido a uma falta de uma limitação do uso do princípio de causa-efeito. Trata-se, portanto, de limitar a lei causal e os conceitos de causa e efeito ao seu uso meramente fenomenológico (PAC, 103).

No capítulo seguinte, que trata do princípio de razão suficiente (*Satz vom zureichenden Grunde*), também está claramente indicada a presença do pensamento kantiano. Wundt o concebe como princípio regulador da pesquisa científica, que deve garantir a aplicação contínua da lei causal:

“Aqui está somente expresso que cada caso particular da lei causal não pode ser mesmo tomado isoladamente, mas que devemos aí sempre retroceder a todos os outros casos que o nexos causal da natureza nos oferece. Particularmente tal razão – que, como aquele motor inicial, não pode ser ela mesma pensada como efeito, mas apenas como causa absoluta – não pode nunca, portanto, parecer-nos suficiente. O regressus in infinitum deve permanecer para nós sempre em aberto, um primeiro começo situa-se fora da natureza ...” (p. 110).

Ora, essa idéia de um princípio regulador da razão é exatamente a mesma que Kant utiliza na oitava seção do capítulo das antinomias cosmológicas:

“O princípio fundamental da razão é, pois, na verdade, tão somente uma *regra* que impõe uma regressão na série das condições de fenômenos dados, regressão esta que não pode deter-se em um absolutamente incondicionado. Ele não é, portanto, nenhum princípio da possibilidade da experiência e do conhecimento empírico dos objetos dos sentidos, e, conseqüentemente, nenhum princípio do entendimento. ... Ele também não é um *princípio constitutivo* da razão para ampliar o conceito do mundo dos sentidos para além de toda experiência possível, mas um princípio que permite prosseguir e alargar a experiência o máximo possível, e segundo o qual nenhum limite empírico deverá ser considerado como limite absoluto. Ele é, portanto, um princípio da razão que postula, *como regra*, o que devemos fazer na regressão, mas *não antecipa* o que é dado em si *no objeto* antes de toda regressão. Por isso lhe chamo de princípio *regulador* da razão ...” (Kant, 1787, B 537 – ênfase no original)

Finalmente, o último aspecto relevante da obra em que Wundt revela a influência direta de Kant é a solução final para a fundamentação do conhecimento humano em geral, na qual ele pega de empréstimo a idéia geral da Analítica Transcendental. Segundo o próprio Wundt, nosso conhecimento possui de fato um fundamento *a priori*, que é a origem tanto da verdade quanto do erro:

“O mesmo princípio que se tornou, através daqueles sofismas que falseiam e contrariam a experiência, a fonte de tantos erros fatídicos para a ciência é, ao mesmo tempo, enquanto raiz do princípio de causalidade, a origem de todos os nossos conhecimentos. Pois é este princípio – *todas as nossas percepções devem ser subsumidas às formas do pensamento a priori que estão em nós* – que torna possível um conhecimento em geral. *Conhecimento chama-se nexa das experiências*. Mas como seria possível tal nexa sem um princípio formal que o anteceda? As formas do pensamento estão a priori em nós. Todas as experiências são elaboradas através destas formas. Portanto, nós não transferimos propriamente o nexa formal de nosso pensamento às experiências externas. São essas últimas que aparecem neste nexa diante de nossa consciência.” (PAC, 106-107 – ênfase no original)

É esse mesmo princípio de unidade sistemática da experiência que Kant vê também como *a priori* na razão humana:

“Se considerarmos em todo o seu âmbito os conhecimentos do nosso entendimento, encontramos que a parte de que a razão propriamente dispõe e procura realizar é a *sistemática* do conhecimento, isto é, o seu encadeamento a partir de um princípio. Esta unidade da razão pressupõe sempre uma idéia, a da forma de um todo do conhecimento que precede o conhecimento determinado das partes e contém as condições para determinar *a priori* o lugar de cada parte e sua relação com as outras.” (Kant, 1787, B 673 – ênfase no original)

A semelhança não deve, contudo, mascarar também as diferenças fundamentais entre os dois. Nesse caso específico, o que chama atenção é que Wundt parece fortemente inclinado a tratar o *a priori* em termos psicológicos, como se se tratasse de algo inato, o que o distancia sensivelmente de Kant, cujo objetivo em toda a “Crítica da Razão Pura” é desvincular o plano transcendental do plano psicológico (Allison, 1983).¹⁰¹

Com isso, podemos agora responder à pergunta colocada no início dessa seção. A influência de Kant no desenvolvimento filosófico de Wundt foi decisiva. Foi Kant, mais do que qualquer outro, que despertou Wundt de seu sono dogmático, ao mostrar que a aplicação das formas lógicas se limita a objetos dados na experiência.¹⁰² Isso não significa, contudo, uma adesão por parte de Wundt ao idealismo transcendental, nem sequer à “Crítica da Razão Pura” (ver seção 3.5). Na verdade, trata-se de uma apropriação particular da Dialética Transcendental – com ênfase no capítulo das antinomias cosmológicas – adaptando-a aos seus propósitos específicos. Wundt utilizou a mesma estratégia geral que Kant utilizou contra as vãs esperanças da metafísica (psicologia racional, cosmologia racional e teologia racional) para atacar as ilusões da física de sua época. Isso teve como consequência direta uma reavaliação de suas teorias psicológicas anteriores, que estavam sujeitas às mesmas objeções ontológicas e, portanto, tiveram que ser abandonadas.

¹⁰¹ Estamos cientes de que é possível uma interpretação alternativa da Crítica, em que a dimensão transcendental seja aproximada da dimensão psíquica. Kitcher, p.ex., defende a existência de uma psicologia transcendental em Kant, cujo objetivo central seria a determinação de nossas capacidades cognitivas em relação ao seu papel efetivo na produção de conhecimento. Trata-se aí de uma interpretação a partir do referencial teórico da inteligência artificial e das ciências cognitivas em geral (Kitcher, 1990).

¹⁰² Não podemos deixar de especular aqui sobre uma possível influência direta também de Schopenhauer, tendo em vista as semelhanças entre algumas idéias de Wundt e certas passagens de “Sobre a Quádrupla Raiz do Princípio de Razão Suficiente”, principalmente a distinção entre fundamento (*Grund*) e causa (*Ursache*), e a restrição da aplicação da lei causal apenas a eventos (Schopenhauer, 1847, §§ 20, 24 e 29). No entanto, como não há nenhuma evidência mais substancial que fundamente nossa hipótese, preferimos deixá-la aqui apenas indicada.

Tendo demonstrado então a influência de Kant no desenvolvimento filosófico de Wundt, resta ainda a questão do deslocamento do inconsciente para o nível fisiológico. Seria possível também aqui encontrar uma origem para a solução wundtiana do problema do inconsciente?

Infelizmente, deparamo-nos aqui com um limite de interpretação muito maior do que no caso anterior, dada não só a escassez de fontes primárias, mas também a ausência de qualquer indicação do próprio Wundt sobre uma possível influência intelectual nesse sentido. Em que pese, porém, essa dificuldade, temos aqui pelo menos um motivo justificado para prosseguirmos adiante: a influência de Kant. Não poderia seu pensamento também aqui ter servido de base para a elaboração posterior do próprio Wundt?

A “Crítica da Razão Pura”, que utilizamos como guia de nossa investigação anterior, não nos oferece aqui qualquer evidência concreta, o que é completamente compreensível, já que não é um tratado psicológico. No entanto, não podemos nos esquecer de que Kant, poucos anos antes de morrer, publicou sua “Antropologia” – uma obra bem mais popular que seus tratados sistemáticos de filosofia, mas recheada de considerações e observações que pertencem ao campo da psicologia empírica. É aí que pretendemos centrar, portanto, nossa análise.

No quinto parágrafo do Livro 1, Kant dedica-se ao problema das representações inconscientes. Após considerar a aparente contradição envolvida na expressão, ele vai então formular a idéia de uma consciência indireta de representações:

“Ter representações mas não estar consciente delas parece uma contradição. Pois como podemos saber que as temos, se não estamos conscientes delas? ... Mas nós podemos, contudo, ter consciência *mediata* de uma representação, independentemente de estarmos ao mesmo tempo *imediatamente* conscientes dela. – Essas representações nós as chamamos então de *obscuras*; as demais são *claras*, e quando sua clareza se estende às representações parciais de um todo e às suas ligações, chamamos

de *representações distintas*; seja do pensamento ou da intuição.” (Kant, 1800, B 15-16 – ênfase no original)

Logo em seguida, ele apresenta um exemplo prático do que ele entende por essa consciência indireta:

“Se estou consciente de ver um homem longe de mim, independentemente de estar consciente de ver seus olhos, seu nariz, sua boca, etc., eu *infero* na verdade apenas que essa coisa é um homem. Pois se eu pretendesse afirmar que, pelo fato de não ter consciência que percebo essas partes de sua cabeça (e também das partes restantes deste homem), *não tenho* a representação das mesmas, então eu também não poderia afirmar que vejo um homem. Porque o todo (da cabeça ou do homem) é composto a partir dessas representações parciais.” (B 16 – ênfase no original)

Esse exemplo revela a dívida de Kant em relação à noção leibniziana de *petit perception* (Leibniz, 1765, II, cap. IX), na medida em que está claramente considerando a apercepção empírica como um somatório de pequenas e obscuras representações. Ou seja, a consciência empírica imediata ou apercepção empírica é um todo que pressupõe suas partes. Entretanto, simultaneamente à aceitação desse nível inconsciente das representações, Kant faz logo adiante uma afirmação enigmática, eliminando de sua antropologia todo esse mundo das representações obscuras:

“O campo das representações *obscuras* é então o maior no homem. – Mas como ele só pode ser percebido em suas partes passivas, enquanto jogo das sensações, sua teoria pertence apenas à antropologia fisiológica, não à pragmática, que temos aqui propriamente em mira.” (B 18 – ênfase no original)

Para compreendermos o sentido específico dessa distinção entre antropologia pragmática e antropologia fisiológica, temos que retornar ao prefácio da obra, em que Kant explicita a diferença clara entre as duas, indicando inclusive suas implicações para a investigação psicológica:

“Uma doutrina do conhecimento sobre o homem, concebida sistematicamente (antropologia), pode ser em sentido ou *fisiológico* ou *pragmático*. – O conhecimento fisiológico do homem relaciona-se à investigação do que a *natureza* faz do homem, o pragmático, ao que ele, enquanto ser que age livremente, faz ou pode e deve fazer de si mesmo. – Quem medita sobre as causas naturais – em que poderia consistir, p.ex., a faculdade da memória –, pode especular (segundo Descartes) sobre os traços de impressões retidos no cérebro, que as sensações deixam. No entanto, ele deve admitir que, neste jogo de suas representações, ele é apenas um expectador, e deve deixar a natureza agir, na medida em que ele não conhece os feixes e os nervos do cérebro e nem sabe manipulá-los para seus propósitos. Portanto, toda especulação teórica sobre isso é pura perda de tempo. - - Mas se ele utilizar as percepções sobre o que parece inibir ou estimular a memória para ampliá-la e torná-la ágil, isso constituiria uma parte da antropologia em sentido *pragmático*, e é exatamente com esta que aqui nos ocupamos.” (B iv-vi – ênfase no original)

Quando Kant então afirma que o campo das representações obscuras pertence à antropologia fisiológica e não à pragmática, seria possível ver aí uma tentativa de eliminar da psicologia o estudo dessas representações, relegando-as ao domínio exclusivamente anátomo-fisiológico. Nesse sentido, não podemos descartar uma eventual influência sobre a solução wundtiana para o problema do inconsciente, ainda que, uma vez mais, não possamos falar aqui de

uma adesão completa às teses kantianas – dadas as inúmeras diferenças entre ambas as teorias da consciência –, mas tão somente de uma inspiração.¹⁰³

No que diz respeito a essa questão do inconsciente, a cautela em nossa interpretação deve ser redobrada. Embora tenha se referido explicitamente ao trecho da “Antropologia” em que Kant discute a questão das representações inconscientes (GPP₁, 637-638), Wundt não faz qualquer menção à passagem complementar, em que as representações inconscientes são deslocadas para o campo da fisiologia. Por isso, mesmo que tenhamos aí uma evidência indiscutível de que ele conhecia a posição kantiana sobre o problema, não podemos estabelecer uma relação mais direta. Podemos concluir, portanto, que se fomos capazes de estabelecer satisfatoriamente a origem da posição antropológica de Wundt, não é possível aqui apontar com a mesma precisão uma influência direta sobre esse último passo de sua ruptura com a sua velha psicologia das *Beiträge* e das *Vorlesungen*.

Há, finalmente, um último aspecto relevante que merece aqui ser ressaltado, na medida em que nos permite entender a razão de Wundt ter se dedicado ao estudo da obra de Kant, o que reforça ainda mais a plausibilidade de nossa interpretação. O período em que Wundt começa a estudar mais seriamente lógica e filosofia da ciência natural coincide com a época de disseminação e consolidação do movimento neokantiano na filosofia universitária alemã. Embora o rótulo ‘neokantismo’ sirva apenas como marco na história da filosofia para agrupar um conjunto muito heterogêneo de tendências filosóficas, havia na época um clima geral de extrema

¹⁰³ Estamos aqui cientes de que o termo ‘fisiologia’ em Kant pode ser entendido como conhecimento da natureza no sentido amplo, envolvendo tanto o sentido externo quanto o sentido interno. Nesse caso, seria possível falar em uma fisiologia das representações, que nada teria a ver com a dimensão anátomo-fisiológica, mas apenas com a dimensão propriamente psíquica – uma espécie de dinâmica das representações (Fulgencio, 2006). Mas não só a ambigüidade do termo ‘natureza’, mas também a amplitude das noções de psicologia empírica e antropologia na obra de Kant dificultam sobremaneira a compreensão desse ponto (Borges, 2003). De qualquer forma, essa passagem da antropologia kantiana por si só é assaz obscura, na medida em que Kant, em nenhum outro local da obra, volta a tocar no assunto e também jamais esclarece a relação entre fisiologia e representação, o que dá margem a distintas interpretações. Volkelt (1873) e von Hartmann (1890), p.ex., vêem em Kant a aceitação do inconsciente como dimensão lógico-psicológica e procuram mostrar como sua lógica inconsciente desempenha um papel fundamental em sua antropologia.

valorização e intensa discussão sobre o sentido do criticismo kantiano (Köhnke, 1986). Não por acaso, esse clima geral encontrou nos repetidos apelos de Liebmann a um “retorno a Kant” sua forma mais popular de expressão (Liebmann, 1865).¹⁰⁴

Saindo, contudo, dessa acepção mais geral do neokantismo enquanto um *Zeitgeist* – sem que haja a identificação com um programa filosófico específico –, é possível apontar de forma ainda mais precisa o modo como essa influência se exerceu sobre o jovem Wundt. Ora, se houve um nome em torno do qual se consolidou esse retorno ao criticismo kantiano, esse nome foi o do teólogo e filósofo Eduard Zeller (1814-1908). Após ter sido contratado, em 1862, como Professor de Filosofia pela Universidade de Heidelberg, Zeller proferiu um discurso sobre o significado da teoria do conhecimento, em que defendeu o retorno e o aprofundamento do espírito crítico de Kant como única alternativa para os problemas fundacionais da filosofia (Zeller, 1862, p. 490). Esse discurso ecoou por toda a Alemanha e preparou, assim, o terreno para o surgimento do neokantismo propriamente dito (Brecht, 1953).¹⁰⁵

Mas por que Zeller em especial? Em primeiro lugar, devemos aqui recordar que, quando ele chegou em Heidelberg, Wundt já era *Privatdozent* na mesma universidade. E embora não pertencesse à Faculdade de Filosofia, mas sim à de Medicina, seus interesses filosóficos já seriam suficientes para justificar seus contatos com o filósofo recém-chegado. No entanto, existe um motivo ainda mais forte para a aproximação entre os dois. Apesar de não constar na sua autobiografia e nem em qualquer outro trabalho biográfico, a Associação Histórico-Filosófica (*Historisch-Philosophischer Verein*) que Wundt ajudou a fundar, em 1863, tinha Zeller como

¹⁰⁴ Existe uma tendência a ver em Liebmann o verdadeiro início do neokantismo (p.ex., Ollig, 1979). No entanto, como mostrou Köhnke, qualquer tentativa nesse sentido é uma escolha não só arbitrária, mas também incorreta, uma vez que elimina as distintas correntes que paralelamente afirmavam a necessidade de um retorno a Kant – o único ponto de contato entre elas (Köhnke, 1986, S. 213-214).

¹⁰⁵ Petersen (1925, p. 100) afirma equivocadamente que a influência de Zeller sobre Wundt se deu apenas a partir de 1873, por ocasião do lançamento da primeira edição do seu livro sobre a história da filosofia alemã (Zeller, 1873).

principal mentor intelectual e o retorno ao criticismo kantiano como princípio básico (Hoffmann, 1953).¹⁰⁶

Essa influência de Zeller permite-nos ainda compreender um segundo aspecto fundamental do desenvolvimento filosófico de Wundt, que é a constituição da teoria do conhecimento como disciplina filosófica fundacional. Ora, visto desta perspectiva, os *physikalischen Axiome* nada mais são do que um exercício gnosiológico preliminar, que vai levar Wundt à formulação de uma teoria do conhecimento como pedra angular não só de sua filosofia como também de sua psicologia. É com a sua teoria do conhecimento que a psicologia ganha sua fundamentação definitiva, como veremos nos próximos capítulos.

¹⁰⁶ Deve aqui ser enfatizado que isso não significa de forma alguma uma adesão de Wundt ao movimento neokantiano propriamente dito. Como veremos no próximo capítulo (seção 3.5), Wundt criticou duramente o neokantismo como proposta filosófica em geral e procurou ao máximo se afastar dessa tendência.

CAPÍTULO 3- A IDÉIA DE UMA TEORIA DO CONHECIMENTO COMO DISCIPLINA FUNDAMENTAL

A análise empreendida no capítulo anterior demonstra claramente que, muito antes de ocupar uma cátedra de filosofia, Wundt já vinha desenvolvendo uma intensa atividade filosófica, que teve conseqüências decisivas para o seu projeto de psicologia, como é possível observar nos *Grundzüge*. Isso significa que, pelo menos a partir dos *physikalischen Axiome*, aquele ideal filosófico difuso das *Vorlesungen* foi se transformando paulatinamente em um programa sistemático. Assim, ao assumir logo em seguida, no segundo semestre de 1874, a cadeira de “Filosofia Indutiva” na Universidade de Zürich – ocupando a vaga então deixada por F. Lange (1828-1875) –, e ao aceitar, um ano depois, a contratação pela Universidade de Leipzig, ele desenvolve e amadurece suas reflexões anteriores, culminando na elaboração de um sistema filosófico próprio. Por isso, devemos ver no período que vai de 1874 a 1889 – abrangendo desde a contratação em Zürich até a publicação de seu *System* (SP₁) – a fase de desenvolvimento e consolidação de seu projeto filosófico.

Isso não significa, porém, que Wundt tenha abandonado a psicologia. Simultaneamente, ele esforçou-se para estabelecer sua nova psicologia, fundando em 1879 o famoso Laboratório de Psicologia Experimental da Universidade de Leipzig, que rapidamente se tornou um centro internacional de formação e pesquisa psicológicas (IEP). Além disso, revisou e ampliou consideravelmente os *Grundzüge*, publicando mais duas edições revisadas e ampliadas antes do fim desse período (GPP₂, GPP₃). No entanto, como nosso objetivo central é analisar a fundamentação filosófica do seu projeto de psicologia, temos que investigar primeiro a consolidação de seu sistema filosófico para, a partir daí, demonstrar a sua relação direta com seu

programa psicológico. Caso nossa interpretação esteja correta, sua nova psicologia só vai ser definitivamente estabelecida após esse período de intensa reflexão e produção filosófica.

No presente capítulo, pretendemos mostrar exatamente essa continuidade no desenvolvimento filosófico de Wundt, enfatizando o papel central que a sua teoria do conhecimento vai aí desempenhar. Tendo como ponto de partida suas reflexões gnosiológicas dos *physikalischen Axiome*, Wundt vê a necessidade de estabelecer uma base para todo o seu empreendimento filosófico-científico.¹⁰⁷ Não é por acaso, pois, que sua primeira obra filosófica sistemática tem o título de “Lógica”, que é, na verdade, uma investigação dos princípios gerais do conhecimento humano (L₁, I). Trata-se, antes de mais nada, de uma tentativa de reabilitação da filosofia como um todo, especialmente da metafísica. Mas uma metafísica controlada, por sua vez, pelos limites da capacidade humana de conhecer e pela própria experiência científica. Daí a necessidade de uma teoria do conhecimento como disciplina fundacional. Antes, porém, de chegarmos à sua teoria do conhecimento, é preciso compreender primeiro a idéia geral de filosofia que Wundt defende.¹⁰⁸

3.1– Definição e objetivo da filosofia

Que a filosofia não é um empreendimento fortuito na vida intelectual de Wundt e que este já tinha claro diante de si, antes de assumir o posto na Universidade de Zürich, o objetivo último

¹⁰⁷ Essa íntima relação entre os *physikalischen Axiome* e seu projeto filosófico permanece ignorada na literatura secundária, apesar do próprio Wundt ter se referido explicitamente a ela no prefácio de seu sistema de filosofia (SP₁, vi). É muito importante, pois, enfatizar desde o início que aquelas reflexões gnosiológicas oriundas do exame sobre o conhecimento físico vão constituir a base para a sistematização de sua filosofia.

¹⁰⁸ Ao contrário do que fizemos anteriormente, não vamos nesse capítulo utilizar as várias edições de uma mesma obra de Wundt para sustentar nossa apresentação e discussão. Isso se justifica pelo fato de seu sistema filosófico não ter sofrido, desde a primeira edição do *System*, nenhuma alteração significativa, seja na sua concepção de filosofia seja em seus fundamentos gnosiológicos. O que Wundt realmente desenvolveu e ampliou continuamente foi a sua metafísica – sobretudo em relação à filosofia da natureza e à filosofia do espírito –, que, pela sua própria definição, deveria estar em constante reformulação para abranger os novos resultados das ciências empíricas. Uma comparação entre a primeira e a última edição do *System* (SP₁ e SP₄) basta para comprovar o que estamos aqui afirmando.

de resolver questões filosóficas, fica evidente nesta carta dirigida à sua futura esposa Sophie Mau, escrita em junho de 1872:

“Não se deixe enganar pelo rótulo de “famoso” fisiologista. ... Não acredite que o homem ao qual você se entregou possa e queira reivindicar para si aquilo que se chama de uma carreira brilhante. No que diz respeito à minha fama junto aos médicos, Was meinen Ruhm bei den Medizinem betrifft, isso realmente não quer dizer muita coisa. Eu sou conhecido por eles através de meus manuais, que são para mim o que o polimento de lentes era para o grande filósofo Spinoza. Eu tenho que fazer isso como ocupação secundária, necessária para o sustento. ... Mas meus trabalhos propriamente científicos, a saber, aqueles relacionados à ciência e não ao ganha-pão, situam-se majoritariamente em uma região fronteira, vista como suspeita pelos especialistas, entre a fisiologia e a filosofia, na qual não se pode conquistar muita honra por agora. Não acredite por isso que eu queira dar a aparência de não ser orgulhoso. Pelo contrário, eu sou muito orgulhoso e tenho grandes planos guardados. Eu considero propriamente a fisiologia apenas como um estágio preparatório para, a partir da vida corpórea, com a qual esta ciência se ocupa, lançar várias pontes para chegar ao lado da vida mental.” (UAL, NW, Brief 1631, p. 1-2 – ênfase no original)

É nesta perspectiva de continuidade que devemos entender então seu discurso de posse em Zürich – intitulado “Sobre a Missão da Filosofia no Presente”. É aí que encontramos, pela primeira vez, a formulação explícita de um programa filosófico, muito embora não haja ainda uma definição explícita do que seja a filosofia em si.

O primeiro aspecto desse programa filosófico que merece ser ressaltado, dada sua importância para o entendimento posterior do sistema wundtiano como um todo, é a íntima relação entre ciência e filosofia. Para ele, o pensamento filosófico não pode nunca prescindir dos resultados das ciências empíricas. Nesse sentido, podemos dizer que Wundt é um representante

legítimo do *Zeitgeist* pós-hegeliano – predominante na filosofia alemã a partir da segunda metade do século XIX – que tinha como meta principal a revalorização do domínio da experiência em detrimento da especulação (Schnädelbach, 1983; Sachs-Hombach, 1993). Segundo ele, após um longo período de cisão entre ciência e filosofia, por culpa do idealismo alemão, o próprio desenvolvimento das ciências individuais trouxe de volta a necessidade da filosofia. Como ele próprio afirma:

“Assim, nos domínios especiais da ciência, espalham-se questões filosóficas por toda a parte, e o progresso das pesquisas particulares já trouxe à luz inúmeros resultados de significado filosófico, elementos de um conhecimento coerentemente articulado do mundo, cuja ordem e cujo arranjo final será tarefa da filosofia.” (APG, 9)

Um outro aspecto fundamental para o entendimento do projeto wundtiano como um todo, que está diretamente relacionado a este objetivo da filosofia, é a superação de toda e qualquer forma de dualismo e contradição através da elaboração de um sistema monista. Por ‘monismo’ Wundt parece entender antes uma *Weltanschauung* coerentemente articulada do que um sistema derivado de um único princípio explicativo.¹⁰⁹ Em uma carta a E. Haeckel (1834-1919), escrita em setembro de 1899, ele apresenta a seguinte definição:

“ ‘Monista’ é, na verdade, toda filosofia que não seja um remendo eclético. E sendo assim, eu admito a você de bom grado, que eu considero minhas posições propriamente ainda ‘mais

¹⁰⁹ Essa é apenas uma das inúmeras acepções em que o termo ‘monismo’ passou a ser empregado, na segunda metade do século XIX, para designar posições filosóficas (Erdmann, 1914; Eisler, 1910; Hillermann, 1976; Hillermann e Hügli, 1984; Klimke, 1911). Sua polissemia atingiu um grau tão alto, que Mauthner (1924) afirmou ser este termo uma máscara, sob a qual ele não conseguia encontrar nenhuma palavra que já não fosse inadequada. Classificar, portanto, o sistema filosófico de Wundt como um sistema monista não esclarece muita coisa, a não ser que esta classificação venha acompanhada de qualificações específicas.

monistas' do que as suas, pois eu procuro dar ao meu monismo uma maior extensão, seguindo, na medida em que isso me é possível, o exemplo do maior de todos os monistas: Spinoza.” (UAL, NW, Brief 145, p. 1 – ênfase no original)

O que Wundt pretende é, segundo ele, conservar o espírito geral dos sistemas idealistas (construção de uma visão de mundo unitária), mas, ao mesmo tempo, corrigir seus erros, sobretudo o desprezo em relação aos resultados da ciência empírica:¹¹⁰

“O novo idealismo alemão elaborou pela primeira vez uma visão de mundo monista, filosoficamente conseqüente.” (APG, 19)

“Pois a questão da filosofia é conservar a boa relação com as ciências particulares, na medida em que retira delas o que ela precisa, o fundamento da experiência, e fornece a elas o lhes falta, o nexo geral dos conhecimentos. ” (p. 21)

É importante aqui ressaltar que, embora tenha explicitamente recusado o rótulo de “idealista” para caracterizar sua própria filosofia,¹¹¹ Wundt sempre admitiu abertamente ter recebido uma influência marcante do idealismo alemão. No prefácio à sua “Ética”, por exemplo, ele reconheceu a semelhança de algumas idéias básicas de sua proposta com o idealismo pós-kantiano – enfatizando especialmente a noção de ‘desenvolvimento’ proposta por Schelling – ao

¹¹⁰ Essa avaliação geral do idealismo alemão, segundo a qual havia um desprezo relativo à experiência e aos resultados das ciências naturais, parece ser bastante questionável. Trabalhos mais recentes de história da filosofia têm procurado demonstrar que não se trata de um desprezo, mas apenas de integrar o conhecimento científico em um sistema explicativo mais abrangente, que procurava superar as limitações do modelo mecanicista (p.ex., Frigo, 2005). De todo modo, porém, devemos estar cientes de que o importante aqui é a maneira como Wundt se apropriou do idealismo alemão, e não o grau de adequação dessa apropriação.

¹¹¹ Naquela mesma carta a Haeckel, Wundt acrescenta: “A propósito, eu também não me incluo entre os idealistas, embora eu admita não atribuir muito valor a tais caracterizações.” (UAL, NW, Brief 145, S. 1)

mesmo tempo em que apontou para um distanciamento em relação à doutrina dos costumes (*Sittenlehre*) de Fichte e Hegel (E, v). Sendo assim, qualquer aproximação que se faça entre Wundt e o idealismo alemão exige muita cautela, sendo sempre necessário apontar o sentido preciso da semelhança que se pretende estabelecer.¹¹² A seguinte passagem parece-nos bastante esclarecedora e indica a perspectiva geral que deve servir de guia na busca de qualquer influência dos sistemas idealistas sobre o pensamento wundtiano:¹¹³

“Também no julgamento de doutrinas filosóficas dever-se-ia saber separar o conteúdo permanente das formas ultrapassadas. Sistemas, que um dia tiveram uma profunda influência sobre os espíritos, mas que, surgidos em uma época agitada da transição, pertencem agora à história, não deverão nem ser condenados como meras fantasias nem venerados como verdades eternas. Mas se aquela época errou em muitos aspectos, ela possui agora, em relação à ciência atual, o significado de um desenvolvimento preparatório de idéias. O esqueleto inútil dos sistemas tornou-se caduco, mas as idéias resistentes têm criado raízes por toda a parte nas ciências particulares – ainda que não se esteja mais consciente da relação. A filosofia não poderá se esquivar dos efeitos retroativos deste desenvolvimento. Ela terá que modificar muita coisa nas idéias gerais e tudo na exposição detalhada. Mas caberá a ela a missão de completar – desta vez guiada pelas ciências particulares e, em contrapartida, servindo às mesmas de guia – o trabalho anterior iniciado sem recursos suficientes e com métodos equivocados.” (E, v-vi)

¹¹² Isso deve valer não só para o caso de Wundt, mas para a psicologia alemã do século XIX em geral. Nesse sentido, afirmações muito generalistas, como as de Leary (1980), pouco contribuem para um claro entendimento das influências idealistas no desenvolvimento histórico concreto do pensamento psicológico alemão, ainda que, de resto, apontem questões importantes.

¹¹³ Não podemos oferecer aqui mais do que essa breve indicação geral de como deve ser tratada a relação entre Wundt e o idealismo alemão, na medida em que isso extrapolaria os limites do presente trabalho. No entanto, acreditamos já ser o suficiente para mostrar como são grosseiras, quando não equivocadas, as repetidas classificações gerais da perspectiva wundtiana como “idealista”, sem que sejam apresentadas precisamente as especificidades de tal relação (Arnold, 1977, 1979, 1980; Lenin, 1909; Meischner, 1980; Sprung, 1979). O que queremos aqui enfatizar é que toda tentativa de ligar Wundt ao idealismo alemão só acrescenta algo para a compreensão de sua obra se vier seguida de indicações concretas e contextualizadas.

Quando assumiu, em 1875, uma das cadeiras de filosofia na Universidade de Leipzig, Wundt realizou novamente um discurso de posse, onde se referiu à continuidade com o programa anteriormente anunciado, dando agora uma ênfase especial à influência da filosofia – particularmente a lógica e a metafísica – sobre as ciências empíricas. Na parte final, volta a afirmar que a tarefa da filosofia é elaborar um quadro geral de referência a partir do resultado das diversas investigações científicas (UEP, 26-27).

Mas se Wundt explicitou desde o início o objetivo geral de toda atividade filosófica, só muito mais tarde, quando publicou seu próprio “Sistema de Filosofia” (1889), é que ele forneceu uma definição clara do que seja a própria filosofia, chamando-a agora de “filosofia científica” (SP₁, 22):

“No sentido do que foi acima exposto, definimos a filosofia como a ciência geral que tem por objetivo unificar os conhecimentos gerais fornecidos pelas ciências particulares em um sistema sem contradições.” (p. 21)

Essa definição nos remete novamente àquela íntima relação entre ciência empírica e filosofia, já anunciada nos seus primeiros escritos filosóficos. Entretanto, é necessário estarmos atentos para dois aspectos fundamentais nessa definição. O primeiro diz respeito ao fato de que, ao mesmo tempo em que a filosofia tem como seu fundamento as ciências particulares, ela também as regula e as direciona, o que determina a constante interação entre elas (p. 21-22). É importante, portanto, termos sempre em mente que **Wundt utiliza o termo ‘filosofia’ em dois sentidos distintos**, dependendo sempre do contexto específico e do aspecto que se pretende enfatizar no momento em questão: por um lado, em seu sentido geral, a filosofia pode ser identificada com a metafísica, cuja tarefa última é aquela elaboração, acima referida, de uma

Weltanschauung coerente; por outro lado, há, como veremos logo adiante, uma esfera da atividade filosófica que prepara e fundamenta a própria pesquisa científica em geral (lógica e teoria do conhecimento), não devendo, pois, ser confundida com aquele objetivo último (metafísico) da filosofia. A falta de atenção a esse detalhe da proposta wundtiana de filosofia prejudica sobremaneira a sua compreensão e avaliação.

O segundo aspecto fundamental na definição de Wundt é a classificação da filosofia como uma ciência, fato este que também pode gerar malentendidos na interpretação de seu pensamento, caso não consideremos as particularidades do contexto alemão do século XIX. Nesse sentido, deve aqui ficar claro que Wundt utiliza o conceito de ciência (*Wissenschaft*) em sentido amplo, para designar um sistema hierarquicamente organizado de saber, o que mais uma vez o aproxima da tradição do idealismo alemão (Sandkühler, 2005, caps. III-IV).

Tendo, assim, definido a filosofia também como uma ciência, surge a necessidade de demarcar com exatidão sua diferença fundamental em relação às outras ciências particulares. Segundo o próprio Wundt, o que todas elas têm em comum é a experiência, e o que as diferencia é o modo de tratar a experiência:

“A filosofia tem em comum com as ciências particulares o seu *conteúdo*; mas o *ponto de vista*, a partir do qual ela trata este conteúdo, é diferente, pois ela busca de antemão o *nexo* dos objetos do saber.” (SP₁, 33)

Dito de outra forma, a filosofia, ao contrário das ciências particulares (física, química, biologia, psicologia individual, etc.), não se ocupa com nenhum dos objetos específicos de nossa experiência, mas sim com o nexo entre todos eles. Ela é, portanto, uma ciência geral, e não uma

das ciências particulares.¹¹⁴ Não é por acaso, portanto, que na sua classificação geral das ciências, Wundt distingue claramente entre o conjunto de disciplinas pertencentes às ciências particulares (*Einzelwissenschaften*) e as várias áreas da filosofia (SP₁, 33-37; UEW, 48-55). Como, no presente contexto, o que nos interessa é apenas a sua filosofia, deixaremos de lado a primeira para nos dedicarmos apenas à segunda.

Nesta definição de filosofia como ciência geral, percebemos que Wundt considera como sua característica fundamental o fato de que ela não pode servir de fundamento para as ciências particulares, mas, ao contrário, tem que ser por elas fundamentada. Além disso, ele afirma que sua única possibilidade de interferência na atividade científica consiste na eliminação de contradições surgidas dentro de uma determinada área de investigação:

“Nesta definição estão presentes dois elementos que a diferenciam de concepções anteriores, possivelmente adequadas a estágios mais antigos do saber. Primeiro: a filosofia não é fundamento das ciências particulares, mas sim as tem por fundamento; na verdade, ela tem que se fixar com total consciência sobre esta base e evitar, portanto, toda preferência unilateral de pontos de vista científicos, que são apenas emprestados de um domínio mais restrito. Segundo: na medida em que a filosofia tem como objetivo integrar os resultados das ciências particulares em uma visão de mundo livre de contradições, ela regula e orienta, em contrapartida, aquelas mesmas ciências. Sempre que surgir uma contradição entre as concepções de domínios distintos, é à filosofia que cabe esclarecer a razão da mesma e, assim, eliminá-la.” (SP₁, 21-22)

¹¹⁴ Eisler (1902, p. 15) se equivoca ao afirmar que a filosofia, para Wundt, é uma das ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*). Ora, sendo ela um ciência geral, ela não pode se identificar nunca com nenhuma das ciências particulares, seja do espírito ou da natureza (UEW, 31). É bem verdade que Wundt classificou inicialmente a filosofia como uma *Geisteswissenschaft*, mas única e exclusivamente para estabelecer aí a sua dependência em relação à experiência psicológica (L₁, II, 481). No entanto, talvez para evitar confusões, essa afirmação foi excluída da exposição de seu pensamento maduro (L₄, III, 9-23).

Como complemento à sua definição de “filosofia científica”, Wundt apresenta uma classificação das diversas áreas filosóficas, onde reconhece que, na busca do ideal máximo de unificação geral do saber, há uma constante interação entre duas perspectivas distintas no tratamento filosófico da experiência: enquanto uma privilegia o seu surgimento, a outra enfatiza sua ligação sistemática. Essa duplicidade irreduzível de perspectivas deve, segundo ele, servir de fundamento para a primeira divisão da filosofia (p. 33). O sentido exato dessa diferenciação pode ser apreendido na seguinte passagem:

“Este ponto de vista (da teoria do conhecimento – acréscimo meu) consiste no fato de que todo o nexos do saber é acessível a uma *dupla* consideração: ele pode, de um lado, ser investigado em relação ao seu *surgimento*, ocasião em que as interações genéticas que ocorrem entre as ciências particulares se colocam em primeiro plano; ou ele pode ser considerado no que diz respeito a sua estrutura *sistemática*, segundo o modo como ele se nos apresenta na relação lógica interna dos princípios adquiridos, dado o estágio de conhecimento que alcançamos. No primeiro caso, trata-se do saber *em devir*, no segundo, do seu *resultado*. ... Desta forma, surgem *duas disciplinas filosóficas fundamentais*, que queremos identificar como *doutrina do conhecimento* e como *doutrina dos princípios*. Uma vez que todo conhecimento é um processo mental, que se realiza de acordo com certas leis de desenvolvimento, enquanto que o princípio possui o significado de um conceito que é tratado apenas como *resultado* do conhecimento, já está então implícito na primeira daquelas expressões a referência a um ponto de vista *genético*, e, na segunda, a um *sistemático*.” (UEW, 48-49 – ênfase no original)

Essa passagem é crucial não só para a interpretação que estamos propondo no presente trabalho, mas também para toda e qualquer avaliação que se pretenda fazer da filosofia wundtiana, devendo, portanto, ser analisada mais detalhadamente. Em primeiro lugar, é interessante aqui notar que Wundt admite que a irreduzibilidade das perspectivas genética e

sistemática deve servir de fundamento para a divisão geral da filosofia em doutrina do conhecimento e doutrina dos princípios: a primeira compreendendo a lógica e a teoria do conhecimento, a segunda, a metafísica geral e a especial (filosofia da natureza e filosofia do espírito) (p. 53-54). Ora, desta divisão geral resulta uma divisão de tarefas que aparentemente contradiz a afirmação anterior de Wundt, segundo a qual a filosofia é fundamentada pelas ciências particulares, mas não as fundamenta. Isso acontece porque a lógica e a teoria do conhecimento são nitidamente concebidas como disciplinas que orientam e regulam a atividade filosófico-científica. Essa aparente inconsistência na própria definição wundtiana de filosofia desfaz-se rapidamente, se lembrarmos aqui aquela duplicidade de sentido que o termo ‘filosofia’ apresenta na obra de Wundt. Muitas vezes ele utiliza os termos ‘filosofia’ e ‘metafísica’ de forma intercambiável, quando quer apenas enfatizar o objetivo último de toda atividade filosófica, que é a elaboração de uma visão coerente de mundo. É apenas neste sentido mais restrito que aquela afirmação sobre a relação entre a filosofia e as ciências empíricas é válida. Se não fosse assim, todo o empreendimento de sua *Logik* – enquanto investigação dos fundamentos gnosiológicos e metodológicos do conhecimento científico – seria um contra-senso.

Essa aparente inconsistência na definição de filosofia proposta por Wundt deve também ser considerada à luz daquele *Zeitgeist* pós-hegeliano já referido anteriormente, segundo o qual as ciências particulares deveriam se libertar de velhos preconceitos e sistemas metafísicos. É exatamente por isso que, no caso específico de Wundt, embora a metafísica constitua o último nível do saber humano, ela tem que estar baseada na experiência científica. Essa preocupação excessiva de Wundt em demarcar a novidade de sua metafísica em relação ao antigo ideal que ele quer superar acaba fazendo com que ele muitas vezes identifique a filosofia com a metafísica, desconsiderando as outras disciplinas filosóficas.

Desfeita, pois, a contradição, podemos concluir seguramente que, na perspectiva de Wundt, só faz sentido falar em uma fundamentação filosófica da psicologia em termos da doutrina do conhecimento (*Erkenntnislehre*) – que inclui a lógica e a teoria do conhecimento –, mas não em termos da doutrina dos princípios (*Prinzipienlehre*), ou seja, da metafísica. É exatamente por isso que, para dar sustentação à nossa tese central, vamos restringir nossa análise, a partir da seção seguinte, a essa parte de sua filosofia.

3.2– A idéia de uma lógica e uma teoria geral do conhecimento

A tese central de nosso trabalho afirma que o desenvolvimento do projeto de uma psicologia científica de Wundt só pode ser adequadamente compreendido se levarmos em consideração sua evolução filosófica, sobretudo o amadurecimento de seus pressupostos gnosiológicos. No capítulo anterior, mostramos como as investigações lógico-filosóficas que Wundt realizou sobre a física convenceram-no do equívoco representado pelo “ontologismo” e levaram-no a adotar uma posição mais crítica em relação ao conhecimento em geral, influenciando decisivamente as alterações que ele efetuou na base teórica de sua psicologia. Agora, trata-se de explicitar como seu princípio gnosiológico fundamental – a saber, o antiontologismo – evoluiu em direção a uma teoria geral do conhecimento, que por sua vez servirá de fundamento para o estabelecimento definitivo de seu projeto psicológico.

O primeiro passo de nossa análise deve ser então mostrar o que Wundt entende por uma teoria do conhecimento. Considerando que estamos aqui diante de um conceito – muito mais do que uma palavra – típico do século XIX (Köhnke, 1981), convém analisar a idéia que lhe serve de sustentação no caso específico de Wundt.

Já em seu discurso de posse na Universidade de Leipzig – em que confirma o seu programa geral de filosofia esboçado no ano anterior –, Wundt reconhecia a necessidade de uma teoria do conhecimento como parte fundamental de seu empreendimento filosófico. Seu objetivo central seria o de evitar as velhas confusões entre lógica e ontologia:

“Por isso cabe à teoria filosófica do conhecimento traçar as fronteiras entre aquilo que é dado ao nosso pensamento e aquilo que este acrescenta por conta própria, e verificar até onde as influências lógicas no interior da experiência são justificadas e a partir de quando elas começam a se arvorar de um direito que não as compete. Estamos aqui diante de um domínio, em que a filosofia pode retroagir proveitosamente sobre as ciências da experiência, complementando-as e corrigindo-as.” (UEP, 21)

Essa passagem é significativa por duas razões. Primeiro, porque representa uma época bastante anterior ao seu sistema maduro de filosofia, mas que mostra claramente a continuidade entre as reflexões oriundas dos *physikalischen Axiome* e o núcleo central de seu programa filosófico. Em outras palavras, o antiontologismo é, de fato, o ponto de partida do sistema wundtiano. Em segundo lugar, porque indica que, desde o início, a teoria do conhecimento tinha uma função ao mesmo tempo propedêutica e legisladora sobre as ciências empíricas, o que está em perfeito acordo com aquela divisão geral da filosofia apresentada na seção anterior.

Levando em consideração ambos os aspectos acima mencionados, não deve causar surpresa o fato de que a *Logik* seja a primeira obra madura de filosofia que Wundt produziu – o primeiro resultado concreto de seu programa filosófico. Pois já no título encontra-se a primeira indicação de que há uma estreita relação entre lógica e teoria do conhecimento: trata-se de uma investigação sobre os princípios do conhecimento e dos métodos da pesquisa científica (L_1). Mas

é, porém, na introdução desta obra que Wundt explicita a natureza específica da relação. Afirma ele:

“A lógica científica se apresenta finalmente como uma *parte* da filosofia. Pois a filosofia procura resolver os problemas *comuns* às ciências particulares, sendo esses problemas de dois tipos: eles referem-se em parte ao conteúdo geral do saber e em parte aos seus fundamentos e às normas de seu desenvolvimento. A metafísica se ocupa com o *conteúdo do saber*. ... Assim como a metafísica tem que apresentar o resultado do saber, a *lógica* o faz em relação ao *processo* do saber, os caminhos que conduzem a ele, e os recursos de que o pensamento humano dispõe. Entre a lógica e a metafísica poderia ser concedido à teoria do conhecimento uma posição autônoma intermediária, como aquela disciplina que deve investigar os fundamentos do saber – não o seu conteúdo ou o seu método – e determinar seus limites. Mas a teoria do conhecimento revela, assim, a mais íntima relação com a lógica, pois ela deve acima de tudo verificar os próprios métodos e normas lógicos em relação a sua origem e sua certeza. ... Por este motivo parece impossível, pelo menos do ponto de vista prático, apresentar separadamente os domínios da teoria do conhecimento e da lógica científica. Se dermos então à lógica esse sentido mais geral, ela e a metafísica são as duas partes da filosofia teórica ” (L₁, I, 6-7 – ênfase no original)

Vemos aqui então que a lógica, entendida em um sentido geral, isto é, não só como lógica formal, engloba a teoria do conhecimento, que deve se ocupar com os fundamentos e os limites do mesmo. No entanto, alguns anos mais tarde, Wundt amplia o alcance do termo ‘teoria do conhecimento’, tornando-o ainda mais próximo do que anteriormente tinha chamado de lógica geral, como fica claro na passagem a seguir:

“A teoria do conhecimento constitui junto com a lógica formal a ciência da lógica no sentido mais amplo e próprio da palavra. Mas a teoria do conhecimento tem que descrever não o

desenvolvimento histórico, mas sim o desenvolvimento lógico do conhecimento. Ela consiste essencialmente, portanto, em uma aplicação das leis lógicas do pensamento tanto à gênese psicológica de nossos conceitos de mundo quanto ao desenvolvimento histórico do conhecimento científico do mundo. Desta forma, a teoria do conhecimento divide-se em uma parte geral e uma especial: a primeira, a teoria geral do conhecimento, investiga as condições e os princípios gerais do conhecimento: a segunda, a teoria do método, ocupa-se da aplicação destes princípios à pesquisa científica. Através desta aplicação a teoria do conhecimento coloca-se imediatamente em estreita ligação com as ciências particulares, na medida em que as considerações da teoria do método, por um lado, sempre se apóiam na metodologia científica especial, e, por outro lado, intervêm normativamente muitas vezes sobre a mesma.” (UEW, 51)

A conclusão óbvia que daí podemos extrair é que, assim como no caso do termo ‘filosofia’, os termos ‘lógica’ e ‘teoria do conhecimento’ também são empregados por Wundt em sentidos diferentes, dependendo do contexto em questão. De qualquer forma, mesmo que apareçam formalmente separadas, lógica e teoria do conhecimento são indissociáveis na análise gnosiológica de Wundt. E é antes nesse sentido de uma investigação geral dos princípios lógicos e gnosiológicos do conhecimento científico – muito mais do que em uma sistematização dos métodos de investigação científica – que a *Erkenntnistheorie* de Wundt adquire relevância especial para nossa interpretação. Ora, somente se pudermos demonstrar a existência de uma relação de dependência entre essa teoria do conhecimento e sua teoria psicológica é que seremos capazes de justificar aquela afirmação que introduzimos nos últimos parágrafos da seção anterior, segundo a qual a filosofia também fundamenta as ciências particulares – e, portanto, a psicologia –, ao invés de apenas ser por elas fundamentada, como algumas vezes somos levados a crer a partir de algumas afirmações isoladas do próprio Wundt. Voltando a empregar o termo ‘lógica’

ainda naquele seu sentido mais geral, que engloba a teoria geral do conhecimento, ele explicita a questão:

“... a lógica e a metafísica são, assim, as duas partes da filosofia teórica. Mas a lógica é aquela que está em relação mais estreita com as ciências particulares. No caso da metafísica, esta relação é unilateral: ela tem que aprender com a pesquisa empírica, ao passo que esta última não precisa levar em consideração as exigências metafísicas na reunião dos fatos e na construção de hipóteses temporárias. No caso da lógica, por outro lado, a relação se dá na forma de uma total interação: a partir dos procedimentos do pensamento e da pesquisa realmente empregados ela abstrai seus resultados gerais; mas esses resultados ela transmite às ciências particulares como normas obrigatórias, às quais ela acrescenta simultaneamente sólidas determinações sobre a certeza e os limites do conhecimento, sem os quais a pesquisa particular abandona facilmente o solo seguro de seus trabalhos para se perder ou em dúvidas infundadas ou em uma metafísica imatura” (L₁, I, 7-8)

Tendo evidenciado então o sentido e o papel que a teoria do conhecimento ocupa no projeto wundtiano de filosofia, podemos passar agora à análise propriamente dita de seus pontos principais.¹¹⁵

3.3- Do pensar (*Denken*) ao conhecer (*Erkennen*): a evolução lógica do processo de conhecimento

O passo preliminar às considerações propriamente gnosiológicas de Wundt é uma análise do pensamento. Mas por que começar pelo pensamento? Segundo Wundt, “em nosso pensamento

¹¹⁵ Convém aqui lembrar que nossa investigação inclui apenas os aspectos da teoria wundtiana do conhecimento que são relevantes para a fundamentação de sua psicologia científica. Afinal, o objetivo do presente trabalho não consiste em discutir sua teoria do conhecimento em si mesma, mas em mostrar como ela serve de fundamento para seu projeto psicológico.

está encerrado todo conhecimento de nós mesmos e do mundo fora de nós” (SP₁, 38). Não há, pois, conhecimento sem a atividade do pensamento. É exatamente por isso que toda filosofia deve se deparar inicialmente com a seguinte questão: em que consiste esta atividade? Nesse sentido, fica aqui mais uma vez explícita a influência do espírito geral do idealismo alemão, pelo menos em seu aspecto formal. A esfera subjetiva é não apenas o ponto de partida, mas também o pólo privilegiado na análise da experiência, embora isso não signifique a negação da objetividade, como ficará claro mais adiante.¹¹⁶

O pensamento possui, segundo Wundt, três características fundamentais, que estão intimamente relacionadas aos três distintos aspectos da vida mental. Ele é uma atividade: 1) subjetiva, na medida em que se refere à dimensão do sentir (*Fühlen*); 2) autoconsciente, quando considerado em relação à vontade e ao querer (*Wollen*); 3) relacional, no que diz respeito ao representar (*Vorstellen*).¹¹⁷ O aspecto essencial aqui, contudo, é a unidade desses três domínios, como fica claro na seguinte passagem:

“Aquela observação geral, segundo a qual o representar, o sentir e o querer são apenas diferentes lados ou propriedades de nossa vida interna unitária, encontra sua validade também no estudo do *pensamento*. Todo ato de pensamento consiste em certas representações, que, seja isoladamente seja em suas ligações, contêm simultaneamente sentimentos. Além disso, todo pensar é um querer. Os atos de pensamento não nos são dados da mesma maneira que as percepções externas dos sentidos ou as imagens mnêmicas que ascendem de forma livre e espontânea. Ao contrário, nós os sentimos imediatamente como ações produzidas por nós mesmos. Ainda que seus elementos

¹¹⁶ No entanto, deve-se ressaltar que, em Wundt, essa subjetividade não adquire um caráter propriamente transcendental, na medida em que tende a considerar o *a priori* apenas em termos psicológicos, como vimos anteriormente (ver seção 3.5).

¹¹⁷ Vale aqui lembrar que Wundt não aceita de forma alguma essa tripartição da vida psíquica no sentido da psicologia das faculdades, mas apenas como três lados de um único e mesmo processo, que são separados somente pela nossa abstração. Nesse sentido, o pensamento não seria um processo especial, sobreposto a esses três, mas somente o modo pelo qual esses processos conscientes se interligam (p. 39).

possam se apresentar, em parte ou no todo, espontaneamente, a maneira pela qual nós encadeamos esses elementos é sempre um ato imediato de nossa vontade. Entretanto, nenhum desses elementos pode, em si mesmo, servir como característica distintiva do pensamento.” (p. 41-42)

Em que pese, porém, essa unidade do ato de pensar, Wundt vai privilegiar em sua análise apenas o atributo relacional do pensamento, que se refere à ligação entre as representações. É essa dimensão, segundo ele, que o distingue qualitativamente de outros processos psíquicos e que revela a sua influência no processo do conhecimento (p. 45).

O próximo passo na análise do pensamento diz respeito às suas formas, diretamente ligadas ao domínio das representações. Wundt afirma que, na sua evolução ao longo da vida mental, o pensamento tem sempre como base a intuição sensível, que consiste num todo composto por vários elementos (representação). A partir dessa base, o que ele faz é unicamente analisá-la (separando-a ou relacionando-a) de diferentes maneiras, que em última instância podem ser reduzidas a duas formas básicas: juízos e conceitos, sendo que os últimos pressupõem o trabalho dos primeiros (p. 46-48). Independentemente, portanto, do seu grau de complexidade, todo pensamento poderia ser reduzido, em última instância, a conceitos e juízos.

Mas essas formas fundamentais do pensamento, por sua vez, pressupõem uma atividade lógica comparativa anterior, que é constitutiva de todas elas. Essa função comparativa opera, por sua vez, de três formas distintas: assimilação das concordâncias, reconhecimento das diferenças e relação de dependência. São essas três funções lógicas, segundo Wundt, que revelam aquilo que ele chamou de as três leis fundamentais do pensamento: o princípio de identidade (identificação de objetos pela suas características concordantes), o princípio de contradição (contraposição de objetos pelas suas características discordantes) e o princípio de razão (*Satz vom Grunde*)

(estabelecimento de dependência entre objetos cujas propriedades se modificam de forma relacional) (p. 72-88).¹¹⁸

Tendo em vista o desenvolvimento constante do pensamento em direção a formas mais complexas, o princípio de razão vai desempenhar aí um papel especial, na medida em que ele vai se transformar em um princípio de unificação geral de nossos processos de pensamento. E é exatamente nesse momento que ele deixa de ser uma lei psicológica para se tornar uma lei gnosiológica, como afirma Wundt:

“... o princípio de razão transforma-se, assim, em um princípio de *unificação geral de nossos processos de pensamento*, através do qual nós procuramos colocar qualquer novo ato de pensamento que executamos em relação de dependência com outros, esses, por sua vez, com outros, e assim indefinidamente. Com essas expansões, o princípio de razão deixa de ser uma *lei do pensamento* e transforma-se em uma *lei do conhecimento*. Ele extrapola as limitadas comparações que encontram sua expressão nas leis lógicas mais simples, na medida em que, como princípio último do pensamento *comparativo*, ele se apresenta simultaneamente como primeiro princípio do pensamento *fundamentador*. Mas é exatamente ao pensamento fundamentador que nós atribuímos o nome de *conhecimento*.” (p. 88-89 – ênfase no original)

É importante notarmos aqui essa duplicidade de sentido que o princípio de razão adquire no sistema wundtiano, a saber, um psicológico e outro gnosiológico. Pois é essa diferença que vai marcar a mudança no nível da análise empreendida por Wundt. Através do princípio de razão, Wundt faz a passagem do plano psicológico para o plano gnosiológico propriamente dito. E como

¹¹⁸ Deve-se enfatizar que essas leis fundamentais são ao mesmo tempo lógicas e psicológicas, na medida em que só existem aplicadas às representações concretas (p. 82).

veremos mais tarde, essa escolha do princípio de razão como princípio máximo do conhecimento terá conseqüências importantes para a sua teoria do conhecimento.¹¹⁹

Essa análise preliminar do pensamento revela claramente também que Wundt admite uma precedência do pensamento sobre o conhecimento. E é enfatizando este ponto que Wundt inicia então sua análise propriamente gnosiológica, ao afirmar que o conhecimento em sentido estrito é apenas um estágio mais evoluído da atividade geral de pensar:

“O pensamento refere-se imediatamente apenas a nossas representações. Todo conteúdo do pensamento consiste em representações, que são postas em relação entre si. Está fora de questão para o pensamento enquanto tal saber se as representações correspondem a objetos e se nas ligações de idéias voltam a ocorrer interações dos objetos. É no aparecimento desses pressupostos que o pensar se eleva à condição do *conhecer*. Todo conhecimento é, pois, um pensamento, ao qual se conecta a convicção da realidade de tais objetos e de relações objetivas, que correspondem ao conteúdo representacional dos pensamentos.” (p. 90 – ênfase no original)

É fundamental compreendermos aqui que essa antecendência do pensamento em relação ao conhecimento só vale para os contextos nos quais Wundt utiliza o termo ‘conhecimento’ para designar um estágio em que a separação entre sujeito e objeto já foi efetuada. Pois ele pode referir-se também ao estado originário de nossa condição epistêmica, no qual a separação ainda não existe. Originariamente, segundo Wundt, haveria uma perfeita unidade entre o pensar e o conhecer, pois a representação e aquilo que é representado são uma única e mesma coisa. Essa unidade originária significaria simultaneamente uma unidade entre o pensamento e o ser, que

¹¹⁹ Wundt se mantém fiel aqui aos *physikalischen Axiome*, em que já havia afirmado a centralidade do princípio de razão no desenvolvimento do conhecimento humano (ver seções 2.3 e 2.5).

todo conhecimento posterior buscará, sem sucesso, reencontrar (p. 91).¹²⁰ Nessa segunda acepção do termo, portanto, o pensamento reflexivo seria posterior ao conhecimento, na medida em que funda a própria diferença entre sujeito e objeto do conhecimento e evolui para formas cada vez mais complexas de atividade psíquica.

Embora reconheça a existência desse estado originário de unidade entre representação e objeto – chamando-o de conhecimento ingênuo (p. 92) – Wundt o exclui de sua análise gnosiológica, uma vez que, depois do desenvolvimento de nossa forma reflexiva de conhecimento, não é mais possível voltar a esse estágio epistêmico primitivo. Trata-se de uma abstração lógica. Entretanto, esse marco zero do conhecimento, por assim dizer, deve permanecer como pressuposto para toda a análise posterior, a fim de evitar o grande erro da velha teoria do conhecimento, que até então vinha se repetindo: o pressuposto de que representação e objeto são originariamente distintos entre si (p. 104). Todo conhecimento, de acordo com Wundt, desenvolve-se em direção a uma forma reflexiva, que opõe o objeto da representação à própria representação. Mas essa separação é, uma vez mais, apenas uma operação conceitual, sendo que na realidade não há separação entre objeto e representação, na medida em que é impossível pensá-los independentemente um do outro. É o pensamento que, através de abstrações, começa a refletir sobre as diferentes características do objeto-representação (*Vorstellungsobjekt*) originário.¹²¹ A tarefa da teoria do conhecimento então é, partindo desse ponto, analisar os

¹²⁰ Wundt parece não perceber que, ao postular uma identidade originária entre ser e conhecer, acaba reintroduzindo em seu sistema uma forte tese ontológica, que contraria seu preceito gnosiológico básico, a saber, o anti-ontologismo. Como ele mesmo não justifica satisfatoriamente a introdução desse estado epistêmico originário, somos obrigados a ver aí uma flagrante incoerência teórica.

¹²¹ Para caracterizar a conteúdo epistêmico daquele estado originário acima mencionado, Wundt utiliza o termo ‘*Vorstellungsobjekt*’, que preferimos traduzir por ‘objeto-representação’ ao invés de ‘objeto da representação’. O importante aqui é resguardar o sentido original do termo, centrado na igualdade entre objeto e representação. Sendo assim, a expressão ‘objeto da representação’ revela-se inadequada, uma vez que denota um privilégio da representação sobre o objeto, que inexistente no conceito original.

diferentes caminhos que o pensamento trilha ao longo do seu desenvolvimento, alcançando formas cada vez mais complexas de conhecimento:¹²²

“Com isto, está claramente indicado o caminho de nossa investigação. O objeto, do qual ela parte, é o objeto-representação, com todas as propriedades que imediatamente lhe pertencem, especialmente, portanto, a de ser um *objeto real*. Nós temos inicialmente que justificar as condições que levam o pensamento em parte a corrigir as características deste objeto originário, e em parte a suprimi-las, para chegar desta forma ao *conceito* de um objeto que é considerado como diverso da representação, mas, ao mesmo tempo, como o fundamento real da mesma. Em seguida, deverão ser considerados os motivos através dos quais o pensamento é levado, em consequência dessa diferença descoberta entre o conceito e a representação, a construir idéias de objetos que não podem ser realizados em nenhuma representação; e, finalmente, terão que ser provados o valor do conhecimento e a possível realidade de tais idéias.” (p. 107 – ênfase no original)

Seguindo o programa acima apresentado, Wundt postula a existência de três estágios na evolução do conhecimento: 1) o conhecimento perceptivo (*Wahrnehmungserkenntnis*), relacionado à vida cotidiana; 2) o conhecimento intelectual (*Verstandeserkenntnis*), ligado à atividade científica; 3) o conhecimento racional (*Vernunftserkenntnis*), concernente à reflexão filosófica. Essa classificação, contudo, não implica, segundo ele, nenhuma referência à antiga doutrina das faculdades da alma e nem uma separação rígida entre os três domínios, uma vez que há freqüentemente um intercâmbio entre eles:

“Nós incluímos as transformações dos objetos-representação originários no domínio do *conhecimento perceptivo*, quando elas acontecem já nos processos perceptivos tradicionais, sem

¹²² Wundt se mostra aqui fiel àquela divisão de tarefas da filosofia, apresentada na seção anterior, ao indicar claramente que a perspectiva a ser adotada pela teoria do conhecimento é a genética, e não a sistemática.

os recursos e os métodos da formação científica dos conceitos. Por outro lado, atribuímos ao *conhecimento intelectual* aqueles complementos e aperfeiçoamentos no conteúdo e no nexos das representações, que são empreendidos através de uma *metódica análise lógica*, apoiada, quando necessário, por recursos especiais da observação e da análise das percepções. Finalmente, nós resumimos sob o nome de *conhecimento racional* aqueles esforços do pensamento que têm como objetivo reunir em um todo o conjunto dos nexos isolados apreendidos pelo conhecimento intelectual. Ou seja, a partir dos elementos individuais do conhecimento do mundo, que as percepções e o intelecto produziram em trabalho conjunto, criar uma visão de mundo que indique o lugar de cada um desses elementos. Logo, pode-se caracterizar também os três estágios entre si de tal forma, que o conhecimento perceptivo pertença à *vida prática*, o conhecimento intelectual à *ciência particular* e o conhecimento racional à *filosofia*.” (108-109 – ênfase no original)

O conhecimento perceptivo consiste fundamentalmente em uma síntese das sensações, que forma um conteúdo perceptivo espaço-temporal, e em uma análise deste conteúdo em termos de objetos individuais. Mas o aspecto relevante para nossa investigação é a diferenciação do sujeito em relação a esses objetos, na medida em que isso vai ter implicações concretas para a fundamentação da psicologia. Segundo Wundt, a autodiferenciação de um sujeito pensante – que só é possível pela participação conjunta da vontade e do sentimento nos objetos-representação originários – está ligada a experiências de movimento, que são decisivas para a constituição dos objetos independentes:

“Desenvolve-se, assim, já na esfera do conhecimento perceptivo, a representação de uma interação entre o sujeito e os objetos, na qual a atividade e a passividade são sentidas imediatamente apenas pelo sujeito, mas são então necessariamente transferidas também aos objetos, na medida em que o efeito da própria atividade dirigida para o exterior é concebido como passividade do objeto, e a ação do objeto sobre o sujeito como atividade do primeiro. Essas representações, retiradas

inicialmente da esfera do agir e dos movimentos exteriormente visíveis, são então transferidas, através de relações evidentes, ao comportamento teórico de ambos entre si. O objeto tem que agir sobre o sujeito, para ser por ele representado.” (p. 138)

Ainda nesse primeiro nível do conhecimento, desenvolve-se um outro processo fundamental, a saber, a divisão da percepção em imediata e mediata. A seguinte passagem, embora longa, merece ser aqui reproduzida:

“Constrói-se, assim, na experiência prática da vida a idéia de que existem objetos fora de nós, que em sua essência são idênticos às nossas representações, e de que esses objetos, agindo sobre nós, produzem não apenas as representações que lhes são idênticas, mas também sentimentos e excitações voluntárias, sendo esses últimos, porém, apenas subjetivos e, portanto, não existentes nas coisas fora de nós. Os sentimentos que acompanham todo ato perceptivo são pressupostos, pois, *uma única vez*, a saber, *em nós*, ao passo que as representações, *duas vezes, tanto em nós quanto fora de nós*. Se a isso se acrescenta o conhecimento de que também as representações podem existir ocasionalmente apenas em nós, sem um objeto exterior que lhes corresponda, e de que, portanto, seriam necessárias características especiais, unicamente a partir das quais nós *inferimos* que as representações em nós correspondem simultaneamente a objetos, resulta daí uma separação de todos os fatos da percepção em *mediata e imediatamente dados*.” (p. 140 – ênfase no original)

A passagem do conhecimento perceptivo para o conhecimento intelectual, que pressupõe essa divisão da experiência, coincide com o momento em que os objetos externos passam a ser conhecidos somente através de conceitos. Isso acontece, segundo Wundt, porque a representação, ao perder sua identidade com o objeto, passa a ser apenas um símbolo ou sinal subjetivo de um

objeto real, que a partir de agora só pode ser determinado conceitualmente (p. 152-153). E é exatamente por isso que este conhecimento vai receber o nome de intelectual: “A propriedade de pensar os objetos e suas relações nós chamamos de *entendimento* (ou intelecto – acréscimo meu)” (p. 154).

O momento principal desse segundo estágio do conhecimento humano é o surgimento da atividade científica. Na medida em que o entendimento vai tratando os eventos externos como objetos de um conhecimento conceitual e o conteúdo subjetivo da percepção como objeto de um conhecimento intuitivo, surge a necessidade de elaboração dessa experiência. Segundo Wundt, são três os problemas que daí decorrem: 1) a investigação das formas possíveis de conhecimento, segundo as leis do pensamento; 2) a elaboração das representações objetivas em termos de um sistema de conhecimento objetivo, mediato ou conceitual; 3) elaboração dos conteúdos da consciência em termos de um sistema de conhecimento subjetivo, imediato ou intuitivo. Para cada um desses problemas deve haver uma ciência diferente:

“À primeira destas tarefas corresponde a *matemática* como ciência geral da forma, à segunda, a *teoria da natureza* como ciência real da experiência objetiva, e à terceira, a *psicologia* como ciência real da experiência subjetiva. Essas três disciplinas fundamentais, como surgiram a partir do desenvolvimento histórico da ciência, revelam-se também do ponto de vista do conhecimento intelectual como as três ramificações necessárias do problema do conhecimento, exigidas pelas condições do pensamento e da experiência.” (p. 178 – ênfase no original)

Mas o pensamento não se satisfaz com esse nível de conhecimento. Como já apontamos anteriormente, Wundt defende a idéia de que o pensamento vai sempre procurar reencontrar aquela unidade originária da experiência, que foi perdida com o advento da reflexão. Nesse

sentido, surge uma necessidade interna – comandada sobretudo pelo princípio de razão enquanto princípio máximo do conhecimento – de relacionar todos os conhecimentos particulares em uma totalidade coerente, o que acaba levando à criação de idéias transcendentais (infinito, Deus, alma, etc.) que ultrapassam toda e qualquer possibilidade de experiência. O conhecimento intelectual se depara então com questões que extrapolam sua esfera de resolução, na medida em que sua função é apenas ordenar a experiência em conceitos, o que o torna limitado ao que é dado (p. 179-182).

É nesse ponto que o pensamento atinge seu último estágio de evolução, que Wundt denominou conhecimento racional – isto é, a sua metafísica propriamente dita –, cuja função primordial é fundamentar a totalidade das relações encontradas pelo conhecimento intelectual.¹²³ Para tanto, ele não pode se limitar ao que é dado na experiência; ao contrário, ele busca fundamentá-lo através de pontos de vista que complementam tanto os fatos empíricos quanto os conceitos formados a partir deles. Por isso, para marcar uma nítida diferença entre os dois tipos de construções conceituais, é melhor, segundo Wundt, caracterizar esses pontos de vista como idéias, e não como conceitos (p. 182).¹²⁴

Surge aqui, porém, uma questão: se o pensamento pode ultrapassar todos os dados da experiência e chegar a formular essas idéias transcendentais, como é possível distinguir as formulações válidas das inválidas, se não podemos mais recorrer ao critério empírico? Wundt se

¹²³ Vale aqui ressaltar que subjacente a essa noção de metafísica está um otimismo exagerado em relação aos resultados efetivos das ciências particulares, que reflete a tendência epistemológica hegemônica do século XIX. Nesse sentido, Wundt é um filho legítimo de sua época.

¹²⁴ Ao conceder à metafísica o privilégio negado às ciências particulares, a saber, o de poder formular idéias sobre a realidade última do mundo, extrapolando, assim, o que é dado na experiência, Wundt parece uma vez mais estar contrariando sua perspectiva anti-ontológica. Nesse caso, contudo, seria possível apresentar uma justificativa coerente para esse aparente deslize teórico. Embora não a tenha formulado explicitamente, está implícita no pensamento de Wundt a diferença entre “boa” e “má” ontologia. Ou seja, uma boa tese ontológica só pode ser fornecida por uma metafísica amadurecida, que tem como base sólida os resultados estabelecidos pela ciência, ao passo que todas as afirmações ontológicas prematuras, oriundas de uma época em que a filosofia ainda estava divorciada da investigação científica, devem ser rejeitadas. Essa seria a única forma, a nosso ver, de justificar aquele privilégio concedido à metafísica no contexto específico do sistema wundtiano.

vê então obrigado a lançar mão de mais um postulado e a reconhecer o caráter hipotético dessas construções da razão:

“Mas certamente poderemos exigir que tais pressupostos não entrem em contradição com quaisquer elementos do conhecimento real, que, ao contrário, eles possam se mostrar como as suposições adequadas para o nosso respectivo estágio de conhecimento e que melhor correspondem à necessidade de unidade da razão. Deve-se reconhecer que se trata aqui primordialmente de um domínio de hipóteses *permanentes*.” (p. 200 – ênfase no original)

Se o uso de hipóteses é indispensável a todas as ciências particulares, por que não o seria também na metafísica? Se Wundt pretende ser coerente com seus próprios princípios, ele tem que admitir que se trata de um único e mesmo processo em questão. E é exatamente isso que ele reconhece, quando afirma que, “na verdade, ambos os tipos de construção de hipóteses surgiram da mesma necessidade de unidade de nosso pensamento” (p. 201). Além disso, a metafísica, assim como a ciência, ocupa-se principalmente com o real, na medida em que tenta apreendê-lo. A diferença está somente no nível de elaboração.¹²⁵

Estes são os três momentos fundamentais da gênese lógica do conhecimento humano, de acordo com Wundt. No entanto, essa primeira análise só inclui o movimento geral de formação do ato de conhecer. Resta ainda conhecer a evolução lógica de seus elementos, sem os quais não podemos compreender a obtenção real de conhecimento.

¹²⁵ Embora a metafísica wundtiana, pelo fato mesmo de ser uma elaboração *a posteriori* dos resultados das ciências particulares, esteja excluída de nossa análise, não podemos deixar de notar sua marcante presença na principal obra psicológica de Wundt, a saber, os *Grundzüge*. Da primeira à quarta edição, as considerações finais representam sempre um retorno às questões metafísicas ligadas à psicologia – sobretudo no que diz respeito à natureza da mente e sua relação com o corpo –, que Wundt procura responder com base nos resultados empíricos de suas investigações (GPP₁, 858-863; GPP₂, II, 441-464; GPP₃, II, 531-554; GPP₄, II, 626-648). E nas duas últimas edições, essas discussões se ampliaram de tal forma, que Wundt resolveu publicá-las separadamente, em edição especial, sob a forma de livro (NWP₁, NWP₂).

3.4– Conceitos e princípios fundamentais do conhecimento

Após termos evidenciado a noção wundtiana de uma teoria do conhecimento e a evolução do pensamento em direção ao ato de conhecer, é preciso agora especificar os conceitos e princípios que, segundo Wundt, estariam na base de qualquer elaboração científica de nossa experiência. Assim, estamos preparando o terreno para o capítulo seguinte, onde demonstraremos como os princípios fundamentais de sua psicologia estão aqui fundamentados.

Inicialmente, é importante recordar que o objetivo último de Wundt é apresentar uma análise do conhecimento científico, que envolve tanto o nível das ciências particulares (conhecimento intelectual) quanto o da filosofia (conhecimento racional).¹²⁶ Por isso, ele utiliza muitas vezes o termo ‘conhecimento’ apenas nesse sentido mais restrito, para indicar a elaboração científica da experiência comum – seja pelas ciências seja pela filosofia. Nas páginas seguintes, vamos restringir ainda mais o sentido daquele termo, dedicando-nos exclusivamente ao caso das ciências particulares.

A característica central do conhecimento intelectual, para Wundt, é que nele os objetos e suas relações são pensados através de conceitos (SP₁, p. 154), que ele chamou de “conceitos do entendimento” (*Verstandesbegriffe*) (p. 217). Nesta classificação estão englobados, porém, desde os conceitos empíricos até os abstratos.¹²⁷ Entretanto, o que nos interessa aqui especialmente são os três conceitos que Wundt chamou de “conceitos puros da realidade” (substância, causalidade e finalidade), já que são eles que possibilitam a constituição das ciências empíricas.

¹²⁶ Não devemos nos esquecer que, para Wundt, a filosofia também é uma ciência, que difere das ciências particulares apenas no modo em que trata a experiência (SP₁; UEW).

¹²⁷ As quatro classes de conceitos admitidas no sistema wundtiano são: conceitos empíricos particulares (*empirische Einzelbegriffe*); conceitos gerais da experiência (*allgemeine Erfahrungsbegriffe*); conceitos de relação (*Beziehungsbegriffe*); conceitos puros do entendimento (*reine Verstandesbegriffe*), que se dividem em conceitos puros da forma (*reine Formbegriffe*) e conceitos puros da realidade (*reine Wirklichkeitsbegriffe*). A denominação desta última classe parece-nos, contudo, inadequada, uma vez que, como veremos a seguir, esses conceitos “puros” do entendimento surgem a partir da experiência.

Na primeira edição de sua *Logik*, Wundt afirma que o conceito de substância constitui o problema mais geral que as ciências empíricas colocam para a teoria do conhecimento (L₁, I, 409). Daí a necessidade de precisar o significado deste conceito para a atividade científica.

A estratégia que Wundt vai empregar para resolver o problema da substância é a mesma que ele havia utilizado nos *physikalischen Axiome*, o que mais uma vez demonstra a continuidade entre seu primeiro tratado filosófico e seu pensamento maduro do *System*. Trata-se, em primeiro lugar, de mostrar a origem empírica do conceito em questão, apontando, em seguida, os equívocos cometidos pelos sistemas metafísicos, até chegar, finalmente, à solução do problema através de uma restrição semântica daquele conceito.

O ponto de partida de sua análise é a constatação de que o conceito metafísico de substância – entendido aqui como “fundamento dos fenômenos dados na experiência” (SP₁, 267) – carrega consigo duas determinações antagônicas: 1) a substância é pensada como fundamento da experiência, não podendo, pois, ela mesma ser dada na experiência; 2) a substância é pensada como um ser que em si mesmo é real, em contraposição ao fenômeno, que é apenas um produto modificado desse real. No primeiro caso, trata-se de um conceito hipotético que é acrescentado à experiência real, enquanto que, no segundo, de uma determinação da própria realidade subjacente ao mundo fenomênico. De acordo com Wundt, todos os sistemas filosóficos (racionalismo, empirismo, transcendentalismo) tentaram – cada um ao seu modo – resolver essa contradição inerente a este conceito. Entretanto, não alcançaram sucesso porque todos eles tinham um falso pressuposto em comum, a saber, o de que representação e objeto são originariamente diferentes entre si (p. 268-269). Como vimos na seção anterior, Wundt parte do pressuposto de que há um estado originário de indiferenciação, que antecede a separação entre representação e objeto. E muito embora esse estado não possa ser dado na nossa experiência, é necessário postulá-lo:

“Esse objeto-representação originário, enquanto objeto empírico puro, é, portanto, uma simples idéia. Ao mesmo tempo, é o único ponto de partida possível para a investigação do mundo real dos conceitos, pois a direção na qual devemos procurar este ponto de partida é claramente indicada pelo fato de que temos, em primeiro lugar, que retroceder na experiência real até o ponto em que a modificação pelo pensamento tenha se tornado a menor possível, para então abstrair também as influências ainda restantes. É completamente equivocado, por outro lado, escolher como ponto de partida conceitos que em si mesmo já são o resultado de uma análise lógica levada até o limite máximo da sua abstração.” (p. 219-220)¹²⁸

A partir daí, Wundt argumenta então que o conceito de substância não é originário, mas sim uma abstração lógica de nossa experiência ordinária, que depende da formação anterior dos conceitos gerais da experiência, sobretudo o de ‘coisa’. A idéia de uma coisa corpórea seria formada, segundo ele, a partir da constatação feita pelo pensamento de que, apesar de todas as modificações possíveis de seus estados, o corpo possui uma permanência relativa (mas nunca absoluta), como, p.ex., no caso da água e seus três estados. No entanto, isso só se torna possível se certas condições de nossa intuição do espaço e do tempo forem dadas na experiência:

“Mas em todos esses casos, nós transferimos para a coisa particular exatamente o mesmo tanto de permanência que ela possui na experiência. Por isso, a coisa, de acordo com a experiência e também com o seu conceito, não é permanente, mas sim mutável. E não é o acréscimo de um conceito, estranho ao próprio objeto, que nos leva a pensá-la em seus diversos estados como *uma*

¹²⁸ É oportuno ressaltar novamente que Wundt não fundamenta de modo satisfatório esse postulado de um estado originário de indiferenciação. Ora, se a própria experiência, que deve ser o guia das elaborações gnosiológicas, não nos permite retroceder até esse ponto inicial, que papel ele pode desempenhar na crítica wundtiana à hipótese da separação originária entre sujeito e objeto? Da forma como Wundt o apresenta, não temos qualquer motivo para adotá-lo em detrimento da concepção rival. Uma saída possível seria apelar para o plano metafísico, como Wundt parece inadvertidamente fazer, mas isso equivaleria a reintroduzir pela porta dos fundos as afirmações ontológicas prematuras que ele próprio queria eliminar da teoria do conhecimento, o que representaria uma contradição (ver nota 120).

coisa, mas sim sua *autonomia espacial* dada imediatamente na experiência e a *constância espaço-temporal de suas modificações ...*” (271 – ênfase no original)¹²⁹

Mas se no conceito de ‘coisa’ está dada a dimensão apenas relativa de algo que permanece, como chegamos à idéia de uma permanência absoluta, que é totalmente metafísica? De acordo com Wundt, é o próprio interesse da razão em encontrar uma unidade incondicionada nos fenômenos que serve de impulso para a abstração lógica que vai gerar o conceito metafísico de substância (p. 172). Mas entre ‘coisa’ e ‘substância’ há ainda um elo intermediário fundamental nesse movimento de abstração da experiência, que é a formação do conceito de ‘ser’ (*Sein*) e de sua tripla determinação: 1) o ser como algo dado em oposição ao nada (*Nichts*); 2) o ser como algo real em contraposição à aparência (*Schein*); 3) o ser como algo absolutamente permanente em contraste com o devir (*Werden*). E como último passo desse movimento de abstração, o ser precisa ser pensado como fundamento do próprio devir. É somente então, segundo Wundt, que temos a passagem para o conceito de substância como produto da reflexão filosófica (p. 273-276).

O grande problema nessa antiga elaboração metafísica do conceito de substância está no fato de que ela acabou levando a um beco sem saída. Wundt refere-se aqui tanto à concepção de infinitude da substância em B. Spinoza (1632-1677) quanto à simplicidade das mônadas de G.W. Leibniz (1646-1716). Embora ambas sejam vistas como os únicos desenvolvimentos conseqüentes e, portanto, necessários da idéia de uma substância permanente, ambas se mostram insatisfatórias. No primeiro caso, a própria noção de infinitude transcenderia os objetivos do conhecimento científico (tanto intelectual quanto racional), uma vez que estaria ligada a uma concepção religiosa do mundo. No segundo caso, a idéia de uma substância simples como força

¹²⁹ Wundt já tinha estabelecido esses mesmos critérios na primeira edição de sua *Logik* (L₁, I, 413).

ativa (mônada) que produz as modificações no mundo implica a própria modificação da substância – na medida em que ela também produz a modificação de seus estados internos –, contradizendo assim o pressuposto central da permanência absoluta (p. 277-278).

Wundt vê nesse desenvolvimento natural do pensamento a fonte de seu próprio erro. A reflexão filosófica parece aí ter dado um passo injustificado na determinação do conceito de substância, como ele questiona na seguinte passagem:

“Pode o nosso pensamento, contudo, na medida em que ele isola o conceito de ser para deixar aparência e devir a cargo de outras construções conceituais complementares, adquirir o poder de produzir também um substrato permanente daquele ser, substrato este que precede todo fenômeno e é estranho a todo devir? É possível, com todas essas separações e posteriores reuniões de conceitos que levaram, p.ex., à formação do conceito de substância em suas diversas formas, afirmar algo sobre a realidade das coisas?” (p. 279)

Não se trata, porém, de desprezar os sistemas metafísicos e de jogar fora todas as suas eventuais contribuições para a compreensão científica do mundo. É preciso reconhecer o fato histórico, afirma Wundt, de que foi primeiro na filosofia que surgiu a necessidade de uma concepção unitária dos fenômenos. Além disso, todas as ciências particulares nasceram da filosofia e retiraram dela suas suposições gerais, que possibilitaram a exploração da experiência. Trata-se apenas de inverter o sentido desta relação entre ciência e filosofia, cabendo a esta última uma reelaboração do conceito de substância a partir da determinação científica fornecida pelas ciências empíricas (p. 281-283). É, pois, nas determinações concretas do conceito científico de substância – e não nas suas abstrações metafísicas antigas – que devemos procurar a solução para a questão da substancialidade.

Se acompanharmos a evolução das ciências naturais, segundo Wundt, veremos que, embora ainda haja algumas controvérsias relativas a hipóteses particulares, seu conceito de substância, representado pelo conceito de ‘matéria’ – entendido como o fundamento absolutamente permanente dos fenômenos – foi extremamente bem sucedido, ao ponto de não poder mais ser colocado em questão (p. 283-285). Mas cabe aqui a pergunta: se a matéria em si mesma também não pode ser objeto de experiência, uma vez que esta nunca nos dá objetos absolutamente permanentes, o que diferencia a concepção científica da metafísica?

Wundt reconhece que a abstração que dá origem ao conceito científico de substância é exatamente a mesma que está na base do antigo conceito metafísico. O lugar que, na formação deste último, ocupavam as noções de ‘ser’ e ‘devir’, é tomado agora, na ciência, pela matéria e sua causalidade. Mas aqui também estamos operando apenas com determinações do pensamento, nunca com objetos separados ou propriedades separáveis na realidade. Entretanto, como a ciência natural ocupa-se exclusivamente de objetos da experiência externa e suas relações, seu conceito de substância está livre da contradição presente naquelas concepções ontológicas mencionadas anteriormente, a saber, de que a substância seja pensada como permanente e, ao mesmo tempo, esteja embutido em sua causalidade um princípio de modificação interna (p. 286-288). Desta forma, o conceito de substância na ciência natural estaria devidamente fundamentado. Wundt resume assim sua conclusão:

“Assim, nas hipóteses das ciências naturais sobre a matéria, a contradição entre substância e causalidade, que nos conceitos ontológicos de substância da filosofia permanece sem solução, é eliminada através do fato de ambas serem aplicadas a lados completamente distintos do evento material pressuposto. Mas isto só é possível, por sua vez, porque a ciência natural se limita, em geral, à consideração das relações externas dos objetos, por meio da qual o conceito de causa se

transforma aí em um simples princípio de modificações externas das relações dos objetos.” (p. 288)

Mas se a ciência natural alcançou esse grau de sucesso, o mesmo não pode ser dito da psicologia, que se ocupa da experiência interna. E o motivo, de acordo com Wundt, é muito simples: as condições para o desenvolvimento do conceito de substância (os objetos e suas relações externas) não estão presentes na experiência interna, de forma que qualquer tentativa de postular uma substância psíquica representaria uma usurpação desse conceito. A aplicação da noção de substância no domínio do sentido interno traz para a psicologia empírica aquela mesma contradição ontológica apontada anteriormente, na medida em que a mente deve ser ao mesmo tempo permanente (enquanto substância) e mutável (enquanto causalidade interna). Em outras palavras, o conceito de substância não pode ser estendido à psicologia porque a causalidade interna de nossa vida mental é incompatível com a permanência absoluta de uma substância também interna. A psicologia deve abandonar, pois, a pretensão de postular uma mente substancial, contentando-se apenas com a busca de relações causais (p. 289-291).¹³⁰

O segundo conceito fundamental do entendimento é o de causalidade.¹³¹ Assim como no caso anterior, não se trata aqui também de nenhuma categoria *a priori*, mas tão somente de uma abstração a partir da experiência.

Wundt toma como ponto de partida aquela mesma distinção entre ser e devir que, segundo ele, está na origem da noção de substância. Ao afirmar que é a partir do conceito de devir que surge o de causalidade, ele pretende mostrar que este último está intimamente relacionado com a idéia de substância. Em outras palavras, é naquela tentativa de compatibilizar a permanência do

¹³⁰ No próximo capítulo, teremos a oportunidade de ver com maior detalhe como tudo isso afetará o conceito de mente proposto por Wundt (ver seção 4.3).

¹³¹ Como mostramos no capítulo anterior, Wundt já tinha se ocupado detalhadamente com a questão da causalidade nos *physikalischen Axiome*. A única diferença é que agora a “dedução” do conceito de causalidade atende a um objetivo distinto, na medida em que está envolvida na exposição de seu sistema de filosofia.

ser com fluidez do devir que Wundt identifica o surgimento da primeira acepção de causalidade, a saber, como uma propriedade inerente à própria substância. Nessa causalidade substancial, a substância é o ser permanente que, ao mesmo tempo, serve de fundamento para todo devir. Assim, nesse seu primeiro estágio de desenvolvimento, o conceito de causalidade encontra-se subordinado ao de substância (p. 292).

Um outro aspecto fundamental que Wundt ressalta nesse estágio inicial do conceito de causalidade é que ele implica a formação do conceito de força. Essa força, entendida como causalidade substancial, passou então a permear todo o aparato teórico das ciências naturais, na medida em que os diversos fenômenos naturais começaram a ser explicados em termos de forças da natureza (gravitação, eletricidade, magnetismo, etc.) (p. 293-294).

Foi, contudo, no interior da própria ciência natural que os primeiros ataques a essa causalidade substancial começaram. Segundo Wundt, a mecânica deu ao conceito de força um novo significado, ao relacioná-lo ao conceito de massa e torná-lo verificável através da medição do choque ou pressão que um corpo pode exercer sobre outro (p. 296-298). Na passagem a seguir, Wundt resume as vantagens trazidas por essa nova concepção:

“Estas considerações mostram que, através dos conceitos de força mecânica e de energia, a causalidade substancial tornou-se insustentável em sua forma antiga, mas que ela de modo algum foi eliminada definitivamente. A força não é nenhuma faculdade eterna em repouso na matéria, a partir da qual surgem continuamente efeitos, sem que ela mesma jamais pudesse ser observada ou medida. Ela consiste somente nesses efeitos ou, no caso de efeitos em direção contrária impedirem a entrada de modificações atuais, na capacidade presente de ação. ... Assim, de uma “qualitas occulta” a força transformou-se no conceito de um evento determinadamente comprovável.” (p. 299)

O passo final na superação da causalidade substancial foi a inversão da relação entre substância e causalidade. No passado, afirma Wundt, o efeito causal da substância era pensado apenas como um de seus atributos. Agora, a causalidade assumiu o lugar central. A substância, representada no conceito de matéria, permanece apenas como o pressuposto necessário para a produção do nexos constante dos fenômenos da natureza, mas ela só nos é dada na própria causalidade destes fenômenos (p. 300).¹³²

Essa inversão na relação entre substância e causalidade produziu, por sua vez, uma alteração na forma de conceber a relação entre causa e efeito, que se tornaram conceitos equivalentes. Com isso, de acordo com Wundt, chegamos finalmente à concepção científica moderna de causalidade:

“Enquanto o conceito originário de causalidade substancial predominou, a substância foi “causa” única e exclusiva: todos os efeitos saíam dela, enquanto que ela mesma, devido à sua permanência, jamais podia ser pensada como efeito. No sentido da ciência natural de hoje, ao contrário, tanto causa quanto efeito são processos naturais: toda causa é propriamente efeito de causas ainda mais anteriores, e todo efeito torna-se, por sua vez, causa de ações mais distantes. Somente agora podem causa e efeito ser comparados quantitativamente entre si.” (p. 301)

É exatamente esse sucesso explicativo no campo da ciência natural que Wundt estava pretendendo estender à psicologia, já que esta ainda se encontrava presa à noção de causalidade substancial, ao admitir sempre uma mente transcendente como substrato de toda experiência interna. Inicialmente, segundo Wundt, foi também o conceito de força que desempenhou um

¹³² Na medida em que a noção de substância, depurada de seus antigos elementos metafísicos, é estabelecida agora como um simples pressuposto gnosiológico, isto é, uma necessidade do pensamento, Wundt mantém-se fiel à sua perspectiva anti-ontológica. Essa passagem confirma nossa suspeita sobre a relação entre o conhecimento intelectual e o conhecimento racional, de acordo com a qual as proibições ontológicas só dizem respeito ao âmbito do primeiro, sendo revogadas em relação ao último, tendo em vista a condição privilegiada da metafísica no sistema wundtiano (ver notas 120 e 128).

papel central na explicação psicológica, levando à formulação da velha teoria das faculdades mentais (*Seelenvermögen*). Assim, cada atividade mental distinta (intelectual, volitiva, emocional, etc.) era vista como a manifestação de uma capacidade daquela mente substancial (p. 294-295).

O grande problema que Wundt via nessa maneira de encarar os fenômenos da experiência interna é a sua incapacidade de fornecer uma explicação satisfatória dos mesmos e sua incompatibilidade com a concepção de causalidade das ciências naturais, como fica claro na passagem a seguir:

“Enquanto se deduzirem quaisquer fatos a partir da causalidade substancial, uma interpretação de acordo com o conceito correto de causalidade está imediatamente excluída: para tudo o que a mente faz, as experiências anteriores podem assumir no máximo o papel de condições secundárias; ela própria, contudo, permanece como “causa primeira”. A experiência interna se dissolve, assim, em um conjunto de efeitos isolados, que jamais podem ser deduzidos um do outro.” (p. 303)

Para sustentar sua posição, Wundt retoma aquela diferença essencial entre a experiência externa e a interna, no que diz respeito à legitimidade de se postular a noção de substância como pressuposto central das investigações científicas. Afirma ele:

“Na consideração da experiência interna, como vimos, faltam todos aqueles motivos lógicos, que na elaboração da experiência externa levaram a colocar, no lugar dos objetos-representação dados imediatamente, um objeto a ser determinado apenas conceitualmente. São exatamente os próprios objetos-representação que, juntamente com os estados subjetivos ligados a eles em sua natureza imediata, formam o objeto da experiência psíquica. E em total acordo com isso, nunca surgem

aqui aquelas contradições entre os fatos da experiência imediata, que têm servido no conhecimento objetivo como controle e correção constantes do conceito de substância.” (p. 306)

Uma vez que a justificativa para a aceitação do conceito de matéria reside na sua permanência e imutabilidade, e como a mente apresenta as características exatamente inversas, não é possível, pois, falar aqui também de uma substância. Para Wundt, o que há de mais estável em nossa experiência interna – a vontade – é acima de tudo uma atividade contínua e incessante. A única solução, então, seria uma vez mais abandonar o conceito de mente substancial na psicologia (p. 309-310). Desta forma, a nova concepção de causalidade – que ele denomina causalidade processual (*aktuelle Kausalität*) – poderia ser estendida a todo o campo da experiência, suprimindo aquela incompatibilidade entre os princípios explicativos de ambas as ciências:

“A assim originada nova forma do princípio de causalidade nós chamamos de *causalidade processual*. Ela abrange o evento mental da mesma forma que o curso dos fenômenos naturais. Ambas as aplicações do princípio diferenciam-se apenas pelo fato de que, como condição constante de toda causalidade natural, deve ser pressuposto um substrato permanente dos objetos naturais, ao passo que, na causalidade mental, que nunca se relaciona a objetos, mas sempre a processos, falta esta condição.” (p. 311-312)

O terceiro e último conceito do entendimento que iremos aqui analisar é o de fim ou finalidade (*Zweck*), que, como os outros anteriores, também não é um conceito *a priori*, mas sim um produto tardio no desenvolvimento da nossa capacidade de reflexão.

De acordo com Wundt, o primeiro estágio lógico do referido conceito está intimamente relacionado ao de causalidade e, por conseguinte, ao de substância. Entendido como uma finalidade substancial – isto é, imanente ao substrato do evento em questão – ele surge como

conceito correspondente à causalidade substancial que vimos anteriormente. No entanto, como a noção de um fim está ligada à de liberdade, ambos os conceitos acabam entrando em conflito, já que não é possível conciliar a necessidade causal com a escolha entre possíveis fins (p. 318-319).

A partir desse momento, diz Wundt, desenvolvem-se duas visões de mundo em franca oposição entre si – a causal e a teleológica – cada uma tentando se estabelecer como a única possibilidade de explicação dos fenômenos da natureza. Entre outros exemplos, aparecem aqui o mecanicismo, por um lado, e o finalismo transcendente de Leibniz, por outro (p. 319-320).

A primeira tentativa de superar esse antagonismo ocorreu, segundo Wundt, com Kant, que introduziu o princípio de finalidade como elo de ligação entre a causalidade mecânica da natureza e a causalidade pela liberdade. Desta forma, ‘causa’ e ‘fim’ tornar-se-iam conceitos coordenados e complementares. Contudo, Wundt critica Kant por este ainda ter ficado preso a um conceito transcendente de finalidade, situando na esfera supra-sensível o fundamento da liberdade humana (p. 320-321).¹³³

Em que pese, porém, sua insatisfação com a solução kantiana, Wundt vê no próprio Kant a saída para o problema, quando este último considera, em alguns casos, a explicação finalista como uma mera inversão da explicação causal: enquanto esta última avançaria da parte para o todo, a primeira retrocederia do todo para a parte.¹³⁴ O que faltou a Kant, segundo Wundt, foi a generalização desta idéia, para que o princípio de finalidade pudesse ganhar o mesmo estatuto explicativo do princípio de causalidade (p. 321). É, pois, na esperança de complementar o trabalho de Kant, que ele vai então efetuar aquela generalização e fundamentar a passagem da

¹³³ Na sua *Logik*, Wundt apresenta mais detalhadamente sua crítica à solução kantiana do problema da finalidade, enfatizando aí a assimetria de ambos os princípios. Na verdade, Wundt quer mostrar que o princípio de finalidade era apenas um princípio auxiliar no sistema de Kant, jamais se igualando em importância com o princípio de causalidade *stricto sensu* (L₁, I, 571-574). Se Wundt tem ou não razão em sua crítica a Kant é algo que infelizmente não podemos discutir aqui.

¹³⁴ Embora Wundt não indique a passagem da obra de Kant à qual ele está se referindo, acreditamos se tratar do parágrafo 65 da Crítica da Faculdade do Juízo (Kant, 1793, B 289-295).

noção de finalidade substancial para a de finalidade processual (*aktueller Zweck*), como fica claro no trecho a seguir:

“De fato, assim que a causa não for mais concebida como uma faculdade ligada a um substrato substancial, mas sim como um *processo* em si mesmo, que deve ser considerado como o efeito de outros processos precedentes, surge a possibilidade de, nesta subordinação de ambos os membros da série causal à mesma categoria lógica, inverter a relação desses membros e, deste modo, transformar a direção *progressiva* da causalidade em uma direção *regressiva*. Como, então, no primeiro caso o evento a ser concebido como efeito é deduzido do evento pressuposto como causa, no segundo o efeito é antecipado como a *finalidade* a ser atingida, depois do que são procuradas as condições que se apresentam como *meio* para a realização desta finalidade. Do ponto de vista da causalidade processual, a consideração da finalidade é, portanto, apenas a reversão da consideração causal. Causa e meio, efeito e finalidade transformaram-se em conceitos equivalentes. A luta de ambos os princípios pelo predomínio chegou, assim, definitivamente ao seu fim.” (p. 322 – ênfase no original)¹³⁵

Mais adiante, Wundt reforça ainda mais seu distanciamento em relação à noção tradicional de explicação finalista – que toma a ação humana voluntária como modelo –, ao afirmar que a representação de um fim anterior à ocorrência de processos que o realizam não é a única situação em que o conceito de finalidade pode ser utilizado:

“Não se deve de modo algum estabelecer este (conceito – acréscimo meu) apenas nos casos em que, analogamente às nossas ações voluntárias, uma *representação do fim* preceda uma série de

¹³⁵ Wundt não repetiu aqui um ponto importante nessa fundamentação lógica da equivalência entre explicação causal e teleológica, que ele havia apresentado na sua *Logik*. Segundo ele, trata-se aqui da aplicação do mesmo princípio gnosiológico geral sob duas perspectivas diferentes, porém complementares: “Deste modo, surgem causalidade e finalidade a partir dos dois únicos pontos de vista lógicos possíveis, sob os quais nós podemos aplicar a lei geral do conhecimento a um nexos de eventos. Por isso, o princípio de finalidade (*Zweckprinzip*) deve ser também subsumido ao *princípio de razão*” (L₁, I, 580; L₃, I, 632 – ênfase no original). Nesse ponto, há uma curiosa semelhança com a posição defendida por Schopenhauer, que se refere à motivação e à causalidade externa como duas formas de manifestação daquele mesmo princípio (Schopenhauer, 1847, §§ 20 e 43).

processos. Ao contrário, ele deve em geral ser reconhecido sempre que a análise objetiva de um nexos causal, através da regularidade com a qual certos efeitos finais surgem e das ligações que aparecem entre esses últimos, exigir uma antecipação lógica dos efeitos, que unicamente torna compreensível o próprio nexos das condições causais.” (p. 327 – ênfase no original)

Ao mesmo tempo, porém, em que mostra um otimismo em relação à aplicação do princípio de finalidade, Wundt reconhece a necessidade de estabelecer um critério de demarcação, a partir do qual seja possível julgar a adequação ou não de uma explicação finalista. Nesse sentido, é exatamente aquela idéia de uma explicação causal regressiva que vai servir como guia. A principal preocupação de Wundt aqui é explicar a conformidade a fins (*Zweckmäßigkeit*) objetiva da natureza orgânica, isto é, mostrar que também o organismo e suas atividades podem ser explicados teleologicamente, sem que isso represente um regresso ao vitalismo. Para tanto, Wundt vê na teoria da evolução de Darwin, mais especificamente na idéia de “luta pela existência”, uma pista para a solução do problema. Segundo ele, há naquela teoria a sugestão de que nos seres vivos são liberadas forças volitivas (*Willenskräfte*), que atuam de modo determinante no curso dos fenômenos e cujos efeitos retroativos passam a modificar aqueles mesmos seres.¹³⁶ É, pois, o desenvolvimento gradual e hierárquico da vontade (*der Wille*) nos organismos, a partir daquelas forças volitivas primitivas, que vai garantir a finalidade objetiva na natureza, servindo de critério para a utilização da estratégia teleológica (p. 331-332).¹³⁷

Mesmo após estabelecer a vontade como fundamento da conformidade a fins (*Zweckmäßigkeit*), Wundt se mostra preocupado com os eventuais abusos categoriais, sobretudo

¹³⁶ A própria luta pela alimentação e pela reprodução é encarada por Wundt como a manifestação mais significativa destas forças volitivas primitivas, que evoluem em direção a formas mais complexas da vontade.

¹³⁷ Já havíamos ressaltado no capítulo 1 (seção 1.2) que a apropriação que Wundt faz da teoria de Darwin parece superficial, embora não seja possível aqui avaliar o seu grau de adequação em relação à concepção original. Da mesma forma, não vamos aqui discutir se essa idéia de forças volitivas (*Willenskräfte*) é compatível com a perspectiva nitidamente antiteleológica de Darwin. Seja como for, deve-se ressaltar que esses diversos níveis hierárquicos da vontade vão desempenhar um papel importante na nova proposta wundtiana da continuidade da vida mental entre os organismos (ver nota 161).

nos casos em que há dificuldades de se encontrarem na natureza provas de uma atividade dessa vontade. É preciso, segundo ele, evitar as soluções fáceis – como, por exemplo, o apelo a uma “vontade inconsciente” (*unbewusster Wille*) –, que representam um retorno ao animismo e em nada contribuem para a solução do problema (p. 332-333).

“Deve-se insistir rigorosamente no fato de que a vontade somente deve ser considerada como sólido princípio explicativo de efeitos relativos a fins nos casos em que ela, juntamente com os seus atributos revelados na observação subjetiva ou objetiva, for de fato empiricamente comprovável.” (p. 333)

Como último passo na fundamentação de seu conceito de finalidade – que deve ser entendido como uma ampliação da noção tradicional, na medida em que a estende aos seres orgânicos mais primitivos –, Wundt vê a necessidade de diferenciar a esfera objetiva dos fins (*objektive Zweckmäßigkeit*) da esfera subjetiva das representações de fim (*subjektive Zweckvorstellungen*). Para tanto, ele estabelece uma distinção conceitual entre finalidade (*Zweck*) e motivo (*Motiv*). Sua intenção é mostrar não há uma relação necessária entre os fins objetivos e suas representações subjetivas, mas que, ao contrário, os resultados das ações em grande parte das vezes não coincidem exatamente com o objetivo previamente fixado, o que vai impulsionar o desenvolvimento dos organismos e da vida mental em direção a formas cada vez mais complexas. Wundt viu aí a manifestação de uma lei evolutiva, que ele chamou de princípio da heterogonia dos fins (*Prinzip der Heterogonie der Zwecke*) (p. 336-343).¹³⁸ No entanto, isso não significa que todo resultado de uma ação seja um fim real, como ele mesmo explica no trecho seguinte:

¹³⁸ Como veremos no capítulo seguinte (seção 4.3), esse princípio está diretamente relacionado à idéia wundtiana de causalidade psíquica e desempenha um papel importante na compreensão dos processos mentais superiores.

“Mas esse princípio da heterogonia dos fins certamente não pode ser entendido como se, em geral, todo *efeito* resultante de uma atividade intencional devesse ser considerado como um fim objetivamente alcançado. Pelo contrário, deve-se chamar de *fim objetivo* apenas aquele resultado *que estiver na direção da representação subjetiva do fim, de forma que ele, no sentido da mesma, deva ser reconhecido como relativo a um fim.*” (p. 339 – ênfase no original)

Através desse princípio, Wundt chega à formulação final da sua concepção de finalidade, que ele vê como um alargamento da noção predominante. Diz ele:

“O princípio de finalidade, no sentido mais estrito da palavra, tem lugar sempre que a causa precedente de um evento adquirir o caráter de um *motivo*, isto é, quando esta causa for um *querer* dirigido por uma representação do fim. Somente neste caso, que acontece em todas as formas de causalidade mental e, a partir dela, repercute no mundo natural, a saber, no mundo orgânico, é que uma finalidade *representada* ou *subjetiva* se contrapõe à *atingida* ou *objetiva*. Desta forma, o princípio de finalidade processual conduz a uma ampliação geral do conceito de finalidade: como *resultado objetivo de um fim* pode valer não apenas a realização de um fim previamente representado, mas deve ser reconhecido como tal todo resultado que surja como efeito de determinados motivos subjetivos, *contanto que este efeito pertença à direção geral do fim dada nos motivos*” (p. 340 – ênfase no original)

É exatamente essa estratégia que Wundt vai adotar na investigação dos fenômenos psíquicos, sobretudo no que diz respeito ao domínio dos processos mentais superiores (pensamento, linguagem, etc.) – pertencentes àquela subdivisão da psicologia que ele chamou de *Völkerpsychologie* –, em que a consciência individual encontra-se em profunda interação com a esfera social, modificando-a e sendo por ela modificada, como veremos no capítulo seguinte.

3.5 – Wundt entre Kant, o Neokantismo e o Positivismo

Após essa apresentação dos principais elementos da teoria do conhecimento de Wundt, que vai servir de fundamentação para o capítulo seguinte, queremos agora analisar mais detalhadamente sua orientação filosófica, buscando determinar o lugar de seu pensamento na filosofia alemã do século XIX. Como já foi indicado na introdução do presente trabalho, as interpretações divergem consideravelmente em relação a este ponto.

A primeira questão que se impõe é a da relação entre Wundt e Kant. Não apenas pelo reconhecimento explícito por parte do próprio Wundt da influência da filosofia kantiana sobre a formação de suas idéias, mas também devido ao fato de vários de seus contemporâneos terem visto no seu sistema filosófico uma espécie de filiação a Kant. De fato, não há como negar a influência decisiva deste último nos *physikalischen Axiome* e na crítica de Wundt às ilusões ontológicas, como vimos anteriormente (seção 2.5). Mas teria Wundt, já na sua fase madura, afirmado qualquer tipo de compromisso com o sistema kantiano? Para responder a essa questão, vamos aqui utilizar dois critérios: primeiro, as declarações explícitas de Wundt em relação ao próprio Kant; segundo, o lugar da noção de *a priori* no sistema wundtiano, por ser esta o pilar de sustentação de todo edifício kantiano.¹³⁹

Uma primeira orientação geral pode ser encontrada já no prefácio à segunda edição do *System*. Wundt manifesta aí certa surpresa com algumas resenhas sobre a primeira edição daquela obra, que tentavam, de uma forma que lhe parecia estranha, relacionar seu sistema com o de Kant. Diz ele:

“Na maior parte das vezes, essas apreciações filosóficas de meu trabalho mostravam a relação deste com *Kant* de uma forma que me era freqüentemente estranha. Acontecia de fato que, onde

¹³⁹ Queremos mais uma vez deixar claro que não é possível oferecer aqui uma análise sistemática da relação entre Kant e Wundt. Por isso, vamos nos contentar em indicar somente o quadro geral dentro do qual essa relação deve ser pensada, abrindo o caminho para futuras investigações.

eu acreditava me afastar o máximo possível de Kant, minhas exposições foram interpretadas, por causa da concordância de certas expressões – como “conceitos do entendimento“, “idéias da razão” e outras semelhantes –, como se fossem pura e simplesmente uma ligação com Kant; e que, inversamente, onde eu tinha pretendido continuar a análise crítica da experiência empreendida por Kant, minhas idéias não escaparam à crítica de uma “recaída no dogmatismo”.” (SP₂, x – ênfase no original)

Mas há ainda um outro testemunho do próprio Wundt, que nos parece aqui significativo. Em 1892, pouco tempo após a publicação da primeira edição de seu *System*, ele escreve um longo artigo sobre Kant – intitulado “O que Kant não deve ser para nós?” –, na tentativa de desfazer alguns mal-entendidos de seus intérpretes. Wundt responde assim a pergunta enunciada no título de seu artigo:

“Ele não deve ser para nós um vivente entre os vivos. Nós não devemos aceitar que os pressupostos, sob os quais seu pensar e sentir encontrava-se, foram os mesmos que valem hoje para nós. Nós não devemos, e isso vale para o espaço de um século, recair no erro da escolástica medieval e nos submeter a uma autoridade que já foi e nunca mais será. O próprio Kant inventou para este erro a palavra característica: o *dogmatismo*. Que se possa ser um assim chamado filósofo crítico, mas ao mesmo tempo dogmático, talvez o próprio Kant já o tenha demonstrado em seus últimos anos de vida. De qualquer modo, a primeira escola kantiana o demonstrou.” (WSK, 6-7 – ênfase no original)

Com base nessas duas últimas passagens, podemos já indicar a atitude geral que Wundt, pelo menos a partir do *System* – época em que já é reconhecido como filósofo –, tem em relação a Kant. Trata-se, por um lado, de identificar no sistema kantiano certas idéias que contribuem para uma compreensão mais adequada de certos problemas filosóficos, mas que, no entanto, necessitam de um aperfeiçoamento. Por outro lado, deve-se recusar toda e qualquer forma de

adesão irrestrita às teses kantianas, pois isso, a seu ver, representaria um retorno ao dogmatismo na filosofia. Pode-se dizer, portanto, que Wundt pretendia ser um continuador de Kant – no sentido de explorar questões que ele havia levantado, mas não desenvolvido – como notaram alguns de seus contemporâneos (Eisler, 1902; Petersen, 1925), mas de forma alguma um kantiano.

A melhor maneira de compreendermos o que significa essa continuação daquilo que Kant teria trazido de mais importante para a filosofia é mostrar como Wundt reelabora a noção kantiana de *a priori*, restringindo-nos, contudo, ao domínio da teoria do conhecimento. Em primeiro lugar, no que diz respeito à estética transcendental, Wundt reconhece o grande serviço que Kant prestou ao separar em toda e qualquer percepção uma forma válida *a priori* (as formas da intuição, espaço e tempo) e uma matéria dada na experiência (aquilo que é dado no espaço e no tempo). No entanto, segundo Wundt, sua análise ficou incompleta porque essa separação é um produto de nossa abstração, não sendo nunca dada na experiência. Por isso, ele colocou como um dos principais objetivos de sua teoria do conhecimento a análise dos motivos lógicos que nos levam a efetuar essa separação entre forma e matéria das sensações, completando, portanto, o empreendimento kantiano (WSK, 15-16). Wundt resume assim o resultado de suas investigações:

“Essas diferenciações acontecem de acordo com as leis gerais do pensamento lógico, na medida em que nós, nas modificações da percepção, concebemos o que permanece análogo como análogo, e, o que se modifica, como distinto, de acordo com o princípio de identidade e com o princípio de contradição; e também na medida em que reconhecemos, em toda modificação formal, uma modificação na matéria da sensação ligada à última como consequência, segundo o princípio de razão.” (p. 20)

E logo a seguir, em uma longa passagem, reconhece claramente que esses resultados implicam uma modificação no sentido kantiano do termo ‘a priori’:

“Irá se dizer que, com esta dedução, não o espaço e o tempo em si, mas de fato apenas as funções do pensamento – que levaram à sua separação do conteúdo restante da percepção e, por isso, aos conceitos de espaço puro e tempo puro – seriam reconhecidas como propriamente a priori. Certamente é esse o caso. Mas também não era nosso objetivo tratar a aprioridade do espaço e do tempo como um dogma, para o qual deve ser encontrada uma prova, mas sim testar essa aprioridade e reconduzi-la às suas verdadeiras fontes. ... Assim, o apriori foi sem dúvida transferido para um outro lugar, diferente daquele onde se o tinha procurado. Ele não está nas formas acabadas do espaço e do tempo, como Kant supunha, através de uma meia recaída no apriorismo ingênuo, mas nas funções lógicas que levaram à abstração da intuição pura do espaço e do tempo. Com isto, o apriori é simultaneamente transposto para o lugar em que ele permanecerá existindo para sempre, o único que lhe é legítimo.” (21)

No que diz respeito às categorias, Wundt adota exatamente a mesma estratégia. Ele critica Kant por não ter efetuado uma verdadeira dedução das doze categorias, tomando-as como simplesmente dadas. Partindo do fato de que na nossa experiência nunca são dados conceitos puros separados de um conteúdo intuitivo, Wundt estabelece que a teoria do conhecimento tem como tarefa também fundamental a análise dos motivos lógicos que levam à formação de certos conceitos (p. 25-26).¹⁴⁰ Antecipando já os resultados de sua análise, Wundt reconhece uma vez mais sua ruptura em relação a Kant:

“Caso seja satisfeita essa exigência – de que não são as categorias prontas que estão em nós, mas na verdade apenas aquelas funções do pensamento, a partir das quais, sob certas condições

¹⁴⁰ Como já vimos na seção anterior a “dedução” efetuada por Wundt dos três conceitos principais do entendimento, vamos supor aqui a compreensão prévia dessa sua estratégia.

colocadas pelas intuições, as categorias surgem –, isso não seria então realmente uma perda. Pois somente assim será possível reconduzir distintas categorias a *uma* fonte. E também só assim poder-se-ia com certa razão falar de uma “dedução” dos conceitos originários do entendimento.”
(27-28 – ênfase no original)

Estamos agora em condições de apresentar um esboço geral da relação entre Wundt e Kant. O que fica claro em todas essas considerações é que Wundt não preserva o sentido original que o termo ‘a priori’ possui em Kant. Embora postule que as leis ou princípios do pensamento (identidade, contradição, razão) sejam *a priori*, Wundt entende esse *a priori* em sentido psicológico, ou seja, como funções psíquicas inatas, mas não no sentido de uma condição transcendental (Allison, 1983).¹⁴¹ E mesmo quando fala de funções lógicas *a priori* – querendo mostrar certa proximidade a Kant – ele está entendendo-as no sentido subjetivo, mas não no transcendental. Na verdade, essa interpretação psicológica do *a priori* é um elemento assaz antigo no pensamento de Wundt, como podemos ver nessa passagem de sua aula inaugural em Leipzig, em que discursa sobre a causalidade:

“O impulso de procurar um fundamento dos fenômenos tem, de fato, que estar situado em nós, antes que a tentativa de uma explicação da natureza possa começar. Esse impulso, entretanto, tem sua raiz em nosso pensamento, que se move continuamente do fundamento à conseqüência ou da conseqüência ao fundamento. É o princípio do fundamento do conhecimento, e não o conceito de causalidade, que é, para nós, inato. Neste sentido, podemos dizer que a lei da causalidade surge da experiência e que ela, no entanto, baseia-se simultaneamente nas propriedades originárias de nossa consciência. Da experiência vem a forma especial do nexos dos fenômenos – causa e efeito – , mas a exigência de conceber este nexos como universal e necessário surge da natureza de nosso espírito que conhece.” (UEP, 18)

¹⁴¹ Embora faça uma análise detalhada da noção de *a priori* em Wundt, Winawer-Maliniak (1904, p. 23) se equivoca ao afirmar que ele na maior parte das vezes utiliza o conceito no sentido kantiano.

Na medida em que Wundt não estabeleceu a diferença entre o plano transcendental e o psicológico – que está na base do idealismo kantiano –, é impossível, pois, falar de qualquer continuidade entre seu projeto e o de Kant.¹⁴² Trata-se, ao contrário, de um distanciamento do sistema kantiano, uma vez que todo aquele entusiasmo inicial com a crítica de Kant ao dogmatismo ontológico evoluiu para uma rejeição explícita de suas propostas positivas.¹⁴³ No entanto, sua interpretação da noção de *a priori* dá a entender que ele parece não ter compreendido o idealismo transcendental.

Isso nos leva ao segundo ponto de nossa análise, a saber, a relação entre Wundt e o neokantismo, que já havíamos brevemente indicado no capítulo anterior (seção 2.5), mas que vale aqui retomar e aprofundar. Em termos gerais, não há como negar que o desenvolvimento filosófico de Wundt – especialmente sua preocupação em formular uma teoria do conhecimento como disciplina fundacional – foram certamente impulsionados pelo *Zeitgeist* de um retorno ao criticismo kantiano. No entanto, tendo em vista as distintas e muitas vezes conflitantes manifestações desse movimento neokantiano, é preciso estabelecer as diferenças principais que o separam do pensamento de Wundt.

Em primeiro lugar, queremos reforçar aqui nossa interpretação já indicada no capítulo anterior de que o retorno a Kant efetuado por Wundt – cuja manifestação explícita podemos ver nos *physikalischen Axiome* – deve ser entendido dentro das linhas gerais propostas por Zeller em sua famosa conferência na Universidade de Heidelberg, em que o espírito kantiano é não só louvado, como também fixado como ponto ao qual se deve retornar:

¹⁴² Sem contar que a perspectiva genética, que é um dos pilares do pensamento wundtiano, por si só já impediria uma aproximação entre ambos os pensadores.

¹⁴³ Wundt manteve até o fim esta sua atitude em relação a Kant. Em uma carta dirigida ao kantiano H. Vaihinger (1852-1933), em 1.08.1918, ele escreve: “Você entenderá ... se eu lhe disser que eu nunca fui um kantiano, seja de direita ou de esquerda.” (UAL, NW, Brief 916, p. 1)

“O mérito imortal de *Kant* é o de ele ter retirado a filosofia deste dogmatismo, e de ter não somente trazido de volta a questão da origem e da verdade de nossas representações, mas também de tê-la resolvido de forma mais consistente e mais abrangente do que qualquer um de seus predecessores.” (Zeller, 1862, p. 485 – ênfase no original)

“Mas o começo da cadeia de desenvolvimento, na qual nossa filosofia atual se encontra, é *Kant*, e a realização científica, com a qual *Kant* deu à filosofia um novo rumo, é sua teoria do conhecimento. Todo aquele que quiser aperfeiçoar os fundamentos de nossa filosofia terá que retomar acima de tudo essa pesquisa e novamente investigar, com o espírito de sua crítica, as questões que *Kant* colocou para si mesmo, a fim de evitar, através do contato com a experiência científica do nosso século, os erros que *Kant* cometeu.” (p. 490 – ênfase no original)

Não é só o retorno a *Kant*, porém, que *Wundt* parece tomar de *Zeller* como ponto de referência para suas reflexões filosóficas. Duas outras idéias centrais daquela conferência de *Heidelberg* devem ser levadas em consideração na análise das prováveis influências filosóficas sobre o jovem *Wundt*: 1) a de que a lógica deve ser entendida também como propedêutica para a investigação científica e filosófica, indicando, pois, como as formas corretas do pensamento devem ser aplicadas às investigações concretas de cada área; 2) a de que a teoria do conhecimento constitui o fundamento de toda filosofia, como podemos ver nas seguintes passagens:

“Uma vez que os resultados de qualquer investigação são essencialmente condicionados pelo procedimento utilizado na mesma, é, pois, impossível começar a investigação da realidade com certeza científica, se as formas e condições do procedimento científico não forem de antemão estabelecidas. É exatamente esta, contudo, a tarefa da lógica. A lógica, portanto, enquanto metodologia científica, tem que preceder toda investigação material do real. E isto vale não

apenas para as disciplinas que se ocupam com as áreas particulares do real – a natureza e o espírito humano –, mas também para a metafísica e sua parte mais geral, a ontologia.” (p. 481)

“Mas não se deve procurar o significado da teoria filosófica do conhecimento apenas na sua relação com a lógica. Esta ciência constitui, ao contrário, o fundamento formal de toda a filosofia. É com base nela que a decisão última sobre o método correto na filosofia e na ciência em geral tem que ser tomada. Pois a questão de como proceder para obter idéias corretas é algo que só poderemos julgar de acordo com as condições às quais a formação de nossas representações encontra-se ligada através da natureza do nosso espírito. São essas condições, no entanto, que a teoria do conhecimento deve investigar e depois determinar se e sob quais pressupostos o espírito humano está capacitado para o conhecimento da verdade.” (p. 483)

Ora, não é exatamente essa íntima relação entre lógica e teoria do conhecimento que reaparece na própria concepção de uma “lógica geral” ou “lógica no sentido amplo”, que Wundt (L_1) divide em uma investigação gnosiológica prévia (*Erkenntnislehre*), seguida de uma propedêutica ou metodológica (*Methodenlehre*)? É nesse sentido, pois, da busca de uma nova fundamentação tanto para a filosofia quanto para as ciências particulares, que podemos ver uma aproximação entre o projeto de Wundt e a primeira fase do movimento neokantiano, notadamente sob a influência de Zeller.

Em que pese, porém, essa influência, é importante enfatizar que o próprio Wundt, ainda antes de iniciar o desenvolvimento de seu sistema de filosofia, já via o neokantismo em geral com reservas. Em um dos artigos que publicou no periódico *Mind*, apesar de reconhecer algum mérito individual no trabalho pioneiro de Cohen (1871), ele faz uma dura crítica ao movimento como um todo:

“Entretanto, eu só posso ver o movimento todo, na medida em que seu lema é “de volta a Kant” e não “além de Kant”, como não-histórico e destinado a não ter nenhum futuro, pelo fato de não ver a necessidade de um contínuo desenvolvimento. ... Alguns desses neokantianos cunharam o termo ‘criticista’ para designar seus objetivos na filosofia, e essa distinção é bastante significativa. Quem quer que venha a fazer uma filosofia criticista a partir da crítica mostra claramente que para ele a filosofia crítica tornou-se dogma, e ao tornar-se criticista, ele deixa de ser crítico.” (PIG, 514)¹⁴⁴

Em outras palavras, Wundt via o movimento de retorno a Kant em geral como um retrocesso, um retorno ao dogmatismo escolástico, que impedia o verdadeiro desenvolvimento da filosofia. Nesse sentido, seu lema era “para além de Kant”! Além disso, deve ser também ressaltado que sua opção pelo método genético na filosofia por si só representa uma clara evidência de seu afastamento do pensamento neokantiano posterior.¹⁴⁵ Fora, portanto, daquele movimento inicial de valorização do criticismo kantiano, a relação entre Wundt e o neokantismo propriamente dito deve ser vista em termos de uma nítida oposição.¹⁴⁶

A outra grande corrente da segunda metade do século XIX foi o positivismo, que, a partir da doutrina de A. Comte (1798-1857), assumiu várias formas distintas – às vezes contraditórias – em toda a Europa, especialmente na França, Inglaterra e Alemanha (Simon, 1963). Ao contrário,

¹⁴⁴ Nesta mesma passagem, Wundt identifica J. Bona Meyer (1829-1897) como um dos neokantianos e classifica como reacionária sua proposta de reabilitar, na sua investigação sobre o lugar da psicologia no sistema de Kant (Meyer, 1870), a teoria das faculdades mentais. Logo após a publicação do artigo, Bona Meyer escreve uma carta a Wundt, mostrando a inadequação de seu julgamento a argumentando que suas posições filosóficas tinham, na verdade, muitos pontos em comum: “Eu começo em Kant, mas não paro nele. Eu não sou um kantiano de estrita observância e creio que concordamos bastante em nossa orientação, ainda que possamos chegar a diferentes resultados.” (Meyer, 1877, S. 4) De fato, se Wundt tivesse levado em consideração o livro de Bona Meyer sobre o *Materialismustreit*, em que o autor defende um retorno ao espírito do criticismo kantiano como saída para a disputa (Meyer, 1856), ele teria certamente percebido que Bona Meyer não se adequaria à sua crítica ao neokantismo.

¹⁴⁵ Isso pode ser visto com muita clareza, p.ex., em um texto do neokantiano W. Windelband (1848-1915), fundador da chamada “Escola de Baden”, que defende o método crítico e procura mostrar a inviabilidade da perspectiva genética para a filosofia (Windelband, 1883).

¹⁴⁶ Pode-se falar até mesmo em um desprezo por parte de Wundt em relação ao neokantismo, como fica explícito nessa carta escrita em 19.07.1899 para o psicólogo experimental E. Meumann (1862-1915): “... e os neokantianos, deixe-os por enquanto totalmente em paz! Também deve ter lugar no mundo para a Escolástica, e você não vai conseguir eliminá-la, tampouco quanto eu o posso.” (UAL, NW, Brief 504, p. 2)

porém, de sua atitude em relação ao neokantismo – cujas críticas sempre ficaram na esfera da orientação geral do pensamento, sem assumir nenhuma forma mais sistemática – Wundt adotou contra o positivismo alemão uma posição diferente, dedicando três longos trabalhos ao tema, na tentativa de mostrar sua inviabilidade teórica e dele se distanciar (NKR₁, NKR₂, NKR₃).¹⁴⁷

Conquanto reconheça a existência de diferentes formas de positivismo, Wundt vê em todas elas pelo menos um elemento em comum: em todos os casos trata-se de uma filosofia da realidade (*Wirklichkeitsphilosophie*), uma filosofia realista, que admite unicamente como real – ao mesmo tempo em que coloca como limite para o conhecimento – aquilo que é dado como conteúdo de nossas sensações e percepções (L₃, I, 387-388; EPhi, 247). No que diz respeito à teoria do conhecimento, o que está em jogo é a busca de uma base empírica originária – uma consciência “ingênua”, livre de teorias e preconceitos oriundos da reflexão teórica –, que anteceda e sirva de fundamento para a atividade científica e filosófica, característica de uma consciência crítica (NKR₁ 313-314).¹⁴⁸

É interessante aqui ressaltar que, embora nunca tenha admitido para sua filosofia o rótulo de positivista, Wundt se mostra plenamente de acordo com as premissas básicas e com o objetivo geral daquilo que chamou de “moderno realismo filosófico” (p. 315). O que o separa desses seus contemporâneos é o método escolhido para alcançar aquele objetivo, como ele mesmo anuncia na introdução geral do primeiro artigo:

“A teoria do conhecimento não deve *inventar*, mas sim *encontrar* os princípios do conhecimento.

O caminho correto para isso não é, pois, aquele em que o filósofo se retira para a sua própria consciência, mas aquele em que ele toma o trabalho do pensamento humano, que a ciência coloca

¹⁴⁷ Naquela mesma carta a Vaihinger anteriormente mencionada (ver nota 143), Wundt admite que “a única corrente filosófica moderna com a qual eu polemizei expressamente foi o positivismo, seja na versão de Spencer, Avenarius ou na de qualquer outro.” (UAL, NW, Brief 916, p. 1)

¹⁴⁸ Vale uma vez mais salientar que, assim como nas referências a Kant e ao neokantismo, não se trata aqui de aferir a adequação da interpretação de Wundt em relação ao positivismo, mas tão somente de indicar em que medida ele procurou situar sua filosofia em contraposição a outras correntes de pensamento.

à sua disposição, como fundamento de sua autodeterminação. ... É aquele caminho do realismo ingênuo ao realismo crítico – que se começou de forma totalmente acertada a conceber como o único viável para a teoria do conhecimento – que a própria ciência, em sua história, percorreu. Entretanto, não sem muitos desvios.” (p. 317 – ênfase no original)

É também digno de nota o fato de que, mesmo recusando as principais versões do positivismo alemão como posições equivocadas,¹⁴⁹ Wundt, em tom sempre elogioso, nunca deixa de ressaltar seus méritos e admirar sua iniciativa:

“Se os resultados, aos quais eu chego, são geralmente negativos, pois os caminhos tomados pelas teorias a ser aqui investigadas parecem-me, na maior parte das vezes, equivocados, eu não gostaria, no entanto, de deixar de ressaltar que eu considero aquelas teorias do conhecimento como realizações finas e meritórias.” (ibid.)¹⁵⁰

Em que pese, porém, a existência de um acordo inicial em torno da orientação gnosiológica geral, são as diferenças que aqui nos interessam, pois é somente a partir delas que poderemos precisar melhor não só as especificidades da teoria do conhecimento de Wundt, mas também a sua relação com o positivismo. Como, porém, é impossível aqui apresentar todos os passos envolvidos na análise de Wundt, vamos nos concentrar na sua crítica aos pressupostos do

¹⁴⁹ Nessa série de três artigos, Wundt analisou somente as duas principais formas do positivismo alemão: a “filosofia da imanência” de W. Schuppe (1836-1913) e o “empiriocriticismo” de R. Avenarius (1843-1896) e E. Mach (1838-1916). Posteriormente, incluiu em sua *Logik* também algumas críticas às posições de H. Spencer (1820-1903) e de W. Ostwald (1853-1932). No entanto, isso foi feito de forma um pouco superficial, não seguindo o mesmo rigor daquela análise anteriormente empreendida (L₃, I, 387-397).

¹⁵⁰ Esse mesmo tom elogioso verifica-se também em relação ao positivismo de Spencer. Em uma série de resenhas sobre os principais volumes da “filosofia sintética” de Spencer, Wundt não só admira sua grande erudição e competência – embora recuse igualmente os resultados finais a que ele havia chegado – como lamenta repetidamente o fato de sua obra ser desconhecida na Alemanha (RSp_{e1}, RSp_{e2}, RSp_{e3}, RSp_{e4}).

empiriocriticismo, exatamente por esta oferecer elementos importantes para compreendermos também a questão da fundamentação da psicologia.¹⁵¹

A idéia geral de Wundt é mostrar que a “experiência pura”, à qual Avenarius (1876, 1888, 1890) pretende retornar para tomá-la como base de sua filosofia, é uma invenção metafísica arbitrária, sem uma fundamentação adequada e que, por isso mesmo, inviabiliza o próprio objetivo central do empiriocriticismo enquanto teoria geral do conhecimento.¹⁵² Para sustentar sua tese, ele utiliza dois argumentos fundamentais, que passamos agora a analisar.

Na sua primeira crítica, Wundt refere-se ao axioma fundamental da teoria de Avenarius, segundo o qual todo indivíduo encontra-se originariamente em um meio com vários elementos – incluindo aí outros indivíduos – de forma que tudo o que ocorre deve ser visto como modificação desta condição originária (Avenarius, 1888, vii). Sendo assim, sujeito e objeto jamais poderiam ser pensados separadamente. Wundt afirma que este pressuposto revela-se equivocado tanto como fato psicológico quanto postulado das ciências empíricas. A própria separação entre sujeito e objeto já seria um produto da reflexão humana, não podendo, pois, ser um fato originário que a teoria do conhecimento deva tomar como ponto de partida. Diz Wundt:

“A afirmação de que nós não podemos pensar o objeto de forma alguma sem o sujeito é, portanto – independentemente de se utilizarem diretamente as expressões ‘objeto’ e ‘sujeito’ ou de esconderem-nas atrás do ‘indivíduo caracterizado como eu’ ou do ‘sistema C’ –, um daqueles produtos ilusórios da psicologia reflexiva, que surgem através do fato de que reflexões lógicas sobre o que é realmente dado são confundidas com este próprio. A rejeição completamente acertada da habitual separação – presente na psicologia vulgar e em várias teorias do conhecimento – do objeto-representação unitário em *duas* coisas desde o início distintas entre si, o

¹⁵¹ Embora a crítica de Wundt tenha visado primeiramente à obra de Avenarius, podemos afirmar que ela se estende igualmente à concepção de Mach, já que ele próprio reconheceu a quase identidade entre o seu ponto de vista e o de Avenarius (Mach, 1922, p. 38-46).

¹⁵² O próprio Avenarius admitiu que a sua crítica da experiência pura, enquanto teoria da experiência, poderia ao mesmo tempo ser tratada como uma teoria geral do conhecimento (Avenarius, 1888, p. 7-8).

objeto e a representação, é confundida por ambos os modos de pensar com a suposição totalmente diferente, psicológica e gnosiologicamente insustentável, segundo a qual quando se pensa em um objeto tem que se pensar simultaneamente no sujeito que representa. Mas é exatamente porque nos podem de fato ser dados objetos na percepção, sem o acréscimo de sujeitos, que este acréscimo não é nenhum postulado que deve ser inevitavelmente satisfeito pela ciência.” (NKR₂, 43-44 – ênfase no original)

O segundo pressuposto fundamental do empiriocriticismo é a idéia de que o indivíduo em sua totalidade pode ser substituído pela noção de sistema nervoso, de forma que todo conhecimento humano deve ser compreendido em termos de sua dependência das oscilações deste sistema na sua busca por restaurar o equilíbrio (Avenarius, 1888, p. 34-36). Wundt vê nessa redução dos conteúdos imediatos da experiência às oscilações de certas funções fisiológicas constantes o mesmo equívoco cometido no passado por pensadores como Herbart, que postulavam processos psíquicos transcendentais para explicar a experiência interna (modificação, perturbação e autoconservação da alma, p.ex), com a única diferença que, no primeiro caso, o cérebro pode ser visto, enquanto que a alma, não. Em ambos os casos, porém, estamos diante, segundo Wundt, daquela velha metafísica substancial (NKR₂, 46-48). A seguinte passagem resume bem sua posição:

“O principal é mesmo a questão: onde está então a ‘experiência pura’, que comprova aquelas oscilações e diferenças vitais de ordem diversa, pressupostas pela teoria empiriocriticista, como “variáveis independentes” dos valores dependentes modificáveis de nosso pensar, sentir, saber, etc.? A resposta só pode ser a seguinte: todos aqueles processos são exatamente tão hipotéticos e transcendentais quanto as várias idéias auxiliares de outras hipóteses substanciais da alma.” (p. 48)

Essas duas críticas que acabamos de apresentar são por si só suficientes para sustentar a conclusão que Wundt já havia enunciado na introdução do segundo artigo:

“Eu sou da opinião de que a “Crítica da Experiência Pura” é ainda mais um sistema do que uma crítica, e de que ela, considerada como sistema, é acima de tudo um sistema metafísico, no qual a crítica desempenha um papel relativamente modesto.” (p. 2)

Podemos perceber, portanto, que uma vez mais a metafísica ocupa um lugar central na estratégia argumentativa de Wundt. Partindo do pressuposto de que a elaboração metafísica só pode vir no final das investigações, nunca no começo, ele rejeita o empiriocriticismo exatamente por este estar desde o início comprometido com pressupostos metafísicos insustentáveis.¹⁵³ Essa recusa do empiriocriticismo está, por sua vez, intimamente relacionada à questão da fundamentação da psicologia, como veremos a seguir.

¹⁵³ Somente agora aquela interpretação de Danziger (1979, 1980b) e Leahey (1981) sobre a relação entre Wundt e o positivismo ganha sua fundamentação definitiva (ver nota 18). É precisamente esse ponto que impede uma filiação de Wundt ao positivismo em geral, e não só à versão de Avenarius e Mach. Sua crítica não é à metafísica em si, mas tão somente ao modo de fazê-la. Nem toda atitude antimetafísica, pois, deve ser considerada uma adesão ao positivismo. Nesse sentido, é oportuna aqui a observação de von Kempfski: “A postura antimetafísica pertence à essência do positivismo, mas não é fácil dizer o que ela seja, enquanto não se puder dizer o que é metafísica.” (von Kempfski, 1971, p. 23) Além disso, a crítica de Wundt aos principais representantes do positivismo é um sinal claro de que ele pretende deles se distanciar.

CAPÍTULO 4- O PROJETO FINAL DE UMA PSICOLOGIA CIENTÍFICA

Após termos apresentado os elementos fundamentais da teoria do conhecimento de Wundt, podemos, enfim, passar à última fase de nosso trabalho. Tendo já visto que a ruptura por ele efetuada com relação ao seu primeiro projeto psicológico foi determinada pelo seu amadurecimento filosófico – que o levou a recusar tanto a identidade entre as dimensões lógica e psíquica quanto a noção de inconsciente (ver cap. 2) – é preciso mostrar agora que também a estruturação definitiva de sua psicologia está diretamente ligada ao seu sistema de filosofia. Somente então estaremos em condições de estabelecer definitivamente nossa hipótese central, segundo a qual a psicologia de Wundt é parte integrante de seus interesses filosóficos e encontra aí sua fundamentação última.

Antes, porém, de empreendermos nossa análise propriamente dita, vamos considerar uma objeção natural à nossa hipótese, que pode surgir de uma leitura apressada das posições de Wundt. Dada a sua insistência em dizer que a filosofia não pode se antecipar à experiência, mas deve, ao contrário, tomá-la como fundamento, não estaria ele automaticamente negando a própria possibilidade de se falar em uma fundamentação filosófica da psicologia?

Para responder a essa pergunta, é suficiente retomar o que foi exposto no capítulo anterior (seção 3.2). Não podemos nos esquecer de que Wundt utiliza freqüentemente o termo ‘filosofia’ em dois sentidos diferentes, de acordo com a sua divisão teórica em lógica e metafísica (L₁, I, 7). Sendo assim, é somente quando ele está se referindo à metafísica propriamente dita – que representa na sua concepção o ponto culminante de toda atividade filosófica – que faz sentido recusar a influência prévia da filosofia no estabelecimento das ciências particulares. Se

tomarmos, por outro lado, a filosofia no sentido da lógica ou teoria geral do conhecimento, torna-se imediatamente evidente seu papel na constituição de toda e qualquer investigação científica.

Em um artigo publicado em 1904, em que faz uma distinção entre psicologia empírica e psicologia metafísica, Wundt demonstra claramente sua preocupação em livrar a psicologia de pressupostos metafísicos que a impedem de avançar na compreensão da experiência psíquica, ao mesmo tempo em que admite explicitamente a necessidade de certos princípios gnosiológicos que a fundamentem:

“Eu assinalei anteriormente que tenho sido cuidadoso em afastar de minhas considerações finais todo o tipo de pressuposto ou conclusão metafísica, pois eles não pertencem, segundo penso, a uma abordagem rigorosamente empírica da psicologia. É óbvio, porém, que não se pode dizer o mesmo de certos conceitos *gnosiológicos* prévios. Esses são indispensáveis porque apenas com o seu auxílio é possível uma demarcação segura da psicologia em relação a outras áreas, especialmente à ciência natural.” (EMP, 336 – ênfase no original)

É essa diferenciação estabelecida pelo próprio Wundt que vamos tomar como base para nossa investigação sobre a fundamentação filosófica da psicologia. Em outras palavras, queremos mostrar em que sentido sua teoria do conhecimento serve de fundamento ao seu projeto de constituição de uma ciência psicológica.

4.1- A psicologia entre as *Naturwissenschaften* e as *Geisteswissenschaften*

No segundo capítulo, vimos que a primeira edição dos *Grundzüge*, lançada em 1874, representa o marco inicial da nova psicologia wundtiana. No entanto, só muito mais tarde, depois de concluído seu sistema de filosofia, é que Wundt vai apresentar uma verdadeira fundamentação

de seu projeto psicológico.¹⁵⁴ Isso reforça novamente a tese de que o amadurecimento de sua concepção de uma psicologia científica não pode ser adequadamente compreendido se for desvinculado de seu desenvolvimento filosófico.

Embora já tivesse apresentado na sua *Logik* diversos métodos de investigação psicológica – juntamente com as distintas áreas da psicologia daí derivadas (L₁, II, 482-501) – e, posteriormente, definido o lugar da psicologia no sistema geral das ciências (UEW, 44-48), foi somente em 1896 – em um texto intitulado “Sobre a Definição da Psicologia” – que Wundt apresentou, pela primeira vez, uma discussão sistemática sobre a delimitação do campo psicológico como um todo. A justificativa formal para tal empreendimento ele a encontra na dispersão e na falta de certeza sobre os objetivos e os métodos próprios da psicologia de sua época (UDP, 1-2).¹⁵⁵

A primeira demarcação operada por Wundt diz respeito à relação entre a ciência natural (*Naturwissenschaft*) e a psicologia.¹⁵⁶ É preciso, segundo ele, por questões práticas, recorrer ao vocabulário da tradição filosófica alemã – iniciada por Wolff – que dispõe de um adequado par

¹⁵⁴ Nas três primeiras edições dos *Grundzüge*, que abrangem o período entre 1874 e 1887, Wundt introduz sucessivas modificações na sua delimitação do campo psicológico, sobretudo no que diz respeito à *Völkerpsychologie* (GPP₁, 4-5; GPP₂, I, 4-5; GPP₃, I, 4-6). Isso mostra que, pelo menos até essa data, ele ainda não tinha encontrado uma solução satisfatória para a questão.

¹⁵⁵ Não podemos deixar de considerar aqui a influência de pelo menos dois importantes fatores externos sobre a decisão de Wundt de escrever um longo texto acerca da definição da psicologia. Em primeiro lugar, os dois livros publicados por seu ex-aluno e ex-assistente em Leipzig, O. Külpe (1862-1915), que apresentavam importantes divergências em relação à proposta wundtiana (Külpe, 1893; 1895). Esses dois livros foram decisivos para o surgimento da chamada “Escola de Würzburg”, com a qual Wundt travou uma dura batalha metodológica (UAE, KNA; Bühler, 1907, 1908, 1909). Em duas cartas endereçadas a Külpe, em setembro de 1895, logo após ter lido sua “Introdução à Filosofia”, Wundt aponta algumas das principais divergências entre ambos e anuncia a publicação de um artigo sobre a definição de psicologia, em que ele vai retificar algumas incorreções na exposição de Külpe (UAL, NW, Briefe 387 e 389). Em segundo lugar, a polêmica que se seguiu à publicação do influente artigo de W. Dilthey (1833-1911), em que propõe uma psicologia descritiva em contraposição àquilo que chamou de psicologia explicativa, associada aos psicólogos experimentais (Dilthey, 1894). A principal resposta veio de H. Ebbinghaus (1850-1909), que atacou duramente a proposta de Dilthey, defendendo a legitimidade da perspectiva experimental (Ebbinghaus, 1895). Sobre os detalhes dessa polêmica, ver Lessing (1985) e Rodi (1987).

¹⁵⁶ Wundt utiliza amiúde o termo ‘ciência natural’ (*Naturwissenschaft*) para designar todas as ciências particulares que se ocupam com os objetos da natureza (física, química, biologia, etc.). Não se deve identificar, portanto, nenhuma delas com o todo, que indica o ponto de vista comum a todas elas.

de expressões para designar os fatos próprios a cada uma daquelas ciências. Isso não significa, porém, que o seu significado tenha que permanecer o mesmo:

“Quem se serve hoje das expressões experiência interna e externa não quer designar, de modo geral, nem conteúdos da experiência absolutamente separados nem distintos objetos da experiência. Ele também não quer que ‘externo’ e ‘interno’ sejam tomados ao pé da letra. Ao contrário, ele considera essas palavras, assim como tantas outras, como exemplos daquelas que adquiriram seu caráter através do decurso de seu desenvolvimento semântico. Assim, a ‘experiência interna’ deve designar o conteúdo da experiência imediata e a ‘externa’ o da ciência natural, sem que se pretenda com isso associar qualquer afirmação sobre origem, significado e relação recíproca desses conteúdos da experiência.” (UDP, 9-10)

Desde o início, portanto, devemos estar atentos para a questão central na fundamentação da psicologia wundtiana: quando Wundt fala de experiência interna e externa, ele não pretende de forma alguma demarcar aí domínios ontológicos distintos e incomunicáveis entre si, mas tão somente perspectivas epistêmicas diferentes ou, em suas próprias palavras, pontos de vista heterogêneos de uma única experiência unitária que os transcende (p. 10).¹⁵⁷ Essa definição inicial, contudo, não é por si só suficiente para estabelecer a autonomia da ciência psicológica em relação aos outros campos de investigação científica. É preciso, pois, aprofundar a sua análise.

A distinção entre experiência interna e externa está diretamente associada, para Wundt, a dois outros pares de conceitos opostos, a saber, “imediato (*unmittelbar*) x mediato (*mittelbar*)” e “intuitivo (*anschaulich*) x conceitual (*begrifflich*)”, que reforçam a própria noção de experiência e, por conseguinte, a divisão das ciências por ele proposta.¹⁵⁸ Assim, a *Naturwissenschaft*,

¹⁵⁷ Essa distinção parece ter escapado a Mischel, que interpretou a concepção wundtiana da experiência interna em termos ontológicos, no sentido de “um mundo interno fugidivo, que não possui conexão essencial com fenômenos externos” (1970, p. 21).

¹⁵⁸ É exatamente este ponto que marca a diferença em relação ao projeto psicológico inicial de Wundt. Como vimos no capítulo 1 (seção 1.5), ele já tinha demarcado o campo da psicologia como sendo o estudo da experiência interna,

enquanto ciência da *experiência externa*, fornece um conhecimento *mediato*, *conceitual* do mundo, na medida em que a abstração do sujeito cognoscente para dedicar-se exclusivamente aos “objetos” da natureza exige a formação de conceitos abstratos hipotéticos – como, p.ex., o de matéria –, que nunca podem ser completamente dados na intuição, como afirma Wundt:

“O objetivo da ciência natural consiste, no sentido mais geral, no conhecimento da *realidade objetiva*, isto é, dos objetos, cuja existência real deve ser pressuposta após a abstração das características que lhe foram atribuídas exclusivamente pela atividade subjetiva de representação. Em consequência disso, a ciência natural nunca pressupõe os objetos como eles são imediatamente dados, como reais. Ao contrário, seu modo de conhecer é *mediato* e *conceitual*, na medida em que o objeto que resta, após a abstração de certos elementos da experiência imediata, só pode ser pensado conceitualmente.” (p. 24 – ênfase no original)

A demarcação da psicologia vai se dar exatamente em contraposição à ciência natural. O ponto central da concepção wundtiana está no fato de que a *experiência interna* é, ao contrário da externa, *imediata* – na medida em que não há abstração da atividade do sujeito – e *intuitiva*, dada a ausência de conceitos abstratos. Wundt resume assim sua posição:

“A psicologia desfaz novamente esta abstração realizada pela ciência natural para poder investigar a experiência em sua *realidade imediata*. Ela fornece, portanto, informações sobre as interações dos fatores subjetivos e objetivos da experiência imediata e sobre o surgimento dos conteúdos particulares desta última, assim como de sua relação. A forma de conhecimento da psicologia é, pois, em contraposição à da ciência natural, *imediata* e *intuitiva*, na medida em que a própria realidade concreta, sem a utilização de conceitos auxiliares abstratos, é o substrato de suas explicações.” (p. 12 – ênfase no original)

sem entrar em detalhes sobre as questões ontológicas daí decorrentes. Agora, contudo, associada às noções de experiência imediata e conhecimento intuitivo, a expressão ‘experiência interna’ adquire um sentido bem específico e torna-se um conceito central no pensamento wundtiano.

Vale aqui ressaltar que Wundt, ciente da amplitude semântica do termo ‘intuição’ (*Anschauung*) na filosofia e na psicologia do século XIX, preocupa-se em explicitar o sentido da expressão ‘intuitivo’. Segundo ele, deve-se entender aí aquilo que é concretamente dado em oposição ao que é apenas conceitualmente pensado. Um átomo ou um ponto matemático são, por exemplo, conceitualmente pensados, enquanto que um tom ouvido, um objeto visto ou um sentimento vivido são dados concretamente, ou seja, intuitivos (p. 23).

Com esta definição de ambas as perspectivas, Wundt pretende também abranger a investigação de toda experiência. Ora, se esta última, em cada momento, só pode ser analisada a partir de um dos dois pontos de vista epistêmicos, e se a ciência natural e a psicologia ocupam-se exclusivamente de apenas um deles, então não há experiência possível que lhes escape. Nesse sentido, ambas as ciências, complementando-se, esgotam todo o conteúdo da experiência. Elas são, assim, as duas ciências empíricas mais gerais no sistema de Wundt (UEW).

Nesta demarcação da psicologia há ainda um outro ponto a ser considerado, que diz respeito à tradicional divisão entre ciências da natureza (*Naturwissenschaften*) e ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*), estabelecida principalmente por Dilthey (1883). Wundt também aceita esta divisão geral das ciências particulares, na qual a psicologia ocupa um lugar de destaque. Na medida em que ela se define como a ciência geral da experiência interna (dos processos mentais), ela serve de fundamento para todas as ciências particulares do espírito (filologia, história, etc.), cujos objetos de estudo dependem desses mesmos processos psíquicos (GPP₁, 4; UEW, 44-45; UDP, 26-28).

Com base no que foi exposto na seção 3.3, é possível perceber claramente que a definição geral de psicologia apresentada por Wundt não só está em completo acordo com sua teoria do conhecimento, mas antes a exige como fundamento. Primeiro, a separação entre

experiência interna e externa, que pressupõe a separação entre sujeito e objeto e caracteriza o estágio do conhecimento perceptivo (*Wahrnehmungserkenntnis*), está fundamentada no princípio de que existe uma experiência originária, na qual representação e objeto são uma única e mesma coisa. No entanto, essa experiência permanece inacessível para nós, uma vez que, dado o primeiro passo, o conhecimento não pode jamais retroceder à sua própria origem, o que nos obriga a aceitá-la apenas como postulado gnosiológico.

Em segundo lugar, a constituição de ciências particulares para a investigação científica de nossa experiência, seja interna ou externa, é a característica distintiva do segundo estágio do conhecimento, a saber, o conhecimento intelectual (*Verstandeserkennis*), que está, por natureza, limitado à esfera das contingências empíricas. Assim, a psicologia, por ser uma ciência particular, representa apenas um estágio intermediário na evolução do conhecimento humano e está, por princípio, limitada às contingências da experiência interna, cujas regularidades ela vai procurar encontrar, a fim de contribuir para as elaborações mais elevadas do conhecimento racional, representado pela atividade metafísica. Nesse sentido, o conhecimento psicológico deve ser visto como parte de um processo epistêmico muito mais abrangente, que caminha em direção à elaboração de uma visão geral de mundo. Assim, a própria idéia de uma psicologia científica já está inserida em um projeto filosófico que a antecede e, no plano lógico, a fundamenta.

4.2- As áreas de investigação psicológica

A definição da psicologia como ciência da experiência interna ou imediata não é suficiente para marcar a especificidade do projeto psicológico de Wundt. Dada a complexidade da vida psíquica, ele se vê obrigado a estabelecer uma divisão tanto territorial quanto metodológica, a fim de indicar o caminho a ser trilhado pela investigação psicológica. É nesse sentido que podemos falar em áreas da psicologia, que passamos agora a analisar.

Wundt apresentou a sistematização definitiva de sua psicologia em 1893, na quarta edição dos *Grundzüge* (GPP₄), sistematização essa que permaneceu inalterada até o fim de sua vida.¹⁵⁹

Trata-se da seguinte passagem:

“A *psicologia experimental* e a *Völkerpsychologie* formam, assim, os dois ramos principais da psicologia *científica*. A elas associam-se, como áreas complementares, a *psicologia animal* e a *psicologia infantil*, que procuram solucionar, juntamente com a *Völkerpsychologie*, os problemas de uma história psicológica do desenvolvimento. ... Entretanto, a psicologia animal e a psicologia infantil, devido ao papel que o método experimental nelas desempenha, podem ser associadas à psicologia experimental no sentido mais amplo da palavra. A psicologia experimental no sentido estrito e a psicologia infantil podem ser então agrupadas como *psicologia individual*, enquanto que a *Völkerpsychologie* e a psicologia animal constituem as duas partes de uma psicologia *geral* ou *comparada*.” (GPP₄, I, 5 – ênfase no original)

Nessa classificação da psicologia científica proposta por Wundt há três aspectos relevantes. Primeiro, uma subdivisão da psicologia segundo o método (experimental x *völkerpsychologisch*). Em segundo lugar, uma outra subdivisão de acordo com o campo de abrangência: psicologia individual x psicologia geral (no sentido de coletiva) ou comparada. Por fim, uma clara hierarquia quanto à importância das disciplinas: em primeiro plano, a psicologia experimental e a *Völkerpsychologie*;¹⁶⁰ em segundo plano, a psicologia animal e a psicologia infantil. Tendo tudo isso em vista, tomaremos como base para nossa análise a divisão entre a psicologia experimental e a *Völkerpsychologie*, que são de fato as duas áreas fundamentais da psicologia wundtiana. No que diz respeito à psicologia animal e à psicologia infantil, como têm

¹⁵⁹ Isso pode ser comprovado tanto pela quinta e sexta edições dos *Grundzüge* (GPP₅, I, 5-6 e GPP₆, I, 6, respectivamente) quanto pela quarta edição de sua *Logik* (L₄, III, 160-240), última exposição geral que Wundt apresentou sobre seu sistema psicológico.

¹⁶⁰ Vale aqui reafirmar a impossibilidade de uma tradução fiel do termo ‘*Völkerpsychologie*’ para a língua portuguesa, motivo este que nos levou a optar pelo seu uso no original alemão (ver nota 14).

um papel secundário no projeto wundtiano, elas pouco contribuem para o esclarecimento das questões que ora investigamos.¹⁶¹

Desde a primeira edição dos *Grundzüge*, em 1874, Wundt explicita que sua psicologia fisiológica é uma tentativa de demarcar um novo domínio científico (GPP₁, iii), cuja especificidade consiste na ligação entre a fisiologia e a psicologia. Em outras palavras, a idéia é investigar os pontos de contato entre a experiência externa e a experiência interna, começando pelos processos fisiológicos (p. 1-2). No entanto, essa valorização da fisiologia está sempre subordinada a uma primazia do lado psicológico, como afirma Wundt:

“O nome psicologia fisiológica indica isso, na medida em que ele designa a psicologia como o objeto propriamente dito de nossa ciência, incluindo o ponto de vista fisiológico apenas como determinação aproximada.” (p. 2)

Ao lado desta caracterização inicial, que se dá no plano ontológico (demarcação de uma região de objetos e fenômenos dados na experiência), Wundt se apressa em apresentar uma segunda, tomando como base o plano metodológico:

“Se se quiser colocar o peso principal sobre a particularidade do método, nossa ciência pode ser então distinguida, enquanto psicologia experimental, da doutrina tradicional da alma, fundada puramente na auto-observação.” (p. 3 – ênfase no original).

¹⁶¹ Assim como havia feito em seu projeto inicial (ver seção 1.2, especialmente a nota 19), Wundt também não fornece em seu projeto maduro um tratamento detalhado sobre a psicologia animal. Nas poucas vezes em que tratou mais especificamente o tema (DTP; GDP, VMT₂, caps. 23 e 24), fica claro que sua preocupação é apenas marcar as semelhanças e a continuidade do desenvolvimento psíquico entre os homens e os animais. No entanto, como abandonou a noção de inferências inconscientes, ele se viu obrigado a encontrar um outro elemento de unificação dos processos mentais, que passou a ser os próprios processos básicos da consciência (representação, associação, vontade, etc.).

Essa dupla caracterização apresentada por Wundt evidencia que a psicologia fisiológica pode ser vista tanto da perspectiva de seu objeto quanto de seu método próprio de estudo, a saber, o experimento. Em outras palavras, o adjetivo ‘experimental’ de modo algum esgota o sentido do adjetivo ‘fisiológico’, como pretendem alguns intérpretes de Wundt (Blumenthal, 1979).¹⁶² No entanto, é importante reconhecer que o aspecto metodológico ocupa de fato um lugar privilegiado na psicologia wundtiana – na medida em que a reforma do método é um de seus elementos constitutivos – como fica claro nesta passagem:

“Entre as duas tarefas que estão assim sugeridas no nome da psicologia fisiológica – a *metodológica*, que indica a *utilização do experimento*, e a *complementar*, que se refere aos *fundamentos corporais da vida mental* – a primeira é para a psicologia a mais essencial, enquanto que a segunda tem valor principalmente para a questão filosófica do nexos geral dos processos vitais.” (GPP₃, I, 4 – ênfase no original)

Esse privilégio do método experimental levou o próprio Wundt a utilizar muitas vezes a expressão ‘psicologia experimental’ como substituto para a psicologia fisiológica (AEG). Há, de fato, uma íntima relação entre os limites do método experimental e a delimitação das subáreas da psicologia, como veremos adiante. Não devemos, contudo, confundir os dois planos (o do método e o do objeto). Trata-se de uma diferença sutil, mas importante para as discussões posteriores que iremos empreender no último capítulo acerca da unidade conceitual da psicologia wundtiana.

A psicologia fisiológica, experimental (em sentido estrito) ou individual tem então como objetivo investigar os processos da consciência humana individual, como Wundt afirmou na última edição de sua *Logik* (L₄, III, 160). No entanto, é importante ressaltar que o termo

¹⁶² Wundt manteve até o final de sua vida essa posição, sempre enfatizando a importância do conhecimento de processos fisiológicos para um melhor entendimento dos processos psíquicos (L₄, III, 219-222). Isso ficará mais claro na seção 4.3, quando apresentarmos os princípios teóricos da psicologia wundtiana.

‘consciência’ não designa um tipo de fenômeno mental entre outros possíveis, mas sim a própria totalidade da experiência interna em um dado momento, como fica claro nesta passagem:

“A consciência não é nenhum processo mental ao lado de outros, mas consiste apenas no fato de que nós construímos experiências internas, de que percebemos em nós mesmos representações, sentimentos e movimentos da vontade. Todos esses processos são para nós conscientes, na medida em que os temos; se não os temos, eles não nos são conscientes. ... O conceito de consciência não tem, portanto, nenhum outro significado além de apontar para esse nexos dos processos mentais coexistentes e que se seguem uns aos outros. E o problema da consciência consiste em demonstrar em quais relações recíprocas os fenômenos particulares se colocam para formar nessas ligações e relações o todo de nossa vida mental.” (VMT₂, 255-256)¹⁶³

Não basta, contudo, delimitar o campo de investigação em torno da consciência. É preciso também marcar a particularidade desta investigação. Daí o papel central do experimento. Ora, o que diferencia, aos olhos de Wundt, sua psicologia individual das tentativas anteriores é exatamente o fato dela ter introduzido uma reforma metodológica, estendendo o experimento, ainda que não diretamente, a uma parte significativa dos fenômenos psíquicos.¹⁶⁴ Mais especificamente, trata-se aqui de superar os velhos problemas da introspecção tradicional ou

¹⁶³ Vimos no segundo capítulo como Wundt eliminou de sua psicologia a noção de inconsciente, limitando-a à esfera da consciência. No entanto, só agora, depois da elaboração de sua teoria do conhecimento e da distinção entre experiência mediata e imediata, é que aquela restrição ganha sua fundamentação definitiva. Ora, se a psicologia é a ciência da experiência imediata, ela só pode se ocupar com os fenômenos conscientes, já que são os únicos dados imediatamente para o sujeito. A psicologia, por definição, só pode ser então uma ciência da consciência.

¹⁶⁴ Desde a primeira edição dos *Grundzüge*, Wundt já mostra uma clara consciência de que o método experimental só pode oferecer um acesso indireto à experiência interna, uma vez que está limitado à manipulação e ao controle de suas condições externas (GPP₁, 5; VMT₂, 11; GPP₆, I, 4-5; L₄, III, 168). No entanto, isso não afeta em nada a sua confiabilidade, desde que possamos mensurar as variações dos fenômenos. Em última instância, é a própria condição da consciência, a saber, de que esta se encontra ligada ao mundo externo que a cerca, que vai garantir a validade dos resultados experimentais (UPM, 3-4).

auto-observação pura (*reine Selbstbeobachtung*)¹⁶⁵ e assegurar à psicologia a possibilidade de um acesso mais confiável à experiência subjetiva.¹⁶⁶

O ponto de partida de Wundt é o reconhecimento da impossibilidade real da introspecção, que aparece claramente formulado na primeira edição de sua *Logik*. Assim, ele se mostra plenamente consciente das críticas de Kant e Comte às ilusões do método introspectivo:

“Uma auto-observação planejada, como é recomendada pela maioria dos psicólogos, é apenas uma fonte de auto-ilusões. Pois, como neste caso o sujeito que observa coincide com o objeto observado, é óbvio que o direcionamento da atenção para os fenômenos modifica os mesmos. Além disso, uma vez que em nossa consciência o espaço para muitas atividades simultâneas diminui com o aumento na intensidade das mesmas, tal modificação consiste quase sempre na supressão geral dos fenômenos que se querem observar.” (L₁, II, 482)

A estratégia adotada por Wundt para solucionar o problema é dupla. Em primeiro lugar, ele opera uma distinção conceitual entre observação e percepção, através da qual a singularidade da psicologia em relação à ciência natural fica assegurada. Em segundo lugar, ele defende a adaptação do método experimental a esta singularidade como única forma de garantir à psicologia a máxima confiabilidade possível. Vejamos cada uma dessas estratégias separadamente.

¹⁶⁵ Kant e Comte devem ser considerados as duas fontes clássicas que serviram de referência para a discussão do problema da introspecção na história da psicologia ao longo de século XIX. O problema central pode ser assim resumido: na medida em que não há distinção entre o observador e aquilo que é observado, o próprio ato de observar interfere no processo e altera aquilo que se pretendia observar, invalidando, portanto, o procedimento. Ambos os autores viam na impossibilidade de um método introspectivo um forte argumento contra a possibilidade de uma psicologia científica (Kant, 1786, xi; Comte, 1838, Leçon 45). No que diz respeito ao desenvolvimento das discussões até o século XX, ver, p.ex., Boring (1953), Danziger (1980c) e Lyons (1983).

¹⁶⁶ Vale ressaltar que a reforma metodológica pretendida por Wundt, que já foi discutida na seção 1.1, assume aqui um papel diferente na fundamentação de seu projeto de psicologia, o que justifica sua reinserção em nossa análise. Nos seus escritos iniciais, a tentativa de superar a auto-observação estava primeiramente ligada à necessidade de se alcançarem os processos inconscientes da vida mental. Agora, após ter banido a dimensão inconsciente da investigação psicológica, o que está em jogo é a confiabilidade da observação da própria consciência. Além disso, dada a imaturidade de suas formulações teóricas iniciais, Wundt ainda não tinha se dado conta, naquela época, da impossibilidade de uma observação interna no sentido estrito do termo.

A primeira vez que Wundt tratou de forma mais sistemática o problema da auto-observação foi em um artigo, publicado em 1882, sobre os objetivos da psicologia experimental. É aí que ele estabelece então a diferença entre observação e percepção, que explicaria a impossibilidade de uma auto-observação na psicologia:

“Há uma *percepção* de estados e processos internos, assim como há uma percepção de fenômenos naturais externos. Do ponto de vista lógico, contudo, nós distinguimos propositalmente entre a percepção de um fenômeno natural e a sua observação. A percepção é guiada pelo acaso. Por isso, ela é sempre deficiente e na maior parte das vezes só tem valor na medida em que estimula observações futuras. Na observação, direcionamos nossa atenção para fenômenos esperados, ainda antes que eles apareçam. Nós seguimos de modo sistemático os elementos particulares dos mesmos, fixamos os objetos, quando possível, para que eles resistam à nossa atenção, e recorremos a meios artificiais, que devem auxiliar os órgãos de nossa percepção sensorial. Como algo assim seria possível na percepção interna?” (AEP, 9 – ênfase no original)

Definida então a observação como “um direcionamento sistemático da atenção para os fenômenos” (L₁, II, 482), a situação pode ser assim resumida: 1) em função de não haver uma separação entre observador e aquilo que deve ser observado, esse direcionamento sistemático da atenção não pode ser levado a cabo com sucesso na psicologia; 2) só se pode falar aí em uma percepção interna, no sentido de uma apreensão casual dos fenômenos da experiência interna, que só pode ocorrer posteriormente ao seu surgimento, o que a torna dependente das reproduções nem sempre confiáveis da memória; 3) essa percepção interna não permite, contudo, a construção de métodos mais rigorosos de investigação, o que provoca uma assimetria metodológica entre a psicologia e as ciências naturais, deixando-a em uma situação desfavorável.

Foi exatamente para resolver de uma vez por todas essa situação – e também para esclarecer malentendidos – que Wundt publicou, em 1888, um artigo intitulado “Auto-observação

e Percepção Interna”, em que defende a aplicação do método experimental à percepção interna, aproximando-a da observação científica. Trata-se, em primeiro lugar, de assegurar sua imprescindibilidade para a própria psicologia:

“A percepção interna não precisa ser rebaixada ou tratada de forma suspeita pelo fato de lhe serem negadas as características essenciais da observação. Isso certamente encontraria tão pouca justificativa, pois, na ligação anteriormente descrita com a reprodução, a percepção interna não somente é um recurso indispensável, mas até mesmo o fundamento de toda a psicologia.” (SIW, 299)

O que interessa a Wundt é mostrar que a característica essencial da percepção interna, a saber, a reprodução, ainda que possivelmente distorcida, de processos da experiência interna, pode ser aperfeiçoada através do método experimental, o que daria aos procedimentos de investigação psicológica uma alta confiabilidade:

“Mas com isso não se quer dizer que tal reprodução dos próprios processos internos seja de todo impossível. Ao contrário, minha visão é a de *que ela é possível, mas que o único caminho para torná-la viável é o experimento psicológico*. A auto-observação é realizável, mas o é apenas sob a condição da observação experimental.” (p. 301 – ênfase no original)

No que ele (o psicólogo – acréscimo meu), porém, repete experimental e arbitrariamente um processo percebido inicialmente apenas por acaso e o modifica sistematicamente, no sentido de substituir as condições de seu aparecimento, a percepção inicialmente casual transforma-se em uma observação, na qual as deficiências da percepção interna são superadas ou pelo menos colocadas dentro dos limites mais estreitos possíveis.” (L₄, III, 166)

No entanto, uma vez que o método experimental teve que ser adaptado às peculiaridades da psicologia, a assimetria metodológica acima referida nunca vai poder ser completamente eliminada, pois ela mesma remonta a uma assimetria mais profunda, de caráter gnosiológico. Nesse sentido, o psicólogo, mesmo com as vantagens do método experimental, ainda está em desvantagem em relação ao cientista natural:

“E este é exatamente o ponto em que o método experimental na psicologia prova ser o único meio seguro de observação psicológica. O cientista natural pode retornar à vontade ao seu objeto. O psicólogo, contudo, só pode retornar a um processo interno observado sob certas condições, se ele reproduzir artificialmente as mesmas condições, ou seja, com a ajuda do método experimental.”
(p. 167)

Como fica então resolvido o problema da introspecção na obra de Wundt? A introspecção tradicional ou auto-observação pura (*reine Selbstbeobachtung*) é explicitamente rejeitada, dada a coincidência entre observador e fenômeno observado, que impede o direcionamento planejado da atenção. O processo que nos permite monitorar nossa vida cotidiana é o que Wundt chama de percepção interna (*innere Wahrnehmung*), que consiste unicamente na reprodução mais ou menos fiel de fenômenos da experiência interna. No entanto, dada a influência constante de inúmeras variáveis na construção de nossas representações e a ausência de mecanismos de controle, esse processo não é cientificamente confiável. Não podendo, porém, a psicologia renunciar à percepção interna, que é seu próprio fundamento, a única saída é introduzir o método experimental nesse processo de reprodução de fenômenos psíquicos. Para marcar a diferença entre esse método e a percepção interna casual, Wundt reintroduziu o termo ‘auto-observação’

(*Selbstbeobachtung*),¹⁶⁷ dando a ele uma nova conotação – desta vez positiva –, o que certamente contribuiu para as divergências de interpretação na literatura secundária.¹⁶⁸ Com esta auto-observação experimental, a psicologia estaria, aos olhos de Wundt, em uma condição epistêmica equivalente à das ciências naturais.

Tendo analisado a fundamentação da reforma metodológica que, segundo Wundt, garantiria a cientificidade da psicologia, podemos agora voltar à questão de sua circunscrição. Cabe agora perguntar o que vai ser investigado ou, em outras palavras, o que a psicologia experimental pode abranger. Nesse sentido, Wundt apresenta, em um artigo dedicado aos métodos psicológicos, uma resposta clara, indicando os três eixos centrais de investigação:

“Podemos primeiramente perguntar: quais são os elementos, a partir dos quais todos os integrantes de nossa consciência se compõem, e quais propriedades qualitativas e quantitativas eles possuem? Em segundo lugar, podemos investigar como os elementos se ligam uns aos outros para gerar os estados e processos da consciência realmente dados, que são sempre de natureza complexa. Terceiro, podemos finalmente determinar as relações de coexistência e seqüência, que são em geral normativas para os processos internos.” (UMP, 5)

¹⁶⁷ Wundt utilizou na maior parte das vezes a expressão ‘auto-observação real’ (*wirkliche Selbstbeobachtung*) para designar essa combinação do método experimental com a percepção interna.

¹⁶⁸ Os problemas presentes na literatura secundária podem ser divididos em duas classes. A primeira é composta pelos intérpretes que não leram os textos originais de Wundt e que, na sua maior parte, apenas repetiram a superficial e equivocada interpretação de Boring (1953) – que classificou Wundt como um introspeccionista clássico, além de afirmar que ele teria definido a introspecção como experiência imediata –, fato este que os desqualifica para qualquer discussão séria sobre o assunto. A segunda classe, que nos interessa aqui mais de perto, engloba aqueles autores que, na tentativa de decifrar a posição de Wundt, apresentaram interpretações aparentemente divergentes, mas perfeitamente conciliáveis, desde que tenhamos em consideração as distinções conceituais aqui apresentadas. Danziger (1980c) foi o primeiro a corrigir os equívocos de Boring e a apresentar uma correta interpretação sobre a posição de Wundt em relação à introspecção, embora não tenha notado que o próprio Wundt voltou a utilizar o termo ‘auto-observação’ em um sentido positivo. Já Blumenthal (1985) reconheceu corretamente a aceitação de uma “auto-observação experimental” por parte de Wundt, mas identificou erroneamente a auto-observação pura com a percepção interna, sem notar a importante diferença que existe entre elas. Até aqui, apenas Metge (1980) percebeu os diferentes significados do termo ‘auto-observação’ ao longo da obra de Wundt e a unidade de pensamento subjacente à sua utilização.

De forma ainda mais específica, podemos dizer – respeitando aquela tradicional tripartição da vida psíquica – que esses três eixos dizem respeito tanto à representação quanto ao sentimento e à vontade, como mostram os inúmeros estudos empíricos realizados sob a supervisão de Wundt em Leipzig, boa parte deles publicados nos periódicos *Philosophischen Studien* (1883-1903) e *Psychologische Studien* (1906-1918).

Finalmente, vale ressaltar que, do ponto de vista conceitual, é a psicologia individual que vai servir de orientação para todo o empreendimento psicológico de Wundt. Em outras palavras, os fenômenos psíquicos estudados em crianças, animais e outros povos e culturas devem ser esclarecidos a partir dos processos básicos estabelecidos experimentalmente. Nesse sentido, a psicologia individual poderia ser chamada também de psicologia geral (L₄, III, 161).¹⁶⁹

Passemos agora à análise da segunda área fundamental da psicologia wundtiana – a *Völkerpsychologie* (VP, de agora em diante). Aqui, porém, deparamo-nos já no início de nossa investigação com um fato crucial, que marca uma diferença significativa entre a evolução da psicologia experimental e a da VP: o período de silêncio que separa a publicação das *Vorlesungen* (1863) e a primeira reelaboração sistemática da VP, presente no artigo *Über Ziele und Wege der Völkerpsychologie* (Sobre Objetivos e Rumos da VP), publicado em 1888.¹⁷⁰ Mas qual seria a razão para esse silêncio? Por que Wundt desenvolveu, após a ruptura com a teoria presente nas *Vorlesungen*, primeiro a psicologia fisiológica e todo seu sistema de filosofia, antes de se debruçar novamente sobre os fundamentos da VP? Haveria alguma relação mais profunda entre o abandono da teoria lógica da mente e a nova concepção de VP? E, finalmente, em que medida essa nova VP permite a Wundt restaurar a antiga unidade conceitual de seu projeto

¹⁶⁹ Como veremos logo em seguida, isso não acarreta a perda de autonomia da *Völkerpsychologie*.

¹⁷⁰ Eckardt (1997, p. 85) afirma que o primeiro caderno do volume IV dos *Philosophische Studien*, que contém o referido texto, já havia aparecido em 1886, e que, portanto, a data de 1888 refere-se apenas à publicação do volume como um todo. Preferimos aqui, no entanto, seguir a datação do catálogo geral das obras de Wundt, que estabelece o ano de 1888 (E. Wundt, 1927, p. 18). De qualquer forma, essa eventual diferença de dois anos não afeta em nada o nosso argumento.

inicial? Essas questões, que até hoje não foram devidamente discutidas na literatura secundária, são fundamentais para toda e qualquer discussão sobre a unidade da psicologia wundtiana.¹⁷¹

Para que possamos respondê-las, porém, é necessário investigar os motivos subjacentes ao silêncio, assim como a estrutura fundamental da nova VP.

Quando afirmamos que há um longo silêncio entre as *Vorlesungen* e a primeira exposição sistemática da nova VP, isso não significa de modo algum que o termo ‘Völkerpsychologie’ tenha ficado todo esse tempo ausente dos escritos de Wundt. De fato, está presente, já na primeira edição dos *Grundzüge* (1874), a caracterização da VP como área de investigação complementar à psicologia fisiológica (GPP₁, 4-5). Também não significa que Wundt tenha abandonado durante este tempo todos os temas relativos à VP. Ele não só publicou algumas resenhas (p.ex., RGer, RHer), mas também dois artigos sobre a linguagem (SUD, SDS) – um dos assuntos centrais de sua VP – e o seu tratado de ética, em que considera a VP como porta de entrada para as considerações sobre a moralidade (E, iii). O que estamos afirmando é que não há, até a referida sistematização de 1888, nenhum trabalho de fundamentação da VP enquanto área especial de investigação psicológica. Ou seja, seu estatuto teórico está aí mal definido.¹⁷²

A primeira pista que nos leva à compreensão de toda essa situação está na segunda edição das *Vorlesungen*, publicada em 1892, em que Wundt não só admite ter abandonado certos

¹⁷¹ Embora os principais trabalhos sobre a VP tenham apontado um período de silêncio, não houve ainda uma tentativa de investigar sua relação com o abandono da teoria lógica da mente e, conseqüentemente, com a busca de uma nova unidade para a psicologia (Danziger, 1983; Eckardt, 1997; Jüttemann, 2006; Oelze, 1991).

¹⁷² Uma comparação das distintas denominações e atribuições que a VP recebe neste intervalo é suficiente para ilustrar nossa afirmação. Enquanto nas duas primeiras edições dos *Grundzüge* (1874 e 1880, respectivamente) sua tarefa consiste apenas em estudar os fenômenos compostos da consciência – em contraposição aos fenômenos simples da psicologia fisiológica (GPP₁, 5; GPP₂, I, 4-5) –, nos trabalhos metodológicos do início da década de 1880 ela aparece como antropologia psíquica e/ou psicologia histórica, cujo objetivo específico é interpretar psicologicamente a linguagem, os mitos e os costumes (AEP, 15-20; L₁, II, 491-501). Somente na terceira edição dos *Grundzüge* (1887) é que Wundt não só caracteriza a VP como um complemento à psicologia experimental, mas também delimita seu escopo como sendo os produtos da vida psíquica em comunidade, em contraposição à consciência individual, e afirma a constante interação entre ambos os domínios da investigação psicológica (GPP₃, I, 5). Mas isso só será devidamente esclarecido no referido artigo de 1888.

elementos de sua antiga psicologia experimental, mas principalmente recusa toda a sua VP inicial. Sobre a primeira delas afirma ele:

“Ocorreu, assim, que comecei a considerar este trabalho, já muitos anos antes do aparecimento da primeira edição de minha psicologia fisiológica, na qual eu procurei resolver o mesmo problema de forma mais cuidadosa e dentro de limites mais modestos, como um pecado de juventude. ... Por isso não quero deixar aqui de explicar claramente que eu não considero mais como sendo minhas as idéias da edição anterior que não foram incorporadas nesta nova.” (VMT₂, v-vi)

E no que diz respeito à segunda, ele mostra claramente a diferença nas alterações empreendidas para a segunda edição:

“Além da eliminação das partes antiquadas, a presente edição sofreu ainda em um segundo sentido uma redução essencial. Eu retirei, por princípio, todas as exposições relativas ao domínio da *Völkerpsychologie*, que ocuparam uma grande parte do segundo volume da obra anterior, restringindo, portanto, o conteúdo da nova à *psicologia individual* do homem e dos animais. Na realidade, o material atualmente à disposição da *Völkerpsychologie* é tão rico, e a situação da ciência em relação a todas as áreas aqui consideradas modificou-se tão profundamente, que uma reedição teria que partir de fundamentos completamente novos.” (p. vi-vii – ênfase no original)

Com base nessas passagens, podemos perceber que há de fato uma desproporção, no que diz respeito ao grau da ruptura com seu projeto psicológico inicial, entre a psicologia experimental e a VP, o que por si só poderia explicar o longo silêncio de Wundt. No entanto, há uma outra passagem – desta vez na sua autobiografia – que nos fornece uma informação assaz interessante sobre as questões teóricas envolvidas no problema:

“Particularmente, desde que eu tinha fixado o objetivo, já na primeira edição da psicologia fisiológica, de eliminar o conceito de ‘inferências inconscientes’ – que no fundo esconde a solução real atrás de uma simples palavra – e substituí-lo por processos psíquicos reais, isto é, conscientemente comprováveis, a oposição que as distintas áreas da psicologia tinham formado entre si tornou-se para mim cada vez mais insuportável. ... Por isso, a tarefa de unificar a assim chamada psicologia superior com a inferior surgiu para mim como uma das mais importantes do futuro, ainda mais pelo fato de que eu tinha banido da teoria da percepção sensorial um logicismo, ainda que talvez apenas aparente.” (EE, 224-225)

Estamos agora em condições de responder às duas primeiras questões acima levantadas. Em um primeiro plano, o silêncio está diretamente relacionado à desproporção que acabamos de averiguar. Ou seja, a ruptura com as *Vorlesungen* não abalou tanto a psicologia experimental porque ela estava ancorada mais em dados empíricos do que em interpretações forçadas, de forma que a eliminação dessas últimas não significava necessariamente a eliminação daqueles. Assim, Wundt conseguiu aproveitar muita coisa do material antigo, adaptando-o às suas novas convicções teóricas. Entretanto, o mesmo não foi possível em relação à VP. Aqui a situação era inversa: não só a base empírica era escassa, mas estava subordinada a uma imaturidade teórica, que se refletia em suas generalizações apressadas. Isso nos leva à segunda questão, que concerne à íntima relação entre o abandono da teoria lógica da mente e a reelaboração da VP. Ao recusar a tese do panlogismo mental e a hipótese das inferências inconscientes, Wundt retirou exatamente a base que dava unidade aos processos psíquicos. Por isso, era preciso primeiro reencontrar um elo de ligação entre os processos inferiores e superiores, para que a VP pudesse adquirir seu novo estatuto teórico, o que só aconteceu no referido texto de 1888.

Nossa interpretação, amparada inicialmente nos próprios relatos de Wundt, ganha ainda mais força se retomarmos as indicações sobre a necessidade da VP presentes nos textos que vão de 1874 (1ª edição dos *Grundzüge*) a 1887 (ver nota 172). Tudo o que encontramos nesse período

é a expressão de uma necessidade metodológica, que surge exatamente dos limites do tratamento experimental dos processos psíquicos. No entanto, isso não representa grande novidade, na medida em que já estava colocado nas próprias *Vorlesungen*. O fato mais importante é que, mesmo tendo apontado os futuros objetos de estudo da VP, Wundt se restringiu a algumas investigações particulares, sem discutir a questão da unidade geral do psiquismo, o que demonstra que ele ainda não a havia encontrado. Além disso, as distintas denominações utilizadas para caracterizar a VP (antropologia psíquica, psicologia histórica, etc.) apontam claramente para uma insuficiente demarcação entre a psicologia, a antropologia e a história, que desde as *Vorlesungen* não estavam bem delimitadas.¹⁷³ São exatamente esses problemas que Wundt vai abordar e tentar resolver no seu texto de 1888, que passamos agora a examinar.

Essa nova fundação da VP situa-se em um campo de batalha, cujo tema é exatamente o direito de existência da VP como área autônoma de investigação. De um lado, o pioneiro projeto de Lazarus e Steinthal (1860), ao qual Wundt já havia se referido nas *Vorlesungen* (seção 1.3). De outro, a crítica arrasadora do lingüista H. Paul (1846-1921), que recusa a própria idéia de uma VP como disciplina autônoma, uma vez que as tarefas definidas por Lazarus e Steinthal seriam totalmente absorvidas pela filosofia da história, não havendo justificativa, pois, para a criação de um novo campo do saber (Paul, 1886, 1960⁶). Tomando essa disputa como base, Wundt vai defender uma posição intermediária, a partir da qual ele vai então fundar sua nova concepção de VP. No que diz respeito a Lazarus e Steinthal, ele apresenta duas objeções. Primeiro, a divisão de tarefas proposta por eles (uma VP abstrata, explicativa, e uma VP concreta, descritiva) baseia-se em uma concepção equivocada do trabalho científico.¹⁷⁴ A diferença que pode existir, segundo

¹⁷³ Vale aqui lembrar, apenas como ilustração, que Wundt inclui na sua análise a influência do clima e do ambiente na determinação psíquica (VMT₁, II, 125-126).

¹⁷⁴ Até a segunda edição dos *Grundzüge* (GPP₁, 4-5; GPP₂, I, 4-5) Wundt ainda associava a divisão da psicologia a esta classificação metodológica das ciências (disciplinas explicativas x disciplinas descritivas). No entanto, a partir da terceira edição, além de não reconhecer mais uma nítida fronteira entre ambas, ele também deixa de fundamentar a divisão entre a VP e a psicologia fisiológica ou experimental com base naquele critério (GPP₃, I, 4-5; GPP₄, I, 3-5),

Wundt, é apenas entre o conhecimento de objetos particulares e o conhecimento de processos universais, ou seja, a diferença é de abrangência, mas não de conteúdo, e por isso a estratégia metodológica não pode ser diferente. Segundo, a linha divisória entre a VP e a filosofia da história não está bem demarcada, uma vez que alguns filósofos também buscaram leis gerais do desenvolvimento (como, p.ex., Herder e Hegel), de forma que o campo da VP torna-se desta forma demasiadamente abrangente (UZW, 2-7). Quanto a Paul, Wundt afirma que sua recusa em admitir o direito à existência da VP está ancorada em uma concepção arbitrária e artificial da psicologia, que nada tem a ver com a realidade concreta da vida mental.¹⁷⁵ Segundo ele, a idéia de que o conceito de desenvolvimento (*Entwicklung*) não tem nada a ver com a ciência psicológica – uma vez que esta só deveria tratar de leis mecânicas do espírito (*Geist*) – é uma conseqüência da metafísica herbartiana (uma mecânica imaginária da mente) subjacente à psicologia de Paul, mas que está em franca discrepância com a realidade psíquica, que é um eterno devir. Conseqüentemente, o conceito de lei psicológica, desvinculado da noção de desenvolvimento, soa imediatamente artificial para a psicologia. Pois aqui as leis são em grande parte, segundo Wundt, leis de desenvolvimento (*Entwicklungsgesetzen*) (p. 12-16).¹⁷⁶

Tendo se livrado das objeções de Paul, Wundt retoma então a questão da demarcação da VP, que não tinha sido adequadamente resolvida na proposta de Lazarus e Steinthal. De acordo

fazendo-a segundo a distinção entre processos e produtos, que ele vai apresentar de forma mais sistemática na sua classificação geral das ciências, publicada em 1889 (UEW). A partir da quinta edição, a referência à distinção entre explicar x descrever desaparece por completo. Isso é mais um indício a favor de nossa interpretação, que vê nesse texto de 1888 a primeira expressão sistemática de sua nova VP, que se coloca perfeitamente de acordo com sua nova concepção de ciência. Além disso, reforça nossa tese central de que a sua psicologia madura foi decisivamente influenciada pelo seu amadurecimento filosófico.

¹⁷⁵ Wundt discute também as críticas de Paul ao conceito de mente coletiva (*Volksseele*). No entanto, obedecendo à lógica interna do nosso texto, esse ponto só será tratado na próxima seção (4.3), em que o conceito wundtiano de mente (*Seele*) será esclarecido.

¹⁷⁶ No que diz respeito ao papel das leis na psicologia, isso também será devidamente esclarecido na próxima seção, quando tratarmos do princípio da causalidade psíquica. Já a noção de desenvolvimento é tão importante pra Wundt, que ele chegou a afirmar que a VP é estritamente psicologia do desenvolvimento (*Entwicklungspsychologie*) (EVP, 4). Isso acabou produzindo malentendidos, que o levaram a uma polêmica com seu ex-aluno F. Krueger (1874-1948), que propôs a substituição da VP pela psicologia geral do desenvolvimento (Krüger, 1915). De acordo com Wundt, Krüger não percebeu a especificidade da VP em relação às outras formas de análise psicológica do desenvolvimento (VEP). Sobre aspectos importantes desta polêmica, ver Meischner-Metge (2006).

com Wundt, é preciso separar a VP da etnologia e da antropologia, de um lado, e da história geral, de outro. No primeiro caso, enquanto as investigações etnológicas se ocupam com as interações entre as características físicas e psíquicas de povos e culturas particulares na sua interdependência com a natureza e a história, a análise antropológica visa à elaboração de uma história natural do homem em geral, também levando em consideração seus aspectos tanto físicos quanto psíquicos. Mas ambas as disciplinas, embora forneçam um rico material para a VP, não devem ser confundidas com ela. No segundo caso, a relação é exatamente inversa. É a VP que deve fornecer material para a história geral, uma vez que a interpretação psicológica é indispensável para uma compreensão profunda dos encadeamentos históricos. Mas a história, por sua vez, devido à singularidade do evento histórico, não pode servir de base para a VP (p. 17-19).

Nesse contexto de busca de uma demarcação precisa, a distinção que nos parece mais relevante, tendo em vista as suas implicações teóricas para o projeto wundtiano de psicologia, é entre a VP e a história. Ao estabelecer uma assimetria entre as duas, Wundt admite explicitamente a maior complexidade da segunda em relação à primeira, o que tornaria inadequado considerar sua nova VP como uma psicologização da história.¹⁷⁷ A questão fica ainda mais clara nos acréscimos que Wundt fez a esse mesmo texto, quando publicou-o posteriormente em uma coletânea específica sobre a VP. Wundt afirma aí que a complexidade dos acontecimentos históricos impede um tratamento puramente psicológico dos mesmos, e que somente a filosofia da história poderia apreendê-los na sua totalidade. A seguinte passagem, embora longa, é extremamente relevante:

¹⁷⁷ Em seu primeiro trabalho sobre a VP, Eckardt (1971, p. 70-76) defende exatamente essa interpretação, utilizando trechos da primeira edição da *Logik* para fundamentá-la. No entanto, essa interpretação nos parece equivocada exatamente por não levar em consideração a diferença entre a velha e a nova concepção wundtiana de VP. Ora, se é exatamente esse texto de 1888 que inaugura a nova VP de Wundt, então qualquer manifestação anterior sobre a VP só pode pertencer à sua idéia antiga ou, no máximo, a um período intermediário de indecisão. Sendo assim, só teria sentido falar de uma psicologização da história na VP inicial.

“Na história de um povo particular, os processos possuem um caráter tão singular que, embora existam analogias entre diferentes épocas, não é possível falar em leis psicológicas universais do curso de seu desenvolvimento. Ao contrário, na perspectiva da história universal, os aspectos mentais associam-se a um conjunto de condições histórico-naturais e sociológicas, que extrapolam o domínio dos objetivos da análise psicológica, ao passo que todos esses elementos na sua totalidade conduzem a um tratamento *filosófico*. Por isso, onde quer que se tenham tentado formular leis gerais do desenvolvimento histórico, estas possuem sempre e necessariamente, independentemente de estarem ou não corretas, o caráter de princípios *filosóficos*. E onde quer a *Völkerpsychologie* tenha contribuído para o seu estabelecimento, como deve necessariamente ocorrer se tal filosofia da história não quiser cair nos descaminhos da especulação construtiva, trata-se, portanto, de *problemas particulares*. ... Por isso é que a *Völkerpsychologie*, ao lado da psicologia individual, constitui um fundamento para a história, mas não o contrário, sendo que a história universal e a *Völkerpsychologie* estão interrelacionadas somente no sentido de que ambas devem se associar para chegar a uma consideração filosófica da humanidade histórica.” (ZWV, 22-23 – ênfase no original)

Logo sem seguida, Wundt anuncia então os três grandes temas de sua VP: a linguagem (*Die Sprache*), o mito (*der Mythos*) e o costume (*die Sitte*). É exatamente por seu conteúdo extrapolar a esfera da consciência individual, que eles constituem os três problemas fundamentais da VP. Entretanto, Wundt se vê novamente diante da necessidade de demarcar a especificidade da análise psicológica, já que esses mesmos temas também podem ser objetos de consideração histórica. Diz Wundt:

“Aqueles domínios distinguem-se da história propriamente dita através do caráter *universal* de certas leis do desenvolvimento mental, que neles aparecem. Esse caráter não está de modo algum presente em todos os fatos: toda língua, toda construção mitológica e todo desenvolvimento moral nacionais dependem de suas condições especiais, que não podem ser reduzidas a nenhuma regra

geral. Em certo sentido, portanto, línguas, mitos e costumes se diferenciam da mesma forma que as demais vivências históricas das nações particulares. No entanto, ao lado deste caráter singular, que como tudo o que é histórico lhes pertence, eles participam simultaneamente – ao contrário das construções históricas no sentido estrito – das leis universais de desenvolvimento do espírito humano. Isso encontra seu fundamento no fato de que o desenvolvimento da linguagem, do mito e do costume baseia-se em forças mentais concordantes, cujos efeitos também devem concordar em certos traços gerais.” (UZW, 20 – ênfase no original)¹⁷⁸

Finalmente, como último passo no estabelecimento de sua nova VP, Wundt procura articular, do ponto de vista do objeto de estudo, esta última com a psicologia individual, na tentativa de restabelecer a unidade conceitual de seu projeto psicológico.¹⁷⁹ Trata-se de mostrar a íntima relação entre a tripartição dos fenômenos da mente individual e a tripartição da mente coletiva:

“A *linguagem* contém a *forma* geral das representações presentes no espírito coletivo e as leis de sua ligação. O *mito* abriga o *conteúdo* originário dessas representações em sua determinação por sentimentos e impulsos. Por último, o *costume* encerra em si os *direcionamentos gerais da vontade*, que surgem a partir dessas representações e impulsos. ... Deste modo, na linguagem, no mito e no costume, os elementos que compõem o conjunto dos fatos da consciência individual se repetem, por assim dizer, em um nível mais alto. ... Sem dúvida, porém, assim como na consideração da consciência individual o representar, o sentir e o querer não podem ser vistos como forças separadas, mas sim como os elementos em si inseparáveis de um único e mesmo evento interior, do mesmo modo a linguagem, o mito e o costume constituem fenômenos mentais

¹⁷⁸ Wundt faz uma exposição detalhada sobre a relação entre a história da linguagem (*Sprachgeschichte*) e a psicologia da linguagem (*Sprachpsychologie*) em sua réplica ao lingüista B. Delbrück (1842-1922), que havia criticado o primeiro volume de sua VP (Delbrück, 1901). Wundt afirma que essa relação não pode ser pensada apenas como uma aplicação dos resultados da psicologia experimental na análise da linguagem, mas que, ao contrário, o ponto central é contribuição da própria história da linguagem para o avanço do conhecimento psicológico (SGS, 8-9).

¹⁷⁹ Isso se relaciona com a terceira e última pergunta acima formulada. No entanto, essa questão só vai poder ser inteiramente esclarecida na próxima seção, quando apresentarmos o conceito wundtiano de mente, que engloba tanto a psicologia individual quanto a VP.

gerais, que no seu íntimo estão unidos, de forma que um seria impensável sem o outro. ... Por isso, além da investigação das funções isoladas da mente coletiva, a pesquisa desta interação será uma importante tarefa da Völkerpsychologie.” (p. 25-26 – ênfase no original)

Podemos compreender agora porque a divisão da psicologia não está fundada somente em considerações metodológicas, mas também na própria natureza do objeto. É a própria dinâmica do desenvolvimento mental que exige duas análises complementares: uma individual e outra coletiva. No entanto, as duas dimensões desse desenvolvimento estão intimamente relacionadas, de modo que devem ser conjuntamente consideradas:

“Por outro lado, linguagem, mito e costume são, eles mesmos, produtos do desenvolvimento mental, em cuja criação estão envolvidas leis psicológicas próprias, e para os quais as propriedades da consciência individual constituem o fundamento último, sem que com isso, porém, essas mesmas leis já fossem dadas. ... A Völkerpsychologie é, por sua vez, uma parte da psicologia geral, e seus resultados oferecem muitas vezes também para a psicologia individual valiosos esclarecimentos, pois linguagem, mito e costume, enquanto produtos do espírito coletivo, fornecem simultaneamente um material a partir do qual é possível fazer inferências sobre a vida mental dos indivíduos. ... Portanto, assim como a psicologia individual serve, de um lado, para esclarecer problemas da Völkerpsychologie, os fatos desta última adquirem, de outro lado, o status de um material objetivo extremamente valioso para a explicação dos fenômenos da consciência individual. (21-22)¹⁸⁰

Alguns anos mais tarde, na introdução do primeiro volume de sua VP, Wundt reafirma e aprofunda as posições teóricas defendidas no texto de 1888, sem apresentar qualquer alteração significativa (VP1). O mesmo acontece nos dois últimos trabalhos que dedicou à fundamentação

¹⁸⁰ Essa interdependência entre o individual e o coletivo vai ser tratada mais detalhadamente na conferência que Wundt fez, em 1891, em homenagem ao 63º aniversário do Rei Alberto da Saxônia (1828-1902). Nessa ocasião, ele volta a defender a importância da análise psicológica para a compreensão dos produtos sócio-culturais, ao mesmo tempo em que mostra seus limites (UVE).

teórica da VP (VEP; L₄, III, 223-240), o que mais uma vez reforça nossa interpretação de que aquele texto é o marco fundador desta nova VP. Portanto, nossa tarefa estaria aqui terminada, se não fosse por um pequeno, mas importante detalhe. Em 1912, no decorrer de sua série de trabalhos sobre a VP, Wundt publica um volume isolado, cujo título é *Elemente der Völkerpsychologie*. Em contraste com o que vinha publicando nessa área, o objetivo aqui não é a linguagem, o mito e o costume, mas sim uma história psicológica do desenvolvimento da humanidade como um todo. Sendo assim, surge então a necessidade de explicar esse aparente desvio de Wundt. Teria ele rompido com seu programa teórico estabelecido para a psicologia? Devemos ver aqui uma recaída de Wundt para uma nova psicologização da história?¹⁸¹

É bem verdade que os *Elemente* representam uma novidade na análise psicológica de Wundt. Em primeiro lugar, uma novidade metodológica. Ao invés da perspectiva vertical ou diacrônica, Wundt adota aqui a perspectiva transversal ou sincrônica. Como ele mesmo explica no Prefácio, trata-se aqui de analisar os problemas da VP não em suas áreas isoladas (linguagem, mito, costume) – como ele vinha fazendo até agora – mas sim em sua interação (EVP, iii). No entanto, essa estratégia metodológica, embora não tenha sido anteriormente colocada em prática, já estava prevista naquele texto inaugural de 1888, como podemos ver na penúltima transcrição acima apresentada. Ou seja, Wundt já estava consciente de que a análise da interação entre linguagem, mito e costume em um dado corte temporal era parte integrante de sua VP (UZW, 26). Não há, portanto, qualquer distanciamento ou alteração em relação ao seu projeto original, mas tão somente um aprofundamento do mesmo.

No que diz respeito ao aspecto do conteúdo, a situação igualmente se repete. Quando Wundt afirma que seu objetivo agora é apresentar resumidamente os principais estágios do

¹⁸¹ Em um trabalho mais recente, Eckardt afirma que essa obra apresenta uma dupla discrepância em relação aos objetivos que Wundt havia anteriormente estabelecido para a sua VP. De um lado, a introdução de uma nova estratégia metodológica. De outro – o que lhe parece ser o grande pecado de Wundt – o abandono da análise dos processos psíquicos em favor de uma psicologização da história (Eckardt, 1997, p. 100-104).

desenvolvimento psicológico da humanidade (EVP, 7), ele está sendo fiel tanto ao texto de 1888 – onde afirma que a psicologia deve fornecer material para a história geral (UZW, 18) – quanto à sua afirmação posterior, mais específica, de que a VP deve ser uma das bases de sustentação de uma sólida filosofia da história (ZWV, 22-23). Assim, o papel que esta história psicológica do desenvolvimento da humanidade desempenha no projeto wundtiano é exatamente o de uma primeira preparação para uma futura filosofia da história, que não deve com ela se confundir:

“Tudo o que é singular, que por causa de seu significado concreto não pode escapar à atenção do historiador, ela deve deixar de lado, no intuito de encontrar os motivos dominantes da vida histórica e de suas transformações, e de compreendê-los a partir das leis universais da vida mental. Ao mesmo tempo, porém, almeja-se com isso, na medida do possível, obter informações sobre a regularidade que se revela na própria história. Tal história do desenvolvimento ... não pode pretender substituir uma filosofia da história ou querer de algum modo representá-la. Ela se diferencia desta última no mesmo sentido em que o tratamento psicológico da vida mental deve ser em geral separado do filosófico.” (EVP, 515)

Não vemos motivo, portanto, para se falar em uma mudança no assunto da VP. O que Wundt fez foi explorar uma possibilidade que ele mesmo já havia deixado em aberto. Da mesma forma, parece-nos inadequada a afirmação de que se trata aqui de uma psicologização da história, pelo menos no sentido de que esta última seria apenas uma espécie de “psicologia aplicada” (Eckardt, 1997, p. 103). Essa interpretação surge de uma falta de atenção para aquela diferença acima estabelecida entre análise psicológica e filosófica (metafísica), que é fundamental para o entendimento do pensamento de Wundt. As leis psicológicas do desenvolvimento, obtidas pela VP através da investigação de fatos concretos, dizem respeito somente ao lado psíquico da realidade concreta (EVP, 11). Quando tomadas, porém, como base para a análise filosófica do processo histórico, essas mesmas leis ganham uma dimensão metafísica que extrapola qualquer

possibilidade de apreensão empírica. Por isso, quando Wundt fala que a história é história do espírito (*Geistesgeschichte*) (p. 515), trata-se aqui de uma dimensão metafísica, mas não psicológica. Não há, portanto, uma psicologização da história, uma vez que a filosofia da história está intimamente relacionada aos mais altos interesses metafísicos de Wundt, em que o mental perde seu significado psicológico.

De forma resumida, podemos dizer então que a VP tem um duplo papel no projeto wundtiano. De um lado, ela é um complemento necessário para a psicologia experimental ou individual na busca pelas leis gerais que governam os processos psíquicos. De outro, ela deve servir de base para a filosofia da história que, unificando a filosofia da natureza e a filosofia do espírito, vai por sua vez desaguar em uma *Weltanschauung* final.

Vimos então como a divisão da psicologia wundtiana também só fica definitivamente fundamentada após o amadurecimento de seu sistema filosófico. Se a psicologia experimental ou individual, com o abandono da teoria lógica da mente e a adoção da nova concepção de consciência, já pôde alcançar uma base relativamente estável desde a primeira edição dos *Grundzüge*, o mesmo não ocorreu com a VP. Foi somente no final da década de 1880 que Wundt conseguiu reencontrar a unidade de seu sistema psicológico, quando deu à sua VP uma nova fundamentação. No entanto, para que essa unidade seja compreendida em todos os seus aspectos, é preciso ainda considerar os princípios teóricos que norteiam o empreendimento psicológico de Wundt.

4.3- Os princípios teóricos fundamentais da psicologia

Como afirmamos na introdução do presente capítulo, embora fosse contrário à introdução de hipóteses metafísicas na psicologia científica – uma vez que elas impediriam o avanço do verdadeiro conhecimento psicológico –, Wundt se viu obrigado a aceitar alguns pressupostos ou

princípios teóricos que guiassem suas investigações psicológicas concretas. Esses princípios, segundo ele retirados da própria experiência imediata, estão intimamente relacionados às suas considerações gnosiológicas, e sua exposição serve, pois, como o último passo na defesa de nossa tese central, segundo a qual o projeto psicológico wundtiano está logicamente fundamentado em sua filosofia, mais especificamente em sua teoria do conhecimento.¹⁸²

O primeiro pressuposto de Wundt é o conceito de mente (*Seele*), que já aparece claramente formulado nas discussões teóricas introdutórias da primeira edição dos *Grundzüge*, mas que só vai se consolidar na sua *Logik*. A preocupação de Wundt é, desde o início, salvar esse conceito para sua correta utilização na psicologia, purificando-o de sua conotação metafísica tradicional, calcada na idéia de substância.¹⁸³ Diz ele:

“Assim, consideramos também a mente por enquanto apenas como *sujeito lógico* da experiência interna, uma concepção que é o resultado imediato da formação de conceitos realizada pela linguagem, depurada, contudo, daqueles acréscimos de uma metafísica imatura, que em geral a consciência natural traz para dentro dos conceitos produzidos por ela.” (GPP₁, 9 – ênfase no original)

É somente alguns anos mais tarde, contudo, que Wundt vai dar a essa questão uma solução definitiva, mostrando sua continuidade com as discussões gnosiológicas que vinha desenvolvendo (L₁, II, 502-507; ZKS). Partindo de uma analogia com a ciência natural, ele

¹⁸² Nas várias exposições que fez sobre esses princípios, Wundt alterou o modo de apresentação dos mesmos, chegando a incluir entre eles princípios derivados (EPsy; L4, III; NWP₁; NWP₂; UDP; UPC). Como nosso objetivo aqui não é realizar uma investigação de todos os detalhes da teoria psicológica wundtiana, mas somente de sua fundamentação filosófica, vamos restringir nossa análise aos seus três pressupostos básicos: o conceito de mente, o princípio do paralelismo psicofísico e o princípio da causalidade psíquica.

¹⁸³ É importante estarmos atentos para o fato de que todo este empreendimento de Wundt tem como alvo a psicologia de Herbart, que, como vimos anteriormente, toma como seu fundamento uma noção substancial de mente. Na verdade, foi Lange quem inaugurou essa verdadeira cruzada para expulsar da psicologia a noção de uma mente substancial, quando fez sua famosa proposta de uma “psicologia sem alma” (*Psychologie ohne Seele*) (Lange, 1866, 465). No entanto, embora Wundt reconheça explicitamente a influência positiva de Lange em seu programa psicológico, ele aceita apenas parcialmente a sua proposta, especialmente nos seus aspectos metodológicos (AEP, 3-4).

afirma que o conceito de matéria ocupa nesta última o mesmo lugar que o de mente na psicologia. No entanto, diferentemente da física, a ciência psicológica não pode fazer uso do conceito de substância, uma vez que os fenômenos psíquicos não são dados como objetos espaciais, mas sim como um acontecimento contínuo. Wundt defende então, como substituto para o conceito substancial da mente, uma concepção processual (*aktuell*), que ele define nos seguintes termos:

“Sob o primeiro estão agrupadas todas as teorias que concebem os fatos psíquicos como expressões de um substrato hipotético qualquer, de uma substância material ou imaterial, enquanto o segundo conceito deve designar aquelas idéias, segundo as quais o mental é *pura processualidade* ou dado imediatamente nas expressões da própria vida mental.” (L₁, II, 502 – ênfase no original)

O que Wundt pretende demonstrar é que, na vida mental, tudo é atividade (*Tätigkeit*).¹⁸⁴ Desde os processos elementares até os mais complexos, não há nada permanente, com exceção da própria atividade psíquica. É uma confusão entre os pontos de vista do mundo exterior e do mundo interior, segundo ele, que produz a necessidade de se postular uma substância mental. Em outras palavras, a recusa de uma mente substancial para a psicologia está relacionada à diferença entre a experiência interna e a experiência externa, que está na base de sua teoria do conhecimento. Enquanto nesta última é correto pensar que toda ação pressupõe objetos, a consideração psicológica inverte essa relação, na medida em que a representação de um objeto só pode surgir da própria atividade de representar. E mesmo que essa ação remonte a um sujeito,

¹⁸⁴ Uma vez mais podemos observar a influência do idealismo alemão na constituição do pensamento wundtiano. Nesse caso, Wundt cita nominalmente Fichte e Hegel como os mais destacados precursores dessa noção de atividade ou processualidade em contraposição à de substancialidade, lamentando, porém, o fato de esses autores terem se mantido tão distantes das questões psicológicas (p. 503).

este último é apenas um sujeito lógico, que não deve ser transposto para o plano ontológico, como afirma Wundt:

“Essa própria ação deve agora novamente remeter a um sujeito que age. No entanto, onde e como o último nos é dado? Somente naquela ação do próprio representar. A separação de ambos é apenas um jogo com conceitos reflexivos, que foram primeiro separados logicamente um do outro nas categorias de sujeito e predicado, para que então lhe fossem atribuídos também uma diferença real. Como se aquelas categorias fossem algo mais do que recursos analíticos de nosso pensamento, que se formaram por motivos semelhantes apoiando-se na experiência externa. Entretanto, a partir deles não se pode evidentemente tirar a menor conclusão sobre o ser real.” (p. 506)

Há uma questão, porém, que merece um maior esclarecimento. Se os conceitos de mente e de matéria são, em sua origem, equivalentes – uma vez que resultam de um mesmo processo de abstração da experiência concreta –, ao mesmo tempo em que são indispensáveis para a psicologia e para a ciência natural, por que o equívoco ontológico só atinge a primeira? A justificativa, segundo Wundt, está no próprio movimento de constituição de ambas as ciências:

“No desenvolvimento posterior daqueles conceitos de unidade (mente e matéria – acréscimo meu), ambos os domínios da ciência separam-se completamente um do outro. A ciência natural, para chegar a uma explicação não contraditória do mundo objetivo, pensado independentemente do sujeito cognoscente, se vê obrigada a pensar os fenômenos dados na intuição sensível como se fossem os efeitos de um substrato, que em si mesmo não é dado sensorialmente, mas que deve ser inferido dos fenômenos sensíveis e que tem como a característica mais fundamental a constância absoluta de suas propriedades. A psicologia, ao contrário, nunca encontra motivos no contexto de seu domínio para pressupor algo distinto da própria realidade dessas vivências: todo retorno a um

substrato transcendente que não é imediatamente dado não contribui em absolutamente nada para a explicação psicológica ...” (L₄, III, 246)

Como vimos no capítulo anterior (seção 3.3), a dualidade da experiência já é um resultado da evolução do conhecimento humano, que levou à constituição de pontos de vista distintos. No entanto, como a superação dessa dualidade em uma unidade coerente só poderá ocorrer no plano da metafísica, que representa exatamente o último e mais alto estágio na escala do conhecimento, a psicologia enquanto tal não pode ultrapassar o seu próprio ponto de vista.

Ao mesmo tempo, porém, em que enfatiza essa unidade lógica do conceito de mente, Wundt aponta também para sua dimensão empírica. Pois é exatamente a investigação e a posterior demarcação do substrato empírico desse sujeito lógico que vai definitivamente constituir o objeto de estudo da psicologia. Não devemos, contudo, confundir isso com aquele equívoco ontológico que Wundt denuncia nas psicologias metafísicas, uma vez que, segundo ele, trata-se apenas de expressar aquilo que está dado na experiência imediata. Nesse sentido, podemos ver claramente que o próprio conceito de mente desempenha um papel fundamental na fundamentação da autonomia da ciência psicológica:

“O sujeito é, porém, apenas um conceito lógico, que expressa em uma unidade somente o resumo de certos conteúdos. ... Mas esta situação não pode impedir a psicologia de perguntar pelo substrato real desse sujeito. ... De fato, para a psicologia, o conjunto unitário das próprias vivências psíquicas é também *objeto* de investigação. Ela não pode se deixar impedir, devido ao fato de esse objeto ser o próprio sujeito que investiga, de buscar, partindo do resumo primeiramente formal dos processos psíquicos, sua ligação real e, com isso, o substrato real desse sujeito. ... O conceito assim formado desse substrato real pode possivelmente ser apenas provisório e necessitar de correção e complementação posteriores. Mas tem que existir um ponto de partida *real* qualquer. O conceito meramente formal de sujeito ou objeto diz apenas que há algo

a ser investigado, deixando inteiramente na incerteza o como e o quê.” (UPC, 75-77 – ênfase no original)¹⁸⁵

Há ainda um último aspecto a ser considerado nessa concepção wundtiana da mente, que diz respeito à relação entre a dimensão individual e o plano coletivo. Seria esse conceito compatível com seu projeto de uma VP? Naquele mesmo texto de 1888, que inaugura sua nova concepção, Wundt respondeu afirmativamente a essa questão, demonstrando a legitimidade de se falar em uma mente coletiva (*Volksseele*) como objeto de investigação empírica da VP. Para tanto, a estratégia utilizada é sempre uma analogia com a psicologia individual, como fica claro nesta passagem:

“Se ao objeto de suas investigações ela (a psicologia – acréscimo meu) dá o nome de mente, seguindo o velho uso da linguagem, esta mente não significa outra coisa que a totalidade de todas as vivências internas. Ora, entre essas vivências, há indubitavelmente sempre aquelas que são comuns a um grande número de indivíduos. De fato, para muitos produtos psíquicos, como a linguagem, as representações míticas, essa comunidade é exatamente uma condição vital de sua existência. Não se pode, portanto, ignorar a seguinte questão: por que não temos o mesmo direito de considerar esses sentimentos, representações e aspirações, a partir da perspectiva do conceito processual de mente acima caracterizado, como conteúdo de uma *mente coletiva*, assim como

¹⁸⁵ Foi exatamente em consequência disso que Wundt passou a classificar seu sistema psicológico de voluntarismo (*Voluntarismus*). Em uma carta a Külpe, escrita em 20 de setembro de 1895, Wundt afirma ter usado o termo pela primeira vez na última parte da segunda edição de sua *Logik* – publicada naquele mesmo ano –, que trata da psicologia e das *Geisteswissenschaften* (UAL, Brief 389, S. 3). A vontade (*der Wille*), enquanto fenômeno psíquico concreto, ilustra exemplarmente aquela unidade empírica da vida mental para a qual Wundt estava buscando uma caracterização mais precisa, uma vez que nela estão claramente presentes as três dimensões psicológicas (volitiva, afetiva, cognitiva). Mas isso não significa de modo algum uma primazia da vontade em relação ao sentimento e à representação, como Wundt fez questão de ressaltar inúmeras vezes (UDP; GDP, 14-18; L₄, III, 156-160). É importante ressaltar ainda que o termo ‘voluntarismo’, assim como o ‘paralelismo’, tem dois sentidos no pensamento wundtiano: um empírico e outro metafísico, dependendo do contexto em que aparecem (EDW; SP₄, I; SÜW, 338-358; UDP, 157-166). No entanto, nem sempre Wundt utiliza o termo de forma muito clara, o que levou alguns de seus intérpretes a criticar não só seu conceito de vontade, mas a própria idéia de voluntarismo (Baumann, 1881, 1882; Lifschitz, 1910; Resch, 1916; Schumann, 1912; Skribanowitz, 1906). Infelizmente, porém, não podemos oferecer aqui uma discussão detalhada desse tema, uma vez que ele extrapola os limites fixados para o presente trabalho.

tratamos nossos próprios afetos e representações como conteúdo de nossa mente individual? Ou, em outras palavras, por que devemos atribuir àquela mente coletiva menor realidade do que à nossa própria mente?” (UZW, 10-11 – ênfase no original)

Alguns anos mais tarde, porém, ao expandir e aprofundar sua análise da relação entre a mente individual e a mente coletiva, Wundt estabelece algumas diferenças entre os dois conceitos, sem abandonar, contudo, aquela base comum com a mente individual. No entanto, surge aqui uma nova analogia, que parece apontar para uma dimensão mais metafórica da expressão *Volksseele*, além de expandir significativamente o sentido da mesma. Afirma Wundt:

“Assim como não vemos inconveniente algum em chamar o estado de um ‘organismo’, sem ignorar que, neste novo sentido, não são atribuídas ao conceito todas as características que ele possui em sua aplicação originária aos seres orgânicos particulares, e que ele, por outro lado, assume agora propriedades que ele aqui não tinha, algo semelhante ocorre com a ‘mente coletiva’. Em contraposição à mente individual, ela representa tanto uma ampliação quanto uma restrição do conceito. Uma ampliação, pois nessa transferência algumas características se perdem, como, por exemplo, a da relação que a mente individual tem com um organismo físico individual. Uma restrição, pois, a partir da condição própria aos fenômenos da *Volkerpsychologie* – a saber, que eles resultam do convívio de muitos indivíduos –, surgem novas propriedades. Entre elas está especialmente a restrição das funções psíquicas significativas para a *Völkerpsychologie* a certos aspectos da vida mental que estão diretamente relacionados à vida em comunidade, assim como o fato de que os desenvolvimentos psíquicos coletivos sobrevivem à vida individual. Nisso, porém, uma vez que são inteiramente produzidos pelas características psíquicas dos indivíduos, eles sofrem mudanças com o passar das gerações, mudanças essas que fogem a qualquer comparação com a vida mental individual. É especialmente essa continuidade entre séries do desenvolvimento psíquico, apesar do declínio de seus representantes individuais, que deve ser vista como uma característica específica da mente coletiva.” (VP1, 10-11)

Vimos então que o conceito de mente serve para expressar a unidade lógica da psicologia wundtiana, que em última instância está ancorada nos seus pressupostos gnosiológicos. Não podemos deixar de considerar, contudo, a possibilidade de que as diferenças significativas entre a mente individual e a mente coletiva possam significar uma transgressão dos limites estabelecidos pelo próprio Wundt em relação às elaborações teóricas da psicologia científica, na medida em que o conceito de *Volksseele* parece apontar para uma dimensão mais metafísica do que lógica. Entretanto, reservaremos essa discussão para a conclusão do presente trabalho, em que a questão da unidade de seu projeto psicológico será avaliada.

O segundo pressuposto fundamental do projeto wundtiano é o princípio do paralelismo psicofísico, que vai garantir a autonomia tanto metodológica quanto epistemológica da psicologia. No entanto, antes de procedermos à sua análise, devemos estar atentos para o fato de que a expressão ‘paralelismo psicofísico’ serve para designar uma enorme variedade de abordagens filosóficas e psicológicas no século XIX, sendo que a de Wundt apresenta contornos bem específicos, que nem sempre estão presentes também nas demais formas de paralelismo.¹⁸⁶

Em primeiro lugar, é preciso levar em consideração que o paralelismo psicofísico de Wundt assume dois sentidos diferentes – um empírico e um metafísico –, dependendo do contexto em que ele aparece. De um lado, ele serve apenas como princípio heurístico ou máxima metodológica para a investigação psicológica e se limita à esfera da experiência imediata; de

¹⁸⁶ O paralelismo psicofísico tem uma de suas raízes na doutrina leibniziana da harmonia pré-estabelecida entre as substâncias (Leibniz, 1695, 1696), mas só foi formulado claramente como princípio psicológico na segunda metade do século XIX, período em que ocupou uma posição de destaque na psicologia científica que estava nascendo (Gutberlet, 1898b; Hildebrandt, 1985, 1989; Mohilewer, 1901; Reininger 1930). Se Fechner foi o primeiro a introduzi-lo na nova psicologia (Fechner, 1851, 1860, 1907), foi certamente Wundt quem decisivamente contribuiu para fixá-lo nos debates psicológicos posteriores, sobretudo por associá-lo com a noção de causalidade psíquica. Vale aqui ser ressaltada a significativa influência de Leibniz no desenvolvimento teórico de Wundt. Primeiro, suas formulações iniciais sobre o paralelismo fazem referência direta à doutrina leibniziana da harmonia pré-estabelecida (GPP₁, 858-863; CIC, 175). Além disso, fez uma conferência, perante o Rei da Saxônia, dedicada exclusivamente à grandeza e à atualidade de Leibniz (GWL), e escreveu posteriormente um livro em homenagem aos 200 anos de sua morte – repleto de paralelos entre os princípios leibnizianos e os seus –, o que indica claramente uma influência (LEI). No entanto, os termos precisos dessa relação ainda precisam ser estabelecidos.

outro, ele é parte integrante das especulações metafísicas de Wundt e extrapola aqueles limites.¹⁸⁷

Dada a sua insistência na separação entre ciência empírica e metafísica, juntamente com as implicações teóricas que ela tem para seu projeto, a falta de atenção para a diferença entre esses dois conceitos de paralelismo pode provocar alguns equívocos na interpretação de seu pensamento psicológico.¹⁸⁸

Se acompanharmos a evolução cronológica dos escritos de Wundt sobre o problema do paralelismo, veremos que o lado empírico (psicológico) está inicialmente subordinado aos seus interesses metafísicos, como fica claro na primeira edição dos *Grundzüge* (GPP₁, 858) e também no seu artigo sobre a relação entre a consciência e o sistema nervoso central (CIC). E mesmo que aos poucos essa discussão vá se ampliando até o ponto de se situar mais especificamente na esfera psicológica (GUS), foi somente em 1889, quando publicou seu sistema de filosofia, que Wundt utilizou pela primeira vez o termo ‘paralelismo psicofísico’, estabelecendo-o como princípio de investigação para a psicologia, ao mesmo tempo em que o distinguiu de sua conotação metafísica:

“Do ponto de vista do tratamento empírico da vida mental, o princípio do paralelismo psicofísico contém apenas o pressuposto de que todo evento mental tem um processo físico correspondente, enquanto que o inverso disso não é de modo algum exigido, uma vez que inúmeros processos fisiológicos não têm relação alguma não só com os próprios fenômenos da consciência, mas

¹⁸⁷ Uma vez que Fechner também parece ter dado a seu paralelismo dois sentidos distintos – um heurístico, restrito ao domínio psicofísico, e outro metafísico, válido para a totalidade do universo – é possível especular aqui sobre sua eventual influência sobre Wundt. Na verdade, Fechner fez, ao longo de seu desenvolvimento teórico, várias alterações significativas em sua posição sobre o problema mente-corpo, sobretudo no que diz respeito à noção de substância (Heidelberger, 1988, 2000). De qualquer forma, seria interessante realizar um estudo comparativo entre ambos os autores, no intuito de estabelecer seus pontos de contato e suas diferenças específicas.

¹⁸⁸ No entanto, deve aqui ser ressaltado que, embora tenha de fato explícita e coerentemente justificado essa separação, o próprio Wundt parece ter algumas vezes se esquecido dela, ao introduzir no seu tratamento empírico do problema afirmações que só poderiam ser justificadas no plano metafísico, como, p.ex., aquelas relativas à impossibilidade da interação entre o mental e o físico (Mohilewer, 1901). Em termos gerais, Adickes (1898) parece ter sido um dos primeiros a apontar esse problema da interferência de elementos metafísicos nos assuntos das ciências particulares na obra de Wundt.

também com seus processos auxiliares, que ocorrem no sistema nervoso central. No que diz respeito ao ponto de vista metafísico, a coisa é diferente ... aquela restrição empírica não pode aqui subsistir, pois *todo* o corpo vivo aparece agora como um substrato psicofísico da vida mental.” (SP₁, 584-585 – ênfase no original)¹⁸⁹

Na passagem acima, observamos que está enunciada a primeira característica do paralelismo psicofísico de Wundt – entendido a partir de agora somente como princípio heurístico –, a saber, uma assimetria entre o lado mental e o lado físico: a perspectiva física é mais limitada do que a perspectiva psíquica. Essa assimetria está diretamente relacionada com a questão da abrangência desse princípio, que é fundamental para uma adequada compreensão da proposta wundtiana. Na segunda edição das *Vorlesungen* – publicada em 1892 – Wundt esclareceu melhor essa relação assimétrica entre os dois pólos da experiência, mostrando que seu princípio tem validade para a vida mental em suas mais diversas manifestações. De fato, segundo ele, todo evento mental, incluindo o pensamento, tem excitações fisiológicas correspondentes, na medida em que se funda sobre uma base sensorial (VMT₂, 484-485). A seguinte passagem resume bem o argumento:

“Dessas considerações conclui-se que muito provavelmente não há em geral nenhum processo mental sem processos físicos simultaneamente correspondentes, pelo menos enquanto houver nele quaisquer conteúdos de sensação. A validade geral do paralelismo psicofísico é realmente uma conseqüência necessária do fato de que toda nossa vida mental tem um fundamento sensorial, e de que, portanto, não podemos pensar nenhum conceito, por mais abstrato que seja, e nenhuma idéia, por mais distante que esteja do mundo sensível, sem empregar para isso uma representação sensorial qualquer.” (p. 485)

¹⁸⁹ Uma vez que nosso objetivo aqui é analisar a fundamentação filosófica da psicologia wundtiana, mas não seu sistema filosófico como um todo, vamos concentrar nossa atenção apenas no paralelismo psicofísico enquanto princípio teórico para a investigação psicológica, deixando inteiramente de lado sua significação metafísica, já que extrapola a esfera da psicologia.

Isso não quer dizer, contudo, que a totalidade da vida mental esteja ligada a processos fisiológicos específicos. Logo adiante, Wundt apressa-se em dizer que para as dimensões valorativa e normativa da vida psíquica, não é possível encontrar processos físicos específicos (486-487). Em um texto anterior, Wundt já havia se expressado mais claramente a respeito dessa questão:

“Nós temos toda razão em supor que, assim como no surgimento de nossas representações seu conteúdo sensorial está ligado à percepção sensorial, assim também os elementos sensoriais de nossa atividade mental estejam ligados a processos sensoriais, ou seja, físicos. ... No entanto, estamos desprovidos de qualquer fundamento para supor que aquilo que liga aquele conteúdo sensorial a normas lógicas ou éticas esteja, por sua vez, ligado a quaisquer processos físicos de tipo especial. ... Mas não só nos falta motivo para associar a configuração mental deste conteúdo sensorial também a processos fisiológicos, como nos vemos até mesmo impossibilitados de tornar compreensível como um nexos de processos cerebrais pode conter em si a razão determinante para que as representações correspondentes sejam ligadas sob a forma de um juízo ou então produzam nosso prazer estético.” (GUS, 174-175)

Chegamos, assim, à segunda característica distintiva da proposta de Wundt, que representa uma restrição àquela assimetria acima referida. O paralelismo, considerado a partir da perspectiva da ciência natural, é realmente mais restrito, uma vez que há um número muito maior de fenômenos físicos para os quais não há nenhum processo mental correspondente. Entretanto, há também uma esfera da vida psíquica para a qual também não faz sentido falar em eventos físicos paralelos.

A primeira consequência que o princípio do paralelismo psicofísico traz para a psicologia de Wundt é a necessidade de se rejeitar o localizacionismo, tese segundo a qual é possível

localizar os processos e atividades mentais em áreas específicas do cérebro.¹⁹⁰ Ora, se há aspectos da vida mental, como acabamos de ver, para os quais não há correlatos neurofisiológicos específicos, então a hipótese localizacionista em geral não pode ter lugar na psicologia. Além disso, pela própria definição do conceito de mente, que se refere apenas a uma atividade, mas nunca a objetos, seria impossível falar em localização dos fenômenos mentais, uma vez que a dimensão espacial está ausente. Nesse sentido, Wundt se volta primeiramente contra a influente tese do fisiologista T. Meynert (1833-1892), segundo a qual as representações sensoriais seriam armazenadas e localizadas uma a uma em sítios específicos de armazenamento no córtex cerebral (Meynert, 1869). Recorrendo a uma analogia com a frenologia, Wundt vê nessa nova fisiologia um equívoco similar:

“É o velho erro da localização frenológica sob uma nova forma: considera-se uma atividade de nossa mente como um objeto sensorial, que está localizado em algum lugar do espaço e que se afirma com uma espécie de autonomia pessoal contra seus semelhantes. A frenologia tratava como objetos reais as criações conceituais artificiais, segundo as quais nós ordenamos a experiência interna; a nova fisiologia cerebral objetifica as expressões naturais da atividade de nossa consciência – as representações. Uma é tão impossível quanto a outra. Nós temos todos os motivos para supor que processos em nosso cérebro acompanhem nossas sensações e representações. Mas que cada representação esteja fixada em uma célula nervosa qualquer é tão improvável quanto seria a suposição de que nosso olho armazena em si, para uso futuro, todas as imagens que são nele projetadas.” (GUS, 169-170)

¹⁹⁰ A tese localizacionista, que tem suas raízes mais próximas na frenologia de F. J. Gall (1758-1828) e de seu discípulo J. Spurzheim (1776-1832), ganhou um novo impulso na segunda metade do século XIX, sobretudo com os trabalhos de P. Broca (1824-1880) e C. Wernicke (1848-1905), que descobriram centros especializados no processamento da linguagem (Pribram e Robinson, 1985). Um dos principais representantes do localizacionismo na época de Wundt era o fisiologista H. Munk (1839-1912), que publicou pelo menos dois trabalhos muito influentes sobre a questão da localização de funções cerebrais (Munk, 1881, 1890). Em um artigo especialmente dedicado a Munk, Wundt procurou mostrar a falta de fundamentação para a hipótese localizacionista (ZFL), o que mostra a sua preocupação com essa questão.

Vimos então a forma específica que o princípio do paralelismo psicofísico assume como princípio teórico da psicologia wundtiana. Ele está intimamente relacionado com seu conceito de mente e afirma a correspondência entre o mental e o físico, sem jamais possibilitar uma redução de qualquer uma das perspectivas à outra. Nesse sentido, o paralelismo psicofísico garante a autonomia das investigações psicológicas. Entretanto, existem duas questões diretamente relacionadas com o tema, que merecem ser esclarecidas. Primeiro, assumido o paralelismo, em que sentido é possível falar de uma interação (*Wechselwirkung*) psicofísica, como Wundt faz inúmeras vezes (CIC, 171; GPP₁, 859; UPC, 27)? Não haveria aí uma contradição, na medida em que a noção de paralelismo exclui a de interação? Em segundo lugar, como é possível pensar uma relação de complementaridade epistemológica, dada a diferença essencial entre os fenômenos mentais e físicos? Para responder a ambas as questões, é preciso aqui introduzir o terceiro e último pressuposto teórico fundamental de Wundt: o princípio da causalidade psíquica, que é a parte complementar do princípio anterior.

A noção de uma causalidade psicológica autônoma em relação à causalidade física aparece primeiramente naquele mesmo artigo sobre a consciência, publicado em 1876, em que Wundt tinha utilizado também pela primeira vez o termo ‘paralelismo’. Sua preocupação inicial é mostrar como que o Princípio de Conservação da Energia – princípio fundamental da ciência natural – encontra certos limites na explicação da relação psicofísica, o que abre espaço para um outro tipo de causalidade, que deve estar de acordo com a primeira. Afirma Wundt:

“Nós devemos, sem dúvida, ter em mente que o Princípio de Conservação de Energia só diz respeito a forças motrizes, e que, conseqüentemente, os movimentos que procedem de causas psicológicas só estão sujeitos a este princípio na medida em que eles são *externos*. A causação interna ou psicológica de nossos estados mentais não pode ser afetada diretamente por uma lei que faz referência somente a massas e a sua ação recíproca. ... Surge, assim, o importante postulado

psicológico de que *a causação interna de nossos estados mentais e a causação externa de nossos movimentos nunca podem entrar em conflito*. Todo movimento que tem uma causa interna (em motivos conscientes, por exemplo) tem também necessariamente uma causa externa.” (CIC, 174-175 – ênfase no original)

A justificativa para essa limitação está, segundo ele, na própria experiência, que testemunha o fracasso de toda tentativa de estabelecer uma relação de causalidade entre os fenômenos fisiológicos e psíquicos. Para estabelecer a diferença essencial entre ambos, Wundt aponta o equívoco da célebre analogia criada pelo materialista Vogt (1847), segundo a qual a relação entre o cérebro e a mente assemelha-se à relação entre o fígado e a bÍlis:

“Nós podemos provar como a bÍlis surge no fígado através de processos químicos, que até certo ponto podem ser acompanhados passo a passo. Nós podemos igualmente mostrar como é produzido o movimento no músculo através de certos processos, que também são o resultado direto de uma transformação química. No entanto, nossos processos cerebrais não nos oferecem qualquer indÍcio de como a nossa vida mental se realiza. Pois os dois tipos de processos são em si incomparáveis. Pode-se compreender como um movimento se transforma em um outro movimento ou talvez também como um determinado sentir transforma-se em outro sentir. Mas como um movimento deve se tornar uma sensação ou um sentimento, isto nenhuma mecânica do mundo consegue tornar compreensÍvel.” (VMT₂, 7)

A partir daí, Wundt estabelece então que um evento psÍquico só pode ser explicado por outro evento psÍquico, e que é exatamente nisso que consiste a tarefa da psicologia. No entanto, é também a experiência que nos mostra de forma indubitável a Íntima relação entre processos mentais e físicos, como no caso da formação da percepção ou da ação voluntária. Mas como explicá-la sem recorrer à noção de uma interação causal, já que os dois domÍnios implicam causalidades fechadas em si mesmas? A Única solução, segundo Wundt, é afirmar uma correlação

(*Wechselbeziehung*) ou correspondência (*Korrespondenz*) entre ambos, que é exatamente o que diz o princípio do paralelismo psicofísico em seu sentido empírico.

Wundt vai reconhecer, contudo, que esse princípio, mesmo carregando consigo uma dupla e irreduzível causalidade, aponta para a necessidade de uma cooperação entre as duas perspectivas. Isso acontece porque a cada uma das esferas fenomênicas escapam certos elementos, cujos paralelos estão dados na outra. Nesse caso, segundo ele, a psicologia deveria recorrer à fisiologia e vice-versa, devendo ambas estar atentas para o fato de que não é o elemento ausente que vai ser propriamente dado, mas tão somente seu elemento correspondente (p. 490). É somente nesse sentido metafórico que Wundt fala de interação:

“Em tais casos se fala então de uma ação dos processos físicos sobre os mentais ou destes sobre aqueles. Implicitamente deve-se aqui sempre acrescentar que, imediatamente e no sentido do nexos causal, apenas o processo paralelo correspondente sofre a ação. Assim, o movimento voluntário externo não é produzido pela ação voluntária interna, mas sim pelos processos cerebrais a ela correspondentes. Da mesma forma, uma representação não é produzida pelas excitações fisiológicas do centro sensorial, mas sim por processos de sensação e associação paralelos às mesmas.” (ibid.)

Essa passagem é crucial para uma adequada compreensão do pensamento de Wundt. Na verdade, quando ele se refere a uma interação entre mundo mental e mundo físico, ele está querendo apenas afirmar uma correlação ou correspondência empírica. A interação significa aqui apenas uma maneira popular de expressar aquilo que está dado na experiência imediata, à qual a psicologia está restrita. Não há, portanto, interação causal entre mente e corpo na psicologia wundtiana.

Se a causalidade psíquica está, pois, assegurada no plano lógico – uma vez que não entra em contradição com a causalidade física –, falta ainda um passo fundamental para justificar

definitivamente sua aplicação no plano empírico: mostrar suas características distintivas em relação à causalidade física. Somente desta forma, segundo Wundt, a autonomia da psicologia estaria estabelecida de uma vez por todas (UPK, 88). Assim, ele identificou três características essenciais – os chamados “princípios da causalidade psíquica” –, que apareceram pela primeira vez no artigo “Sobre a Causalidade Psíquica e o Princípio do Paralelismo Psicofísico”, publicado em 1894.

Wundt procura estabelecer, em primeiro lugar, uma diferença geral entre o modo de funcionamento dos fenômenos psíquicos e o dos eventos da natureza, que torna ilusória a busca de um tratamento matemático ou puramente quantitativo para a psicologia. O problema, segundo ele, está na própria configuração da causalidade psíquica:

“A principal razão, porém, para o fato de que não há e nunca poderá haver no domínio mental leis galileanas ou keplerianas, não está na enorme complicação das condições da vida mental em si mesma, como normalmente se supõe, mas sim em sua *natureza qualitativamente distinta e, em consequência disso, na natureza completamente diferente dos problemas causais*. Os aspectos fundamentais podem ser resumidos aqui em *duas* proposições: que as ligações dos elementos psíquicos adquirem seu significado preponderante através dos resultados *qualitativos* que elas produzem, e apenas de modo subordinado através das propriedades quantitativas que acompanham aqueles resultados; e que, além disso, a apreciação causal dos processos psíquicos é em geral imposta por *determinações de valor* que, por sua vez, apenas de maneira secundária podem ser ordenadas por graus, isto é, quantitativamente, pois também devem seu significado principal a propriedades qualitativas.” (UPK, 97-98 – ênfase no original)

A partir dessa diferença essencial, Wundt dá um contorno mais preciso à direção da investigação psicológica. A tarefa primordial da psicologia não é apresentar números e determinar constantes psíquicas, na tentativa de se igualar metodologicamente à física ou à

química. Isso seria impossível. Sua verdadeira missão está na apreensão das formas gerais, sob as quais se dão as relações causais entre os elementos (p. 99). No entanto, não há nessas relações qualquer necessidade, como acontece com as leis da natureza, mas apenas possibilidade e probabilidade. É somente nesse sentido que Wundt fala de lei psicológica, como ele já havia explicado anteriormente:

“Não há nenhuma lei psicológica em que as exceções não fossem mais numerosas do que os casos em concordância. ... Por isso, em contraposição às leis empíricas da natureza, as leis psicológicas correspondentes são geralmente distingüidas pela característica de que, sob certas condições, a eficácia de uma determinada lei só pode ser prevista como *possível*, mas nunca como *necessária*.”
(UBG, 204 – ênfase no original)

A causalidade psíquica assume então três direções específicas, que permeiam a vida psíquica em todos os seus níveis: o princípio da processualidade (*Prinzip der Aktualität*), o princípio da síntese criadora (*Prinzip der schöpferischen Synthese*) e o princípio da análise relacional (*Prinzip der beziehenden Analyse*).¹⁹¹ Vejamos cada um deles separadamente.

O primeiro deles é apenas uma conseqüência lógica do próprio conceito de mente defendido por Wundt. Assim como todo conteúdo psíquico é um ato (um processo), de forma que não há objetos psíquicos no mesmo sentido dos objetos constantes da natureza, a causalidade psíquica também não pode envolver objetos, não podendo, pois, ser pensada substancialmente, mas apenas de modo puramente processual. Por isso, a explicação verdadeiramente psicológica só pode fazer referência a outros processos psíquicos:

¹⁹¹ Posteriormente, Wundt acrescentou a esses três o princípio do aumento do contraste (*Prinzip der Kontrastverstärkung*), segundo o qual o conteúdo da experiência subjetiva pode ser ordenado em pares opostos (prazer-desprazer, bem-mal, belo-feio, etc.), que vão se intensificando ao longo do desenvolvimento psíquico. Esse princípio está diretamente ligado à formação dos sentimentos e afetos e tem implicações especiais para os domínios ético, estético e religioso (L₄, III, 279-282).

“Onde certas condições constantes da organização *física* desempenham um papel nas explicações da psicologia, como, por exemplo, na interpretação das percepções sensoriais, não se trata aí mais, na verdade, de uma interpretação psicológica, mas sim de uma interpretação fisiológica. ... Quando quisermos explicar psicologicamente, nós nunca podemos substituir os processos psíquicos pelos seus processos fisiológicos paralelos, assim como tampouco podemos confundir a representação de um objeto com o próprio objeto representado.” (UPC, 101 – ênfase no original)

O segundo princípio da causalidade psíquica é a síntese criadora. De acordo com Wundt, ele diz respeito ao fato de que as interações causais entre os elementos psíquicos produzem novas propriedades qualitativas que não estavam contidas naqueles elementos (p. 112). Em outras palavras, o todo é sempre maior do que a mera soma de suas partes, como se atribuirá posteriormente aos gestaltistas (ver nota 31).

Wundt vê na síntese criadora a principal característica distintiva da causalidade psíquica. Enquanto na ligação causal dos fenômenos externos há uma equivalência entre a causa e o efeito – decorrente do princípio de conservação de energia –, isso de forma alguma é possível na ligação dos fenômenos mentais, pois a síntese provoca o surgimento de novos valores determinantes. Na medida em que é possível falar metaforicamente de uma “energia mental” em contraposição à energia física, podemos dizer que a causalidade psíquica provoca um crescimento da energia mental em contraposição à necessária conservação da energia física (p. 116).

A síntese criadora serve também de fundamento para uma outra característica distintiva da psicologia em relação à física. A criação de novos valores a partir da interação causal dos elementos psíquicos significa que o efeito sempre conterà algo imprevisível e qualitativamente distinto dos elementos causais, só podendo, pois, ser conhecido posteriormente. Assim, a explicação psicológica deverá ser sempre regressiva, isto é, deve partir sempre do efeito para a causa, ao contrário do procedimento padrão nas ciências naturais, que é progressivo. Mas esta

abordagem regressiva não deve ser ainda tomada como uma explicação finalista em sentido próprio, afirma Wundt, pois uma consideração dos fins (*Zwecke*) só é exigida quando há a formação de produtos mentais (*Geisteserzeugnisse*), que por sua vez remontam a uma ação intencional consciente e pressupõem uma escolha entre distintas possibilidades (p. 117).^{192,193}

O último dos princípios especiais da causalidade psíquica é a análise relacional, que representa a contrapartida da síntese criadora. Enquanto esta última visa à composição dos elementos em um todo, a primeira consiste em destacar de um todo uma determinada parte. Por isso, está diretamente ligada à apercepção, que é exatamente a função da consciência que realiza essa separação. Sem a análise relacional, nós nunca seríamos capazes de ligar os fenômenos logicamente através da relação de fundamento e consequência, que pressupõe a sua prévia separação (p. 118-121).

Chegamos, assim, ao final de nossa análise. O objetivo foi demonstrar como os princípios teóricos da psicologia wundtiana estão fundamentados na sua teoria do conhecimento. Vimos, primeiro, como a própria possibilidade de uma ciência psicológica só surge a partir do quadro geral da evolução do conhecimento humano, no qual as ciências particulares ocupam um lugar intermediário. Em seguida, mostramos como a idéia de uma psicologia, juntamente com a sua subdivisão, repousa sobre a sua teoria da experiência, que também é parte de sua teoria do conhecimento. Por fim, destacamos os princípios teóricos fundamentais de sua psicologia, que são apenas consequências extraídas dos pontos discutidos no terceiro capítulo. Esperamos, com

¹⁹² Nesse caso, a síntese criadora assume uma forma especial, que Wundt chamou de princípio da heterogenia dos fins (*Prinzip der Heterogenie der Zwecke*), a saber, a afirmação de que os fins alcançados extrapolam as suas representações originárias, na medida em que no meio do caminho vão surgindo novos motivos para a ação (NWP₁, 117-120; L₄, III, 272-278). Esse princípio, que também é uma consequência das considerações gnosiológicas de Wundt sobre o conceito de finalidade (*Zweck*) (ver seção 3.4), vai desempenhar um papel relevante na ética wundtiana, que infelizmente não pode ser aqui tratada.

¹⁹³ Há aqui uma aparente contradição com o que tinha sido exposto no seu *System*, no sentido de haver uma identidade geral entre a explicação regressiva e a explicação finalista. No entanto, essa contradição se desfaz tão logo se compreenda que Wundt tem aqui em mente apenas a forma mais complexa de finalidade, a saber, aquela que se manifesta nos produtos culturais e que é a mais relevante para sua psicologia.

isso, ter fornecido uma fundamentação satisfatória para a nossa tese central, cujas conseqüências para a interpretação da obra de Wundt serão discutidas a seguir.

CONCLUSÃO

Tendo analisado, nos capítulos anteriores, o desenvolvimento do projeto wundtiano de uma psicologia científica – mais especificamente no que se refere à sua fundamentação filosófica –, gostaríamos agora de retomar as questões levantadas na introdução do presente trabalho, a fim de relacioná-las com os resultados de nossa análise e, a partir daí, oferecer algumas linhas gerais para uma nova interpretação do pensamento de Wundt. De modo algum, contudo, pretendemos aqui apresentar uma solução completa e definitiva. Ao contrário, esperamos que nossa investigação possa vir a ser complementada no futuro, especialmente no que diz respeito a aspectos mais específicos de seu projeto psicológico.

Como dissemos na introdução, a questão que nos parece mais urgente na interpretação da psicologia wundtiana, e que permanece em aberto, refere-se ao problema da continuidade ou ruptura no pensamento de Wundt. Sobre esse ponto, acreditamos que nossa análise forneceu evidências importantes, que nos permitem agora apresentar uma resposta geral satisfatória para tal questão. Em primeiro lugar, mostramos no primeiro capítulo como o projeto inicial de Wundt – representado pelas *Beiträge* e pelas *Vorlesungen* – aponta para um sistema unificado de psicologia, cuja base é constituída pela teoria lógica da mente. Ora, na medida em que todo processo psíquico é de natureza lógico-inferencial e resulta de uma atividade inconsciente, toda explicação psicológica consiste em especificar a ocorrência de tais inferências, o que garante uma estratégia explicativa perfeitamente unificada. Além disso, esse projeto inicial já aponta também para uma metafísica monista, embora ainda não amadurecida, que procura explicar a dualidade da experiência concreta e unificar o campo do conhecimento humano.

É exatamente em relação a esse projeto psicológico inicial que pudemos localizar uma ruptura fundamental – envolvendo uma reformulação de toda a sua base teórica de sustentação –,

que parece ter sido a única deste porte ao longo de todo o desenvolvimento intelectual de Wundt. Como ficou claro no segundo capítulo, foi o abandono da teoria lógica da mente, incluindo aí a relevância da noção de inconsciente para a explicação da vida psíquica, que o levou a buscar um outro fundamento para o seu projeto de uma psicologia científica. A partir da primeira edição dos *Grundzüge*, em 1874, Wundt dá à sua psicologia uma nova direção, em que a noção de consciência passa a assumir o lugar privilegiado antes ocupado pelo inconsciente. Depois disso, Wundt vai desenvolvendo aos poucos todas as dimensões de sua nova psicologia, até estabelecê-la definitivamente na década de 1890, após ter completado seu sistema de filosofia. As eventuais modificações que ele introduz em seu sistema psicológico a partir dessa época – grande parte das quais se refere apenas ao modo de exposição – podem estar relacionadas a algumas correções em função de novos resultados oriundos das pesquisas empíricas, mas de modo algum significam uma alteração essencial na sua estrutura teórica fundamental. Até a sua morte, em 1920, Wundt manteve-se fiel ao seu sistema maduro de psicologia, como atestam seus escritos teóricos fundamentais.

Isso nos leva a uma outra questão importante. Em nossa análise, acreditamos ter obtido êxito não apenas em demonstrar a existência e a extensão da ruptura, mas principalmente em explicá-la. A chave para nossa interpretação nós a encontramos nos *physikalischen Axiome* – um livro completamente ignorado na literatura secundária – e em outros documentos raros e/ou inéditos, alguns deles utilizados aqui pela primeira vez. Pudemos então comprovar que foram os intensos estudos filosóficos de Wundt – em especial os de lógica e filosofia da ciência – que o levaram a abandonar a identificação entre os planos lógico e ontológico, que estava na origem de sua teoria lógica da mente. Além disso, mostramos que Kant teve uma influência decisiva sobre seu amadurecimento filosófico, muito embora isto não implique sua adesão ao idealismo transcendental.

Ainda no que diz respeito à filosofia, é importante aqui reafirmar que foi somente após a publicação do *System*, em 1889, que Wundt encontrou a expressão definitiva de seu pensamento, incluindo aí o lugar que a psicologia nele ocupa. Isso significa que ele só conseguiu estabelecer definitivamente os fundamentos de seu novo sistema psicológico após ter concebido seu sistema filosófico. Entretanto, embora isso já pudesse representar um passo significativo na corroboração de nossa tese central, é insuficiente para sustentá-la, uma vez que é preciso ainda demonstrar a relação entre ambos os sistemas. Por isso, tivemos a preocupação de analisar, no terceiro e no quarto capítulos, em que sentido o desenvolvimento da teoria wundtiana do conhecimento está intimamente ligado à fundamentação de sua psicologia científica, de forma que é possível agora responder à seguinte questão: em que medida pode-se dizer que Wundt reencontrou em seu sistema psicológico a unidade perdida com aquela ruptura fundamental? A resposta está dada, a nosso ver, nos princípios teóricos e na definição de psicologia que ele formulou a partir do início da década de 1890, que estão logicamente fundamentados na sua teoria do conhecimento. É aí que se encontra a verdadeira unidade de sua psicologia madura.

Mas em que consiste exatamente essa unidade? Ora, como vimos no terceiro e no quarto capítulos, ela só pode significar uma unidade teórico-conceitual, jamais uma unidade metodológica, devido às exigências específicas das diversas áreas de investigação. Isso significa, em primeiro lugar, que toda a psicologia de Wundt está fundada na noção de experiência imediata, cuja oposição à experiência mediata constitui a própria base de sua teoria do conhecimento. É através desse conceito de experiência que ele vai fundamentar também as oposições entre mente e matéria, por um lado, e entre causalidade física e causalidade psíquica, por outro. Finalmente, o princípio do paralelismo psicofísico serve como expressão geral para essa autonomia epistemológica em relação às ciências da natureza. Em segundo lugar, é a partir dessa mesma unidade teórico-conceitual que devemos compreender a dualidade metodológica de

sua psicologia. Ora, não há contradição alguma no projeto wundtiano – seja entre a psicologia individual e a VP, entre o Wundt cientista e o Wundt filósofo ou entre o dualismo metodológico e o monismo ontológico –, desde que estejamos sempre atentos para as premissas de sua teoria do conhecimento. Em outras palavras, a unificação das distintas áreas do saber só pode ocorrer no plano metafísico, em termos da elaboração de uma nova *Weltanschauung*, que por princípio extrapola os limites estabelecidos para as ciências particulares. Assim, não faz sentido cobrar de Wundt algo que ele mesmo jamais pensou ser possível.

Diante de tudo isso, só nos resta concluir que William James cometeu um grande equívoco ao proferir seu veredito sobre a psicologia wundtiana, que apresentamos na introdução. Foi ele quem não percebeu a unidade fundamental por trás do pensamento wundtiano, tendo se restringido, ao que tudo indica, apenas a um exame de questões empíricas menores da psicologia fisiológica. Caso tivesse se ocupado com o sistema filosófico de Wundt, teria visto ali a base de sua psicologia, ainda que não a fonte de suas teorias empíricas particulares, que poderiam perfeitamente sofrer correções sem que isso viesse a implicar uma alteração na estrutura conceitual de seu sistema.

Também com base nos resultados de nossa análise, gostaríamos de propor um novo quadro de referência para a interpretação do **pensamento psicológico** de Wundt, dividido em quatro fases distintas: 1) fase inicial (1858-1863), que inclui desde seu primeiro artigo psicológico até a publicação das *Vorlesungen*, e se caracteriza pela aceitação da teoria lógica da mente; 2) fase de transição (1864-1879), marcada pelo início de suas reflexões filosóficas mais sistemáticas, pela publicação da primeira edição dos *Grundzüge* e por artigos psicológicos menores, tendo como característica principal a recusa da teoria lógica da mente; 3) fase de consolidação (1880-1889), que abrange, entre outros, a primeira edição da *Logik*, a segunda e a terceira edições dos *Grundzüge* – que consolidam o papel central da consciência na demarcação

do domínio de investigação psicológica –, a *Ethik*, o importante artigo de 1888 sobre a nova fundamentação da VP e o *System der Philosophie*; 4) fase de maturidade (1890-1920), caracterizada principalmente pelo estabelecimento dos três princípios teóricos fundamentais de sua psicologia (*Seele, psychische Kausalität e psychophysischer Parallelismus*) e pelo desenvolvimento de sua VP, com a qual se ocupou ininterruptamente nos últimos vinte anos de sua vida.

Vale ressaltar, contudo, que nossa proposta não pretende ser mais do que um quadro geral de referência, cujas separações artificiais não podem de forma alguma ser tomadas como substituto do próprio curso natural do desenvolvimento intelectual de Wundt. Esse quadro, ao privilegiar a ruptura como critério principal, exclui, por exemplo, o importante fato de que há vários elementos constantes, ainda que nem sempre explícitos, ao longo de toda a obra de Wundt. Assim, podemos ver já nas *Vorlesungen*, como mostramos no primeiro capítulo, o caráter embrionário de suas grandes posições filosóficas: o monismo ontológico, o paralelismo psicofísico e o antimaterialismo. Nossa classificação tem como objetivo apenas facilitar a compreensão de seu desenvolvimento intelectual, ao mesmo tempo em que busca corrigir os equívocos de tentativas anteriores. Os assim chamados “Período de Heidelberg” e “Período de Leipzig”, por exemplo, não podem jamais ser utilizados para designar dois projetos unitários e distintos de psicologia, uma vez que foi ainda em Heidelberg que Wundt abandonou a concepção de psicologia presente nas *Vorlesungen*. E mesmo estando em Leipzig, foi somente mais tarde que ele encontrou a fundamentação definitiva de sua nova psicologia. Em linhas gerais, parece mais adequado dizer, portanto, que há dois projetos psicológicos, separados por uma ruptura estrutural, mas cada um deles concebido coerentemente em seus fundamentos.

Voltando à questão da unidade subjacente à fase de maturidade, em que pese o longo e cuidadoso trabalho de Wundt na fundamentação de seu projeto psicológico, é no coração mesmo

de sua proposta que encontramos um grave problema, que abala a própria estrutura daquele projeto. Trata-se aqui da noção de experiência imediata como fundamento último da autonomia da investigação psicológica. Ora, se a experiência imediata é intuitiva, pré-conceitual e está sempre em fluxo constante, como é possível haver então uma ciência desta experiência, já que a própria atividade científica pressupõe uma codificação do mundo empírico na forma de conceitos? Mesmo estando ciente dos equívocos produzidos pela substancialização e pela espacialização dos fenômenos mentais, tendo sempre os concebido como processos ininterruptos, Wundt parece ter sido vítima da própria tradição que procurava superar, ao aceitar ingenuamente a possibilidade de um acesso não-conceitual à experiência subjetiva – uma espécie de “experiência pura” –, como se os conceitos da psicologia fossem menos abstratos do que os da ciência natural. Se há uma experiência deste tipo – tema este que não está aqui em discussão –, certamente não é possível conceitualizá-la, o que equivale a dizer que ela jamais poderia constituir o objeto específico de qualquer ciência. Desse modo, a própria distinção entre experiência imediata e experiência mediata, que funda o projeto psicológico wundtiano, parece perder seu sentido, pelo menos enquanto fundamento para a distinção entre os dois tipos de perspectiva científica. Nesse sentido, não vislumbramos qualquer solução possível para tal impasse, respeitando as premissas do sistema de Wundt.

Há ainda um segundo problema fundamental no projeto wundtiano, que diz respeito à unidade empírica da mente. A noção de experiência imediata só diz respeito ao sujeito da experiência, isto é, à perspectiva que o indivíduo assume diante dela. Ora, se a VP implica uma totalidade empírica que extrapola a esfera individual, quem é o sujeito empírico consciente dos processos psíquicos coletivos? Ou não se poderia mais aqui falar em consciência? Ao tentar resolver esse problema, Wundt acabou caindo em um conjunto de metáforas e expressões muito vagas, que só poderiam encontrar seu sentido último na esfera metafísica, infringindo, portanto,

os próprios limites estabelecidos para a teorização psicológica. Ora, a suposição de um “organismo psíquico coletivo” só faz sentido no plano metafísico, como um elo intermediário entre a psique individual e o espírito absoluto ou universal, que constitui a justificação última para o movimento do mundo. Entretanto, isso nada tem a ver com a psicologia científica, que só deve se ater à experiência imediata, como o próprio Wundt afirmou inúmeras vezes. Isso nos leva, portanto, à conclusão de que a clara distinção entre os planos empírico e metafísico, embora tenha sido concebida teoricamente por Wundt, nunca foi por ele totalmente respeitada.

Além desses problemas que nos parecem ser os mais relevantes para uma análise crítica do projeto psicológico wundtiano, surgiram muitas questões, ao longo do trabalho, que infelizmente não puderam ser discutidas, tendo em vista os limites estabelecidos para o mesmo. Na medida em que nosso objetivo visa apenas à fundamentação deste projeto, mas não à execução do mesmo, fomos obrigados a deixar de lado questões importantes, que poderão, no entanto, ser investigadas em pesquisas futuras. Dentre elas, duas nos parecem especialmente relevantes. Primeiro, a relação entre os preceitos metodológicos de Wundt e as investigações empíricas realizadas no Laboratório de Leipzig. Isso poderia fornecer um parâmetro para avaliar em que medida ele teria permanecido fiel ao seu próprio projeto de maturidade. Em segundo lugar, a especificação da vontade enquanto fenômeno psíquico por excelência. Aqui, seria interessante acompanhar os vários níveis da constituição da vontade, até chegar ao plano metafísico, para então relacioná-la com o seu projeto como um todo.

Finalmente, cabe uma palavra acerca da atualidade de Wundt. Nesse sentido, o que nos parece mais relevante em todo o seu projeto psicológico é a questão da autonomia da psicologia, que envolve dois níveis diferentes. Em um primeiro momento, essa autonomia está relacionada à irreduzibilidade da psicologia como campo de investigação científica. Tendo em vista as ameaças cada vez mais freqüentes de um desaparecimento futuro ou reformulação total da psicologia em

função do avanço das neurociências, é muito oportuno reler os textos teóricos de Wundt, em que ele argumenta que, independente de qualquer progresso empírico que possa haver nas ciências naturais, a autonomia da psicologia envolve primordialmente questões conceituais, que antecedem a própria investigação empírica. É quando presenciamos a incapacidade atual de um número não-desprezível de psicólogos de justificar seu próprio campo de investigação que compreendemos a atualidade do pensamento de Wundt. Foi ele, sem dúvida, um dos mais vigorosos defensores da emancipação metodológica e epistemológica da psicologia.

Isso nos leva diretamente à discussão do segundo nível da autonomia, não menos atual: a questão da relação entre filosofia e psicologia. Wundt lamentou até o fim de sua vida a separação radical entre as duas disciplinas, que ocorreu primeiro, e de modo especialmente acentuado, na Alemanha. Para ele, a autonomia da psicologia em relação à filosofia estava relacionada apenas à filiação da primeira a sistemas metafísicos pré-concebidos, mas jamais à ausência de interlocução entre os representantes de ambas. A perda seria mútua, preconizava Wundt. Por isso, a psicologia era para ele inconcebível sem uma fundamentação gnosiológica rigorosa, que só a análise filosófica poderia fornecer. Nesse sentido, quando presenciamos hoje a distância cada vez maior que separa a formação e a atuação dos psicólogos das questões filosóficas fundamentais que permeiam a própria psicologia – somada à falta de consciência da importância dessas mesmas questões –, é impossível não reconhecer aqui as nefastas conseqüências a longo prazo previstas por Wundt.

Com o presente trabalho, esperamos ter feito uma dupla justiça ao nome e à figura de Wundt. Primeiro, acreditamos ter mostrado a profundidade e a fecundidade de seu pensamento, que merece ser tratado de forma menos caricatural nos livros de história da psicologia. Uma adequada compreensão de sua psicologia pressupõe o entendimento de seus interesses filosóficos e do desenvolvimento de seu pensamento. Segundo, ao aludir à atualidade de seu pensamento,

pretendemos indicar também que as discussões das questões fundamentais da psicologia, antes de serem meras relíquias de sua história, pertencem continuamente ao seu presente, como se fosse uma espécie de eterno retorno do qual ela não pode escapar.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES NÃO IMPRESSAS

- Universitätsarchiv Leipzig – Nachlass Wundt (UAL, NW)
- Universitätsarchiv Heidelberg – Personalakte (UAH, PA)

FONTES IMPRESSAS

ESCRITOS DE WUNDT (em ordem cronológica)

- Die Lehre von der Muskelbewegung. Braunschweig: Friedrich Vieweg und Sohn, 1858
- Beiträge zur Theorie der Sinneswahrnehmung. Leipzig und Heidelberg: C. F. Winter, 1862
- Vorlesungen über die Menschen- und Thierseele. 2 Bände. Leipzig: Voß, 1863
- Ueber Dr. Hering's Kritik meiner Theorie des binocularen Sehens. Annalen der Physik und Chemie, 120: 172-176, 1863
- Lehrbuch der Physiologie des Menschen. Erlangen: Enke, 1865
- Die Physikalischen Axiome und Ihre Beziehung zum Causalprincip. Erlangen: Enke, 1866
- Rezension von Cornelius' Grundzüge einer Molecularphysik. Kritische Blätter für wissenschaftliche und praktische Medizin, 42: 377-378, 1866
- Handbuch der medicinischen Physik. Erlangen: Enke, 1867
- Neuere Leistungen auf dem Gebiete der physiologischen Psychologie. Vierteljahrschrift für Psychologie, Psychiatrie und gerichtliche Medicin, 1: 23-56, 1867
- Rezension von Haeckels Generelle Morphologie der Organismen. Kritische Blätter für wissenschaftliche und praktische Medizin, 2: 13-17 + 5: 41-45, 1867
- Rezension von Helmholtz' Handbuch der physiologischen Optik. Deutsche Klinik, 19: 326-328, 1867
- Lehrbuch der Physiologie des Menschen. 2. Aufl. Erlangen: Enke, 1868

- Über die Entstehung räumlicher Gesichtswahrnehmungen. Philosophische Monatshefte, 3: 225-247, 1869
- Rezension von Harms' Philosophische Einleitung in die Encyclopädie der Physik, 1. Band. Philosophische Monatshefte, 5: 253-259, 1870
- Lehrbuch der Physiologie des Menschen. 3. Aufl. Erlangen: Enke, 1873
- Grundzüge der Physiologischen Psychologie. Leipzig: Engelmann, 1874
- Ueber die Aufgabe der Philosophie in der Gegenwart. Rede gehalten zum Antritt des öffentlichen Lehramtes der Philosophie an der Hochschule in Zürich am 31. Oktober 1874. Leipzig: Engelmann, 1874
- Über den Einfluss der Philosophie auf die Erfahrungswissenschaften. Akademische Antrittsrede in Leipzig. Leipzig: Engelmann, 1875
- Rezension von Spencers Grundlagen der Philosophie. Jenaer Literaturzeitung, 2: 893-894, 1875
- Central innervation and consciousness. Mind, 1(2): 161-168, 1876
- Rezension von Hermanns Die Sprachwissenschaft nach ihrem Zusammenhang mit Logik, menschlicher Geistesbildung und Philosophie. Literarisches Centralblatt für Deutschland, 31: 1003, 1876
- Rezension von Spencers Einleitung in das Studium der Sociologie. Jenaer Literaturzeitung, 3: 295-296, 1876
- Philosophy in Germany. Mind, 2: 493-518, 1877
- Rezension von Spencers System der synthetischen Philosophie, II: Die Principien der Biologie, Band 1. Jenaer Literaturzeitung, 4: 250-251, 1877
- Rezension von Spencers System der synthetischen Philosophie, II: Die Principien der Biologie, Band 2. Jenaer Literaturzeitung, 5: 35-36, 1878

- Logik. Eine Untersuchung der Principien der Erkenntniss und der Methoden wissenschaftlicher Forschung. (2 Bände) Stuttgart: Enke, 1880-1883
- Grundzüge der Physiologischen Psychologie. 2. Aufl. (2 Bände) Leipzig: Engelmann, 1880
- Gehirn und Seele, 1880. In: Essays. 2. Aufl. Leipzig: Engelmann, 1906 (S. 139-186)
- Berichtigende Bemerkung zu dem Aufsätze des Herrn B. Erdmann – “Zur zeitgenössischen Psychologie in Deutschland”. Vierteljahrsschrift für wissenschaftliche Philosophie, 4: 137-138, 1880
- Die Aufgaben der experimentellen Psychologie. Unsere Zeit, 3: 3-20, 1882
- Über psychologische Methoden. Philosophische Studien, 1: 1-38, 1883
- Die Thierpsychologie. In: Essays. Leipzig: Engelmann, 1885 (S. 182-198)
- Zur Kritik des Seelenbegriffs. Philosophische Studien, 2: 483-494, 1885
- Die Sprache und das Denken, 1885. In: Essays. 2. Aufl. Leipzig: Engelmann, 1906 (S. 269-317)
- Ethik. Eine Untersuchung der Thatsachen und Gesetze des sittlichen Lebens. Stuttgart: Enke, 1886
- Ueber den Begriff des Gesetzes, mit Rücksicht auf die Frage der Ausnahmslosigkeit der Lautgesetze. Philosophische Studien, 3: 195-215, 1886
- Das Sittliche in der Sprache. Deutsche Rundschau, 12: 70-92, 1886
- Über die physikalischen Axiome. Festschrift des historisch-philosophischen Vereins in Heidelberg zum Universitätsjubiläum, S. 87-99, 1886
- Rezension von Gerbers Die Sprache und das Erkennen. Literarisches Centralblatt für Deutschland, 8: 254-255, 1886
- Grundzüge der Physiologischen Psychologie. 3. Aufl. (2 Bände) Leipzig: Engelmann, 1887
- Ueber Ziele und Wege der Völkerpsychologie. Philosophische Studien, 4: 1-27, 1888

- Selbstbeobachtung und innere Wahrnehmung. Philosophische Studien, 4: 292-309, 1888
- System der Philosophie. Leipzig: Engelmann, 1889
- Ueber die Eintheilung der Wissenschaften. Philosophische Studien, 5: 1-55, 1889
- Über das Verhältnis des Einzelnen zur Gemeinschaft, 1891. In: Reden und Aufsätze. Leipzig: Kröner, 1913
- Zur Frage der Localisation der Grosshirnfunctionen. Philosophische Studien, 6: 1-25, 1891
- Vorlesungen über die Menschen- und Thierseele. 2. Aufl. Hamburg/Leipzig: Voss, 1892
- Was soll uns Kant nicht sein? Philosophische Studien, 7: 1-49, 1892
- Grundzüge der Physiologischen Psychologie. 4. Aufl. (2 Bände) Leipzig: Engelmann, 1893
- Ueber psychische Causalität und das Princip des psychophysischen Parallelismus. Philosophische Studien, 10: 1-124, 1894
- Grundriss der Psychologie. Leipzig: Engelmann, 1896
- Über die Definition der Psychologie. Philosophische Studien, 12: 1-66, 1896
- Ueber naiven und kritischen Realismus, Erster Artikel. Philosophische Studien, 12: 307-408, 1896
- System der Philosophie. 2. Aufl. Leipzig: Engelmann, 1897
- Ueber naiven und kritischen Realismus, Zweiter Artikel. Philosophische Studien, 13: 1-105, 1898
- Ueber naiven und kritischen Realismus, Dritter Artikel. Philosophische Studien, 13: 323-433, 1898
- Völkerpsychologie – Eine Untersuchung der Entwicklungsgesetze von Sprache, Mythos und Sitte. Erster Band: Die Sprache. Leipzig: Engelmann, 1900
- Sprachgeschichte und Sprachpsychologie, mit Rücksicht auf B. Delbrücks „Grundfragen der Sprachforschung“. Leipzig: Engelmann, 1901

- Gottfried Wilhelm Leibniz. Akademischer Vortrag gehalten in Anwesenheit Seiner Majestät des Königs Georg von Sachsen im November 1902. In: Reden und Aufsätze. Leipzig: Kröner, 1913 (S. 232-253)
- Grundzüge der Physiologischen Psychologie. 5. Aufl. (3 Bände) Leipzig: Engelmann, 1902-1903
- Naturwissenschaft und Psychologie. Sonderausgabe der Schlussbetrachtungen zur fünften Auflage der physiologischen Psychologie. Leipzig: Engelmann, 1903
- Logik. Eine Untersuchung der Principien der Erkenntnis und der Methoden wissenschaftlicher Forschung. 3. Aufl. (3 Bände) Stuttgart: Enke, 1906-1908
- Die Entwicklung des Willens. In: Essays. 2. Aufl. Leipzig: Engelmann, 1906 (S. 318-345)
- Über Ausfrageexperimente und über die Methoden zur Psychologie des Denkens. Psychologische Studien, 8: 301-360, 1907
- Kritische Nachlese zur Ausfragemethode. Archiv für die gesamte Psychologie, 21: 445-459, 1908
- Grundzüge der Physiologischen Psychologie. 6. Aufl. (3 Bände) Leipzig: Engelmann, 1908-1911
- Das Institut für experimentelle Psychologie. In: Festschrift zur Feier des 500 jährigen Bestehens der Universität Leipzig. Herausgegeben vom Rektor und Senat der Universität Leipzig. Leipzig: Hirzel, 1909 (S. 118-133)
- Die Prinzipien der mechanischen Naturlehre. Stuttgart: Enke, 1910
- Über psychische Kausalität, 1910. In: Kleine Schriften, Bd. II. Leipzig: Engelmann, 1911 (S. 1-112)
- Naturwissenschaft und Psychologie. Sonderausgabe des Schlussabschnittes zur sechsten Auflage der physiologischen Psychologie. Leipzig: Engelmann, 1911

- Ziele und Wege der Völkerpsychologie. In: Probleme der Völkerpsychologie. Leipzig: Wiegandt, 1911 (S. 1-35)
- Einführung in die Psychologie. Leipzig: Voigtländer, 1911
- Elemente der Völkerpsychologie. Grundlinien einer psychologischen Entwicklungs-geschichte der Menschheit. Leipzig: Kröner, 1912
- Sinnliche und Übersinnliche Welt. Leipzig: Kröner, 1914
- Eine Berichtigung. Literarisches Zentralblatt, 43: 1079, 1915
- Völkerpsychologie und Entwicklungspsychologie. Psychologische Studien, 10: 189-238, 1916
- Leibniz. Zu seinem 200 jährigen Todestag. Leipzig: Kröner, 1917
- Einleitung in die Philosophie. 7. Aufl. Leipzig: Kröner, 1918
- System der Philosophie. 4. Aufl. (2 Bände) Leipzig: Engelmann, 1919
- Erlebtes und Erkanntes. Stuttgart: Alfred Kröner, 1920
- Logik. Eine Untersuchung der Principien der Erkenntniss und der Methoden wissenschaftlicher Forschung. 4. Aufl. 3. Band (Logik der Geisteswissenschaften). Stuttgart: Enke, 1921

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adickes, E. (1898) Philosophie, Metaphysik und Einzelwissenschaften. Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik, 113: 216-231
- Allison, H. (1983) Kant's transcendental idealism. New Haven/London: Yale University Press
- Araujo, S. F. (2001) A ciência cognitiva e o problema da 'folk psychology'. Temas em Psicologia da SBP, 14(2): 111-119
- Araujo, S. F. (2003a) A obra inicial de Wundt: um capítulo esquecido na historiografia da psicologia. Revista do Departamento de Psicologia da UFF, 15(2): 63-76

- Araujo, S. F. (2003b) *Psicologia e neurociência: uma avaliação da perspectiva materialista no estudo dos fenômenos mentais*. Juiz de Fora: EDUFJF
- Araujo, S. F. (2006) *Wie aktuell ist Wilhelm Wundts Stellung zum Leib-Seele-Problem?* Schriftenreihe der Deutschen Gesellschaft für Geschichte der Nervenheilkunde, 12: 199-208
- Araujo, S. F. (2007) *Wilhelm Wundt als Assistent von Hermann v. Helmholtz an der Medizinischen Fakultät der Universität Heidelberg: Berichtigende Bemerkungen*. In: Pfrepper, R. (Hg.) *Medizin-, Pharmazie- und Wissenschaftsgeschichte vom Mittelalter bis zur Gegenwart. Festschrift für Ingrid Kästner zum 65. Geburtstag*. Aachen: Shaker (S. 185-192)
- Ariés, P. (1978) *A história das mentalidades*. In: Le Goff, J. (org.) *A nova história*. 4. ed. Sao Paulo: Martins Fontes, 1998
- Arnold, A. (1977) *Zu den philosophischen Auffassungen Wilhelm Wundts*. In: *Psychologehistorische Manuskripte*. Herausgegeben von der Gesellschaft für Psychologie der Deutschen Demokratischen Republik. Berlin (S. 34-42)
- Arnold, A. (1979) *Wilhelm Wundts erkenntnistheoretische Konzeption*. *Wissenschaftliche Zeitschrift der Karl-Marx-Universität Leipzig. Gesellschafts- und Sprachwissenschaftliche Reihe*, 28 (Heft 2): 187-196
- Arnold, A. (1980) *Wilhelm Wundt – Sein philosophisches System*. Berlin : Akademie-Verlag
- Ash, M. (1998) *Gestalt psychology in German culture, 1890-1967: Holism and the quest for objectivity*. Cambridge: Cambridge University Press
- Avenarius, R. (1876) *Philosophie als Denker der Welt gemäss dem Princip des kleinsten Kraftmasses. Prolegomena zu einer Kritik der reinen Erfahrung*. Leipzig: Fues
- Avenarius, R. (1888) *Kritik der reinen Erfahrung. Erster Band*. Leipzig: Fues

- Avenarius, R. (1890) Kritik der reinen Erfahrung. Zweiter Band. Leipzig: Reisland
- Baumann, J. (1881) Wundt's Lehre vom Willen und sein animistischer Monismus. Philosophische Monatshefte, 17: 558-602
- Baumann, J. (1882) Nochmals „Wundt's Lehre vom Willen und sein animistischer Monismus“. Philosophische Monatshefte, 19: 354-374
- Bejat, M. (1980) Wilhelm Wundt and the beginnings of experimental psychology in Romania. In: Wissenschaftliche Beiträge der Karl-Marx-Universität. Wilhelm Wundt – Progressives Erbe, Wissenschaftsentwicklung und Gegenwart. Leipzig: Karl-Marx-Universität (S. 227-232)
- Ben-David, J. & Collins, R. (1966) Social factors in the origins of a new science: The case of psychology. American Sociological Review, 31(4): 451-465
- Beneke, F.E. (1820) Erfahrungsseelenlehre als Grundlage alles Wissens in Ihren Hauptzügen. Berlin: Mittler
- Beneke, F.E. (1833) Lehrbuch der Psychologie. Berlin: Mittler
- Benetka, G. (2002) Denkstile der Psychologie. Das 19. Jahrhundert. Wien: WUV-Univ.-Verl.
- Bergmann, J. (1867) Ueber drei Schriften vom Standpunkte der mechanischen Naturauffassung, nebst einer einleitenden Betrachtung über das Verhältnis der Metaphysik und Naturwissenschaft. Der Gedanke, 7: 23-67
- Blumenthal, A. (1970) Language and psychology. Historical aspects of psycholinguistics. New York: John Wiley & Sons
- Blumenthal, A. (1975) A reappraisal of Wilhelm Wundt. American Psychologist, 30: 1081-1088
- Blumenthal, A. (1979) The founding father we never knew. Contemporary Psychology, 24(7): 548-550

- Blumenthal, A. (1980a) Wilhelm Wundt and early american psychology: a clash of cultures. In: Rieber, R. & Salzinger, K. (eds.) Psychology: theoretical-historical perspectives. New York: Academic Press (p. 25-42)
- Blumenthal, A. (1980b) Wilhelm Wundt – Problems of interpretation. In: Bringmann, W. & Tweney, R. (eds.) Wundt studies: A centennial collection. Toronto: C. J. Hogrefe (p. 435-445)
- Blumenthal, A. (1985) Wilhelm Wundt: Psychology as the propaedeutic science. In: Buxton, C. (ed.) Points of view in the modern history of psychology. Orlando: Academic Press
- Blumenthal, A. (2001) A Wundt primer: the operating characteristics of consciousness. In: Rieber, R. & Robinson, D. (eds.) Wilhelm Wundt in History: the making of a scientific psychology. New York: Kluwer Academic/Plenum (p. 121-144)
- Borges, M. (2003) Psicologia empírica, antropologia e metafísica dos costumes em Kant. Kant e-Prints, 2(1): 1-10
- Boring, E. (1950) A history of experimental psychology. 2. Aufl. New York: Appleton-Century-Crofts
- Boring, E. (1953) A history of introspection. Psychological Bulletin, 50(3): 169-189
- Brandt, P. (2001) Volk. In: Ritter, J., Gründer, K. & Gabriel, G. (Hgg.) Historisches Wörterbuch der Philosophie, Bd. 11. Basel: Schwabe & Co AG (Sp. 1080-1090)
- Braunshausen, N. (1911) Eine Krisis der experimentellen Psychologie? Archiv für gesamte Psychologie, 21 (Literaturbericht): 1-10
- Brecht, F. (1953) Die Philosophie an der Universität Heidelberg seit 1803. Ruperto Carola, 5 (9/10): 55-67
- Bringmann, W. & Balance, W. (1975) Wilhelm Wundt's Lehr- und Wanderjahre. Psychologie Heute, Heft 12: 12-18; 74-77

- Bringmann, W., Brauns, H.-P. & Bringmann, M. (2003) Wundt an der Friedrich-Wilhelms-Universität zu Berlin – ein Vergleich autobiographischer und privater Dokumente. In: Sprung, L. & Schönflug, W. (Hgg.) Zur Geschichte der Psychologie in Berlin. 2. Aufl. Frankfurt a.M.: Peter Lang (S. 93-107)
- Bringmann, W. Bringmann, N. & Balance, W. (1980) Wilhelm Maximilian Wundt 1832-1874: The formative years. In: Bringmann, W. & Tweney, R. (eds.) Wundt studies: A centennial collection. Toronto: C. J. Hogrefe (p. 13-32)
- Bringmann, W. Bringmann, G. & Cottrell, D. (1976) Helmholtz und Wundt an der Heidelberger Universität 1858-1871. Heidelberger Jahrbücher, 20: 79-88
- Bringman, W. & Scheerer, E. (eds.) (1980) Wundt centennial issue. Psychological Research, 42 (1-2)
- Bringmann, W. & Tweney, R. (eds.) (1980) Wundt studies: a centennial collection. Toronto: C. J. Hogrefe
- Bringmann, W. & Ungerer, G. (1980) Experimental vs. Educational psychology: Wilhelm Wundt's Letters to Ernst Meumann. Psychological Research, 42: 57-73 (Wundt Centennial Issue)
- Brock, A. (1992) Something old, something new. The 'reappraisal' of Wilhelm Wundt in textbooks. Theory and psychology, 3(2): 235-242
- Büchner, L. (1855) Kraft und Stoff. In: Wittich, D. (Hg.). Schriften zum kleinbürgerlichen Materialismus in Deutschland, Bd 2. Berlin: Akademie-Verlag, 1971
- Bühler, K. (1907) Tatsachen und Probleme zu einer Psychologie der Denkvorgänge. I. Teil. Archiv für die gesamte Psychologie, 9: 297-369

- Bühler, K. (1908). Antwort auf die von W. Wundt erhobenen Einwände gegen die Methode der Selbsoberwachung an experimentell erzeugten Erlebnissen. *Archiv für die gesamte Psychologie*, 12: 93-123
- Bühler, K. (1909) Zur Kritik der Denkkperimente. *Zeitschrift für Psychologie und Physiologie der Sinnesorgane*, 51: 108-118
- Bühler, K. (1929) *Die Krise der Psychologie*. 2. Aufl. Frankfurt a.M.: Ullstein, 1978
- Carus, C.G. (1831) *Vorlesungen über Psychologie*. Darmstadt: WBG, 1958
- Carus, C.G. (1860) *Psyche*. 2. Aufl. Darmstadt: WBG, 1975
- Cohen, H. (1871) *Kants Theorie der Erfahrung*. Berlin: Dümmler
- Comte, A. (1835) *Cours de Philosophie Positive*, vol. 3: *La philosophie chimique et la philosophie biologicque*. 5 ed. Paris: Anthropos, 1968
- Cornelius, C. S. (1867) *Ueber die Bedeutung des Causalprinzips in der Naturwissenschaft*. Halle: Schmidt
- Cornill, A. (1848) *Kritik des Absoluten und der spekulativen Denkweise*. Leipzig: Otto Wigand
- Cornill, A. (1851) *Ludwig Feuerbach und seine Stellung zur Religion und Philosophie der Gegenwart*. Frankfurt a.M.: Sauerländer
- Cornill, A. (1856) *Arthur Schopenhauer, als Uebergangsformation von einer idealistischen in eine realistische Weltanschauung dargestellt*. Heidelberg: Mohr
- Cornill, A. (1858) *Materialismus und Idealismus in ihren gegenwärtigen Entwicklungskrisen beleuchtet*. Heidelberg: Mohr
- Danziger, K. (1979) The positivist repudiation of Wundt. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 15: 205-230
- Danziger, K. (1980a) Wundt and the two traditions of psychology. In: Rieber, W. (ed.) *Wilhelm Wundt and the making of a scientific psychology*. New York: Plenum Press

- Danziger, K. (1980b) Wundt's psychological experiment in the light of his philosophy of science. *Psychological Research*, 42: 109-122 (Wundt Centennial Issue)
- Danziger, K. (1980c) The history of introspection considered. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 16: 241-262
- Danziger, K. (1983) Origins and basic principles of Wundt's *Völkerpsychologie*. *British Journal of Social Psychology*, 22: 303-313
- Danziger, K. (2001a) Wundt and the temptations of psychology. In: Rieber, R. & Robinson, D. (eds.) *Wilhelm Wundt in History: the making of a scientific psychology*. New York: Kluwer Academic/Plenum (p. 69-94)
- Danziger, K. (2001b) The unknown Wundt: drive, apperception and volition. In: Rieber, R. & Robinson, D. (eds.) *Wilhelm Wundt in History: the making of a scientific psychology*. New York: Kluwer Academic/Plenum (p. 95-120)
- Delbrück, B. (1901) *Grundfragen der Sprachforschung, mit Rücksicht auf W. Wundts Sprachpsychologie*. Strassburg: Trübner
- Dessoir, M. (1902) *Geschichte der neueren deutschen Psychologie*. 2. Aufl. Amsterdam: Bonset, 1964 (Reprintausgabe)
- Diamond, S. (1980) Wundt before Leipzig. In: Rieber, W. (ed.) *Wilhelm Wundt and the making of a scientific psychology*. New York: Plenum Press
- Dilthey, W. (1883) *Einleitung in die Geisteswissenschaften*. In: *Gesammelte Schriften, Band I*. Leipzig/Berlin: Teubner, 1922
- Dilthey, W. (1894) *Ideen über eine beschreibende und zergliedernde Psychologie*. In: *Gesammelte Schriften, Bd. V*. 6 Aufl. Stuttgart/Göttingen: Teubner/Vandenhoeck & Ruprecht, 1974. (S. 139-237)

- Driesch, H. (1929) Grundprobleme der Psychologie. Ihre Krisis in der Gegenwart. 2. Aufl.
Leipzig: Reinicke
- Drobisch, M. (1842) Empirische Psychologie nach naturwissenschaftlicher Methode. Leipzig:
Voss
- Drobisch, M. (1864) Ueber den neuesten Versuch die Psychologie naturwissenschaftlich zu
begründen. Zeitschrift für exacte Philosophie, 4: 313-348
- du Bois-Reymond, E. (1848) Untersuchungen über thierische Elektrizität. Bd. 1. Berlin: Reimer
- Duby, G. (1961) Histoire des mentalités. In: Samaran, C. (dir.) L'histoire et ses méthodes. Paris:
Gallimard (Encyclopédie de la Pléiade, 11)
- Ebbinghaus, H. (1895) Über erklärende und beschreibende Psychologie. Zeitschrift für
Psychologie und Physiologie der Sinnesorgane, 9 (Heft 3/4): 161-205
- Eberlein, G. & Pieper, R. (Hgg.) (1976) Psychologie – Wissenschaft ohne Gegenstand? Frankfurt
a.M.: Campus
- Eckardt, G. (1971) Problemgeschichtliche Untersuchungen zur Völkerpsychologie der zweiten
Hälfte des 19. Jahrhunderts. Wissenschaftliche Zeitschrift der Friedrich-Schiller-
Universität Jena. Gesellschafts- und Sprachwissenschaftliche Reihe, 20 (Heft 4): 7-133
- Eckardt, G. (1997) Einleitung in die historischen Texte. In: Völkerpsychologie – Versuch einer
Neuentdeckung. Texte von Lazarus, Steinthal und Wundt. Weinheim: Psychologie
Verlags Union (p. 7-123)
- Eckardt, G. & Fensch, D. (1977) Vorbemerkung. In: Psychologiehistorische Manuskripte.
Herausgegeben von der Gesellschaft für Psychologie der Deutschen Demokratischen
Republik. Berlin (S. 4-5)

- Echslar, E. (1975) Überlegungen zur weltanschaulich-methodologischen Konzeption Wilhelm Wundts. Beiträge zur Wundt-Forschung. Wissenschaftliche Beiträge der Karl-Marx-Universität Leipzig, Reihe Psychologie. Leipzig: Karl-Marx-Universität (S. 18-29)
- Ehrenberg, H. (1910) Kritik der Psychologie als Wissenschaft. Tübingen: Mohr
- Eisler, R. (1902) W. Wundts Philosophie und Psychologie. Leipzig: Barth
- Eisler, R. (1910) Geschichte des Monismus. Leipzig: Kröner
- Erdmann, B. (1879) Zur zeitgenössischen Psychologie in Deutschland. Vierteljahrsschrift für wissenschaftliche Psychologie, 3: 377-407
- Exner, F. (1842-1844) Die Psychologie der Hegel'schen Schule. 2 Bände. Leipzig: Fleischer
- Fechner, G.T. (1851) Zend-Avesta oder über die Dinge des Himmels und des Jenseits. Vom Standpunkt der Naturbetrachtung. 3 Bde. Leipzig: Voß
- Fechner, G.T. (1860) Elemente der Psychophysik. 2 Bde. Amsterdam: Bonset, 1964 (Reprint der Originalausgabe)
- Fechner, G.T. (1907) Über die Seelenfrage. Ein Gang durch die sichtbare Welt, um die unsichtbare zu finden. 2. Aufl. Hg. v. Eduard Spranger. Hamburg/Leipzig: Voß
- Fellmann, F. (Hg.) (1996) Geschichte der Philosophie im 19. Jahrhundert. Reinbeck: Rowohlt
- Feuerbach, L. (1846) Wider den Dualismus von Leib und Seele, Fleisch und Geist. In: Gesammelte Werke, Bd. 10. 2. Aufl. Berlin: Akademie Verlag, 1982
- Flugel, J. (1964) One hundred years of psychology. Revised edition by D.J. West. London: Methuen
- Flügel, O. (1902) Die Seelenfrage mit Rücksicht auf die neueren Wandlungen gewisser naturwissenschaftlicher Begriffe. 3. Aufl. Cöthen: Schulze
- Freud, S. (1900) Die Traumdeutung. In: Studienausgabe, Bd. 2. Frankfurt a.M: Fischer, 1996

- Frigo, G.F. (2005) Die Natur. In: Sandkühler, H.J. (Hg.) Handbuch Deutscher Idealismus. Stuttgart/Weimar: Metzler
- Fritsche, C. (1980) Die Rolle Wilhelm Wundts in der Krise der bürgerlichen Psychologie. Wissenschaftliche Zeitschrift der Karl-Marx-Universität Leipzig. Gesellschafts- und Sprachwissenschaftliche Reihe, 29 (Heft 2): 137-150
- Froufe, M. (1997) El inconsciente cognitivo. La cara oculta de la mente. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Fuchs, E. (1994) Henry Thomas Buckle. Geschichtsschreibung und Positivismus in England und Deutschland. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag
- Fulgencio, L. (2006) O lugar da psicologia empírica no sistema de Kant. Kant e-Prints, Série 2, 1(1): 89-118
- Giorgi, A. (1992) Toward the articulation of psychology as a coherent discipline. In: A century of psychology as science, Koch, S. & Leary, D. (eds.). Washington, DC: American Psychological Association (p. 46-59)
- Graumann, C. (1980) Experiment, statistics, history: Wundt's first program of psychology. In: Bringmann, W. & Tweney, R. (eds.) Wundt studies: A centennial collection. Toronto: C. J. Hogrefe (p. 33-41)
- Graumann, C. & Sommer, M. (1983) The theorem of unconscious inference. In: Eckardt, G. & Sprung, L. (Hgg.) Advances in historiography of psychology. Berlin: Deutscher Verlag der Wissenschaften (p. 61-77)
- Gréco, P. (1967) Épistémologie de la psychologie. In: Piaget, J. (dir.) Logique et connaissance scientifique. Paris: Gallimard (Encyclopédie de la Pléiade, 22)
- Gregory, F. (1977) Scientific materialism in nineteenth-century Germany. Dordrecht: Reidel

- Gummersbach, W. (1985) Krise der Psychologie. Zur Aktualität eines traditionellen Themas. In: Ash, M & Geuter, U. (Hgg.) Geschichte der deutschen Psychologie im 20. Jahrhundert. Opladen: Westdeutscher Verlag (S. 314-339)
- Gundlach, H. (1983) Folk psychology oder social psychology oder? Das Los des Ausdrucks ‚Völkerpsychologie‘ in den englischen Übersetzungen der Werke Wundts. Berichte aus dem Archiv für Geschichte der Psychologie, Historische Reihe Nr. 5
- Gundlach, H. (1986) Studiosus Wundt im experimentalpsychologischen Praktikum? Psychologische Rundschau, 37: 155
- Gundlach, H. (1999) Wundt, Wilhelm. In: Deutsche Biographische Enzyklopädie, Bd. 10. München: K. G. Saur (p. 598-599)
- Gundlach, H. (2004a) Die Lage der Psychologie um 1900. Psychologische Rundschau, 55 (S1): 2-11
- Gundlach, H. (2004b) Reine Psychologie, Angewandte Psychologie und die Institutionalisierung der Psychologie. Zeitschrift für Psychologie, 212(4): 183-199
- Gutberlet, C. (1898a) Die Krisis in der Psychologie. Philosophisches Jahrbuch, XI (Hefte 1-2): 1-19; 121-146
- Gutberlet, C. (1898b) Der psychophysische Parallelismus. Philosophisches Jahrbuch, XI (Heft 4): 369-396
- Haeckel, E. (1866) Generelle Morphologie der Organismen. 2 Bände. Berlin: Reimer
- Haeckel, E. (1918) Die Welträtsel. 11. Aufl. Berlin: Akademie Verlag, 1960 (Nachdruck)
- Hartmann, D. (1998) Die philosophischen Grundlagen der Psychologie. Darmstadt: WBG
- Hartmann, N. v. (1890) Philosophie des Unbewussten. 3 Bände. 10. Aufl. In: Ausgewählte Werke, Band VII. Leipzig: Haacke
- Hartmann, N. v. (1901) Die moderne Psychologie. Leipzig: Haacke

- Hassin, R., Uleman, J. & Bargh, J. (eds.) (2005) *The new unconscious*. Oxford: Oxford University Press
- Hatfield, G. (1990) *The natural and the normative: theories of spatial perception from Kant to Helmholtz*. Cambridge, Mass.: The MIT Press
- Haupt, E. (2001) Laboratories for experimental psychology: Göttingen's ascendancy over Leipzig in the 1890's. In: Rieber, R. & Robinson, D. (eds.) *Wilhelm Wundt in History: the making of a scientific psychology*. New York: Kluwer Academic/Plenum (p. 205-250)
- Heidbreder, E. (1933) *Seven psychologies*. New York: Appleton
- Heidegger, M. (1927) *Sein und Zeit*. Tübingen: Niemeyer, 1993
- Heidelberger, M. (1988) Fechners Leib-Seele-Theorie. *Passauer Schriften zur Psychologiegeschichte*, 6: 61-77
- Heidelberger, M. (2000) Fechner und Mach zum Leib-Seele-Problem. In: Arndt, A. & Jaeschke (Hgg.) *Materialismus und Spiritualismus*. Hamburg: Meiner (S. 53-67)
- Helmholtz, H. v. (1855) Über das Sehen des Menschen. In: *Philosophische Vorträge und Aufsätze*. Herausgegeben von H. Hörz und S. Wollgast. Berlin: Akademie Verlag, 1971
- Helmholtz, H. v. (1863) Empfehlungsbrief für Wilhelm Wundt an Medizinische Fakultät der Universität Heidelberg, 25. Oktober 1863. UAH, PA 2478
- Helmholtz, H. v. (1865) Brief an Emil du Bois-Reymond, 13. Februar 1865. In: Kirsten, C. (Hg.) *Dokumente einer Freundschaft. Briefwechsel zwischen Hermann von Helmholtz und Emil du Bois-Reymond, 1846-1894*. Berlin: Akademie Verlag (p. 215)
- Helmholtz, H. v. (1872) Brief an Adolph Fick, 16. Dezember 1872. UAL, NW, Brief 1209b
- Herbart, J. (1837) *Lehrbuch zur Einleitung in die Philosophie*. 4. Ausg. Herausgegeben von W. Henckmann. Hamburg: Meiner, 1993

- Herbart, J. (1850a) Lehrbuch zur Psychologie. 3. Ausg. In: Sämtliche Werke, Band 5.
Herausgegeben von G. Hartenstein. Leipzig: Voss
- Herbart, J. (1850b) Psychologie als Wissenschaft, neu gegründet auf Erfahrung, Metaphysik und
Mathematik, T. 1. 2. Ausg. In: Sämtliche Werke, V. Herausgegeben von G. Hartenstein.
Leipzig: Voss
- Hering, E. (1863) Ueber W. Wundt's Theorie des binocularen Sehens. Annalen der Physik und
Chemie, 119: 115-130
- Hering, E. (1864) Zur Kritik der Wundt'schen Theorie des binocularen Sehens. Annalen der
Physik und Chemie, 122: 476-481
- Heussner, A. (1920) Einführung in Wilhelm Wundts Philosophie und Psychologie. Göttingen:
Vanderhoeck & Ruprecht
- Hiebsch, H. (1980) Wilhelm Wundt und die Entstehung der Psychologie. Berlin: Gesellschaft für
Psychologie der Deutschen Demokratischen Republik
- Hildebrandt, H. (1985) Psychophysischer Parallelismus, psychophysisches Problem und die
Gegenstandsbestimmung der Psychologie. Archiv für Begriffsgeschichte, 29: 147-181
- Hildebrandt, H. (1989) Psychophysischer Parallelismus. In: Ritter, J. & Gründer, K. (Hgg.)
Historisches Wörterbuch der Philosophie, Bd. 7. Basel/Stuttgart: Schwabe & Co AG (Sp.
100-107)
- Hilgard, E. (1980) The trilogy of mind: cognition, affection and conation. Journal of the History
of the Behavioral Sciences, 16: 107-117
- Hillermann, H. (1976) Zur Begriffsgeschichte von „Monismus“. Archiv für Begriffsgeschichte,
20 (Heft 2): 214-235
- Hillermann, H. & Hügli, A (1984) Monismus. In: Ritter, J. & Gründer, K. (Hgg.) Historisches
Wörterbuch der Philosophie, Bd. 6. Basel/Stuttgart: Schwabe & Co AG (Sp. 132-136)

- Hillix, W. (1980) Do half of America's psychologists descend from Wundt? A case study at one large university. In: Wissenschaftliche Beiträge der Karl-Marx-Universität. Wilhelm Wundt – Progressives Erbe, Wissenschaftsentwicklung und Gegenwart. Leipzig: Karl-Marx-Universität (S. 191-200)
- Hillix, W. & Broyles, J. (1980) The family trees of american psychologists. In: Bringmann, W. & Tweney, R. (eds.) Wundt studies: A centennial collection. Toronto: C. J. Hogrefe (p. 422-434)
- Hofmann, E. (1953) Zur Erinnerung an die Gründung des historisch-philosophischen Vereins am 7. Februar 1863. *Ruperto Carola*, 5 (9/10): 68-72
- Hogrebe, W. (1987) Deutsche Philosophie im XIX. Jahrhundert. München: Fink
- Holzcamp, K. (1973) Verborgene anthropologische Voraussetzungen der allgemeinen Psychologie. In: Gadamer, H.-G. & Vogler, P. (Hgg.) Neue Anthropologie, Bd. 5: Psychologische Anthropologie. Stuttgart: Thieme (S. 237-282)
- Hoorn, W. v. & Verhave, T. (1980) Wundt's changing conceptions of a general and theoretical psychology. In: Bringmann, W. & Tweney, R. (eds.) Wundt studies: A centennial collection. Toronto: C. J. Hogrefe (p. 71-113)
- Hörz, H. (1994) A. Schopenhauer und H. Helmholtz. Bemerkungen zu einer alten Kontroverse zwischen Philosophie und Naturwissenschaften. *Wissenschaftshistorische Manuskripte der Berlin-Brandenburgischen Akademie der Wissenschaften*, 6
- Hörz, H. & Wollgast, S. (1971) Einleitung. In: Helmholtz, H. v. Philosophische Vorträge und Aufsätze. Herausgegeben von H. Hörz und S. Wollgast. Berlin: Akademie Verlag, 1971
- Jahnke, J. (1996) Wilhelm Wundt als Psychologiehistoriker. In: Gundlach, H. (Hg.) Untersuchungen zur Geschichte der Psychologie und der Psychotechnik (Passauer Schriften zur Psychologiegeschichte, Bd. 11). München/Wien: Profil (p. 7-24)

- James, W. (1887) Letter to Carl Stumpf. In: Perry, R. The thought and character of William James. Volume II: Philosophy and psychology. Boston: Little, Brown and Company, 1935 (p. 68)
- Janssen, P. (1989) Psychologismus. In: Ritter, J. & Gründer, K. (Hgg.) Historisches Wörterbuch der Philosophie, Bd. 7. Basel: Schwabe & Co AG (Sp. 1675-1678)
- Jüttemann, G. (1992) Psyche und Subjekt. Für eine Psychologie jenseits von Dogma und Mythos. Reinbeck: Rowohlt
- Jüttemann, G. (Hg.) (2006) Wilhelm Wundts anderes Erbe. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht
- Kaiser-El-Safti, M. (2001a) Die Idee der wissenschaftlichen Psychologie. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht
- Kaiser-El-Safti, M. (2001b) Unbewusstes; das Unbewusste. In: Ritter, J., Gründer, K. & Gabriel, G. (Hgg.) Historisches Wörterbuch der Philosophie, Bd.11. Basel: Schwabe & Co AG (Sp. 124-133)
- Kant, I. (1783) Prolegomena jeder zukünftigen Metaphysik. In: Werkeausgabe, Bd. V. 9. Aufl. Herausgegeben von W. Weischedel. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1996
- Kant, I. (1786) Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaft. In: Werkeausgabe, Bd. IX. 9. Aufl. Herausgegeben von W. Weischedel. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1995
- Kant, I. (1787) Kritik der reinen Vernunft. 2. Ausg. In: Werkeausgabe, Bd. IV. 13. Aufl. Herausgegeben von W. Weischedel. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1995
- Kant, I. (1793) Kritik der Urteilskraft. 2. Ausg. In: Werkeausgabe, Bd. X. 15. Aufl. Herausgegeben von W. Weischedel. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 2000
- Kant, I. (1800) Anthropologie in pragmatischer Hinsicht. 2. Ausg. In: Werkeausgabe, Bd. XII. 15. Aufl. Herausgegeben von W. Weischedel. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 2000

- Kempfski, J. v. (1971) Zum Selbstverständnis des Positivismus. In: Blühdorn, J. & Ritter, J. (Hgg.) Positivismus im 19. Jahrhundert. Frankfurt a.M.: Klostermann (S. 15-26)
- Kitcher, P. (1990) Kant's transcendental psychology. New York/Oxford: Oxford University Press
- Kleiner, M. (1984) Neuhegelianismus. In: Ritter, J. & Gründer, K. (Hgg.) Historisches Wörterbuch der Philosophie, Bd. 6. Basel/Stuttgart: Schwabe & Co AG (Sp. 742-747)
- Klemm, O. (1911) Geschichte der Psychologie. Leipzig/Berlin: Teubner
- Klemm, O. (1922) Zur Geschichte des Leipziger Psychologischen Instituts. In: Hoffmann, A. (Hg.) Wilhelm Wundt: Eine Würdigung. Beiträge zur Philosophie des Deutschen Idealismus, 2. Band. Erfurt: Keyser (S. 105-108)
- Klimke, F. (1909) Der deutsche Materialismus im neunzehnten Jahrhundert. Frankfurter Zeitgemäße Broschüren, XXVI, Heft 9: 249-285
- Klimke, F. (1911) Der Monismus und seine philosophischen Grundlagen. Freiburg: Herder
- Koch, S. (1981). The nature and limits of psychological knowledge. *American Psychologist*, 36(3): 257-269
- Koch, S. (1992). Wundt's creature at age zero — and as Centenarian: some aspects of the institutionalization of the "new psychology". In: *A century of psychology as science*, Koch, S. & Leary, D. (eds.). Washington, DC: American Psychological Association (p. 7-35)
- Koch, S. (1993). "Psychology" or "the psychological studies"? *American Psychologist*, 48(8): 902-904
- Köhnke, K. (1981) Über den Ursprung des Wortes Erkenntnistheorie – und dessen vermeintliche Synonyme. *Archiv für Begriffsgeschichte*, 25 (Heft 2): 185-210
- Köhnke, K. (1986) Entstehung und Aufstieg des Neukantianismus. Frankfurt. a.M.: Suhrkamp
- König, E. (1909) Wilhelm Wundt als Psychologe und als Philosoph. 3. Aufl. Stuttgart: Fromman

- Kossakowski, A. (1966) Wilhelm Wundt und sein wissenschaftliches Erbe. *Wissenschaftliche Zeitschrift der Karl-Marx-Universität Leipzig. Gesellschafts- und Sprachwissenschaftliche Reihe*, 15 (Heft 4/5): 717-726
- Krueger, F. (1915) Über Entwicklungspsychologie, ihre Sachlichkeit und geschichtliche Notwendigkeit. (Arbeiten zur Entwicklungspsychologie, 1. Heft) Leipzig: Engelmann
- Külpe, O. (1893) *Grundriss der Psychologie*. Leipzig: Engelmann
- Külpe, O. (1895) *Einleitung in die Philosophie*. Leipzig: Hirzel
- Kusch, M. (1995) *Psychologism: a case study in the sociology of philosophical knowledge*. London: Routledge
- Lamberti, G. (1995) *Wilhelm Maximilian Wundt (1832-1920)*. Bonn: Deutscher Psychologen Verlag
- Lange, F. (1866) *Geschichte des Materialismus*. Iserlohn: Baedeker
- Lazarus, M. (1851) Ueber den Begriff und die Möglichkeit einer Völkerpsychologie. In: *Grundzüge der Völkerpsychologie und Kulturwissenschaft*. Herausgegeben von K. C. Köhnke. Hamburg: Meiner, 2003
- Lazarus, M. & Steinthal, H. (1860) Einleitende Gedanken über Völkerpsychologie als Einladung zu einer Zeitschrift für Völkerpsychologie und Sprachwissenschaft. *Zeitschrift für Völkerpsychologie und Sprachwissenschaft*, 1: 1-73
- Leahey, T. (1981) The mistaken mirror: On Wundt's and Titchener's Psychology. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 17: 273-282
- Leary, D. (1980) German Idealism and the development of psychology in the 19th century. *Journal of the History of Philosophy* 18: 299-317

- Leary, D. (1982) Immanuel Kant and the development of modern psychology. In: Woodward, W. & Ash, M. (eds.) *The problematic science: psychology in nineteenth-century thought*. New York: Praeger (p. 17-42)
- Lehmann, H. (1915) Sinnliche und übersinnliche Welt: Wundt und Kant. *Archiv für die gesamte Psychologie*, 34: 14-28
- Leibniz, G.W. (1695) New system of nature and of the communication of substances, as well as of the union of soul and body. In: Wiener, P. (ed.) *Leibniz Selections*. New York: Charles Scribner's Sons, 1951 (p. 106-117)
- Leibniz, G.W. (1696) Second explanation of the system of the communication of substances. In: Wiener, P. (ed.) *Leibniz Selections*. New York: Charles Scribner's Sons, 1951 (p. 118-119)
- Leibniz, G.W. (1765) *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Os Pensadores)
- Lenin, V.I. (1909) *Materialismo y empiriocriticismo*. Madrid: Fundamentos, 1974
- Lessing, H.-U. (1985) Briefe an Dilthey anlässlich der Veröffentlichung seiner "Ideen über eine beschreibende und zergliedernde Psychologie". *Dilthey-Jahrbuch für Philosophie und Geschichte der Geisteswissenschaften*, 3: 193-232
- Liebert, A. (1915) Johannes Müller, der Physiologe, in seinem Verhältnis zur Philosophie und in seiner Bedeutung für dieselbe. *Kant-Studien*, 20: 357-375
- Lietzmann, W. (1904) Über Wundts Lehre von der Apperception. Separatabdruck aus „*Mathematisch-Naturwissenschaftliche Blätter*“, 6-8: 1-11
- Lifschitz, C. (1910) *Wundts Lehre vom Willen*. Berlin: Pflz
- Löwith, K. (1950) *Von Hegel zu Nietzsche: der revolutionäre Bruch im Denken des neunzehnten Jahrhunderts*. 2. Aufl. Hamburg: Meiner, 1995

- Lyons, B. (1983) The transformations of introspection. *British Journal of Social Psychology*, 22: 327-342
- Mach, E. (1922) *Analyse der Empfindungen und das Verhältnis des Physischen zum Psychischen*. 9. Aufl. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1985
- Marsahall, M (1980) The influence of Wundt's students in Canada: August Kirschmann. In: *Wissenschaftliche Beiträge der Karl-Marx-Universität. Wilhelm Wundt – Progressives Erbe, Wissenschaftsentwicklung und Gegenwart*. Leipzig: Karl-Marx-Universität (S. 233-243)
- Marx, M. & Hillix, W. (1995) *Sistemas e teorias em psicologia*. Sao Paulo: Cultrix
- Mauthner, F. (1924) Monismus. In: *Wörterbuch der Philosophie. Neue Beiträge zu einer Kritik der Sprache*, Zweiter Band. 2. Aufl. Leipzig: Meiner (S. 338-357)
- Meischner, W. (1975) Wilhelm Wundt und die Psychologie als Wissenschaft. In: *Beiträge zur Wundt-Forschung. Wissenschaftliche Beiträge der Karl-Marx-Universität Leipzig, Reihe Psychologie*. Leipzig: Karl-Marx-Universität (S. 7-17)
- Meischner, W. (1977) Die Anwendung marxistisch-leninistischer Prinzipien der Psychologie-Geschichte auf die Wundt-Forschung. In: *Psychologehistorische Manuskripte*. Herausgegeben von der Gesellschaft für Psychologie der Deutschen Demokratischen Republik. Berlin (S. 30-34)
- Meischner, W. (1980) Wilhelm Wundt – Leben und Werk. *Wissenschaftliche Zeitschrift der Karl-Marx-Universität Leipzig. Gesellschafts- und Sprachwissenschaftliche Reihe*, 29 (Heft 2): 117-128
- Meischner, W. (2000) Ernst Heinrich Weber und die Psychologie. In: Eisenberg, W. et. al. (Hgg.). *Ernst Heinrich Weber (Synergie, Synthropie, Nichtlineare Systeme, Heft 6)*. Verlag im Wissenschaftszentrum: Leipzig (p. 345-353)

- Meischner, W. & Eschler, E. (1979). Wilhelm Wundt. Leipzig: Urania Verlag
- Meischner-Metge, A. (2006) „Völkerpsychologie“ oder allgemeine „Entwicklungs-psychologie“?
Zur Wundt-Krueger-Deklarationsdiskussion. In: Jüttemann, G. (Hg.) Wilhelm Wundts
anderes Erbe. Ein Missverständnis löst sich auf. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht (S.
81-87)
- Mendelssohn, M. (1776) Bemerkung über das Erkenntniss-, Empfindungs- und
Begehrungsvermögen. In: Ästhetische Schriften. Hamburg: Meiner, 2006
- Meschede, K. (1980) Materialismusstreit. In: Ritter, J. & Gründer, K. (Hgg.) Historisches
Wörterbuch der Philosophie, Bd. 5. Basel/Stuttgart: Schwabe & Co AG (Sp. 868-869)
- Metge, A. (1980) Zum Problem der Selbstbeobachtung bei Wundt. In: Wissenschaftliche
Beiträge der Karl-Marx-Universität. Wilhelm Wundt – Progressives Erbe,
Wissenschaftsentwicklung und Gegenwart. Leipzig: Karl-Marx-Universität (S. 183-190)
- Meyer, J. B. (1856) Zum Streit über Leib und Seele. Hamburg: Perthes-Besser und Mauke
- Meyer, J. B. (1870) Kants Psychologie. Berlin: Wilhelm Hert
- Meyer, J. B. (1877) Brief an Wundt, 3. November 1877. UAL, NW, Brief 1320
- Meynert, T. (1869) Beiträge zur Kenntniß der centralen Projection der Sinnesoberflächen.
Sitzungsberichte der kaiserlichen Akademie der Wissenschaften zu Wien. Mathematisch-
naturwissenschaftliche Classe, 60: 547-566
- Misiak, H. (1980) Leipzig and Louvain University in Belgium. Psychological Research, 42: 49-
56 (Wundt Centennial Issue)
- Miyakawa, T. (1980) Wilhelm Wundt in Japan – Was ermöglicht uns, das Progressive in seinem
Erbe zu finden? In: Wissenschaftliche Beiträge der Karl-Marx-Universität. Wilhelm
Wundt – Progressives Erbe, Wissenschaftsentwicklung und Gegenwart. Leipzig: Karl-
Marx-Universität (S. 223-226)

- Mill, J. S. (1872) A system of logic ratiocinative and inductive. 8 ed. In: The Collected Works of John Stuart Mill, vol. VIII. London: Routledge, 1996
- Mischel, T. (1970) Wundt and the conceptual foundations of psychology. *Philosophy and Phenomenological Research*, 31: 1-26
- Möbius, P. (1907) Die Hoffnungslosigkeit aller Psychologie. Darmstadt: WBG, 1964 (Reprintausgabe)
- Mohilewer, J. (1901) Wundt's Stellung zum psychophysischen Parallelismus. Königsberg: Jaeger
- Moleschott, J. (1852) Der Kreislauf des Lebens. In: D. Wittich (Hg.), *Schriften zum kleinbürgerlichen Materialismus in Deutschland*, Bd 1. Berlin: Akademie-Verlag, 1971
- Müller, J. (1826) Zur vergleichenden Physiologie des Gesichtssinnes des Menschen und der Thiere, nebst einen Versuch über die Bewegung der Augen und über den menschlichen Blick. Leipzig: Cnobloch
- Munday, P. (1998) Politics by other means: Justus von Liebig and the German translation of John Stuart Mill's Logic. *British Journal of the History of Science*, 31: 403-418
- Munk, H. (1881) Ueber die Funktionen der Grosshirnrinde. *Gesammelte Mittheilungen aus den Jahren 1877-1880*. Berlin: Hirschwald
- Munk, H. (1890) Ueber die Funktionen der Grosshirnrinde. *Gesammelte Mittheilungen*. 2. Aufl. Berlin: Hirschwald
- Nef, W. (1913) Wilhelm Wundts Stellung zur Erkenntnistheorie Kants. Berlin: Simion
- Nef, W. (1923) Die Philosophie Wilhelm Wundts. Leipzig: Meiner
- Nerlich, B. & Clarke, D. (1998) The linguistic repudiation of Wundt. *History of Psychology*, 1(3): 179-204
- Nieden, F. (1888) Kritik der Apperceptionstheorien von Leibniz, Kant, Herbart, Steinthal und Wundt. Strassburg: Kayser

- Nieke, W. (1980) Materialismus. In: Ritter, J. & Gründer, K. (Hgg.) Historisches Wörterbuch der Philosophie, Bd. 5. Basel/Stuttgart: Schwabe & Co AG (Sp. 842-850)
- Nitsche, W. (1990) Einleitung. In: Wundt, W. Vorlesungen über die Menschen- und Thierseele. Heidelberg: Springer (Reprintausgabe)
- Oelze, B. (1991) Wilhelm Wundt. Die Konzeption der Völkerpsychologie. Münster: Waxmann
- Ollig, H.-L. (1979) Der Neukantianismus. Stuttgart: Metzler
- Paul, H. (1886) Prinzipien der Sprachgeschichte. 6. Aufl. Darmstadt: WBG, 1960
- Petersen, P. (1925) Wilhelm Wundt und seine Zeit. Stuttgart: Fromman
- Piryov, D. (1980) Wilhelm Wundt and Bulgarian psychology. In: Wissenschaftliche Beiträge der Karl-Marx-Universität. Wilhelm Wundt – Progressives Erbe, Wissenschafts-entwicklung und Gegenwart. Leipzig: Karl-Marx-Universität (S. 203-209)
- Pongratz, L. (1967) Problemgeschichte der Psychologie. Bern: Francke
- Pongratz, L. (1997) Die Kontroverse zwischen Wilhelm Wundt (1832-1920) und Karl Bühler (1879-1963). Analyse einer Wende der Psychologie. Brentano Studien, 7: 255-266
- Popplestone, J. & McPherson, M. (1980) The vitality of the Leipzig Model of 1880-1910 in the United States in 1950-1980. In: Bringmann, W. & Tweney, R. (eds.) Wundt studies: A centennial collection. Toronto: C. J. Hogrefe (p. 226-257)
- Pribram, K. & Robinson, D. (1985) Biological contributions to the development of psychology. In: Buxton, C. (ed.) Points of view in the modern history of psychology. Orlando: Academic Press (p. 345-381)
- Rabe, H. (1984) Nationalökonomie. In: Ritter, J. & Gründer, K. (Hgg.) Historisches Wörterbuch der Philosophie, Bd. 6. Basel/Stuttgart: Schwabe & Co AG (Sp. 117-120)

- Rappard, H. (1979) Psychology as self-knowledge. The development of the concept of the mind in German rationalistic psychology and its relevance today. Assen, The Neatherlands: Van Gorcum
- Rappard, H. (1980) A monistic interpretation of Wundt's psychology. *Psychological Research*, 42: 123-134 (Wundt Centennial Issue)
- Rath, M. (1994) *Der Psychologismusstreit in der deutschen Psychologie*. Freiburg/München: Alber
- Raulff, U. (1986) Die Annales E.S.C. und die Geschichte der Mentalitäten. In: Jüttemann, G. (Hg.) *Die Geschichtlichkeit des Seelischen*. Weinheim: Psychologie Verlags Union
- Reininger, R. (1930) *Das Psychophysische Problem*. 2. Aufl. Wien/Leipzig: Wilhelm Braumüller
- Resch, W. (1916) *Zur Psychologie des Willens bei Wundt*. Hamburg
- Revers, W. (1979) Die anthropologische Krise der Naturwissenschaft in der Psychologie. In: Rüdiger, D. & Perrez, M. (Hgg.) *Anthropologische Aspekte der Psychologie*. Salzburg: Müller (S. 11-18)
- Richards, R. (1980a) Wundt's early theories of unconscious inference and cognitive evolution in their relation to Darwinian biopsychology. In: Bringmann, W. & Tweney, R. (eds.) *Wundt studies: A centennial collection*. Toronto: C. J. Hogrefe (p. 42-70)
- Richards, R. (1980b) Christian Wolff's Prolegomena to Empirical and Rational Psychology: Translation and commentary. *Proceedings of the American Philosophical Society*, 124(3): 227-239
- Rieber, R. (ed.) (1980a) *Wilhelm Wundt and the making of a scientific psychology*. New York: Plenum
- Rieber, R. (1980b) Preface. In: *Wilhelm Wundt and the making of a scientific psychology*. New York: Plenum (p. vii-ix)

- Rieber, R. (2001) Wundt and the Americans: from flirtation to abandonment. In: Rieber, R. & Robinson, D. (eds.) Wilhelm Wundt in History: the making of a scientific psychology. New York: Kluwer Academic/Plenum (p. 145-160)
- Riehl, A. (1904) Helmholtz in seinem Verhältnis zu Kant. Kant-Studien, 9: 261-285
- Ringer, F. (2000) O declínio dos mandarins alemães. São Paulo: EDUSP
- Robinson, D. (1976) An intellectual history of psychology. New York: Macmillan
- Robinson, D. (1982) Toward a science of human nature. Essays on the psychologies of Mill, Hegel, Wundt and James. New York: Columbia University Press
- Robinson, D. (1992) Science, psychology, and explanation. In: A century of psychology as science, Koch, S. & Leary, D. (eds.). Washington, DC: American Psychological Association (p. 56-74)
- Rodi, F. (1987) Die Ebbinghaus-Dilthey-Kontroverse. Biographischer Hintergrund und sachlicher Ertrag. Passauer Schriften zur Psychologiegeschichte, 5: 145-154
- Rohden, K. (1976) Instinkt. In: Ritter, J. & Gründer, K. (Hgg.) Historisches Wörterbuch der Philosophie, Bd. 4. Basel/Stuttgart: Schwabe & Co AG (Sp. 408-417)
- Rosenkranz, K. (1837) Psychologie oder die Wissenschaft von dem subjektiven Geist. Königsberg: Borntträger
- Sachs-Hombach, K. (1993) Philosophische Psychologie im 19. Jahrhundert. Freiburg/München: Alber
- Sandkühler, H.J. (Hg.) (2005) Handbuch Deutscher Idealismus. Stuttgart/Weimar: J.B. Metzler
- Schelling, F.W.J. (1800) System des transzendentalen Idealismus. In: Ausgewählte Schriften, Bd 1. 3. Aufl. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 2003
- Schelling, F.W.J. (1801) Darstellung meines Systems der Philosophie. In: Ausgewählte Schriften, Bd 2. 3. Aufl. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 2003

- Schlotte, F. (1956) Beiträge zum Lebensbild Wilhelm Wundts aus seinem Briefwechsel. *Wissenschaftliche Zeitschrift der Karl-Marx-Universität Leipzig*, 5 (Heft 4): 333-349
- Schmidgen, H. (2003) Wundt as chemist? A fresh look at his practice and theory of experimentation. *American Journal of Psychology*, 116(3): 469-476
- Schmidt, N. (1995) Philosophie und Psychologie. Trennungsgeschichte, Dogmen und Perspektiven. Reinbeck: Rowohlt
- Schnädelbach, H. (1983). Philosophie im Deutschland 1831-1933. Frankfurt a.M.: Suhrkamp
- Schneider, C. (1990) Wilhelm Wundts Völkerspsychologie. Bonn: Bouvier
- Schneider, U. (1999) Philosophie und Universität: Historisierung der Vernunft im 19. Jahrhundert. Hamburg: Meiner
- Schopenhauer, A. (1847) Über die vierfache Wurzel des Satzes vom zureichenden Grunde. 2. Aufl. In: *Sämtliche Werke*, Bd III. Darmstadt: WBG, 2004.
- Schopenhauer, A. (1854a) Über das Sehn und die Farben. 2. Aufl. In: *Sämtliche Werke*, Bd. III. Darmstadt: WBG, 2004
- Schopenhauer, A. (1854b) Über den Willen in der Natur. 2. Aufl. In: *Sämtliche Werke*, Bd. III. Darmstadt: WBG, 2004
- Schopenhauer, A. (1859) Die Welt als Wille und Vorstellung. 3. Aufl. In: *Sämtliche Werke*, Bd. I. Darmstadt: WBG, 2004
- Schröder, E. (1880) Rezension von Freges "Begriffsschrift" (1879). *Zeitschrift für Mathematik und Physik*, 25: 81-94
- Schumann, H. (1912) Wundts Lehre vom Willen. Leipzig: Quelle & Meyer
- Shu, P. & Li, C. (1983) Wilhelm Wundt and the Chinese psychology. In: Eckardt, G. & Sprung, L. (Hgg.) *Advances in historiography of psychology*. Berlin: Deutscher Verlag der Wissenschaften (p. 146-149)

- Sinha, D. (1983) Wundtian tradition and the development of scientific psychology in India. In: Eckardt, G. & Sprung, L. (Hgg.) *Advances in historiography of psychology*. Berlin: Deutscher Verlag der Wissenschaften (p. 150-155)
- Skribanowitz, T. (1906) *Wilhelm Wundts Voluntarismus*. Greifswald: Abel
- Simon, W. (1963) *European positivism in the nineteenth-century: an essay in intellectual history*. Ithaca: Cornell University Press
- Sommer, R. (1892) *Geschichte der deutschen Psychologie und Aesthetik von Wolff-Baumgarten bis Kant-Schiller*. Reprint-Ausgabe. Amsterdam: Bonset, 1966
- Sprung, L. (1979) Wilhelm Wundt – Bedenkenswertes und Bedenkliches aus seinem Lebenswerk. In: Eckardt, G. (Hg.) *Zur Geschichte der Psychologie*. Berlin: Deutscher Verlag der Wissenschaften (S. 73-82)
- Sprung, L. (2001) Wundt, Wilhelm Maximilian (1832-1920). In: Smelser, N. & Baltes, P. (eds.) *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Section 4: Biographies. Amsterdam: Elsevier (p. 16644-16647)
- Sprung, H. & Sprung, L. (2006) *Carl Stumpf – Eine Biographie. Von der Philosophie zur experimentellen Psychologie*. München/Wien: Profil
- Stauder, O. (1883) Der Begriff der Apperception in der neueren Psychologie. *Philosophische Studien*, 1: 149-212
- Steinberg, H. (2002) *Der Briefwechsel zwischen Wilhelm Wundt und Emil Kraepelin: Zeugnis einer jahrzentelangen Freundschaft*. Bern: Huber
- Szczurat, V. (1903) *Wundt's Apperzeptionstheorie*. Brody: West
- Taumarquin, A. (1921) Wie ist Psychologie als Wissenschaft möglich? *Kant-Studien*, 26: 390-402
- Tetens, J. N. (1777) *Philosophische Versuche über die menschliche Natur und ihre Entwicklung*, Bd. I. Leipzig: Weidmann

- Titchener, E. (1921) Wilhelm Wundt. *American Journal of Psychology*, 32: 161-178
- Tobias, W. (1875) *Grenzen der Philosophie, constatiert gegen Riemann und Helmholtz, vertheidigt gegen von Hartmann und Larsker*. Berlin: G.W.F. Müller
- Tolman, C. (2001) Philosophic doubts about psychology as a natural science. In: Green, C., Shore, M. & Teo, T. (eds.) *The transformation of psychology*. Washington, D.C.: American Psychological Association (p. 175-193)
- Tweney, R. & Budzynski, C. (2000) The scientific status of american psychology in 1900. *American Psychologist*, 55(9): 1014-1017
- Tweney, R. & Yachanin, S. (1980) Titchener's Wundt. In: Bringmann, W. & Tweney, R. (eds.) *Wundt studies: A centennial collection*. Toronto: C. J. Hogrefe (p. 380-395)
- Ungerer, G. (1978) Wilhelm Wundt und Heidelberg. *Badische Heimat*, Heft 1: 31-43
- Ungerer, G. (1979) Heidelberg vor der Reichsgründung 1871. *Der Freundkreis Wilhelm Wundts*. *Badische Heimat*, Heft 3: 423-438
- Ungerer, G. (1980) Wilhelm Wundt als Psychologe und Politiker. *Psychologische Rundschau*, 31 (Heft 2): 99-110
- Vogt, K. (1847) *Physiologische Briefe für Gebildete aller Stände*. In: D. Wittich (Hg.), *Schriften zum kleinbürgerlichen Materialismus in Deutschland*, Bd 1. Berlin: Akademie-Verlag, 1971
- Vogt, K. (1855) Köhlerglaube und Wissenschaft. In: D. Wittich (Hg.), *Schriften zum kleinbürgerlichen Materialismus in Deutschland*, Bd 2. Berlin: Akademie-Verlag, 1971
- Volkelt, H. (1873) Kants Stellung zum unbewusst Logischen. *Philosophische Monatshefte*, 9: 49-57; 113-124
- Waitz, T. (1859) *Anthropologie der Naturvölker. Erster Theil: Ueber die Einheit des Menschengeschlechtes und den Naturzustand des Menschen*. Leipzig: Fleischer

- Weber, E. (1846) Tastsinn und Gemeingefühl. Herausgegeben von Ewald Hering. Leipzig: Engelmann, 1905
- Wenig, K. (1988) Die naturwissenschaftlich-philosophischen Positionen von Johannes Müller. In: Förster, W. (Hg.) Klassische deutsche Philosophie in Berlin. Berlin: Akademie Verlag (p. 155-171)
- Weser, J. (1913) Sein oder Nichtsein der Seele. Mit besonderer Berücksichtigung der Wundt'schen Apperzeptionstheorie. München und Mergentheim: Ohlinger
- Westmeyer, H. (1994) Psychologie – eine Wissenschaft in der Krise? In: Schorr, A. (Hg.) Die Psychologie und die Methodenfrage. Göttingen: Hogrefe (S. 37-53)
- Willy, R. (1897) Die Krisis in der Psychologie. Vierteljahrsschrift für wissenschaftliche Philosophie, 21: 79-96; 227-249; 332-353
- Winawer-Maliniak, R. (1904) Der Begriff des Apriori in Wundts Erkenntnistheorie. Zürich
- Windelband, W. (1883) Kritische oder genetische Methode? In: Präludien: Aufsätze und Reden zur Philosophie und ihrer Geschichte, 2. Band. 9. Aufl. Tübingen: Mohr, 1924
- Winkel, H. (1977) Die deutsche Nationalökonomie im 19. Jahrhundert. Darmstadt: WBG
- Wolff, C. (1754) Pensamientos racionales acerca de Dios, el mundo y el alma del hombre así como sobre todas las cosas en general (metafísica alemana). 11 ed. Madrid: Akal, 2000
- Woodward, W. (1982) From the science of language to Völkerpsychologie: Lotze, Steinthal, Lazarus, and Wundt. Bericht aus dem Archiv für Geschichte der Psychologie. Historische Reihe, 2
- Wundt, E. (1927) Wilhelm Wundts Werk. Ein Verzeichnis seiner sämtlichen Schriften. München: Beck
- Zeller, E. (1862) Ueber Bedeutung und Aufgabe der Erkenntnistheorie. In: Vortraege und Abhandlungen, 2. Sammlung. Leipzig: Fues, 1877 (p. 479-526)

Zeller, E. (1873) Geschichte der deutschen Philosophie seit Leibniz. München: Oldenbourg

Zöllner, F. (1872) Zur Geschichte und Theorie der unbewussten Schlüsse. In: Über die Natur der Cometen. Beiträge zur Geschichte und Theorie des Erkenntniss. Leipzig: Engelmann (p. 343-377)

Zubiri, X. (1935) ¿Que es Psicología? In: Sobre el problema de la filosofía y otros escritos (1932-1944). Madrid: Alianza Editorial/Fundación Xavier Zubiri (p. 243-264)